

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA

VOSNEI DA SILVA

**COOPERATIVO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO?  
A ATUAÇÃO DA CRESOL NO CONTEXTO DA CHAMADA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

FRANCISCO BELTRÃO, PR.

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA

VOSNEI DA SILVA

**COOPERATIVO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO?  
A ATUAÇÃO DA CRESOL NO CONTEXTO DA CHAMADA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia – nível Mestrado, área de concentração “Produção do Espaço e Meio Ambiente” – da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

Orientadora: Professora Dra. Roseli Alves dos Santos

Francisco Beltrão/PR

Maio de 2015

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Silva, Vosnei da

S586c Cooperativo de crédito solidário? A atuação da CRESOL no contexto da chamada agricultura familiar. / Vosnei da Silva. – Francisco Beltrão, 2015.

188 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseli Alves dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Cooperativismo. 2. Agricultura - Brasil. 3. Crédito agrícola. I. Santos, Roseli Alves dos. II. Título.

CDD 20. ed.– 334.6830981

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

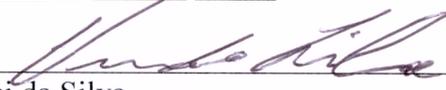
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO? A ATUAÇÃO DA  
CRESOL NO CONTEXTO DA CHAMADA AGRICULTURA FAMILIAR

**Autor:** Vosnei da Silva

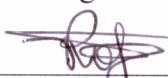
**Orientadora:** Profa. Dra. Roselí Alves dos Santos

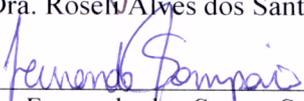
Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Vosnei da Silva e aprovada  
pela comissão julgadora.

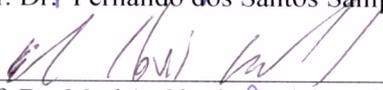
Data: 12 / 05 / 15

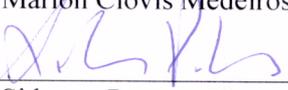
  
\_\_\_\_\_  
Vosnei da Silva

Comissão Julgadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Roselí Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sidemar Presotto Nunes (UTFPR/ Dois Vizinhos)

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José e Rosa,  
Aos meus avós, Alfredo e Cândida,  
À minha nona, Cecília (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha orientadora, Roseli Alves dos Santos, pelos ensinamentos através da disciplina, da experiência e das discussões, pela oportunidade, liberdade de expressão, carinho e amizade e também pelas cobranças.

Aos professores Marlon Medeiros e Fernando Sampaio, pelos ensinamentos nas disciplinas e discussões para além da academia, participação e contribuição nas bancas, nas dúvidas fora de hora e também pela amizade.

Ao prof. Sidemar Nunes, pela instigação e engajamento no estudo da questão agrária e do marxismo, pela participação na banca e contribuição nesse estudo e também pela amizade.

Ao prof. Elpídio Serra, pela disponibilidade em participar da banca de qualificação, apesar da distância e pelas suas contribuições nessa pesquisa.

Ao pessoal da CRESOL e INFOCOS pelas entrevistas e informações que contribuíram na constituição desse estudo, com destaque para a Leonette, Francieli, Luiza e Alzemiro Thomé.

Aos colegas e amigos que conheci durante o mestrado, pela boa conversa, risadas e cervejas que desfrutamos juntos, em especial ao João Luciano, Alessandro Trindade, Rogério Mussatto, Rudimar Walkoviecz, Willian Padilha e Sidiana Ruaro.

Também sou imensamente grato aos camaradas do Espaço Marx (Curitiba), venho aprendendo muito, nestes últimos anos, com os professores Claus Germer, Armenes Ramos e Sidemar Nunes e também com os demais colegas.

Aos meus colegas de trabalho no IFSC, Alan Panizzi, Elsa Rambo, Ingrid Augustin e Leusa Possamai, que de uma maneira ou de outra contribuíram, tiveram a paciência e a compreensão neste momento de correrias e ausências, e, sobretudo, pelo exemplo de vocês de engajamento profissional e humanismo. A Margarete Carvalho, pela pessoa amiga e gentil que és e também pela correção da versão final desta dissertação.

Por fim, um agradecimento especial aos meus pais e familiares e a Camila Stedille, pela compreensão das ausências, pelo carinho e amor que me dedicam, vocês todos são muito importantes para mim.

## EPÍGRAFE

*Se vai tentar  
siga em frente.*

*Senão, nem comece!  
Isso pode significar perder namoradas  
esposas, família, trabalho... e talvez a cabeça.*

*Pode significar ficar sem comer por dias,  
Pode significar congelar em um parque,  
Pode significar cadeia,  
Pode significar caçadas, desolação...*

*A desolação é o presente  
O resto é uma prova de sua paciência,  
do quanto realmente quis fazer  
E farei, apesar do menosprezo  
E será melhor que qualquer coisa que possa imaginar.*

*Se vai tentar,  
Vá em frente.  
Não há outro sentimento como este  
Ficará sozinho com os deuses  
E as noites serão quentes  
Levará a vida com um sorriso perfeito  
É a única coisa que vale a pena.*

**Charles Bukowski**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender o cooperativismo de crédito do Sistema CRESOL Baser, seu desenvolvimento histórico, suas características centrais, dinâmica e tendências, seu papel na agropecuária e sua importância para a pequena burguesia rural. Partimos de um panorama geral sobre o histórico do cooperativismo na perspectiva teórica de autores marxistas e características gerais do mesmo no Brasil. Posteriormente destacamos algumas características da agricultura brasileira, de modo a compreender a estrutura material sobre a qual se desenvolve esse cooperativismo de crédito. Tal entendimento é fundamental, visto que procuramos enfatizar a dinâmica agrícola sob o sistema capitalista, pois é nesse terreno em que se encontram os agricultores constituintes da CRESOL. Por fim, salientamos os elementos que consideramos importantes da cooperativa, como estrutura interna, áreas de abrangência, funções, relações com o Estado e mercado financeiro, concepção de mundo e política, contradições internas e externas e algumas tendências para seu desenvolvimento. O que se pretende, após o entendimento da inter-relação entre esta totalidade, é perceber de que modo se organiza a chamada agricultura familiar num ramo da economia sob os imperativos da dinâmica capitalista, o mecanismo escolhido para isso (cooperativismo de crédito solidário) e como isso reflete numa perspectiva de ruptura ou não com tal modelo econômico.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Cooperativismo Solidário, Crédito Rural; Agropecuária.

## **COOPERATIVES SOLIDARY CREDIT ?**

### **THE ROLE OF CRESOL IN THE KNOWN FAMILY FARMING CONTEXT**

#### **ABSTRACT**

This paper aims to analyze and understand the cooperativism of the CRESOL Baser System credit, its historical development in time and space, its main characteristics, dynamics and trends, their role in agriculture and the importance for the small rural bourgeoisie. It starts with an overview of the historical cooperativism, the theoretical perspective of Marxist writers and general characteristics of the same in Brazil. Posteriorly, a characterization of brazilian agriculture, in order to understand the material structure on which develops this cooperativism credit. This understanding is essential herein because the attempted to emphasis on agricultural dynamics on the capitalist system as it is in this field and the constituents of CRESOL agriculture producers. Finally, it is emphasized the elements that we consider important of the cooperative, as internal structure, coverage areas, functions, relationships with State and financial markets, world's conception and policy, internal and external contradictions and some trends on its development. The intent, after understanding the interrelationship among this all, is to understand how to organize the known family farms agriculture in a branch of economics on the imperatives of capitalist dynamics, the chosen mechanism for this (solidarity cooperativism) and how this reflects a disruption perspective or not with this economic model.

**Keywords:** Capitalism; Solidarity Cooperativism, Rural Credit; Agriculture Producers.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Brasil – Número de Cooperativas de Crédito de 1940 a 2013.....	48
TABELA 02 – Brasil – Número de Cooperados nas Cooperativas de Crédito – 2000 a 2013.....	48
TABELA 03 – Brasil e Regiões – Número de Cooperativas, Cooperados e Empregados em 2011.....	50
TABELA 04 – Brasil – Classe de Produtores, Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção (V.B.P.) – 2006.....	60
TABELA 05 – Brasil – Participação das Pequenas e Grandes Explorações no VBP das Lavouras Selecionadas e da Silvicultura.....	67
TABELA 06 – Brasil – Participação das Pequenas e Grandes Explorações no VBP Desagregado de Grãos (em %) – 2006.....	68
TABELA 07 – Brasil – Participação das Pequenas e Grandes Explorações no Valor Bruto da Produção Pecuária (em %) – 2006.....	69
TABELA 08 – Brasil e Regiões – Número de Estabelecimentos Rurais por Quantidade de Salários Mínimos Mensais, seu Percentual e Valor da Produção (em %) – 2006.....	70
TABELA 08 – Brasil e Regiões – Número de Estabelecimentos Rurais por Quantidade de Salários Mínimos Mensais, seu Percentual e Valor da Produção (em %) – 2006.....	71
TABELA 09 – Brasil – Classes Sociais, Número de Estabelecimentos e Valor Bruto da Produção (V.B.P.) – 2006.....	73
TABELA 10 – Brasil – Evolução do Crédito Agrícola (em milhões de R\$) – 2003/04 a 2014/15.....	83
TABELA 11 – Estrutura Fundiária dos Estabelecimentos Rurais no Paraná e Santa Catarina – 2006.....	102
TABELA 12 – Brasil – Vendas Totais de Tratores, Vendas por Grupo Econômico e Percentual em Relação ao Total – 1999 a 2013.....	110
TABELA 13 – Brasil – Vendas Totais de Colheitadeiras, Vendas por Grupo Econômico e Percentual em Relação ao Total – 1999 a 2013.....	111
TABELA 14 – Número de Contratos, Montantes de Custeio e Investimentos do PRONAF Repassados pela CRESOL – 1996 a 2013.....	119
TABELA 15 – Número de Funcionários, Valor dos Gastos com os Empregados do Sistema CRESOL entre 2008 a 2013.....	127

TABELA 16 – Cooperativas, Cooperados e Patrimônio da CRESOL – 1996 a 2013.....	131
TABELA 17 – Carteira de Repasse, Recursos Próprios e Total do Crédito Liberado pela CRESOL – 2006 a 2013.....	134
TABELA 18 – Percentual de Contratos e Valores Apropriados por Grupos Financiados – 2006, 2008 e 2009.....	136
TABELA 19 – Base CRESOL Sudoeste/PR. Quadro Social e Patrimônio Líquido Ajustado (P.L.A.) – 2009 a 2013.....	137
TABELA 20 – Base CRESOL Sudoeste/PR. Saldo de Recursos Próprios e Saldo de Repasse Total – 2009 a 2013.....	138
TABELA 21 – Total de Depósitos, Número de Poupadores e Percentual em Relação ao Total de Cooperados da CRESOL – 1996 a 2013.....	140
TABELA 22 – Diferenças Entre as Taxas de Juros e Tarifas de Bancos e Cooperativa e Valores Economizados pelos Cooperados – 2010 a 2013.....	142
TABELA 23 – Municípios Abrangidos pela CRESOL por Estado (UF) e Percentual em Relação ao Total – 2015.....	155

### **LISTA DE MAPAS**

MAPA 01 – Unidades e Abrangência das Cooperativas do Sistema CRESOL Baser no Estado do Paraná – 2013.....	99
MAPA 02 – Unidades e Abrangência das Cooperativas do Sistema CRESOL Baser no Estado de Santa Catarina – 2013.....	100

### **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 01 – Dirigentes, Funções, Períodos e Instituições Ligados ao Cooperativismo de Crédito Solidário – 1996 a 2015.....	130
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN – Banco Central

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

BRF – Brasil Foods S.A

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EAD – Educação à Distância

ECOSOL – Economia Solidária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCR – Fundo de Crédito Rotativo

FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCCh – Partido Comunista da China

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PLA – Patrimônio Líquido Ajustado

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SICREDI – Sistema

SNF – Sistema Financeiro Nacional

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

UNICRED – Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VBP – Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	05
<b>CAPÍTULO I</b> .....	10
1.1. Abordagem histórica do cooperativismo.....	10
1.2. Perspectivas teóricas e experiências de cooperativização.....	21
1.3. Histórico do cooperativismo de crédito e geral no Brasil.....	40
1.4. Síntese do capítulo I.....	51
<b>CAPÍTULO II</b> .....	53
2.1. A agropecuária brasileira e o cooperativismo .....	53
2.2. Falsas dicotomias na agropecuária brasileira.....	61
2.3. Estrutura de classes, concentração da produção e o grande capital na agropecuária brasileira.....	72
2.4. Crédito rural, cooperativismo e economia solidária.....	82
2.5. Síntese do capítulo II.....	93
<b>CAPÍTULO III</b> .....	95
3.1. Sistema cooperativista solidário da CRESOL.....	95
3.2. Estrutura agropecuária capitalista e a atuação da CRESOL.....	108
3.2.1. O papel da CRESOL na dinâmica da agropecuária.....	118
3.3. CRESOL, cooperados e agropecuária: algumas tendências.....	143
3.4. Síntese do capítulo III.....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	159
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	166

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura basear-se no materialismo histórico, investigando os elementos determinantes na formação, desenvolvimento e tendências do cooperativismo de crédito solidário da Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, concentrando a atenção na sua atuação junto à produção agropecuária, sem deixar, entretanto, de compreender as ligações entre as diversas regiões do país e desse com as relações internacionais mais amplas.

Nosso objetivo central é analisar e compreender o papel da cooperativa de crédito rural CRESOL Baser no desenvolvimento da agropecuária e sua importância na manutenção produtiva dos chamados agricultores familiares (os quais entendemos compor, essencialmente, a classe da pequena burguesia rural). A problemática estudada se dá em razão de ser a CRESOL uma organização importante para o acesso de muitos agricultores ao crédito rural como meio de fomentar a produção agrícola, a geração de renda e a modernização no/do campo num nicho específico de mercado, inserindo-se subordinada e acessoriamente ao chamado agronegócio, guardando com este as devidas diferenças e embates. Outros objetivos perseguidos buscam abordar criticamente a perspectiva da CRESOL, ligada ao movimento geral da economia solidária (ECOSOL), base ideológica e política que direta e/ou indiretamente, se coloca em oposição ao modelo agrário e agrícola estabelecido no campo brasileiro – além da macroeconomia, como em Singer (2002; s/d), por exemplo. Nesse sentido, colocam-se algumas questões: o que apresenta o movimento da ECOSOL para uma construção social transformadora? Considerando a inserção socioeconômica e política do país, de que forma contribui a cooperativa para a construção de outro modelo? São esses os objetivos colocados por essa cooperação?

A hipótese fundamental é que a CRESOL proporciona o desenvolvimento da modernização da agropecuária da classe da pequena burguesia rural e ao contrário de seu discurso, aprofunda não um desenvolvimento alternativo (chamado de contrário ao “pacote tecnológico” ou ambientalmente predatório), mas um aprofundamento do capitalismo no agro e uma maior inserção da agricultura (fração que representa) na lógica do desenvolvimento industrial e atrelado ao capital financeiro.

A pesquisa procura investigar os principais elementos determinantes da gênese do cooperativismo de crédito da CRESOL, e através da sua inserção na agropecuária regional num primeiro momento, seguido de crescimento e expansão posterior, suas tendências de longo prazo. Das múltiplas determinações na constituição da organização dos chamados agricultores familiares, podemos destacar as condições socioeconômicas regionais (imigração, experiência cooperativista, entre outros), a pequena propriedade privada da terra, a dificuldade no acesso ao crédito rural oficial num primeiro momento, e após, pela sua escassez e/ou crise, no final da década de 1980 e em 1990<sup>1</sup>. A “modernização conservadora”

---

<sup>1</sup> Segundo Arbage (2003), a política de crédito rural se constitui a partir de 1965, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), direcionando uma proposta de modernização conservadora e funcional aos setores

da agricultura privilegiou poucos produtores (grande e média burguesia rural), poucas culturas (produtos para exportação), em poucas regiões do país (em geral as mais desenvolvidas, com destaque para o Sul e o Sudeste) aumentando as desigualdades regionais e também não alterando a base fundiária, fundada historicamente na concentração da terra (SILVA, 1982). Também é importante destacar que, na gênese da construção cooperativa, estão muitas organizações de defesa do pequeno agricultor, como por exemplo, a ASSESOAR, organizações ligadas a Igreja (CPT, Comunidades Eclesiais de Base – CEB, etc.), sindicalismo rural engajado, forças políticas ligadas à esquerda (destaque para o PT), Organizações Não Governamentais (ONGs) da cooperação internacional, histórico de luta pela garantia da propriedade da terra, expressa na revolta dos posseiros na década de 1950 (GOMES, 1987), movimentos sociais de luta pela reforma agrária (MASTER, MST), entre outros.

As condições sócio-históricas propulsoras de uma via de sobrevivência dos pequenos agricultores tiveram que ser gradualmente construídas na medida em que se processava o avanço capitalista no espaço agrário, sendo várias as formas de resistência frente ao processo de subordinação econômica (exploração agroindustrial, comerciária e usurária, endividamento), necessidade de migração pelo excesso de mão de obra, fruto da rápida e intensa mecanização agrícola, trabalhos acessórios (assalariamento integral ou parcial) ou até mesmo a expropriação/venda da terra, entre outros aspectos. A gênese da luta no campo colocava a necessidade de se construir algo novo, alternativo, porque se via nitidamente que no atual modelo capitalista e periférico brasileiro, a inviabilidade econômica para o chamado pequeno produtor era grande (REVISTA CRESOL, 2006). O que prevaleceu para certo segmento de produtores foi à opção cooperativista através do crédito (lembrando que há muitos empreendimentos cooperativos de outros ramos na região), que de modo geral, teve que ir se adequando ao modelo econômico estabelecido (regras da BACEN, Manual de Crédito Rural, etc.). Essa pressão/luta político-social de uma região estruturada majoritariamente na pequena propriedade, fez resultar, entre outras coisas, na conquista de uma política de crédito rural específica (PRONAF), esquecendo-se que a via da não ruptura (capitalista subordinada), também não é para todos, ou como diz Sandroni (1980), o modo como o capital “resolve” a questão agrária decididamente não é aquele que visa incorporar todos os agricultores, mas somente aqueles mais “aptos” na concorrência, através da intensificação da diferenciação.

Nesse sentido, entendemos ser necessário um resgate histórico da gênese do cooperativismo ocidental (tanto na Europa quando em nosso país) e sua adequação à economia de mercado monopolizada/oligopolizada, etapa imperialista (LÊNIN, 2012), e isso é válido para os diversos níveis e ramos/setores da cooperação, e por outro lado, a discussão da proposição cooperativista socialista (pelo menos no âmbito da perspectiva teórica, já que

---

agroindustriais. O esgotamento desse mecanismo começa a ser dar a partir do final da década de 1980, sendo que os principais fatores disso foram: crise do petróleo e crise financeira mexicana; política de estrangulamento neoliberal; falta de recursos para custeio agrícola e pagamento de dívidas; crise inflacionária e queda na demanda interna; queda na participação do setor primário na geração de divisas (auge da crise em 1995); política de abertura econômica internacional; endividamento do setor rural e crise de produção, entre outros.

não objetivamos aqui aprofundar um estudo das experiências práticas da cooperação russa – kolkhozes e chinesa – comunas). Também é fundamental compreender como se encontra a agropecuária nacional, já que será a infraestrutura ou a base sobre a qual se materializa a forma cooperativa da CRESOL, dominada, fundamentalmente, sob um conjunto oligopolista de empresas nacionais e estrangeiras, industriais, comerciais e bancárias. Sob estas condições, não estaria a caminhar a cooperativa, pela necessidade e/ou imposição sócio-histórica da reprodução do capital, num caminho semelhante aos demais conglomerados do setor agroindustrial (cooperativos ou não cooperativos) e dos grandes bancos (cooperativos ou não cooperativos)? Estaria a cooperação da CRESOL (uma expressão da organização e dos interesses de classe na agricultura), devido a necessidade político-econômica maior, tendo que defender uma posição contrária aos grandes produtores por meio de um nicho específico de mercado, ao mesmo tempo em que contraditoriamente não se diferencia, na essência, desse mesmo grupo (embora os conflitos entre ambos existam)?

Nosso objeto de estudo se foca na cooperativa de crédito solidário CRESOL Baser e suas relações com o Estado, sistema bancário e/ou financeiro, desenvolvimento socioeconômico dos pequenos municípios, organizações dos agricultores, universidades, entre outros. Suas propostas de fomento da agricultura e os meandros das relações subordinadas com os grandes oligopólios do setor agropecuário, as relações de mercado e as economias individuais sob a influência da política macroeconômica e o mercado mundial. O período analisado vai de sua constituição histórica até a sua institucionalização em 1995/96 e aos dias atuais. Os aspectos econômicos mais detalhados, disponíveis nos balanços e relatórios, vão de 2008 a 2013, sendo que também muita informação foi utilizada de materiais de períodos diversos (revistas da cooperativa), além das contribuições teóricas mais específicas de Búrigo (2006) e Schröder, (2005), e dos estudos realizados por cooperados ou funcionários da CRESOL em seus diversos cursos de qualificação acadêmica e profissional.

A justificativa para a pesquisa advém, além do interesse acadêmico, pelo fato de que, um número significativo de agricultores familiares (atualmente algo em torno de 130 mil) se encontra vinculado à cooperativa, como uma maneira de se manter na atividade rural. Também pela atuação da mesma, na viabilização do crédito, vem contribuindo nas mudanças socioespaciais dos lugares em que abrange. Além disso, sua expressividade pode ser evidenciada (de maneira aproximada) quando consideramos que a grande maioria dos cooperados possui estabelecimentos menores que 50 hectares, desse modo, existiam no Paraná, aproximadamente, 322.000 estabelecimentos rurais, desses, 48.300 eram cooperados da CRESOL no ano de 2008, ou seja, um percentual de 15% de todos os agricultores deste estado. Levando em consideração a mesorregião Sudoeste do Paraná, em 2008 existiam 18.000 cooperados, enquanto que em toda essa microrregião existiam 44.479 estabelecimentos, o que dá um percentual de 40,5% como cooperados na CRESOL<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os comparativos foram traçados tendo por base uma diferença de dois anos, já que os dados do número de estabelecimentos são dados pelo IBGE de acordo ainda com o Censo de 2006, enquanto que a quantidade de cooperados da CRESOL que tivemos acesso é do ano de 2008. Embora haja essa diferença, os números e percentuais são bastante próximos, já que é difícil haver mudanças significativas neste curto espaço de tempo (dois anos).

Destacamos ainda que em 2013, o Sistema CRESOL Baser possuía mais de 120 mil cooperados, sendo 82 mil destes do estado do Paraná (68%); expandiu suas atividades para mais seis estados (Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rondônia, Espírito Santo e São Paulo) além do Paraná; possuía mais de 200 unidades de atendimento (entre cooperativas singulares e postos de atendimento cooperativo – PAC); gerava mais de um mil empregos diretos; viabilizou mais de seis mil habitações rurais (construção e/ou reforma); mais de 133 mil contratos de financiamentos diversos (custeio, investimento, crédito pessoal, etc.) e R\$ 563 milhões em microcrédito rural (CRESOL – RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2014).

A metodologia utilizada na pesquisa iniciou com a definição da problemática, revisão da produção bibliográfica sobre o cooperativismo em geral e o de crédito em particular, sobre a agropecuária brasileira e regional, crédito rural (se destacando o PRONAF), desenvolvimento do sistema capitalista em sua etapa de domínio financeiro, Sistema CRESOL, cooperativismo e economia solidária. Coleta de dados primários e secundários sobre agricultura, crédito e demais políticas públicas e sobre a CRESOL. Também consultamos institutos de pesquisa como IBGE, IPARDES, MDA, OCB, entre outros. Análise dos Relatórios de Atividades e Balanço Social da CRESOL dos anos 2008 a 2013, além de revistas, site oficial, materiais de divulgação (campanhas de prêmios, entrevistas/matérias e jornal), planejamento estratégico e livros organizados pela cooperativa. Pesquisa de campo através de entrevista (em anexo) com pessoas dirigentes do Sistema CRESOL e INFOCOS.

Por fim, a dissertação se encontra estruturada basicamente em três partes, sinteticamente organizadas da seguinte maneira:

Primeiramente no Capítulo I, procuramos traçar um panorama do cooperativismo, na tentativa de fugir da abordagem, que privilegia a experiência ocidental, ou de outra forma, que toma por referência apenas o que se desenvolveu do “lado oeste da cortina de ferro”. Nesse sentido, além do estudo do cooperativismo ocidental, investigamos suas características e objetivos gerais nos países de economia socialista, pelo menos em suas experiências históricas. Além disso, procuramos analisar o cooperativismo (em geral e o de crédito) do ponto de vista da sua inserção em um determinado contexto socioeconômico, visto entendermos que o cooperativismo cumpre uma dada função social, num dado contexto socioeconômico e numa determinada época, e está, necessariamente, vinculado a uma determinada classe social e, conseqüentemente, aos seus interesses ou projetos políticos.

No Capítulo II, procuramos abranger as características centrais da agricultura brasileira, pois é sobre ela, fundamentalmente, que nosso objeto de estudo se estrutura. É importante esclarecer que, para compreender o todo da análise, faz-se necessário articular os aspectos mais centrais que, em nosso caso, estão centrados na agricultura, cooperativismo, crédito rural, classe social e economia capitalista. Assim, no estudo da agricultura, procuramos desvendar as particularidades regionais, a estrutura de classes, a produção agropecuária, a concentração da produção, os grandes grupos econômicos e a ação do capital, em especial o financeiro.

O Capítulo III concentra esforços sobre nosso objeto específico, que trata da Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL Baser) e seu papel na agropecuária regional (Sul)

e outras áreas de gradual expansão. Com este foco, o caminho investigativo segue na apreensão da sua constituição histórica, os sujeitos envolvidos (Igreja, ONGs, Estado, sindicatos, etc.), a sua dinâmica no campo econômico da agricultura brasileira, a classe social que a compõem e seus interesses políticos e econômicos, entre outros. A ideia central é buscar desvendar a lógica da instituição, suas relações em âmbito macro, principalmente Estado e mercado capitalista, economia solidária, as contradições internas e externas, a acumulação e a centralização do capital e as tendências e desafios de longo prazo que se apresentam a ela.

## CAPÍTULO I

### 1.1. – ABORDAGEM HISTÓRICA DO COOPERATIVO

*Na verdade, nós não subestimamos, no entanto, a importância dessas cooperativas. Elas são de grande valia para a revolução da agricultura, mas não constituem, de forma alguma, o meio indicado para salvar a agricultura da bancarrota. (KAUTSKY, 1986, pg. 245)*

*La cooperativización agrícola nos permitirá reforzar nuestra alianza con el campesinado, ya no sobre la base de la democracia burguesa, sino del socialismo proletario. Así se podrá aislar en definitiva a la burguesía y facilitar la liquidación final del capitalismo. En este asunto, ¡sí que somos durísimos de corazón! El marxismo es tan cruel, tan poco bueno de corazón que lo que se propone es justamente exterminar como especie al imperialismo, al feudalismo, al capitalismo y también a la pequeña producción. (MAO, 1972c, p. 119)*

Nesse capítulo, abordaremos os fatores determinantes ao surgimento do cooperativismo, como as condições objetivas, seus principais teóricos (socialistas utópicos) e como ele vai se encaminhando, com o passar do tempo, para posições políticas de caráter reformista. O objetivo principal reside, portanto, em desvendar este desenvolvimento histórico do cooperativismo para compreender nosso objeto (CRESOL Baser), além de interpretar sua função social e as similaridades entre ambos. Por outro lado, buscamos analisar as versões atuais dos defensores da perspectiva cooperativista, como uma proposta em si, para mudanças sociais “profundas”, entre os quais destacamos Singer (2002), Bulgarelli (1962; 1965), Búrigo (2006), Schöder (2005), Bittencourt (2001; 2003), Demoustier (2006), Veiga e Fonseca (2001), entre outros.

Primeiramente, entendemos como necessário caracterizar o que compreendemos por cooperativismo. Nessa perspectiva, adotamos como referência a posição de Diva Benevides Pinho (1966), onde tal caracterização se apresenta no seguinte sentido:

— *Cooperativismo* no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas;

— *Cooperativas* no sentido de sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedades de pessoas e não de capitais, sem interesse

lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino [...]. (PINHO, 1966, p. 8-9).

Outro aspecto que julgamos importante é fazer a distinção entre a cooperação e o cooperativismo, que também por vezes são tomadas indistintamente. Nessa perspectiva, vemos que tanto a cooperação quanto o cooperativismo são frutos do desenvolvimento e aprofundamento do sistema capitalista. A primeira, como fundamento da produção capitalista na superação da manufatura e da redução do tempo de trabalho socialmente necessário. O segundo, estratégia de organização dos trabalhadores para melhorar suas condições de vida e estratégia de reformas socioeconômicas. Destacamos como principais semelhanças, o fato de surgirem efetivamente (como base da produção capitalista e como eficiente mecanismo de melhoria de vida) na etapa histórica do capitalismo, visando ambas a superação dos limites da atuação individualizada (MARX, 1996a).

Ao longo deste estudo, a partir da perspectiva de análise das diferentes *formações sociais*<sup>3</sup> (SANTOS, 1977; 2004), objetivamos compreender com maior clareza as características que constituem o objeto de investigação e suas relações com as demais esferas e sujeitos institucionais e sociais. Sendo assim, seguimos na compreensão da gênese e desenvolvimento da forma cooperativa.

A organização cooperativista surge primeiramente, e de forma institucionalizada, na Inglaterra da primeira metade do século XIX, no auge da Revolução Industrial e conseqüentemente, também do movimento operário. A Inglaterra era, neste período, o país industrial mais desenvolvido e, justamente neste contexto, expunha sem retoques a situação dos trabalhadores fabris. A precariedade a que os trabalhadores estavam sujeitos foi detalhadamente descrita por Friedrich Engels em 1845, numa obra que se tornou clássica, chamada *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. A razão pela qual Engels produziu uma obra tão fecunda foi que, além de ser filho de industriais, ele era também ligado às lutas operárias do período, o que lhe possibilitava um contato com a realidade concreta do proletariado inglês, realidade com a qual se impressionou e estudou desde a juventude.

---

<sup>3</sup> Entendemos essa perspectiva como sendo um esforço de compreensão da realidade que procura levar, de maneira essencial, os aspectos do modo de produção (MP), formação social (FS) e o espaço, como uma tentativa de apreender as determinações centrais da sociedade nas suas frações (particularidade) e na sua totalidade, embora se saiba que o faz de modo específico, num dado momento socio-histórico e sob determinadas circunstâncias (conjunturas) que se encontram em constante movimento e contradição (SANTOS, 1977; 2004).

Justamente um ano antes de Engels publicar sua obra, surge o movimento cooperativista, constituindo-se naquele que ficou conhecida como o primeiro empreendimento cooperativista, chamados de *Os Pioneiros de Rochdale*.

É de fundamental importância destacar algumas características da Inglaterra da época, berço do assim chamado movimento cooperativista, sobretudo a respeito dos seus aspectos socioeconômicos, já que se constituía como o país de maior desenvolvimento capitalista. Havia nesse país um desenvolvimento clássico, no qual a grande massa de pequenos agricultores, relativamente autônomos, era expropriada pela burguesia nascente, formando nesse processo, além da apropriação dos seus meios de produção e subsistência (e conseqüente centralização), a mão de obra necessária à indústria e à constituição do mercado interno (MARX, 1996b). Tal mecanismo, aliado a muitos outros (como as pilhagens, explorações coloniais, dominação comercial, etc.), constituíram o que Marx chama de *Acumulação Primitiva* do capital, processo esse, nas suas palavras, necessário ao surgimento do capitalismo moderno:

[...] a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital (MARX, 1996b, p. 380).

Assim, Marx demonstra que a destituição de meios de produção e subsistência dos agricultores era condição necessária à produção capitalista, fato histórico que se inicia na Inglaterra no século XIV e se consolida no XVIII. Portanto, um grande contingente da população não possuía outra forma de garantir sua sobrevivência a não ser vendendo sua força de trabalho. Por outro lado, o desenvolvimento da produção capitalista também não dá conta de absorver todos os trabalhadores expropriados, desencadeando, por esse motivo na Inglaterra, punições ainda mais rigorosas às já duríssimas *leis dos pobres*<sup>4</sup>, que proibiam qualquer tipo de ociosidade e instituíam punições severas aos que não se enquadravam (MARX, 1996b). O panorama mais amplo desse período demonstra a consolidação do capitalismo industrial, a incorporação crescente da maquinaria na indústria, formando assim um amplo contingente de trabalhadores sem ocupação (exército de reserva) nem condições de trabalho e com salários degradantes, leis de punição severas aos “vagabundos”, mendigos, etc.

---

<sup>4</sup> As referidas leis são as criadas, principalmente, a partir de 1834, já que as anteriores guardavam, em boa medida, um caráter e objetivos diferentes.

ou a qualquer um que se recusasse a trabalhar, aumento brutal da concentração e exploração dos operários bem como das condições de pauperização dos mesmos, em contraste à opulência da burguesia inglesa (ENGELS, 1980a).

As condições de precariedade geral dos trabalhadores ingleses também foram retratadas por Robert Owen, pensador e industrial e um dos grandes socialistas utópicos do período, que procurou intervir para melhorar as condições de vida dessa classe. O mesmo observara que:

Em New Lanark, como, aliás, por toda a parte nessa época, deploráveis eram as condições de trabalho do operário. Jornadas de trabalho excessivamente longas, remuneração insuficiente e segurança precária; absoluta falta de conforto e higiene na vida do operário (HUGON, 1993, p. 167-168).

Assim, Owen procura agir para melhorar a “sorte” destes trabalhadores, e de certa forma, influi na decisão do Parlamento Inglês em 1819, que acabou “fixando em 9 anos de idade a admissão de menores no trabalho e, em doze horas, a duração da jornada de trabalho” (HUGON, 1993, p. 168). É importante destacar também o papel que desempenhou nessas conquistas o movimento operário Cartista<sup>5</sup>, que sob as deploráveis condições de trabalho e vida, passa a se organizar e entrar na arena política. Corroborando a afirmação anterior, os acontecimentos revolucionários de 1848 e anos posteriores não só na Inglaterra, mas também na Europa, exemplificam a constituição de uma classe social ciente de seu papel e força político-revolucionária. Engels vai mais longe ao detalhar a situação precária em que vivia a maioria do proletariado. Segundo ele, as condições habitacionais eram péssimas; os baixos salários pagos acarretavam a necessidade da ajuda do trabalho de mulheres e crianças para complementar a renda; o “amontoamento” e a deficiente alimentação debilitavam as pessoas. E, ao lado disso, havia a situação das péssimas condições de higiene que eram um terreno fértil a propagação de doenças; da promiscuidade, falta de segurança, crimes, entre inumeráveis outros problemas (ENGELS, 1980a). Dessa forma, esses se constituíam os traços fundamentais da situação operária – vale lembrar que era maioria da população – e que tais condições miseráveis proporcionaram não apenas a tomada de consciência política dos trabalhadores, mas de alternativas para melhorar suas condições de vida, e destas últimas, a doutrina cooperativista ergueu-se com grande força.

---

<sup>5</sup> Um dos primeiros movimentos político-reivindicatórios da classe operária, ocorrido na Inglaterra entre 1838 e 1848. Seu nome deriva da Carta do Povo, um programa com reivindicações dos trabalhadores que foi em grande medida incorporado à legislação britânica. O final do movimento coincidiu com a derrota da revolução de 1848 na Europa (SANDRONI, 1999). Ver também Coggiola (2010).

O contexto histórico em que surgiram os primeiros empreendimentos cooperativistas<sup>6</sup> foi rapidamente caracterizado acima, de modo a expor a gênese desse processo e também seus objetivos. Segundo Schneider (1981), o cooperativismo era uma tentativa de superar as difíceis condições da época. Ele salienta que:

O cooperativismo surgiu, em meados do século passado, como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial. O motor dessa transformação gradativa da sociedade não seria a luta de classes, como propunham Marx e seus seguidores, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativista, que se imporia sobre o *laissez faire* capitalista (SCHNEIDER, 1981, p. 11).

Portanto, o surgimento das cooperativas neste período, estava intimamente ligado à brutal exploração do capitalismo em consolidação sobre as amplas massas de trabalhadores, os quais, anteriormente, constituindo-se em camponeses ao menos tinham certo “refúgio” por serem pequenos proprietários privados da terra. No entanto, sob a hegemonia burguesa, só lhes restou a força de trabalho – que, aliás, passa a ser superabundante.

É importante ainda ressaltar que desde o início do século XIX, começaram a surgir às primeiras ideias socialistas, cumprindo ao mesmo tempo a função de crítica às consequências do desenvolvimento do capitalismo, e por outro lado, da proposição de modelos sociais que corrigissem as mazelas do liberalismo econômico. Estas ideias surgiam na mesma medida em que os trabalhadores iam tomando consciência de classe e lutavam organizadamente por direitos sociais, políticos e econômicos. Abrindo um espaço de luta sem precedentes na história e, ao mesmo tempo, possibilitando e aspirando a tomada do poder pela classe dominada. Assim, dentre vários pensadores que propunham modelos de organização diferentes, três deles ganharam notoriedade e se destacaram, passando a exercer influência até os dias atuais: Saint Simon<sup>7</sup>, Charles Fourier<sup>8</sup> e Robert Owen<sup>9</sup>. O primeiro deles era um

---

<sup>6</sup> “O modo de produção capitalista é o único capaz de criar as condições prévias para o estabelecimento da cooperativa: ele gera uma classe de operários para a qual não existe a propriedade dos meios de produção em caráter pessoal; confere igualmente um caráter social ao processo de produção, além de contrastar ainda mais as diferenças que se observam entre a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados, de modo a evidenciar a meta obrigatória da substituição da posse dos meios de produção, a necessidade de sua transferência das mãos do capitalista para o domínio da sociedade” (KAUTSKY, 1986, p. 118).

<sup>7</sup>Saint-Simon (1760-1825). Pensador francês, um dos principais representantes do chamado socialismo utópico. “Nasceu em Paris, Claude Henry de Rocevroiy, Conde de Saint-Simon, primo, em segundo grau, do célebre autor das Memórias, grande senhor e aventureiro” (HUGON, 1995, p. 86).

<sup>8</sup> Charles Fourier (1772-1837). “Pensador francês, um dos principais representantes do chamado socialismo utópico ou romântico”. Ver mais (SANDRONI, 1999, p. 251).

Conde Francês, o segundo, um político reformista e o último, um empresário destacado e um entusiasta sindicalista.

Estes destacados pensadores são comumente conhecidos como “socialistas utópicos”, devido, principalmente, ao caráter utopista de suas ideias de emancipação ou mudança social. No entanto, a contribuição deles é muito valiosa, considerando que se constituem nas primeiras sistematizações mais elaboradas e numa perspectiva que colocava sob forte crítica e conseqüentemente, a sociedade de sua época, a qual ainda estava em processo de desenvolvimento elementar, o que por outro lado, demonstra tanto as mazelas a ela subjacentes quanto a perspicácia dos observadores. Sob o forte impacto causado pela Revolução Francesa e com ela todas as influências iluministas, não faltaram vozes a levantar-se contra aquilo que a burguesia tinha colocado para si como bandeira: liberdade, igualdade e fraternidade. Tal processo e período pode ser compreendido com a observação de Engels:

Hoy sabemos ya que ese reino de la razón no era más que el reino idealizado de la burguesía, que la justicia eterna vino a tomar cuerpo en la justicia burguesa; que la igualdad se redujo a la igualdad burguesa ante la ley; que como uno de los derechos más esenciales del hombre se proclamó la propiedad burguesa; y que el Estado de la razón, el “contrato social” de Rousseau pisó y solamente podía pisar el terreno de la realidad, convertido en república democrática burguesa. Los grandes pensadores del siglo XVIII, como todo sus predecesores, no podían romper las fronteras que su propia época les trazaba” (ENGELS, 1980b, p. 65).

Deste modo, vemos que por mais louvável que tenha sido o esforço de pensadores que, imbuídos do espírito iluminista, procuraram uma saída para as contradições em que estavam envoltos, não conseguiam ir para além do horizonte colocado pela sociedade burguesa. O papel importante desempenhado por Simon, Fourier e Owen é reconhecido por Marx e Engels, que os chamam de os “três grandes utopistas”. Sobre uma questão em particular, a do trabalho das crianças, Kautsky destaca a concepção dos pensadores utópicos.

Os grandes utopistas do socialismo, homens que simultaneamente também se revelaram grandes pedagogos, entendiam que a juventude devia ser posta muito cedo a trabalhar. John Bellers e Fourier admitem que as crianças já deveriam prestar serviços úteis a partir dos quatro ou cinco anos de idade.

---

<sup>9</sup> Robert Owen (1771-1858). “Industrial e reformador inglês, um dos representantes do chamado socialismo utópico. Em sua grande fábrica de New Lanark, Escócia, adotou melhorias sociais, como a criação de jardins-de-infância para os filhos dos operários e armazéns que vendiam gêneros alimentícios e outros artigos a preço de custo. Recusava-se a empregar nas fábricas menores de 10 anos, o que era um grande avanço para a época. Em 1825, fundou, no México e nos Estados Unidos (New Harmony), colônias cooperativistas que não tiveram êxito. Voltando à Grã-Bretanha, criou, em 1832, as primeiras cooperativas de produção e atuou sobre o movimento trabalhista, tentando organizar uma central sindical” (SANDRONI, 1999, p. 438-439).

Robert Owen preferiria que começassem a trabalhar aos oito. Nesse particular, esses autores vão perfeitamente ao encontro dos interesses ou pretensões dos capitalistas industriais. No entanto, aquilo que, nos planos sociais utopistas do socialismo, representa um dos meios mais eficazes para a elevação e o enobrecimento do gênero humano, torna-se um dos meios mais poderosos e mais horríveis de degradação da laboriosa classe proletária dentro da realidade capitalista. O sobredito dispensa qualquer prova, pois se nos têm oferecido à constatação inúmeras vezes essas provas desde que Owen entrou em cena (KAUTSKY, 1986, p. 316)

Entretanto, além do exemplo citado e apesar de suas contribuições, os limites dados pelas condições socioeconômicas da época não possibilitaram ir para além de proposições que, em última instância, não poderiam romper com o sistema capitalista (algo que não parecia ser uma pretensão central de nenhum deles), apesar de serem originários de países de vanguarda (a Inglaterra nas realizações econômicas e a França no plano das ideias). Suas perspectivas eram fundamentalmente direcionadas aos pequenos produtores, aos industriais, e não viam no movimento operário o protagonismo que lhe deram Marx e Engels. Sobre isso, diz este último que o “rasgo común a los tres es el no actuar como representantes de los intereses del proletariado, que entretanto había surgido como un producto de la propia historia” (ENGELS, 1980b, p. 66). Assim, suas propostas encontravam limites ao basear-se em modelos propiciados até então pelo incipiente desenvolvimento das forças produtivas e sociais de seu tempo, incapazes no fim das contas, de alavancar um processo de transformação radical, apesar de muitas das suas criações contribuírem significativamente para melhorias nas condições socioeconômicas desde o seu tempo até hoje, a exemplo do cooperativismo, e que, concordando com Kautsky, tiveram o grande mérito de provarem “inegavelmente uma coisa: a produção coletiva é possível, como também é possível substituir o capitalista individual por instituições de ordem social” (KAUTSKY, 1986, p. 114).

Conforme mencionado anteriormente, o primeiro empreendimento cooperativista, sobre o qual parece haver consenso, é o de Rochdale, o qual conseguiu reunir na sua constituição aquilo que outros, de caráter cooperativista, buscavam desenvolver (através de tentativas e erros e também da experiência que se foi acumulando), além de estarem imbuídos, como destacam Monteiro e Keil (1982), de um claro sentimento ou ideal democrático e humanista, herança iluminista que se voltava para as mazelas tanto do antigo regime quanto do novo. A observação sem retoques de Monteiro e Keil, oferece uma clara ideia das condições e particularidade da cooperativa de consumo de Rochdale:

A opressora dinâmica social dos anos 40 do século XIX na Inglaterra, baseada numa violenta exploração do trabalho e alta remuneração do capital,

define um campo fértil para os sentimentos e experiências socialistas, como a de Rochdale, baseada nas ideias de Robert Owen.

Num contexto de desemprego e de fome, os operários e artesãos de Rochdale, num número de vinte e oito, fundam em 1843 uma sociedade baseada na ajuda mútua, visando a melhoria de suas condições de vida e bem estar comum [...] (MONTEIRO; KEIL, 1982, p. 2).

Conforme indicado no início, a perspectiva central da constituição cooperativista é a sobrevivência dos seus membros frente à situação de exploração e pauperização a que acabaram relegados frente ao desenvolvimento do capitalismo inglês. Pereira (2012) aponta que a tentativa do empreendimento de Rochdale foi um mecanismo de inserção no livre mercado de trabalhadores em situações precárias, fazendo com que a união dos esforços econômicos lhes trouxesse melhores condições de vida. Ainda segundo Pereira (Ibidem), as alternativas do cooperativismo e a de imigração, eram os dois principais meios de fazer frente à miséria que os ameaçava e às transformações impostas pelo capital. Entretanto, os princípios que orientavam o cooperativismo de Rochdale em relação à subordinação do capital ao trabalho, não se sustentaram por muito tempo. Aderindo aos mecanismos do liberalismo econômico, o empreendimento foi obtendo sucesso, ao contrário de muitos outros que, devido às crises, haviam entrado em falência. Assim, o grupo acionista (ou o que representava o capital) obteve uma importante vitória em 1867, derrubando o princípio de igualdade na remuneração e relação entre capital e trabalho.

Desse modo, longe de constituir-se em uma alternativa par os trabalhadores pauperizados, o cooperativismo de Rochdale acabou por se firmar e legitimar sua inserção na ordem burguesa. Segundo Monteiro e Keil (1982) o empreendimento de Rochdale “[...] marco inicial do cooperativismo moderno, abandona sua proposta inicial e instaura dentro de suas atividades o reconhecimento da exploração do homem pelo homem, ao negar o trabalho a participação proporcional na distribuição dos benefícios” (1982, p. 6). Ao se despojar das características socialistas incorporadas inicialmente e negar qualquer aproximação com o movimento revolucionário – condição de aceitação e reconhecimento na sociedade burguesa – , o cooperativismo passa a ser “uma ação ideológica de mascaramento e de alienação da exploração dos indivíduos” (MONTEIRO; KEIL, 1982, p. 8). O sucesso do empreendimento de Rochdale (do ponto de vista de uma parte dos seus integrantes e da burguesia em geral) é descrito por Pereira:

A humilde e insegura atividade econômica iniciada pelos tecelões em 1844 inaugurava naquela década de 1860 uma série de empreendimentos altamente rentáveis, enquanto outras empresas encerravam atividades devido

à crise instaurada, e, nas palavras do próprio Holyoake transformava-se em uma verdadeira corporação capitalista: “aquele dia, 28 de setembro de 1867, se consagrava solenemente, reconhecendo a sua influencia publica. Os cooperadores de Rochdale constituíam a maior corporação daqueles tempos” (PEREIRA, 2012, p. 55).

Portanto, o que realmente aparece nesse exemplo não é a constituição de uma segura alternativa aos trabalhadores, mas sim, um mecanismo de enriquecimento privado que se utiliza da força do conjunto dos membros para levar adiante seus interesses, saindo do empreendimento subalterno inicial, para se constituir como uma das maiores corporações capitalistas de seu tempo, ultrapassando o campo do consumo e se instituindo na comercialização, produção, crédito, etc. A experiência cooperativa iniciada pelos Pioneiros de Rochdale abriu, a partir das transformações da década de 1860, um campo inteiramente novo de expansão e acumulação desse tipo de empreendimento econômico. Singer (2002) menciona em várias passagens a expansão do cooperativismo, em diversos segmentos e em diversos países, aumentando extraordinariamente tanto o número de cooperados quanto o capital disponível. O mesmo autor segue ainda trazendo indicadores da expressividade que o cooperativismo alcançou pelo mundo (principalmente ocidental), nas suas mais diversas formas e particularidades, até o momento em que passou a entrar em decadência devido ao enorme poder exercido pelas grandes corporações, marcadamente após a segunda guerra mundial.

Os defensores modernos do cooperativismo não veem nenhuma contradição em relação ao seu sucesso na sociedade burguesa, enquadrado nas relações políticas, financeiras, jurídicas, etc., que vogam no capitalismo. Muito pelo contrário, creditam a isso a capacidade do cooperativismo de adaptar-se e crescer, mantendo-se fiel aos seus princípios, e seguem afirmando-o como uma via alternativa ou uma “terceira via” ao atual modelo socioeconômico. Nas palavras de seus ideólogos:

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos da economia de mercado, e fez isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Pelo contrário, foi exatamente a harmonização destes dois fatores que possibilitou seu crescimento, tornando-a um modelo das cooperativas futuras (VEIGA; FONSECA; 2001, p. 20).

Assim, longe de ver os limites da iniciativa, a qual é qualificada de “capacidade de adaptação”, continuam apresentando-a como a mais acertada “alternativa” ao capital,

principalmente para aquela “esquerda” autofóbica<sup>10</sup> em relação às experiências socialistas no século XX. O modelo da experiência cooperativista ocidental é transmitido como a única alternativa viável aos trabalhadores, sem a menor referência ao modelo socialista que, aliás, quando é apresentado, ganha o rótulo de totalitário ou antidemocrático. Apresenta-se uma nova roupagem para a chamada *economia solidária* – sobre a qual trataremos mais adiante –, que parece querer escamotear mais de 150 anos de história, na qual se provou que o cooperativismo tem muito a contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, mas que está longe de ser o instrumento de derrubada do capitalismo e da emancipação da classe trabalhadora. Muito pelo contrário, já há bastante tempo, diversos pensadores e instituições ou classes, dentre eles defensores e críticos, expressaram suas opiniões sobre os empreendimentos cooperativistas. Há de certo modo, e isso parece soar mais como um aspecto de transparência, a tendência na unanimidade em ver as cooperativas como empreendimentos funcionais e necessários dentro do sistema capitalista. É notável ver que, inicialmente vista com preocupação pela Igreja, pela burguesia e pelo parlamento, e pela imprensa inglesa, as diversas formas de cooperativas foram sendo, não apenas apoiadas (leia-se financeiramente) como também incentivadas e difundidas (PEREIRA, 2012). Monzón (2003) cita Walras (1898), um teórico liberal defensor das cooperativas:

Como es lógico, el papel que Walras asigna a las cooperativas sirve para completar el sistema capitalista y no para transformarlo, de manera que la acción cooperativa permite iniciar a los trabajadores en las leyes y mecanismos del capitalismo liberal, considerando que las cooperativas donde mejor pueden desenvolverse es en el área de la producción antes que en la distribución (Walras, 1865: 15), y concluyendo que las cooperativas “... cumplen su gran papel económico que es no suprimir el capital sino hacer que el mundo sea menos capitalista, y también un papel moral, no menos considerable, que consiste en introducir la democracia en el mecanismo de la producción” (Walras, 1898). (MONZÓN, 2003, p. 21).

Portanto, na citação acima, a clareza com que é exposta a função das cooperativas na sociedade, do ponto de vista de Walras, deixa pouca margem para interpretações diversas. Com relação a este tipo de iniciativa, Walras não esconde a sua perspectiva reformista, a qual aos poucos vai estendendo sua influência a outros intelectuais protagonistas das teses conciliatórias e pacifistas dentro do movimento operário. Não por acaso, que este pensador francês é considerado o “pai” da chamada “*contra-revolução marginalista*” e defensor do cooperativismo reformista.

---

<sup>10</sup> Para uma melhor compreensão da autofobia no movimento comunista ver: Losurdo (2004).

Na Europa efervescente dos anos 30 do século XIX, o período em que o movimento operário conquista um espaço maior na cena política, notadamente com o cartismo e o sindicalismo, é também o mesmo em que surge e se desenvolve vertiginosamente, como já tratamos anteriormente, o movimento cooperativista, não apenas na Inglaterra, mas em muitos outros países europeus. É interessante notar como era a relação entre os dois grandes movimentos (operário e cooperativista), especialmente quando o contexto explosivo da época apontava claramente para perspectivas de transformações radicais na sociedade europeia. Tal relação é muito bem analisada por Coggiola (2010):

Nas condições criadas pela expansão do mercado capitalista, setores de trabalhadores começaram a tentar contorná-lo, escapando ao destino cruel reservado à classe operária. Vinte e oito tecelões entraram para a história como os “Pioneiros de Rochdale”, iniciando o movimento que se conheceria depois como cooperativismo, lançado em 1844 com a constituição da primeira cooperativa de consumo. Rapidamente, o cooperativismo estendeu-se na Europa continental, criando uma tendência que seria uma das bases do ulterior reformismo social-democrata. As cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Esse “utopismo cooperativista” foi substituído por um objetivo mais limitado, quando os Pioneiros de Rochdale abriram uma mercearia sobre a base de repartir entre seus membros um dividendo proporcional à soma de suas compras. *Os Pioneiros fizeram progressos constantes, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, ou seja, uma parte das energias da classe operária saiu da luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado. Ernest Jones e outros militantes cartistas criticaram freqüente e severamente a evolução das cooperativas.* Vinte anos depois, havia 454 cooperativas na Inglaterra, a maioria no norte, com centenas de membros. Em 1863 foi criada a Cooperative Wholesale Society (Sociedade Cooperativa no Atacado), generalizando a atividade para todo o país. Os operários viravam administradores (COGGIOLA, 2010, p. 12 – *grifo meu*).

Neste elucidativo trecho, abre-se a possibilidade de compreendermos os rumos que vai tomando o movimento cooperativista logo no seu início, e na medida em que vai se expandindo pela Europa. A opção de ir abandonando a perspectiva revolucionária, de acordo com as parcas melhorias que iam conseguindo os cooperados, assim como as dificuldades e constantes repressões pelas quais passavam as organizações dos trabalhadores, entre outros aspectos como as crises econômicas que passaram a ser periódicas<sup>11</sup> após a consolidação da ordem capitalista, foram determinando em larga medida a direção do movimento.

---

<sup>11</sup> Para aprofundar este assunto ver: KONDRATIEFF, N. D. **Los grandes ciclos de la vida económica**. IN: HABERLER, G. **Ensayos sobre el ciclo económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

## 1.2. – PERSPECTIVAS TEÓRICAS E EXPERIÊNCIAS DE COOPERATIVIZAÇÃO

Neste subitem, apresentamos de modo geral, algumas experiências da prática cooperativista em diferentes lugares, contextos históricos e temporalidades, com o objetivo de trazer para a discussão, a até então relegada experiência (tratamento aqui de maior ênfase no plano teórico) do cooperativismo nos países socialistas, além da clássica historiografia dos países ocidentais. A discussão desta questão deixará como lacuna, infelizmente, aspectos práticos mais recentes sobre a temática, a qual teria como referência principal, por exemplo, o modelo cooperativista chinês<sup>12</sup>.

Como buscamos orientar nossa pesquisa e análise à luz da teoria marxista, trataremos de expor a seguir a síntese dessa perspectiva sobre o cooperativismo de modo teórico e prático. Destaque teórico, principalmente, aos ensinamentos dos países socialistas, com maior relevo para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tal orientação tende a encaminhar-se na contramão da maioria dos estudos dedicados ao cooperativismo, os quais, com raríssimas exceções, privilegiam apenas o que se desenvolveu do lado ocidental da “cortina de ferro”. A nosso ver, tal postura reflete basicamente os interesses de três grandes forças sociais, que guardam objetivos comuns em relação ao socialismo, os quais são notadamente: a burguesia (e seu Estado burguês), a Igreja<sup>13</sup> (principalmente a de matriz católica) e o movimento político reformista (aqui o destaque vai para a pequena burguesia). A verdadeira missão do cooperativismo, na ótica da burguesia, de seus aliados anteriormente citados e de Bulgarelli (1962), tendia a ser, como nos esclarece este último, um “antídoto” contra os “maus exemplos” dos países comunistas “extremados”. Vejamos o exemplo que esse ideólogo nos trás e a sua fervorosa fé no cooperativismo burguês:

Revela notar que estando a China se organizando em moldes comunistas, o movimento cooperativo está sendo utilizado, como na URSS, de forma intermédia para se atingir a *total socialização dos meios de produção*, mas, **acreditamos sinceramente, que a influência do cooperativismo com o**

<sup>12</sup> Para maiores detalhes ver: JABBOUR (2010).

<sup>13</sup> “Semejante clado de cultivo provocaba a su vez una áspera confrontación teórico-política sobre el cooperativismo y, en general, los sistemas de centralidad y autoorganización de la clase trabajadora. La Iglesia católica, por ejemplo, era muy consciente de la urgencia de intervenir en ese problema y en 1891 León XIII expresó en “*Rerum Novarum*” las nuevas directrices sociales de Roma, **con especial insistencia en el cooperativismo interclasista**. Otro tanto podríamos decir de diferentes “socialismos cristianos” que se aferraban a una mezcla de socialismo utópico y denuncia evangélica. Pero, además del anarquismo y sus familias, los grandes choques se libraron entre el **minoritario marxismo y el mayoritario bloque reformista**”. (SAN VICENTE, s/d, p. 17 – **grifos meus**).

**passar do tempo, será tal que chegará até mesmo a afastar a ameaça comunista,** implantando-se então, o tão sonhado por muitos Estado Cooperativo (BULGARELLI, 1962, p. 150 - *grifos meus*).

Passando das perspectivas hegemônicas, seguimos a partir daqui com a dos clássicos marxistas em relação ao cooperativismo, cuja ênfase principal, tenderá a concentrar-se naqueles que estiveram à frente da construção e condução deste processo em suas respectivas realidades (em primeiro lugar como crítica teórica, luta de classes, e, em segundo, como construção de uma nova sociedade). Assim, diferindo radicalmente dos primeiros pensadores e idealizadores cooperativistas, Marx e Engels viam as diferentes experiências cooperativas como um avanço, as quais estavam a proporcionar uma grande experiência ao movimento dos trabalhadores. Os autores destacavam que a forma cooperativa fazia com que, além da união entre os trabalhadores, o avanço na socialização da produção e na superação do seu isolacionismo, demonstrava-lhes na prática, que os mesmos poderiam organizar a produção sem a necessidade do burguês ou patrão. Nesse sentido, Marx, tratando no capítulo XI do Livro I de *O Capital* sobre a Cooperação<sup>14</sup>, destaca na nota de rodapé nº 608:

“Um jornal filisteu inglês, o *Spectator*, de 26 de maio de 1866, noticiou que, depois da introdução de uma espécie de associação entre capitalista e trabalhadores, na wirework company of Manchester: ‘o primeiro resultado foi uma súbita redução do desperdício de material, pois que os trabalhadores não compreendiam por que deveriam desperdiçar sua propriedade mais que a dos capitalistas, e desperdício de material é, ao lado de más dívidas a receber, talvez a maior fonte de prejuízos nas fábricas’. **O mesmo jornal descobriu como erro básico da experiência cooperativista de Rochdale: ‘Elas comprovaram que associações de trabalhadores podem gerir com sucesso lojas, fábricas e quase toda forma de indústria, e elas melhoraram extraordinariamente a situação dos operários, porém (!), não deixaram nenhum lugar visível para capitalistas’.** *Quelle horreur!* (Que horror!). (MARX, 1996a, p. 447 – grifos meus em negrito).

Portanto, nesta passagem, embora de forma marginal, Marx demonstra que mesmo a burguesia já tinha se dado conta do significado de tais iniciativas operárias, e o ponto de destaque do autor, vai ao sentido da constatação da inutilidade do burguês na produção e distribuição dos produtos. No entanto, não havia em Marx e Engels – e nem mesmo em Lênin, anos mais tarde –, a mínima ilusão sobre as possibilidades e os limites da experiência cooperativista dentro dos marcos da sociedade capitalista, explicitada principalmente nos princípios do movimento, que são os pilares difundidos por qualquer iniciativa cooperativista

---

<sup>14</sup> É importante tomar o cuidado para não colocar Cooperação e Cooperativismo como sinônimos, pois há diferenças entre esses dois conceitos, embora possam manter relação. Para ver mais consultar SANDRONI (1999).

no ocidente e que, na interpretação de Monteiro e Keil “são transformados em regras mágicas capazes de transformar o mundo, e seu poder ideológico é, para o movimento cooperativo, o equivalente ao decálogo de Moisés para o mundo ocidental Cristão” (p. 9, 1982). É desse modo que Marx e Engels, em seu tempo, travaram um constante combate às posições dos defensores reacionários do cooperativismo, como Blanc<sup>15</sup>, Lassalle e Proudhon, que exerciam grande influência no movimento operário. As principais críticas eram dirigidas contra as “vias pacíficas” de transformação social, sem a tomada do poder político e da “ajuda” estatal aos empreendimentos cooperativos. A defesa de Marx era de que os empreendimentos cooperativos eram válidos apenas “enquanto [...] criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses” (MARX apud MONTEIRO, 1993, p. 7).

Na perspectiva de Marx e Engels, as reais possibilidades do cooperativismo como mecanismo transformador surgido do antagonismo de classes, apareciam indicando a necessidade, primeiramente, da tomada do poder político pelo proletariado, e através do poder de Estado, estender a forma cooperativista a escala nacional, de modo a integrar trabalhadores, setores da economia, utilizando-se do planejamento macroeconômico (MARX, 1980). Davam os autores, ênfase ao cooperativismo de produção, e não as outras formas de cooperativas (comerciais, creditícias, etc.), pois estas últimas “não afetariam mais que a superfície do atual sistema econômico” (MARX apud MONTEIRO, 1993, p. 5). Lembravam ainda que as cooperativas tenderiam a imitar, dentro desta sociedade, os “defeitos” do capital, e que, se não fossem capaz de expandirem-se, apoiados nas forças dos próprios trabalhadores, suas pretensões de emancipação social seriam insignificantes. Sobre esse assunto, na inauguração da Associação Internacional, em 1864, Marx foi taxativo:

[...] la experiencia del período comprendido entre 1848 y 1864 ha probado hasta la evidencia que, por excelente que sea en principio, por útil que se muestre en la práctica, el trabajo cooperativo, limitado estrechamente a los esfuerzos accidentales y particulares de los obreros, no podrá detener jamás el crecimiento en progresión geométrica del monopolio, ni emancipar a las masas, ni aliviar siquiera un poco de la carga de sus miserias. Este es, quizá, el verdadero motivo que ha decidido a algunos aristócratas bien intencionados, a filantrópicos charlatanes burgueses y hasta a economistas

---

<sup>15</sup> [...] acerca del papel que pueden jugar las cooperativas en la transformación de la sociedad, Marx se refiere a ello por primera vez entre 1851 y 1852 criticando las propuestas de Luis Blanc de organizar un estado socialista mediante la creación de cooperativas de producción. A este respecto, Marx señala que los intentos de superar el capitalismo a pequeña escala, en niveles meramente empresariales, suponen una *renuncia a transformar el viejo mundo y una vía forzosamente fracasada* (Marx, s.f.: 101 apud Monzón Campos, 2003, p. 23).

agudos, a colmar de repente de elogios nauseabundos al sistema de trabajo cooperativo, que en vano habían tratado de sofocar en germen, ridiculizándolo como una utopía de soñadores o estigmatizándolo como un sacrilegio socialista. Para emanipar a las masas trabajadoras, la cooperación debe alcanzar un desarrollo nacional y, por consecuencia, ser fomentada por medios nacionales. (MARX, 1980, p. 5).

Por conseguinte, para servir como mecanismo auxiliar na transformação revolucionária, o cooperativismo deveria não apenas objetivar uma integração setorial cada vez maior, mas também entre as diferentes camadas dos trabalhadores, saindo do seu isolamento, do seu sectarismo, pois o poder dos grandes monopólios – que poderíamos chamar também de uma forma de cooperativismo, só que dos grandes capitalistas –, amparados no Estado burguês e seus aparelhos coercitivos, jamais seriam ameaçados.

A retomada da crítica feroz de Marx à antiga concepção de Lassalle, corporificada no Programa do Partido Social-Democrata Alemão, em 1875, aparece no seu artigo *Crítica del Programa de Gotha*. No referido programa, a proposição é a de transformação social através do fomento estatal as cooperativas, sob controle democrático do “povo trabalhador”. Para Marx, tal “solução” era digna de profetas, pois propunha solucionar todos os problemas, mediante o abandono da luta de classes e a submissão ao Estado. Sobre este último aspecto, dirá Marx que “¡Es digno de la fantasía de Lassalle eso de que con empréstitos del Estado se puede construir una nueva sociedad como se construye un nuevo ferrocarril!” (MARX, 1977, p. 17). Em outras palavras, a crítica vai no sentido de que a proposta tende a apresentar que, uma vez fomentada as cooperativas, por um Estado da classe que justamente se buscava derrubar, a sociedade já estaria transformada. Outro ponto reacionário criticado por Marx foi a tendência ao retrocesso que se apresentava na proposição, apresentada sob a vaga, mas “democrática” expressão “controle do povo trabalhador”, cujo “povo” era constituído majoritariamente, na Alemanha daquele período, pelos camponeses. Para Marx tal perspectiva era inconcebível, pois:

[...] tratándose de un pueblo trabajador que, por el mero hecho de plantear estas reivindicaciones al Estado, exterioriza su plena conciencia de que ¡ni está en el Poder ni se halla maduro para gobernar!

Lo verdaderamente escandaloso no es tampoco el que se haya llevado al programa esta cura milagrosa específica, sino el que se abandone simplemente el punto de vista del movimiento de clases, para retroceder al del movimiento de sectas (MARX, 1977, p. 17).

Assim, o abandono da luta política do proletariado, cuja perspectiva almejava ser a mais ampla da sociedade, tende a retroceder semelhantemente ao de uma seita. E, esta última

guarda certamente exagero do autor, no entanto, a crítica é absolutamente válida, pois reside no caráter pequeno burguês do campesinato, o qual por outras palavras derivam de sua posição particular, de pequeno proprietário privado, o que se configurava, realmente, num grande passo para trás. Tais críticas tinham toda pertinência, tanto pelas reiteradas voltas do reformismo, qualificados por Marx de “*apóstoles inoportunos y ruidosos de la producción cooperativa*”<sup>16</sup>, quanto pela clareza que tinha o autor diante deste tipo de atividade econômica, pois segundo aponta Lorenzo, “para Marx la cooperativa obrera (de producción) es una forma colectiva de apropiación privada. Es decir, ella anula el poder de los patrones en una empresa, pero ello no implica necesariamente la abolición del capitalismo” (MARX apud LORENZO, 2011, p. 87). Neste sentido, quando se chama atenção para o caráter sectário, e ainda subsidiado pelo Estado burguês, aparece a inerente contradição entre o apoio coletivo e a apropriação privada, no qual se pode muito bem qualificar, como fez Marx, as cooperativas como um coletivo que busca a apropriação do excedente de forma “privada” (grupal, corporativa ou sectária)<sup>17</sup>.

Como dissemos acima, uma das características do cooperativismo alemão foi sua grande expansão entre os setores da pequena burguesia, tanto dos artesãos quanto dos pequenos camponeses, em especial. Com relação a estes últimos, sempre houve a polêmica de como agir com essa classe no plano revolucionário, pois em muitos países, notadamente os não plenamente desenvolvidos do ponto de vista industrial, os camponeses sempre se apresentavam como uma classe bastante numerosa. Desse modo, o cooperativismo na Alemanha, se desenvolveu consideravelmente entre estas classes, e adquiriu, por consequência, um caráter marcadamente pequeno burguês. Diante desta situação, Engels dirá que a solução para o problema camponês reside na proposta da Social-Democracia, que de modo algum deveria prometer aos pequenos camponeses a preservação de seus lotes de terra individuais, mas demonstrar-lhes as vantagens da exploração coletiva e da inevitável ruína sob o sistema capitalista, nas palavras do referido autor:

Não podemos admitir como camarada de partido o camponês que espera de nós que lhe eternizemos a sua propriedade de parcelas, tão pouco quanto o

---

<sup>16</sup> “Marx califica el socialismo proudhoniano de socialismo burgués y de pequeño burgués. Burgués, porque lo que propone realizar ya existe, la ilusión de ello al menos. Pequeño-burgués, porque Proudhon es la encarnación de la contradicción entre capital y el trabajo, y su socialismo es esencialmente de origen campesino y artesanal” (LORENZO, 2011, p. 87).

<sup>17</sup> Muitas dessas características, em nosso ponto de vista, são bastante nítidas no cooperativismo da CRESOL, como veremos com maior ênfase no terceiro capítulo.

pequeno mestre-artesão que se quer eternizar como mestre (ENGELS, 1982a, p. 10).

E segue afirmando:

[...] quando estivermos de posse do poder do Estado, não poderemos pensar em expropriar pela força os pequenos camponeses (tanto faz que com ou sem indenização), como seremos obrigados a fazer com os grandes possuidores fundiários. A nossa tarefa face ao pequeno camponês consiste, antes do mais, em *fazer transitar a sua exploração privada e a sua posse privada para uma [exploração e posse] cooperativas*, não pela força, mas através do exemplo e da oferta de ajuda social para esse objectivo. E aqui temos, sem dúvida, meios suficientes para fazer entrever ao pequeno camponês vantagens que já agora lhe terão de saltar à vista (ENGELS, 1982a, p. 10 – *grifos meus*).

Nestes apontamentos, Engels (1982a) evidencia a necessidade de mostrar aos camponeses a irracionalidade de seu modo produtivo e elevá-los a um modo superior, deixando suas parcelas individuais e coletivizando-as cada vez mais por meio dos empreendimentos cooperativos, o meio até então mais acessível e efetivo de transição da agricultura capitalista para um modo de produção socializado. Este último modelo, sobre o qual trataremos mais adiante, é o que será adotado e desenvolvido por Lênin e os bolcheviques na construção da Rússia Soviética a partir da Revolução Socialista de 1917.

Embora nem Marx ou Engels tenham tratado de forma específica o cooperativismo, de modo mais sistematizado e aprofundado, ao longo de diversas de suas obras podemos encontrar várias passagens que tratam do assunto. Talvez não do cooperativismo em si, mas das classes sociais envolvidas e algum outro ponto importante, como o crédito, por exemplo, sobre o qual buscamos nos debruçar. No entanto, algumas críticas aos ideólogos do cooperativismo, em sua vertente explicitamente reformista, foi duramente combatida pelos dois autores. Uma importante crítica feita a um dos expoentes da cooperativização pequeno burguesa foi a que se deu com um dos fundadores do cooperativismo de crédito alemão, o político liberal Schulze-Delitzsch<sup>18</sup>. Ele foi desmascarado por Engels pela sua posição claramente contra-revolucionária, numa obra que reúne uma coletânea de artigos a respeito da “solução habitacional” aos operários proposta pelos arautos da burguesia, intitulada *Para a Questão da Habitação* de 1873. Na referida obra, Engels faz duas críticas a Schulze-Delitzsch. A primeira, devido à defesa deste último quando apresenta aos operários alemães o modelo das *building societies* inglesas, que se passavam por associações para aquisição de

<sup>18</sup> Herman Schulze-Delitzsch (1808-1883), nascido na pequena cidade alemã de Delitzsch (daí seu nome), foi um magistrado idealizador das cooperativas de crédito, destinadas, sobretudo, às classes médias urbanas (artesãos, comerciantes, pequenos empresários, etc.). Ver mais em PINHO, 2004.

habitações aos trabalhadores, mas que não eram mais que sociedades pequeno-burguesas que buscavam através do investimento hipotecário, garantir juros e dividendos por meio da propriedade fundiária aos seus membros (ENGELS, 1976). Nesta perspectiva, Engels critica, dizendo que “burgueses da *couleur* Schulze-Delitzsch” (p. 36), estavam incentivando tal modelo que não passava de engodo, já que a classe capitalista não queria resolver tais questões e os operários não teriam condições de fazê-lo. A segunda crítica vem através de outra, feita ao “proudhoniano alemão” Mülberger, que, numa dada passagem do texto, mostra todo o seu reacionarismo a respeito das contradições da sociedade capitalista. Sua postura expressa claramente não ser possível superar tais contradições (já que elas seriam “naturais”, e, portanto, utopia querer suprimi-las), e sim, encontrar meios de equilíbrio, procurando, de alguma forma, conciliá-las harmonicamente, numa associação de interesses comuns. Assim, segundo Engels, tal modo de agir era típica de Schulze. Engels assim se expressa no tocante a essa questão:

“No que respeita especialmente à oposição entre” capitalistas e operários assalariados, “é uma utopia querer suprimi-la. Esta oposição é uma oposição natural, ou, com mais exactidão, formada historicamente. Não se trata de **suprimir** esta oposição mas de encontrar formas políticas e sociais nas quais ela seja **inofensiva** e mesmo **frutuosa**. Desta maneira é de esperar uma compensação pacífica, um gradual equilíbrio dos interesses”. *Com o que chegamos de novo a Schulze-Delitzsch*. (ENGELS, 1976, pg. 54 – grifo meu).

Dessa maneira, vemos que Engels faz duras críticas a um dos grandes expoentes do cooperativismo alemão, pela sua postura claramente contra-revolucionária, na medida em que defende modelos explicitamente de natureza pequeno-burguesa ao proletariado alemão, que acabavam por se apresentar, em última instância, num verdadeiro retrocesso político, na medida em que freavam as iniciativas mais arrojadas por parte do movimento. No entanto, apesar de grandes teóricos socialistas tratarem da questão cooperativista, numa perspectiva revolucionária, entre os quais destacamos Kautsky, Luxemburgo e Lênin, já no final do século XIX a ala do cooperativismo reformista vai tornando-se aos poucos hegemônica. Segundo Lorenzo, tal ala reformista influencia na criação, em 1895, da Associação Cooperativa Internacional (ACI) e mais tarde, da divergência dentro da Social-Democracia, efetivamente explicitada a partir do Congresso da AIT em 1899 realizado em Hannover, que acabou por originar duas correntes opostas, uma das quais será dos partidários “de Marx e Engels, y otra pequeño-burguesa y apoliticista de los seguidores de Krüger y Schulze-Delitzsch” (LORENZO, 2011, p. 92).

Embora o cooperativismo seguisse, no final do século XIX, cada vez mais pela via reformista, no estudo clássico de Kautsky (1986) sobre a *Questão Agrária* (justamente o título da sua grande obra), o autor dedica um pequeno capítulo para tratar dessa polêmica temática, embora traga ao longo desse estudo uma concepção socialista do cooperativismo. A seguir, destacamos os aspectos que consideramos mais relevantes para o entendimento da perspectiva do autor, a qual em grande medida orientará nosso estudo.

Kautsky se debruça sobre o problema da agricultura sob o modo capitalista de produção, na tentativa de investigar mais profundamente este setor tão importante e que até então tinha sido muito pouco aprofundado. Na parte que trata das cooperativas, o autor se questiona como em outros aspectos, qual dos dois tipos de estabelecimentos rurais (grandes ou pequenos), tirariam mais vantagens da cooperação. Assim, demonstra que, apesar de muito se beneficiar o pequeno estabelecimento dos empreendimentos cooperativistas, são os grandes estabelecimentos que alcançam maiores vantagens. Estes últimos, por uma série de razões, entre as quais destacamos a sua menor quantidade, suas grandes propriedades, sua familiaridade com os negócios e o mercado, capacidade de articulação, proprietários de meios de produção e capital, etc., fazem com que a classe dos grandes proprietários saia na frente. Aos pequenos proprietários há também uma série de vantagens, principalmente se considerarmos que a via cooperativa surge como um mecanismo de manutenção da sua situação, pois de outra forma (com exceção dos empréstimos dos usurários) seriam expropriados ou excluídos da atividade agropecuária. É por meio das cooperativas, que inúmeros pequenos agricultores unem forças para conseguir sobreviver no mercado, seja nos mais diferentes ramos, embora como veremos mais adiante, o comercial e o creditício predominem. É importante também destacar que a união de parcelas individuais, embora limitada e mantenedora de uma contradição fundamental, ou seja, certa socialização em um polo e a propriedade e/ou apropriação privada em outro, representa um grande avanço do ponto de vista de uma gradual socialização produtiva. Nesta mesma perspectiva, podemos considerar tal incidência, como um aspecto progressista do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Ainda segundo Kautsky (1986), as diferentes formas de sociedades cooperativas estabelecidas no campo, constituíam-se em um fator de progresso, pois proporcionavam aos pequenos agricultores acesso ao que antes, isoladamente, jamais poderiam alcançar como acesso ao crédito, melhoria na produtividade, introdução de máquinas e outros implementos, maior poder de barganha na comercialização, aquisição de novos produtos, acesso a

tecnologia, técnicas de controle sanitário e manejo, entre outros. Especificamente sobre a questão do cooperativismo de crédito no século atual, temática investigativa central desse trabalho, destacamos uma passagem do autor a respeito do assunto:

Para o pequeno camponês, a cooperativa de crédito lhe interessa principalmente no que se refere à concessão de crédito pessoal. No entanto, o que o lavrador não consegue obter, a cooperativa de crédito consegue. Ela consegue obter o crédito do grande capital monetário, fazendo jus às condições impostas pelo capitalismo moderno. Se, por um lado, os empréstimos solicitados pelos lavradores individuais são pequenos demais para despertar o interesse do grande capital, os de uma cooperativa inteira desempenham, por outro lado, um papel bem diferente. Se o empréstimo concedido a um camponês desconhecido representa um sério risco para o banco da cidade, a solidariedade dos cooperados reduz esse risco a um mínimo (KAUTSKY, 1986, p. 109).

Nestes apontamentos, fica claro o agricultor individual, devido à questão da aquisição de crédito – elemento central para a manutenção de sua atividade produtiva –, sem o empreendimento cooperativo não haveria como subsistir. Essa subsistência seria inviável devido à pequena quantidade de recursos, que pouco interessariam aos bancos; à baixa possibilidade de demonstrar garantia de pagamento, além de que sua difícil situação econômica, de modo geral, que despertaria desconfiança ao banqueiro, somando-se ainda que se torna oneroso, do ponto de vista da atividade bancária, realizar milhares de pequenos contratos, cada qual com valores reduzidos, ao invés de realizar poucos contratos com valores substanciais (aqui entra uma das vantagens dos grandes estabelecimentos agrícolas).

É importante chamar a atenção para o destaque do autor, em relação às condições de subordinação em que acabam por entrar os agricultores, na medida em que dependem, para viabilizar sua produção, de recursos do grande capital financeiro. Tendo que intensificar essa relação subordinada cada vez mais, de modo não só a cumprir as exigências do capital como manter-se dentro da competição do mercado.

Convém destacar que Kautsky (1986) concebe, na contramão da maioria das propostas reformistas deste período e também, por incrível que pareça, dos atuais (leia-se aqui as variantes da chamada economia solidária e sua “alternativa” ao capital), que a expansão do progresso do cooperativismo de crédito no campo conduzia não a construção do socialismo, mas sim a do capitalismo. As observações de Kautsky iam ao sentido de que:

Quanto mais evolui esse processo (*avanço do capitalismo no campo*), tanto mais se dissolve essa tradicional indústria doméstica camponesa e cresce, na mesma proporção, a demanda de dinheiro entre os camponeses. Eles agora não só necessitam de dinheiro para obter o dispensável ou supérfluo, mas

dele necessitam igualmente para o necessário, o indispensável. Sem dinheiro eles já não conseguem levar em frente sua atividade. Já não conseguem viver sem dinheiro (KAUTSKY, 1986, p. 19 – *grifo meu*).

O autor ainda tece algumas críticas em relação aos principais expoentes do cooperativismo alemão, encarnados nas pessoas de Reiffeisen<sup>19</sup> e de Schulze-Delitzsch (este último já criticado Engels como ideólogo pequeno-burguês, ao lado de figuras como Proudhon, Sismondi, entre outros), o primeiro transmitindo seu “legado” aos cuidados do clero reacionário e o segundo como propulsor dos pequenos artesãos urbanos, ou seja, dois defensores reacionários, o primeiro da massa camponesa enraizada em sua pequena propriedade e o segundo naqueles que foram desalojados das corporações manufatureiras pela ação da grande indústria. Kautsky ainda traz exemplos de comunidades organizadas em moldes de cooperativas integrais, que embora fossem bastante localizados, acabaram por demonstrar a superioridade do empreendimento, que segundo ele, foram muito bem sucedidos. Ele acrescenta que o principal fator que obstaculiza a passagem de milhares de artesãos e camponeses a este tipo de produção, é a manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Aponta ainda que essas duas classes constituem e usufruem, fundamentalmente, das vantagens das cooperativas comerciais e creditícias, as únicas que as ajudam a prolongar (e porventura, em algumas situações, prosperar sobre os demais) sua pequena produção irracional (1986, p. 117).

Destacamos ainda da perspectiva de Kautsky (1986), suas considerações a respeito de que nem todos os pequenos agricultores que precisavam eram atendidos pelas cooperativas, pelo contrário, segundo ele, os mais pobres ficavam excluídos de tais empreendimentos e o segmento que mais se beneficiava era a camada média dos agricultores, ou seja, aqueles que apresentavam condições de viabilidade econômica (1986, p. 233). E nesse sentido, o autor questiona se os empreendimentos dessa natureza poderiam salvar da ruína o pequeno agricultor, se poderiam estes últimos usufruir de todas as vantagens assim como os grandes estabelecimentos, sendo enfático ao concluir que, apesar de melhorar significativamente a vida do pequeno agricultor, as cooperativas não iriam salvá-lo da implacável competição

<sup>19</sup> Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), “natural da Renânia, organizou na Alemanha, durante os anos difíceis de 1847-1848, cooperativas de crédito destinadas a atender às necessidades dos agricultores”. Segundo Pinho (2004), “as cooperativas raiffeiseanas apresentam as seguintes características: a) fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo; b) admitem auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o princípio de entreatajuda; c) dão grande importância à formação moral dos associados, os quais se responsabilizam, de modo solidário e ilimitado, quanto às obrigações contraídas pela cooperativa; d) preconizam a organização de um banco central para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito; e) não remuneram os dirigentes da sociedade; f) não distribuem retorno”. (PINHO, p. 269, 2004).

capitalista e por outro lado, jamais poderiam os mesmos também, ter acesso a todas as vantagens do grande estabelecimento, justamente por sua própria natureza. Ele salienta ainda que a crescente industrialização da agricultura atrelava, irremediavelmente, o pequeno estabelecimento às determinações do capital industrial, financeiro e dos grandes grupos comerciais, tendo ao cabo, que ajustar sua produção às exigências destes últimos. Uma citação do autor sintetiza bem nossa exposição:

As cooperativas agrícolas de produção nascem das vantagens imediatas que prometem oferecer aos agricultores, de fornecer um meio poderoso para a industrialização crescente da agricultura; elas, no entanto, também revelam ser um meio poderoso para a abertura do caminho seguido pelo capital da submissão do agricultor a seu domínio, caminho que, de outra forma, dificilmente conduziria o capital à sua hegemonia (KAUTSKY, 1986, p. 245).

Embora sua atenção recaia nas cooperativas de produção, podemos estender o mesmo princípio para as demais formas de cooperação, devido à necessária integração, sempre maior deste aquela época, entre os setores da economia capitalista, com destaque especial para a de crédito, já que se envolve diretamente com o sistema financeiro, e de aquisição e venda de produtos e meios de produção. Kautsky (1986) faz ainda duras críticas aos subsídios do governo para os empreendimentos cooperativos:

Uma subvenção oficial também aqui não significa outra coisa, pelo contrário, senão a transferência, às custas do proletariado, de meios para a melhoria da situação pessoal de alguns elementos pertencentes a certos círculos de proprietários. Essa subvenção não corresponderia nem mesmo aos interesses da própria cooperativa, visto que apenas favoreceria a fundação de entidades fictícias e a delapidação dos dinheiros públicos. Seja como for, a existência de qualquer fundo de subvenções em favor da cooperativa pode torna-se eventualmente um meio de compra de simpatia política (principalmente nos Estados não-democráticos), senão mesmo um instrumento poderoso de corrupção [...] (KAUTSKY, 1986, p. 359).

Segundo o autor, tal tipo de relação, em que o governo subsidia as cooperativas, vai ao encontro dos interesses dos proprietários privados, fossem eles de qualquer situação, e se chocavam frontalmente aos interesses do proletariado.

Para Kautsky (1986) a inevitável ruína dos pequenos agricultores, que em sua maioria encontrava-se em grande dificuldade no período em que faz sua análise, poderia ser contornada, na medida em que depositassem suas forças ao lado do proletariado na busca da conquista do poder político. Embora em nenhum momento crie o autor esperanças aos pequenos agricultores, sobre a manutenção da sua pequena propriedade na construção da

sociedade socialista<sup>20</sup>. Aliás, neste ponto, ele, expoente da Social-Democracia alemã, segue fielmente a perspectiva teórica dos fundadores do socialismo científico.

Outra intelectual que deu uma contribuição importante, na mesma tradição teórica marxista, para a compreensão do cooperativismo, tanto nas condições em que se encontrava naquele período quanto ajudando a compreendê-lo atualmente, foi Rosa Luxemburgo. Sua principal análise está presente na obra *Reforma ou Revolução*, a qual se constitui, na verdade, numa crítica contundente ao reformismo de Eduard Bernstein e outros teóricos.

Luxemburgo (1978) via as cooperativas como uma iniciativa que tendia a tornar-se, dentro da economia capitalista<sup>21</sup>, um “híbrido” que ao mesmo tempo compõe aspectos das demandas operárias em confronto com as dos capitalistas, de modo que ao final, ou a partir de um dado momento, o empreendimento cooperativo ou torna-se numa empresa capitalista ou acaba por se dissolver (LUXEMBURGO, 1978). A autora direciona sua crítica à tendência das iniciativas isoladas, pensadas de forma desvinculada ou independente dos agentes com o restante do sistema, identificando que a lógica maior do capitalismo, apesar do esforço de abnegados cooperadores, tenderia a conduzir a cooperativa a reproduzir, de acordo com sua perspectiva, pois, apesar de tudo, tal empreendimento mantinha, por necessidade de sobrevivência, relações econômicas ditadas, em última instância, pelo capital. Por importante que essas formas de organização fossem, ao lado de outras como os sindicatos, também abordados no mesmo texto, elas ainda padeciam de grandes limitações, tanto do ponto de vista econômico quanto político, pois “si los sindicatos y las cooperativas son los pilares económicos del revisionismo, su presupuesto *político* más importante es un desarrollo

---

<sup>20</sup> “Pequenos estabelecimentos agrícolas são tão incompatíveis com a sociedade socialista quanto o são os pequenos estabelecimentos artesanais. O que vale para uns, também vale para os outros. Se as terras cultiváveis são de propriedade particular ou estatal, isso, no caso, pouco importa. O que importa é a coisa, mas não o nome dela. Interessam os seus efeitos econômicos e não as categorias jurídicas em que a coisa se enquadra” (KAUTSKY, 1986, p. 392).

<sup>21</sup> Sob o sistema atual, vejamos o que diz Tinbergen do cooperativismo: “A experiência feita com tais associações mostra que a maioria delas não sobreviveu, que muito poucas, se algumas, chegaram a alcançar o tamanho de até uma empresa de médio porte e que evidentemente, portanto, esta forma de organizar a produção é impossível. Como se poderia esperar, as razões se resumem no fato de que a eficiência geralmente decaiu e, além disso, tal forma de organização não consegue evitar as dificuldades entre os membros da comunidade. Em grande parte, é portanto uma questão técnica: nos modernos processos de produção, as coisas se tornam tão complicadas que são necessários um grande número de atos diferentes; esses devem ser coordenados e a forma natural de fazer isso é a hierarquia, com seu sistema de pequenos e grandes líderes, cada qual supervisionando as junções dos fluxos de atividades cujos produtos devem ser combinados e cada qual arcando com certas responsabilidades (TINBERGEN, 1989, p. 226-227).

progresivo continuado de la *democracia*” (LUXEMBURGO, 1978, p. 23). Ou seja, em suas observações, em que tais formas organizativas tendiam para uma postura teórica e a prática reformista, isso não poderia conduzir além de um contínuo caminho, bastante importante, mas limitado, no sentido do horizonte da democracia burguesa, abandonando gradualmente a perspectiva revolucionária.

Luxemburgo (1978) expôs também, através da sua concepção de totalidade, a demonstração de que, o cooperativismo, ao ficar limitado aos ramos secundários da produção e comercialização, enquanto os “postos” chave eram dominados pelo grande capital, sua atuação passava a dar-se em grupos restritos e setores localizados, caracterizando-se um retrocesso naquilo que o capital já havia instituído, ou seja, a produção e a circulação mercantil mundializada (LUXEMBURGO, 1978). A análise da autora, muito mais rica do que as observações acima, contém inúmeros outros pontos importantes, mas por hora destacamos apenas estes e seguimos na exposição de outros pensadores.

Outro grande pensador dentro da tradição marxista, que tratou largamente das cooperativas, foi o russo Vladimir Ulianov Lênin. Este revolucionário se deteve aprofundadamente sobre os empreendimentos cooperativos, primeiramente fazendo a crítica acertada contra os *populistas* e a burguesia agrária e, posteriormente, utilizando-se do que se tinha produzido de mais progressista, construiu o plano para a transformação da sociedade russa de seu tempo, de um país atrasado em vários aspectos, com traços marcantes do regime feudal, para uma economia socialista desenvolvida.

As perspectivas mais gerais de Lênin em relação às cooperativas, advinham das concepções de Marx e Engels sobre o campesinato, suas formas de organização e luta e sua análise da realidade russa naquele momento, na qual o campesinato constituía a grande maioria da população. A genialidade de Lênin foi de transformar a cooperativa burguesa, instituída na ordem capitalista, para a construção da economia socialista, sob a direção do proletariado e seu partido. Aproveitando a experiência da cooperativização anterior e apoiando-se na teoria marxista, Lênin concebeu as linhas centrais da cooperativização para o campesinato, que objetivava em última instância, a passagem da propriedade parcelar à grande produção cooperativa.

As cooperativas, na Rússia, dizia V.I. Lênine, desempenham “um extraordinário papel progressivo burguês”, tendo contribuído para a liquidação das sobrevivências do regime de servidão e incorporação do campesinato russo na esfera geral do desenvolvimento econômico do país.

Porém, no capitalismo, as cooperativas não estavam viradas para o socialismo, como afirmavam os ideólogos pequeno-burgueses (DMITRENKO; MOROZOV; POGUDINE, 1983, p. 11).

Como se percebe, ao contrário do reformismo cooperativista que vinha impregnando o movimento operário, Lênin, assim como Kautsky (na obra *A Questão Agrária*), não tinha nenhuma ilusão das possibilidades e do papel histórico das cooperativas sob o regime burguês. Aliás, o chamado *plano cooperativo* leninista buscava o fortalecimento de elementos do Partido nas cooperativas e a inclusão nelas, dos segmentos mais pauperizados do campesinato, preferivelmente nas suas esferas diretivas ou gestoras, de modo a afastar os elementos burgueses e direcionar estes empreendimentos para a integração setorial, sob a direção do Estado Soviético e orientado na construção do socialismo sobre as bases da grande produção agropecuária e industrial.

É de fundamental importância, para se evitar toda a sorte de oportunismo, caracterizar quais são os pressupostos elementares de Lênin para que a cooperativização possa desempenhar um papel transformador. Para o revolucionário russo, é necessário primeiramente a organização do proletariado em partido político, culminando na tomada, por este último – depois de intensa luta de classes –, do poder da burguesia, ou seja, a derrubada do Estado burguês e a instauração do Estado e ditadura do proletariado. Nessa perspectiva, a crítica dirigida aos velhos utopistas (e que é atualíssima aos novos – Paul Singer, por exemplo), é inteiramente pertinente:

¿En qué consiste el carácter fantástico de los planes de los viejos cooperativistas, comenzando por Roberto Owen? En que soñaban con la transformación pacífica de la sociedad moderna mediante el socialismo, sin tener en cuenta cuestiones tan fundamentales como la lucha de clases, la conquista del poder político por la clase obrera, el derrocamiento de la dominación de la clase de los explotadores. Y por eso, tenemos razón al considerar ese socialismo “cooperativo” como una pura fantasía, algo romántico y hasta trivial por sus sueños de transformar, mediante el simple agrupamiento de la población en cooperativas, a los enemigos de clase en colaboradores de clase, y a la guerra de clases en paz de clases (la llamada paz civil) (LENIN, 1959, p. 730-731).

Além do aspecto da tomada do poder político pelo proletariado, é importante destacar que foi através dele, Estado – e é aí que reside o mérito de Lênin e mais tarde outros dirigentes comunistas –, que o proletariado poderá não apenas conduzir os segmentos mais pobres na constituição das cooperativas, como também apoiá-los no seu desenvolvimento, fortalecimento e crescente integração (intersetorial – consumo, produção, crédito, etc., e classista – operários e camponeses, e outras frações de classe, quando for o caso). E foi por

meio do aparelho de Estado, sob o controle dos trabalhadores, que o cooperativismo pode receber uma série de incentivos (creditício, organizacional, maquinário, implementos, pesquisas agropecuárias/agronômicas, etc.), e também, foi o melhor instrumento na repressão aos inimigos de classe, que no caso da Rússia Soviética era constituído fundamentalmente pelos grandes latifundiários (Kulaks). Segundo Dmitrenko; *et al* (1983, p. 111-112), essa

mudança na função social das cooperativas exigiria a instauração da ditadura proletária, a nacionalização dos meios de produção básicos, realização prática pela classe operária do seu papel dirigente e ampliação dos limites da cooperativização dos trabalhadores da cidade e do campo (DMITRENKO; *et al*, 1983, p. 111-112).

Como se pode ver, o papel atual adquirido pelo cooperativismo na perspectiva leninista e do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), foi o de aproveitar o avanço que significou as cooperativas no capitalismo, para a construção de uma sociedade distinta, socialista. Para os comunistas russos não havia dúvida de que, sob o regime “del Estado burgués, la cooperativa se halla subordinada enteramente a las leyes del desarrollo capitalista” (TRAPEZNIKOV, 1979, p. 9), pois tinha como pressuposto o fortalecimento dos pequenos produtores individuais. A posição teórico-prática dos revolucionários que intervinham no sistema cooperativista burguês seguia a tese de Lênin de que “Es indudable que la cooperación, en las condiciones del Estado capitalista, representa una institución capitalista colectiva” (LENIN, 1959, p. 730). O grande combate lenineano, já explicitado no artigo *Aos Pobres do Campo* de 1903<sup>22</sup>, era o de não deixar que as cooperativas se tornassem um instrumento na mão da burguesia, que objetivava cooptar camponeses pobres e mesmo médios, fortalecendo assim o espírito pequeno-burguês contra os Social-Democratas – mais tarde chamados Bolcheviques – e a construção do socialismo (LÊNIN, 1979a).

O cooperativismo na agricultura soviética ficou conhecido como os Kolkhozes (KOLlectivnoe KHOZiastvo), nos quais os meios fundamentais de produção eram socializados (a terra era propriedade do Estado), o trabalho era realizado em conjunto e o Estado propiciava uma série de incentivos à produção Kolkhoziana, além de subordiná-la ao planejamento central. Em conjunto com os Kolkhozes, na produção agropecuária existiam as fazendas estatais, conhecidas como Sovkhozes, funcionando como uma grande empresa agrícola, de alta produtividade e investimento tecnológico e na qual os trabalhadores eram funcionários do Estado. O impulso decisivo para a transformação no campo russo se deu após

---

<sup>22</sup> O título completo deste texto de Lênin é *Aos Pobres do Campo: os objetivos dos Social-Democratas explicados aos camponeses* (LÊNIN, 1979a).

a morte de Lênin, no final dos anos de 1920 e consolidou-se na década seguinte, através da coletivização da agricultura. Apesar da direção tomada no período, que é fortemente criticada (tanto pela direita quanto pela esquerda) e controvertida, não objetivamos entrar aqui nesta polêmica, embora entendamos que tal ação foi de fundamental importância e essencialmente acertada, se considerarmos o contexto interno (ação contrarrevolucionária dos Kulaks), o externo (pressão dos países imperialistas) e a reconstrução e crescimento da economia soviética no pós segunda guerra mundial<sup>23</sup>.

Assim podemos então caracterizar, ainda que de forma bastante simples, a concepção leninista do cooperativismo e do seu importante papel histórico a desenvolver na agricultura.

Além de Lênin, destacamos ainda outros dois importantes dirigentes comunistas, que apoiavam a concepção leninista e a levaram adiante, de acordo com as diferentes realidades e contextos históricos. Trata-se de Josef Stálin e Mao-Tse Tung. É importante lembrar que essas perspectivas contemplam um período que vai até a década de 1950, sendo que, posteriormente, houve mudanças na direção do movimento cooperativo na Rússia, após a morte de Stálin em 1953, e os escritos de Mao-Tse Tung, a que tivemos acesso, vão até o ano de 1955.

Tanto Stálin na URSS quanto Mao na China tinham como objetivos últimos a transformação radical da agricultura, apoiando-se principalmente na cooperativização, revolucionando o campo de tal maneira que passariam de países com agricultura atrasada e dispersa, para grandes unidades de produção e escala e daí para países industrialmente desenvolvidos. Como a revolução chinesa é posterior, seu grande desenvolvimento econômico se dá com maior ênfase a partir do final da década de 1970, alcançando, de 1978 a 2009, uma média de crescimento econômico anual de 9%, índices impressionantes, notadamente quando se tem a maioria dos países capitalistas centrais, principalmente na última década, atravessando períodos com recessões e/ou estagnações econômicas (JABBOUR, 2010).

---

<sup>23</sup> Após a invasão nazista, a economia soviética contabilizou saldos desastrosos, destacamos alguns destes dados referentes à parte da agricultura: “La base material y técnica de la gran hacienda colectiva fue sometida a una tremenda destrucción: en las zonas de ocupación fueron destruidos 137 mil tractores, 49 mil máquinas cosechadoras, 46 mil sembradoras de granos a tracción mecánica, 35 mil trilladoras, 285 mil granjas ganaderas de los koljoses, 505 mil hectáreas de plantaciones de frutales y 153 mil hectáreas de viñedos. De 12 millones de viviendas rurales de las zonas ocupadas, los fascistas destruyeron 3,5 millones de casas (TRAPEZNIKOV, 1979, p. 500).

O plano da construção cooperativista implementado na URSS, sob a direção de Stálin, seguia em termos gerais, as concepções de Marx e Engels, mas sustentava-se sólida e fundamentalmente nas concepções de Lênin ou, como é comumente conhecido, no seu *plano cooperativo*. Tal plano consistia, em traços gerais, na superação e transformação da dispersa, atrasada e insuficiente produção individual dos pequenos camponeses, para grandes unidades produtivas coletivizadas, já destacadas anteriormente como os Kolkhozes, elevando a capacidade produtiva pelo trabalho associado dos produtores e com uso intenso dos melhores avanços em termos de maquinaria, produtos químicos e outras tecnologias agrônômicas. Num artigo em finais de 1929, diz Stálin que a via socialista da agricultura era assim caracterizada:

Camino socialista, el cual consiste en organizar en la agricultura los koljoses y sovjoses y que conduce a la agrupación de las pequeñas haciendas campesinas en grandes haciendas colectivas, equipadas con los elementos de la técnica y la ciencia y capaces de seguir progresando, puesto que pueden ejercer la reproducción ampliada (STALIN, 1979, p. 224).

E segue afirmando mais adiante:

Hoy, después del desarrollo intensivo del movimiento koljosiano, el campesino puede asociar su trabajo al trabajo de sus vecinos, agruparse con ellos en los koljós, roturar las tierras vírgenes y aprovechar las tierras baldías, obtener máquinas y tractores, duplicando y hasta triplicando con ello la productividad de su trabajo (idem, pg. 228).

Assim, sob a sua direção e a do Partido Comunista, a agricultura foi transformada radicalmente, podendo assim, poucos anos depois, garantir a reprodução ampliada, sustentando dessa maneira tanto o suprimento interno de alimento quanto o desenvolvimento da indústria ligeira e pesada<sup>24</sup>. Através do movimento cooperativo, nos quais a ênfase se dá aos camponeses pobres e médios, buscava-se elevar não apenas a produtividade do trabalho e da agropecuária, mas também extirpar as possibilidades do “renascimento” do capitalismo no campo e derrotar os Kulaks enquanto classe social; além de superar a forma fragmentada das cooperativas, reunindo-a num sistema produtivo superior, que eram os Kolkhozes. Sobre a revolução que estes últimos estavam a operar na agricultura russa, Stálin afirma que:

---

<sup>24</sup> É importante destacar que nesse período, na economia soviética, houve a chamada “crise das tesouras”, que em linhas gerais significava a desproporção entre o desenvolvimento industrial e o da agricultura, sendo que esta última financiava o aparelhamento da primeira. Assim, num dado momento, essa desproporção começou a prejudicar o avanço industrial e com ele todo o planejamento macroeconômico e político da URSS. Benediktov (1989) afirmou que somente na década de 1950 o país estaria em condições de fornecer recursos financeiros, materiais e humanos à agricultura, situação esta devida em grande medida ao contexto interno soviético e a geopolítica durante todo o período de existência da URSS. (Fonte: Entrevista com I. A. Benediktov, publicada na Revista *Molodaya Gvardia*, 1989, nº 4, p. 12-65. Disponível em: <[www.hist-socialismo.net](http://www.hist-socialismo.net)>. Acesso em: ago. 2014.).

[...] al *viraje radical* producido en el desarrollo de nuestra agricultura, al paso de la pequeña y atrasada hacienda *individual* a la grande y adelantada agricultura *colectiva*, al laboreo en común de la tierra, a las estaciones de máquinas y tractores, a los arteles, a los koljósos, basados en la nueva técnica, y, finalmente, a los gigantescos sovjoses, dotados de cientos de tractores y segadoras-trilladoras.

La conquista del Partido, en este aspecto, consiste en que hemos logrado *hacer virar* a las masas fundamentales campesinas de numerosas zonas, de la vieja trayectoria *capitalista* de desarrollo – que sólo favorece a un puñado de ricachos capitalistas y hunde en la miseria y arruina a la gran mayoría de los campesinos – a la nueva trayectoria de desarrollo, a la trayectoria *socialista*, que elimina a los ricachos capitalistas y equipa de una manera nueva a los campesinos medios y pobres, dotándolos de nuevos instrumentos de trabajo, dotándolos de tractores y de maquinaria agrícola para arrancarles de la miseria y de la servidumbre del kulak y encauzarles por el ancho camino del cultivo cooperativo, del cultivo colectivo de la tierra (STALIN, 1953d, p. 46).

A preocupação da China de Mao Tse-Tung no início da década de 1950, guardadas suas especificidades, não era muito diferente daquelas apresentadas na URSS nos anos de 1920, ou seja, a China também deveria realizar uma grande transformação na sua agricultura, primeiro com a reforma agrária, para só a partir de então passar, gradualmente, a construir o socialismo, partindo das equipes de ajuda mútua e daí a progressiva constituição de cooperativas agrícolas. Para Mao, a importância desse processo de mudanças substantivas no campo chinês, com o intuito de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas é de fundamental importância, evidenciando-se num artigo de 1953:

Los departamentos de trabajo rural a todos los niveles deben tomar la ayuda mutua y la cooperación como un asunto de vital importancia. Los campesinos individuales tienen una capacidad limitada para el aumento de la producción; de ahí la necesidad de desarrollar la ayuda mutua y la cooperación. Si el socialismo no ocupa las posiciones del campo, las ocupará inevitablemente el capitalismo (MAO, 1972a, p. 76-77).

Para o dirigente chinês, o fomento do cooperativismo dentro da perspectiva leninista, trataria de alçar a China ao novo sistema de propriedade e desenvolvimento produtivo, rompendo radicalmente com o passado colonial e semifeudal e de baixa produtividade de seus setores econômicos vitais<sup>25</sup>. Através da propriedade coletiva, assentada nas cooperativas e também nas estatais, é que se poderiam desenvolver as forças produtivas e levar a cabo a industrialização do país. O grande desafio era a passagem da pequena economia individual dos camponeses, para a grande economia coletiva, pois para Mao (1972a), não adiantaria

<sup>25</sup> “Durante mais de um século, o atraso semifeudal possibilitava a arrogância, a interferência, o saque e o domínio das grandes potências capitalistas, o que por sua vez tornou mais grave ainda o subdesenvolvimento da China” (LOSURDO, 2004, p. 137).

apenas proporcionar uma série de incentivos/benefícios e isenções (creditícias, fiscais, benfeitorias e obras, etc.) aos camponeses, sendo isso nada mais que pequenos favores que, muito provavelmente, fortaleceriam o florescimento do capitalismo no campo, e, portanto, a via do socialismo apontava para outra direção.

As diretrizes ao trabalho do Partido Comunista Chinês (PCCh) no meio rural seguiam sendo a do fomento e criação de cooperativas de produção agrícola; a correção das ações quando do aparecimento de problemas administrativos ou produtivos; o estímulo à integração dos pequenos camponeses pobres à cooperação; o cumprimento dos planos de planificação produtiva; a repressão aos elementos contrarrevolucionários; alavancagem da produção cooperativa através da incorporação de maquinaria, animais e demais equipamentos agrícolas; incentivo e apoio estatal à coletivização integral do trabalho e dos meios de produção em geral, entre outros (MAO, 1972b).

Mao (1972b) também dava grande valor à experiência histórica de transformação da agricultura soviética, ressaltando o grande exemplo que ela dava para a construção do socialismo na China. Ele destacou ainda a correspondência que havia, seguindo o exemplo russo, entre a cooperativização da agricultura e a industrialização, criticando severamente as posições daqueles que tratavam esses dois processos isoladamente, de forma independente. Dessa forma, para Mao (1972b), a única maneira de assegurar as conquistas da revolução de 1949, era fazer frente às pressões internas e também às do imperialismo, levando a cabo os gigantescos desafios de transformações na China de seu tempo, fundamentalmente, por meio da industrialização, que é a base material para as demais mudanças necessárias. Por isso, em julho de 1955, numa de suas intervenções sobre os problemas da cooperativização agrícola, ele é claro e incisivo com relação à tarefa mais importante que se colocava para o povo chinês e o PCCh:

Si en el curso de unos tres planes quinquenales no logramos resolver fundamentalmente el problema de la cooperativización agrícola, es decir, si no logramos dar el salto de la pequeña explotación que utiliza aperos de tracción animal a la gran explotación mecanizada, y resolver el problema de la extensa roturación de tierras organizada por el Estado a base del empleo de maquinaria y el asentamiento de población en esas tierras [...] entonces no podremos solucionar la contradicción entre las necesidades, cada año mayores, de cereales para el mercado y de materias primas para la industria, y el rendimiento de los principales cultivos, que en general es muy bajo. Em tal caso, nuestra industrialización socialista chocaría con inmensas dificultades y no podríamos realizarla (MAO, 1972b, p. 110).

Essa gigante tarefa histórica colocada aos dirigentes chineses e seu povo, se concluída com êxito (e os dados atuais apontam para isso), acabaria por colocar as bases para a passagem do atraso para o desenvolvimento socioeconômico, garantindo à China não mais um papel de subordinação e colonização estrangeira, mas sim de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população e da sua independência nacional. Todo esse complexo processo era concebido tendo-se consciência das dificuldades internas e externas que iriam inevitavelmente surgir, do tempo necessário e do grande esforço que demandaria de todo o país e também de direção disso tudo pelo PCCh.

Em suma, poderíamos dizer que a principal tarefa a ser realizada, nos primeiros tempos da República Popular da China (coisa de dois ou três planos quinquenais), era a transformação da base agrícola e industrial, extirpando gradualmente as economias individuais dos milhares de pequenos camponeses, solo fértil ao desenvolvimento do capitalismo, e desenvolvendo a economia coletiva através do cooperativismo na vastidão do território rural chinês<sup>26</sup>. Processo esse conduzido sob a direção do proletariado e de sua face mais avançada, o Partido, em aliança com o campesinato, fortalecendo os interesses de todos os trabalhadores, em contraposição aos da burguesia, aliada ao imperialismo.

### 1.3. – HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E GERAL NO BRASIL

Neste item trataremos de alguns dos elementos essenciais para entender o surgimento e a constituição do cooperativismo de crédito no Brasil, ainda que de um panorama bastante generalista. Nele damos ênfase ao contexto e desenvolvimento histórico desses dois fenômenos intimamente interligados, e no capítulo final aprofundaremos a análise a respeito da CRESOL e seu papel.

O cooperativismo de crédito no Brasil tem instituído seu surgimento o ano de 1902, impulsionado pela figura do padre jesuíta Teodoro Amstad, ao lado dos colonos imigrantes alemães da cidade de Nova Petrópolis / Rio Grande do Sul. Sua contribuição à criação da primeira cooperativa de crédito em moldes raiffeiseniano<sup>27</sup> o coloca como um dirigente

---

<sup>26</sup> “A forma *cooperativa* mais importante é a de *produção agrícola*. Aliás, de fins de 1955 a meados de 1956 a China apresentou o maior contingente de coletivização agrária da história mundial: cerca de 45 milhões de famílias camponesas passaram a fazer parte dos *kolkhozes*” (PINHO, 1966, p. 126).

<sup>27</sup> Algumas das características do cooperativismo criado por F. W. Raiffeisen são: autoajuda entre os cooperados; limitação territorial das cooperativas; avaliação sobre a conduta do indivíduo para ingresso no sistema; cotas de

fundamental para o desenvolvimento dessa forma cooperativa. A partir desta data e nos anos seguintes, Amstad ao lado de outros colegas religiosos, contribuirão para a constituição e “administração” de várias cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que se pôde contar até 1940, a existência de 55 cooperativas no estado (BÚRIGO, 2006).

Essa primeira iniciativa tinha como objetivo principal auxiliar os colonos da região a melhorarem suas condições de existências, através da alavancagem dos seus empreendimentos agropecuários. Ultrapassar a produção para o autoconsumo, inserindo-se cada vez mais na economia de mercado através do crédito era imprescindível, pois “a mercantilização da produção era condição *sine qua non* para o sucesso do lote colonial, da qual dependia a inserção do núcleo familiar na economia e a obtenção de recursos para sanar a dívida de aquisição do lote” (PEREIRA, 2012, p. 105).

A Igreja e pequenos e médios produtores (colonos e/ou camponeses) – atores importantes – foram fundamentais na constituição do cooperativismo de crédito no início do século passado no Rio Grande do Sul. Lembramos que neste primeiro momento o Estado estava ausente. Eles são destacados, pois quando tratarmos do surgimento do cooperativismo no Sudoeste e Centro-Oeste paranaense, num momento histórico distinto, veremos que essas duas figuras terão um papel de destaque novamente. Pereira (2012) nos lembra sobre a mudança de atitude da Igreja católica diante do cooperativismo: primeiramente contra as operações financeiras e a organização autônoma dos trabalhadores, tempos mais tarde favorável e até impulsionadora. O cooperativismo, com a sua face liberal difundido pela Igreja, contribuiu muito, não só para o desenvolvimento das camadas mais pobres dos agricultores, mas também como meio de controle e da consequente sustentação dessa instituição. O exemplo abaixo é bastante ilustrativo:

Mas o descrédito destes clérigos pela fundação das Caixas Rurais foi desaparecendo tão rápido quanto os resultados econômicos começaram a aparecer: *e foi o “tilintar” das moedas nas poupanças que mudou tão rapidamente a opinião dos padres*, já que as caixas de crédito consideradas “prematuros” logo passaram a devolver para as comunidades as sobras financeiras da atividade na forma de obras públicas, como igrejas, salões comunitários, escolas e hospitais, muitas das quais caberiam à iniciativa pública, ou seja, a execução por parte do estado. As doações do “fundo de reserva” da caixa eram propostas e aprovadas nessas obras geralmente

---

ingresso pequenas; responsabilidade solidária entre os integrantes; não visa lucro através da organização; predomínio de cooperativas de crédito e poupança e por fim, se organizam centralizadamente, em razão das diversas pequenas unidades cooperativas integradas (MLADENATZ, 2003).

*realizadas por meio de mutirão. A ideia passou a ser completamente aceita e, curiosamente, até abençoada pela Igreja Católica [...] um exemplo da completa modificação da ideologia católica para com uma atividade que durante muito tempo foi questionada pela igreja. (PEREIRA, 2012, p. 109 – grifos meus).*

Assim, sob os auspícios da Igreja (sem esquecer-se das precárias condições socioeconômicas da época), o cooperativismo no Brasil deu os seus primeiros passos, e assim também, décadas depois, ela volta a entrar em cena ao lado de pequenos e médios agricultores do Sudoeste do Paraná que, devido ao processo de expansão do capitalismo no campo, estavam sendo expropriados da agricultura.

De acordo com Búrigo (2006), a fim de melhor compreender a evolução do cooperativismo de crédito no Brasil, pode-se dividi-lo em quatro grandes períodos, quais sejam: o primeiro vai de 1902 até 1938, onde predomina a ausência do Estado na regulação da atividade cooperativista, mas há forte impulso da ação de organizações religiosas e filantrópicas; a segunda, de 1938 até 1964, é caracterizada por forte presença da regulação e intervenção estatal, não apenas no plano jurídico, mas também de incentivos tributários e financeiros para seu desenvolvimento e expansão; o terceiro vai de 1964 até 1988, período esse pouco propício para o cooperativismo de crédito, já que houve forte restrição estatal ao estabelecimento e manutenção das unidades cooperativas, embora façamos uma ressalva, pois é neste período também, através das cooperativas agropecuárias (muitas das quais possuindo sua própria seção de crédito), que o Estado militar usou para expandir a modernização da agricultura, desempenhando essas um papel bastante significativo; e o último período seria o que vai de 1988 até os dias atuais, com grande expansão das cooperativas, do número de cooperados e dos ativos financeiros em todo o país, embora ainda continue, historicamente, concentrado nas regiões Sudeste e Sul. Entendemos ser importante ainda acrescentar, aos períodos destacados por Búrigo (2006) – que se concentram fundamentalmente no nível das decisões e/ou esferas políticas –, primeiro uma observação a sua análise e em segundo lugar, mais um período para o cooperativismo.

Primeiramente, a observação trata de que, desde o final dos anos 1980 (período de redemocratização e constituinte), a conjuntura para o cooperativismo em geral, e não apenas ao de crédito, caiu numa profunda crise durante toda a década de 1990. Nesse último período, especificamente sobre o crédito rural, Arbage (2003, p. 128) aponta que os valores para essa finalidade caíram de quase R\$ 15 bilhões em 1988 para uma oscilação de no máximo R\$ 10 bilhões até 1998. O acréscimo de período é o que podemos enquadrar após os anos 2000, que

vai da gradual valorização na política do crédito rural, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo (cooperativas e associações); seja pela ampliação dos volumes de crédito, quanto pela criação de linhas e políticas e/ou programas específicos para o meio rural, os substanciais volumes financeiros<sup>28</sup> que alavancaram o setor agropecuário, entre outros mecanismos de política agrícola<sup>29</sup>.

A Igreja, embora não fosse à única instituição atuante no terreno da organização social, era a que exercia, sem dúvida nenhuma, grande influência (face também a frágil tradição da laicidade do Estado no país). Constatando, entre seus próprios e principais documentos (leia-se encíclicas), a posição da Igreja não era, historicamente, nada amistosa aos movimentos socialistas<sup>30</sup>, pois desde 1891, através da *Rerum Novarum*, a oposição inconciliável e o combate a socialistas e/ou comunistas é explícita e enérgica, demonstrando a sua atitude em defesa da ordem socioeconômica constituída, por mais que a condenasse no discurso. Ora, se tal instituição defendeu e fomentou, por vários de seus meios, a instauração do cooperativismo por várias partes do mundo (com destaque para as do “terceiro mundo”), é no mínimo legítimo questionar essa prática. Seus documentos, a partir da década de 1960, trazem posicionamentos ardorosos a favor da “pequena propriedade familiar”, do artesanato e do cooperativismo, além das tradicionais defesas: Deus, família, liberdade individual e propriedade privada. Embora façamos uma ressalva no sentido da não generalização, já que parte da Igreja também foi influenciada pelas ideias de desenvolvimento e justiça social, de combate às desigualdades, de posicionamento contra as arbitrariedades de governos militares, entre outras situações. Portanto, embora a instituição religiosa compactuasse (e compactua) com a hegemonia das classes dominantes, é inegável que em determinadas circunstâncias e lugares, elas desempenham um papel bastante progressista (dentro dos seus limites), notadamente na América Latina e África.

---

<sup>28</sup> Maior detalhe sobre o volume dos recursos encontra-se na Tabela 10, no capítulo seguinte.

<sup>29</sup> Segundo Arbage (2003, p. 119), uma definição sintética de política agrícola “[...] se caracteriza como o ramo da política econômica relacionado diretamente com a intervenção do Estado no campo da produção agropecuária visando a obtenção de determinados objetivos”. Como ações de curto prazo temos o crédito, preços mínimos, seguro agrícola, entre outros; já para longo prazo, temos a irrigação, drenagem, extensão rural, microbacias, etc.

<sup>30</sup> “O socialismo quer se considere como doutrina, quer como facto histórico, ou como “acção”, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica; pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã” (ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM*, 1891).

Vejamus que defesa faz a Igreja, de uma velha e surrada bandeira que poderia nos levar muito bem a achá-la tirada de muitas instituições e movimentos atuais de nosso país (bandeira essa, que, guardadas as diferenças de tempo, espaço, ideologia e finalidade, já foi empunhada até mesmo pelos *populistas russos*<sup>31</sup> e outros pequenos burgueses):

[...] quienes tienen una concepción natural y, sobre todo, cristiana de la dignidad del hombre y de la familia, consideran a la empresa agrícola, y principalmente a la familiar, como una comunidad de personas en la cual las relaciones internas de los diferentes miembros y la estructura funcional de la misma han de ajustarse a los criterios de la justicia y al espíritu cristiano, y procuran, por todos los medios, que esta concepción de la empresa agrícola llegue a ser pronto una realidad [...]. (ENCÍCLICA *MATER ET MAGISTRA*, 1961).

Ao lado do combate ao socialismo – agora um pouco mais disfarçado e sutil – caminha a doutrinação para a conciliação das classes<sup>32</sup>, pois imbuídos de fraternidade caberia a todos construir o “bem comum”. Surge à defesa da “propriedade familiar”, da implementação de linhas de crédito, dos benefícios fiscais e da garantia de preços. As exortações são para que os pequenos e médios proprietários, tanto da agricultura quanto do artesanato e indústria, fomentem “las uniones cooperativas” como forma “de asegurar a estas formas de propiedad, las ventajas de la gran empresa”, apropriando-se, dessa maneira, dos avanços produtivos e técnicos para sua estabilidade.

E por fim, esse último quesito é muito palatável a pequena burguesia:

Hay que advertir también que em el sector agrícola, como en los demás sectores de la producción, es muy conveniente que los agricultores se asocien, sobre todo si se trata de empresas agrícolas de *carácter familiar*. Los cultivadores del campo deben sentirse *solidarios* los unos de los otros y

<sup>31</sup> “Populismo: corrente pequeno-burguesa no movimento revolucionário russo surgida nos anos 60-70 do século XIX. Os populistas lutavam pela liquidação da autocracia, pela entrega das terras dos latifundiários aos camponeses. Consideravam-se socialistas, mas seu socialismo era utópico. Os populistas negavam o carácter necessário do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia, viam na comunidade agrária o embrião do socialismo e pensavam, em conformidade com isso, que era o campesinato e não o proletariado a principal força revolucionária. Procurando erguer os camponeses para a luta contra a autocracia, os populistas iam ao campo, “ao povo” (daí o seu nome) mas não encontravam apoio. O populismo atravessou várias etapas, evoluindo da democracia revolucionária para o liberalismo. Nos anos 80-90, os populistas entraram na via da reconciliação com o tsarismo, exprimiam os interesses dos kulaks (camponeses ricos) e lutavam contra o marxismo” (LÊNIN, 1977, p. 1, nota nº 4).

<sup>32</sup> Vejamus qual seria a função, segundo a Igreja Católica, das associações dos trabalhadores: “Su finalidad no es ya la de movilizar al trabajador para la lucha de clases, sino la de estimular más bien la colaboración, lo cual se verifica principalmente por medio de acuerdos establecidos entre las asociaciones de trabajadores y de empresarios”. (ENCÍCLICA *MATER ET MAGISTRA*, 1961).

colaborar todos a una en la creación de *empresas cooperativas y asociaciones profesionales*, de todo punto necesarias, porque facilitan al agricultor *las ventajas de los progresos científicos y técnicos* y contribuyen de modo decisivo a la defensa de los *precios de los productos* del campo. (ENCÍCLICA *MATER ET MAGISTRA*, 1961 – *grifos meus*).

Certamente, para a Igreja, o cooperativismo desenvolvido nos países socialistas, onde se elevou a um patamar de desenvolvimento superior, não corresponderia ao “verdadeiro ideal”, já que objetivava conduzir ao comunismo. Por fim, essas posições religiosas acabaram por fortalecer a classe dos pequenos e médios proprietários, desejosos, como diz Kautsky (1986), em afastar-se das fileiras do proletariado e aproximar-se das da burguesia, na medida em que o capitalismo se fortalecia no campo. Ao analisar-se o contexto sócio-histórico e geopolítico (países do terceiro mundo – sobretudo América Latina – e o período da chamada guerra fria), vê-se que, tal ação funcionava ao lado dos países imperialistas e seus Estados fantoches de ditaduras militares<sup>33</sup>, contra a “ameaça comunista”, já que no pós-guerra 2ª Guerra Mundial não apenas a URSS, mas a China e outros países, como Cuba na América, por exemplo, faziam parte do campo socialista e outros tantos lutavam em direção semelhante.

Um dos ideólogos do cooperativismo brasileiro ajuda-nos a compreender melhor o que dissemos acima, pois ainda que em meio as suas contradições religiosas<sup>34</sup> e os princípios cooperativistas, nos apresenta uma das funções do cooperativismo em nossa realidade latino-americana.

*Foi realmente o cooperativismo a grande força que deteve em parte os movimentos de subversão da ordem, implantação de regimes estremados, e de doutrinas anárquicas, originários da situação de miséria da maioria em contraste com a riqueza de alguns, decorrendo dessa experiência histórica a provada superioridade da doutrina cooperativista sobre qualquer outra que se*

---

<sup>33</sup> “Assim é que as campanhas principais de fomento cooperativo aparecem, regra geral, em épocas de crises econômicas (entre 1927 e 1936) e na época problemática do pós-guerra e seus ajustes econômicos (decênio de 1940) ou quando se agita o espectro da violência rural (como na Colômbia entre 1948 a 1957) e para fazer frente à ameaça do comunismo e ao impacto da revolução cubana (decênio de 1960). Porém esta modernização, naturalmente, não se deixa levar até suas últimas consequências: seria um suicídio para as classes dominantes e esclarecidas que apreciam o mito do cooperativismo. A transformação provocada pelas cooperativas deve realizar-se dentro de certa margem, para que sejam satisfeitas algumas necessidades primárias, sem produzir certas mudanças estruturais profundas...” (BORDA, 1970, p. 136 Apud SERRA, 1987, p. 58).

<sup>34</sup> “É preciso que se capte esse espírito humanista do povo brasileiro, orientando-o para a solidariedade e a cooperação. A sua bondade inata, preenche do espírito cristão, deve encontrar oportunidade para se expandir na comunhão” (BULGARELLI, 1962, p. 13).

proponha resolver os problemas econômico-sociais (BULGARELLI, 1962, p. 63 – *grifo meu*).

Assim, podemos perceber que, nestas décadas de efervescência que vão do pós-guerra a início de 1990, a Igreja cumpriu um papel fundamental a ordem<sup>35</sup>, tão insuspeito e magistral que se torna uma “blasfêmia” duvidar disso, sobretudo quando florescem, neste mesmo espaço e tempo geopolítico, movimentos tão engajados e importantes para os trabalhadores como a Teologia da Libertação, que colocaram de modo explícito as contradições no seio de uma das instituições mais conservadoras, no entanto, aos poucos, o discurso e a atitude idealista predominante choca-se brutalmente com a realidade, colocando numa situação de impotência o indivíduo mais engajado/comprometido. Esses importantes movimentos contavam, em suas fileiras, com muitos indivíduos determinados a contribuir na mudança da situação, provavelmente imbuídos em seus mártires do passado e crédulos no “socialismo cristão”, algo tão inconciliável até mesmo para a Igreja<sup>36</sup>, pois “O socialismo cristão é apenas a água benta com que o padre abençoa a irritação do aristocrata” (MARX; ENGELS, 1997, p. 51).

E todo esse reformismo do passado, no atual momento, está de mãos dadas com “novas” propostas da sociedade brasileira, num transformismo barato designado de “economia solidária”, que sem surpresa nenhuma, tem ganhado muito apoio entre alguns setores da esquerda e meios acadêmicos. Intenciona-se, devido ao seu caráter ideológico pequeno-burguês, como bem observaram Marx e Engels, “fazer andar para trás a roda da história” (1997, p. 35).

Após o tratamento sobre essa instituição central, ou seja, a Igreja católica e suas organizações, e qual a nossa interpretação do seu papel, voltamos agora ao cooperativismo de crédito no Brasil. Nesse primeiro momento histórico vemos que, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo vai se aprofundando no campo, passa a ser fundamental o fator capital para a manutenção da atividade econômica. Assim, o cooperativismo de crédito,

---

<sup>35</sup> Segundo Paul Baran (1984), muitos intelectuais, instituições e governos buscaram fomentar as tradições religiosas como uma espécie de “freio” as organizações dos comunistas, nesta linha, Baran destaca as palavras do Prof. Mason, ideólogo capitalista, pois segundo este último “no sul da Ásia, como em toda parte, a religião constitui poderoso baluarte contra o comunismo” (BARAN, 1984, p. 224).

<sup>36</sup> “E se este erro, como todos os demais, encerra algo de verdade, o que os Sumos Pontífices nunca negaram, funda-se contudo numa própria concepção da sociedade humana, diametralmente oposta à verdadeira doutrina católica. Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista” (ENCÍCLICA *QUADRAGESIMO ANNO*, 1931).

aliado a outras ações governamentais ou mesmo autônomas, vai ganhando um destaque cada vez maior por atender essa demanda por capital<sup>37</sup>. Trataremos brevemente a seguir, sobre a importância do crédito (entendido neste momento como capital-monetário) sob o capitalismo, para depois podermos avançar a partir desse pressuposto.

Dentro da economia de mercado, o agricultor precisa cada vez mais de dinheiro, tanto para adquirir meios de produção, quanto para comercializar a produção, e, desta forma adquirir meios de subsistência. Assim, não há como ficar sem dinheiro, de tal modo que suas vendas objetivam a alcançar, crescentemente, maior taxa de lucro. O crédito, que nada mais é que capital-monetário excedente na mão de inúmeros capitalistas dispersos, é alocado pelo sistema bancário e colocado à disposição de outros capitalistas que necessitam dele para seus empreendimentos individuais (GERMER, 1995). Nesse sentido, na economia capitalista, ao contrário da feudal onde a obtenção de “crédito” possui caráter pessoal, o banco é o intermediário que disponibiliza e regula entre outros serviços ligados às finanças, o comércio de capital-monetário (dinheiro). E o crédito se torna, inevitavelmente, como um dos elementos centrais para o desenvolvimento da atividade econômica, seja ela na indústria ou na agricultura.

Quando analisamos especificamente a questão do cooperativismo de crédito no Brasil, vemos que suas primeiras manifestações (início do século XX) também coincidem, de forma nada acidental, com um período em que o capitalismo propriamente dito, está em sua fase inicial e com ele a intensificação do seu caráter mercantil, a necessidade de dinheiro e suas inevitáveis desigualdades. Nessa linha de raciocínio, vemos que a evolução do número de cooperativas de crédito e de cooperados, assim como também de outros setores como consumo e agropecuária, vai avançando na medida em que avança a expansão e o aprofundamento das relações de produção capitalistas na sociedade. Vejamos abaixo um quadro demonstrativo do aumento das cooperativas de crédito ao longo de mais de 70 anos:

---

<sup>37</sup> “Sem dinheiro ou, melhor dizendo, *sem capital* é impossível haver qualquer atividade agrícola moderna. No atual modo de produção, qualquer quantidade de dinheiro (que não se destine ao consumo pessoal) pode converter-se e, via de regra, se converte, efetivamente, em capital (produtor de mais-valia)” (KAUTSKY, 1986, p. 57).

**TABELA 01 – Brasil – Números de cooperativas de crédito de 1940 a 2013**

<b>Anos</b>	<b>Números de cooperativas de crédito</b>	<b>Percentual de crescimento em relação ao ano anterior</b>
1940	239	—
1950	320	34%
1960	496	55%
1970	377	- 24%
1980	430	14%
1990	806	87%
2003*	1.450	80%
2013	1.154	- 20%

Fonte: Banco Central do Brasil apud Pagnussatt, 2004; \*Obs: Os dois últimos anos provêm da seguinte fonte: <[www.cooperativismodecredito.coop.br](http://www.cooperativismodecredito.coop.br)>. Acesso em: mar. 2014.

**TABELA 02 – Brasil – Número de cooperados nas cooperativas de crédito – 2000 a 2013.**

<b>Anos</b>	<b>Número de cooperados (estimados)</b>	<b>Percentual de crescimento em relação ao ano anterior</b>
2000	1.370.000	—
2005	2.400.000	75,2%
2008	4.000.000	66,6%
2013*	6.393.825	59,8%

Fonte: CASTRO, 2009; \*Obs: Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), disponíveis em: <[www.ocb.org.br/site/ramo/credito\\_numeros.asp](http://www.ocb.org.br/site/ramo/credito_numeros.asp)>. Acesso em: maio 2015.

Nos dados acima podemos perceber que, passo a passo com o desenvolvimento da economia nacional, vai também crescendo o cooperativismo de crédito. Que, assim como os demais ramos, segundo Benetti (1988), passou para as estruturas de controle do Estado burguês, cumprindo o papel de ser, ao mesmo tempo, uma “alternativa” de sobrevivência quanto uma ferramenta para a manutenção da ordem e as modernizações via políticas estatais. É importante enfatizar que, nos dados da Tabela 01, não estão contabilizados as cooperativas, objeto de nosso estudo, isto é, as chamadas cooperativas solidárias, pois as mesmas constituíram um sistema à parte, não participando da estrutura da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Na Tabela 02, evidencia-se um crescimento acima de 50% no número de pessoas cooperadas, podendo se caracterizar tal movimento tanto como uma degradação da economia, que força a associação, quanto uma estratégia de incorporação de unidades, necessidades colocadas pela necessidade do acesso a políticas públicas ou mesmo da inclusão de pessoas como clientela potenciais (nas cooperativas de livre admissão e/ou não corporativas, por exemplo).

Embora tratemos aqui do cooperativismo de crédito como um todo, é necessário considerar as diferenças entre os sistemas existentes no país atualmente. De acordo com Pagnussat (2004), em dezembro de 2003, 75% das cooperativas de crédito existentes estavam filiadas aos seguintes sistemas ou centrais: Sicredi, Sicoob, Unicred, Cresol e Ecosol. Lembrando, mais uma vez, que as duas últimas centrais não integram a estrutura da OCB (por razões principalmente de cunho econômico ou capacidade empresarial/financeira), já que se apresentam como cooperativas populares em oposição às empresariais. No terceiro capítulo abordaremos mais especificamente o cooperativismo de crédito da CRESOL nas condições atuais.

Outro aspecto importante é a da concentração, tanto do cooperativismo em geral quanto do cooperativismo de crédito, nas regiões de capitalismo mais dinâmico do Brasil, quais sejam: as regiões Sudeste e Sul<sup>38</sup>. Mais adiante, mostraremos mais indicadores de concentração do crédito, nestas mesmas duas regiões. Retomando, porém, os números do

---

<sup>38</sup> O *Sistema Sicoob* tem sua atuação predominante nas regiões Sul e Sudeste, sendo que apenas em SC, MG e SP concentram-se 74% dos associados; o *Sistema Sicredi* tem atuado, predominantemente, na região Sul e Centro-Oeste, sendo que apenas no RS esteja algo em torno de 55% dos associados. Da mesma forma o *Sistema Cresol (Baser)*, apesar de estar presente em estados além da região sul (PR e SC), é neste último que concentra 85% das cidades que abrange, restando 15% para MG, ES e RO. A *Cresol Central* atua em cerca de 500 municípios de SC e RS.

cooperativismo de crédito, destacamos que as regiões Sudeste e Sul concentram 75% desse tipo de cooperativa em todo país, sendo que 2/3 delas encontram-se nos seguintes Estados: São Paulo (316), Minas Gerais (249), Rio Grande do Sul (138), Paraná (130) e Santa Catarina (122)<sup>39</sup>. Se observarmos, por outro lado, os números do cooperativismo em geral, de acordo com dados da OCB, veremos que a mesma concentração se repete novamente, conforme a Tabela 03. A respeito dos dados do cooperativismo para o ano de 2011, salientamos apenas os números dessas duas regiões (Sudeste e Sul), e observamos uma concentração no número de cooperativas (51,61%), de pessoas cooperadas ou associadas (86,42%), e de pessoas empregadas ou funcionários dessas cooperativas (83,21%). Maiores detalhes das demais regiões podem ser conferidos a seguir.

**TABELA 03 – Brasil e Regiões – Número de cooperativas, cooperados e empregados - 2011.**

<b>Região</b>	<b>Nº de Cooperativas</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Cooperados</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Empregados</b>	<b>%</b>
<b>Sudeste</b>	2.349	35,67	4.702.109	46,98	94.343	31,84
<b>Sul</b>	1.050	15,94	3.947.600	39,44	152.216	51,37
<b>Nordeste</b>	1.738	26,39	550.138	5,49	20.557	6,94
<b>Norte</b>	789	11,98	164.886	1,65	7.724	2,61
<b>Centro-Oeste</b>	660	10,02	644.102	6,44	21.446	7,24
<b>Total / Brasil</b>	6.586	100	10.008.835	100	296.286	100

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), março de 2012.

<sup>39</sup> Dados retirados do site: <[www.cooperativismodecredito.coop.br](http://www.cooperativismodecredito.coop.br)>. Acesso em 03/06/2014. Ainda neste mesmo site, seus mantenedores ficam intrigados do porque o cooperativismo seja mais desenvolvido nas regiões mais prósperas do país, ao invés de ser nas mais pobres. No entanto, estes senhores esquecem que o cooperativismo surgiu, justamente, no país mais desenvolvido de sua época, ou seja, a Inglaterra do século XIX e não em qualquer outro país periférico ou com outro tipo de economia que não a capitalista.

Essa concentração se dá, principalmente, em razão de serem essas as regiões do país de economia mais dinâmica, ou em outras palavras, onde, por históricas características socioeconômicas, o desenvolvimento do capitalismo mais se deu, proporcionando condições de um maior florescimento e avanço para as diferentes formas cooperativas, o que acaba por muitas vezes obstaculizar possibilidades de desenvolvimento ainda não “maduras” em outras regiões<sup>40</sup>.

Segundo Ninaut e Matos (2008), os principais setores dos negócios dessas cooperativas estão onde a agropecuária é também bastante desenvolvida, tendo nos últimos anos expressivos aumentos nas exportações, faturamento, ampliação de mercados e melhorias na qualidade dos produtos. Destacamos deste estudo, os principais setores produtivos e seus respectivos estados responsáveis, ainda pretendendo demonstrar a concentração tanto em nível de produtos quanto de regiões produtivas. Na Figura 11 (gráfico da pg. 08) do estudo de Ninaut e Matos (2008), percebemos que mais de 76% da produção cooperativa e exportação, provêm dos setores do complexo soja, sucroalcooleiro e de carnes e os principais estados responsáveis são: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Assim, mesmo buscando uma ampliação e diversificação do cooperativismo, seus organizadores sempre esbarram na questão das determinações do mercado, seja ele de qualquer ramo (financeiro, agropecuário, industrial, etc.). Portanto, nossa lógica é seguir na identificação deste determinante maior (totalidade), para chegar a uma compreensão mais clara da nossa realidade específica (particular – cooperativa de crédito) e assim avaliar suas possibilidades, limites e contradições. Passamos, no capítulo seguinte, para a nossa interpretação sobre a agricultura desenvolvida no país.

#### 1.4. – SÍNTESE DO CAPÍTULO I

O propósito central desse capítulo foi abordar a prática cooperativista, com dois aspectos primordiais que norteiam, isto é, perpassam esse estudo: o primeiro é o de caracterizar, mesmo que genericamente, as diferentes *formações sociais* e suas respectivas

---

<sup>40</sup> No caso da região Nordeste, por exemplo, apesar do grande número de cooperativas (26% do total), o número de cooperados está entre os menores (5%), o que pode ser compreendido se levarmos em conta as características específicas do lugar, sobre a qual podemos destacar a forte concentração da renda, falta de investimento público de várias naturezas (educação, infraestrutura, etc.) e também de elementos do coronelismo/clientelismo, entre tantos outros.

formas de cooperativismo, levando sempre em conta as funções e conjunturas em que se desenvolveram; o segundo é o de entender o cooperativismo dentro de duas lógicas principais: a capitalista e a socialista, de modo que uma possível “terceira via”, como a que nos parece ser advogada pela ECOSOL e junto a ela a perspectiva da CRESOL, não seria uma “terceira alternativa”, e sim, uma via melhorada da situação dos seus cooperados no capitalismo atual, ou em outras palavras, um capitalismo mais humanizado.

Buscando desenvolver esses dois aspectos, traçamos de modo genérico uma síntese dos principais elementos das *formações sociais* e como se desenvolveu o cooperativismo em cada um deles. As *formações sociais* mencionadas são: as da Inglaterra, com as primeiras iniciativas cooperativistas; as da Rússia com o cooperativismo sob condições burguesas e, após a Revolução de 1917, redirecionado para a construção socialista; as da Alemanha, tendo, no início, um cooperativismo de grande força entre os pequenos produtores (da cidade e do campo); as da China, que teve, após a Revolução de 1949, uma orientação cooperativista semelhante a da URSS, guardadas suas especificidades; e na brasileira, suas condições peculiares de adequação dos modelos ocidentais, sobretudo o alemão, apontando para os objetivos dos pequenos agricultores e cumprindo o papel central de desenvolvimento econômico e cultural.

Por outro lado, também sintetizamos as percepções dos princípios teóricos marxistas sobre os empreendimentos cooperativistas, para não apenas destacar a posição de cada um deles, retomando os estudos clássicos, mas também balizar nossa investigação quando analisamos o objeto específico (CRESOL). Além disso, trouxemos alguns elementos sobre os objetivos e funções do cooperativismo na URSS e na China, basicamente implementados durante boa parte do século XX (algo em torno dos anos de 1917 a 1980). Por fim, buscamos abordar o cooperativismo brasileiro, a posição da Igreja frente a este tipo de empreendimento e sua evolução histórica, bem como a dinâmica regional mais desenvolvida entre Sudeste e Sul. Os objetivos terão sido alcançados se essa primeira abordagem facilitar a compreensão, no próximo capítulo, sobre a especificidade do setor agropecuário no qual a CRESOL se encontra e os novos imperativos que sugiram (capital financeiro, sobretudo), e também a respeito da caracterização central dos determinantes desse sistema social (capitalista) e a dinâmica da CRESOL, nos possibilitando, de acordo com a perspectiva marxista, desvendar quais são as possibilidades, os limites e as tendências centrais dessa forma cooperativa.

## CAPÍTULO II

### 2.1. – A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E O COOPERATIVISMO

*Dois tipos de almas encontram-se no peito do agricultor-anão: uma alma agrícola e outra proletária. Os partidos conservadores fortalecem com razão a alma agrícola, pois o interesse do proletário segue em direção oposta, acontecendo o mesmo com o interesse pelo desenvolvimento social e o particular dos agricultores-anões. (KAUTSKY, 1986, pg. 284).*

*Quem pensar que a transição para o Socialismo é uma questão de se convencer outrem, e este, por sua vez, convencer um outro, é, na melhor das hipóteses, uma criança, ou um político hipócrita; mas aqueles que apresentam isto como uma plataforma política, esses pertencem, evidentemente, à segunda categoria. (LÊNIN, 1980a, pg. 42)*

Nessa seção trataremos, de forma global, das características da agropecuária brasileira e do cooperativismo, procurando explicitar suas generalidades mais determinantes, e de que modo o cooperativismo encontra-se articulado, e em especial o cooperativismo de crédito rural, com essa dinâmica agrícola. Embora saibamos o limite desta caracterização, pois há multiplicidade de formas e sujeitos no âmbito da agricultura brasileira, tentaremos explicitar o que entendemos ser essencial.

A importância dessa discussão se dá, principalmente, em razão de dois fatores: primeiro pelo fato de que a produção agropecuária nacional, nestes últimos anos, vem alcançando significativa relevância em termos produtivos<sup>41</sup> e conseqüentemente, também seu papel no mercado mundial, através da sua posição na divisão internacional do trabalho. Segundo, em razão de que a agropecuária é também, o setor no e para o qual o cooperativismo

---

<sup>41</sup> Os dados mais atualizados e completos que dispomos indicam que “O Brasil ocupava, em 2012, as seguintes posições em relação à produção e exportação dos respectivos produtos: açúcar, 1º em produção e exportação; café, 1º em produção e exportação; suco de laranja, 1º em produção e exportação; soja, 2º em produção e 1º em exportação; carne bovina, 2º em produção e exportação; carne de frango, 3º em produção e 1º em exportação; milho, 3º em produção e 2º em exportação; carne suína, 4º em produção e exportação; óleo de soja, 4º em produção e 2º em exportação; farelo de soja, 4º em produção e 2º exportação; algodão, 5º em produção e 4º em exportação e fumo, 2º em produção e 1º em exportação” (USDA, 2012; Disponível em <[www.agroinvestbrasil.com.br/agronegocio-brasil](http://www.agroinvestbrasil.com.br/agronegocio-brasil)>. Acesso em 15 jan. 2015).

de crédito solidário da CRESOL é orientado, ou seja, se constitui na base material de existência da chamada agricultura familiar. Finalmente, pelo fato de que, segundo Buainain e Garcia (2013), o processo de expansão da agricultura brasileira vem se dando, nestes últimos anos, principalmente sob dois aspectos: o primeiro é a incorporação das novas áreas já com um padrão produtivo avançado/modernizado, muito distinto da chamada “frente pioneira” dos pequenos produtores, e segundo, que nas áreas de colonização mais antigas, tende-se a intensificar o processo produtivo, fatores estes observados na elevação da produtividade total dos fatores (PTF), que saiu “de um índice de 100, em 1970, para 224, em 2006” (GASQUES, *et al*, 2010 *apud* BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 32)<sup>42</sup>. De modo geral, o crescimento da agropecuária brasileira vem apresentando resultados positivos em razão de diversos fatores, dentre os quais podemos destacar o comércio externo (notadamente com a China), conjuntura até então favorável ao investimento no setor como um todo (importante participação estatal), avanço na intensificação e agregação de valor a produção e pesquisas agropecuárias, além das mudanças climáticas, consumo e outros fenômenos que contribuíram no aumento dos preços das commodities<sup>43</sup>.

É necessário, mesmo que resumidamente, tratar sobre a importância do papel do Estado na agropecuária nacional, de modo a melhor compreender o patamar em que ela se encontra atualmente. Segundo Arbage (2003), uma atuação mais efetiva no sentido da modernização da agropecuária nacional se dá a partir de 1930, a qual responde basicamente aos projetos de desenvolvimento industrial e aumento da produção. Nas décadas de 1960/70/80, fortemente ancorado no processo de modernização da agricultura, o esforço industrializante atinge o auge, sendo que nesse período o principal mecanismo de política agrícola é o crédito rural, orientado no sentido da consolidação dos grandes complexos agroindustriais, modernização produtiva, esforço de desenvolvimento econômico via aumento das exportações de *commodities*, entre outros. A partir da década de 1990, com o esgotamento da política creditícia estatal e das sucessivas crises econômicas, o direcionamento neoliberal faz com que o Estado se retire da intervenção neste âmbito, ocasionando uma quebra geral dos pequenos produtores, pouquíssima disponibilidade creditícia, privatização de muitos

---

<sup>42</sup> Cabe aqui uma ressalva pelo fato de que, na perspectiva dos autores apresentados, em geral se toma o capital como fator de produção (e não como meio), e como nos propomos a uma análise marxista, temos como pressuposto que o único fator de produção real é o trabalho.

<sup>43</sup> Banco Central: **Evolução recente nos preços de commodities agrícolas**. Relatório de Inflação, set. 2012. (Disponível em: [www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2012/09/ri201209b3p.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2012/09/ri201209b3p.pdf)). Acesso: dez. 2014.

setores ligados à produção e armazenamento agropecuário, etc. Aos pequenos produtores, muitos dos quais engajados em movimentos sociais e associações de produtores, a situação só começa a mudar favoravelmente da segunda metade da década de 1990 em diante, quando se vai gradualmente retomando uma maior atuação do Estado a este segmento que havia sido marginalizado nos períodos anteriores. A partir de 2002/03, o Estado passa a atuar mais fortemente e isso no conjunto da agropecuária nacional, sendo que novamente a política do crédito rural, aliada a projetos de modernização da infraestrutura (irrigação, fortalecimento das cooperativas, modernização da maquinaria agrícola, armazenamento, entre outros), vai se fortalecendo. Atualmente o panorama da agropecuária nacional aponta para a ampliação das transformações, da concorrência (interna e externa), da complexificação na gestão e disputa com os complexos agroalimentares multinacionais, necessidade de aumento da tecnificação, do acesso ao crédito e seguro rural, do aumento da produção e produtividade, introdução de técnicas mais eficientes e da ampliação do planejamento a curto e longo prazo, além de outros aspectos fundamentais no “novo mundo rural”. O papel do Estado é essencial, a despeito do discurso neoliberal, vide o crescimento significativo apenas na política de crédito rural, onde temos no segmento da chamada agricultura familiar um aumento de 346% (entre os anos de 2003/04 e 2014/15) e no do chamado agronegócio um aumento de 476% no mesmo período (mais detalhes na tabela 10 neste mesmo capítulo). Como ao longo do texto iremos trabalhando melhor estes aspectos de conjunto, seguimos com uma abordagem regionalizada do agro brasileiro.

Iniciamos com as principais características das cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), de modo a: perceber os traços mais gerais de cada uma, evitar a homogeneização regional e diferenciar o grau de desenvolvimento da agricultura entre elas.

A região Norte é a que apresenta, em seu conjunto, à agricultura mais rudimentar ou menos desenvolvida, ou seja, a que é feita mais extensivamente, usando-se ainda, predominantemente, métodos rudimentares e poucos equipamentos ou máquinas, possuindo também o segundo menor número de estabelecimentos (9,2%), responde ainda por apenas 4,3% do Valor Bruto da Produção (VBP) total, embora possua uma área cultivada praticamente igual ao Sudeste, detentor este do maior VBP (FGV, 2010). Isso se deve a vários fatores, entre eles a expansão da agropecuária (há, por outro lado, intensa atividade extrativista – madeira, minérios, etc.) em bases modernas bastante recentes e também a

questões florestais e/ou naturais da região. Há de se considerar, por outro lado, a diversidade étnica, as condições naturais, baixa densidade populacional, ação do Estado e da sociedade civil para a preservação e sustentabilidade e o potencial que apresenta para outras formas de atividade econômica que não seja a agrícola. Destaca-se ainda a atividade pecuária, praticada em larga medida de forma extensiva, em vastas áreas de terras.

No que tange às relações do trabalho formal (de acordo com a legislação trabalhista vigente), essas se encontram ainda pouco consolidadas. Deve-se ainda considerar o mandonismo local, a ilegalidade e a violência, pelo seu peso considerável nos dias de hoje. Comparada com outras regiões, o Norte encontra-se em praticamente todos os itens, com os menos índices do país, quando se trata de agricultura. Entretanto, com isto, não queremos dizer que ele não contribua e não possua riquezas a serem exploradas, muito pelo contrário, resta apenas saber de que forma isto será feito, avançando-se na modernização dos métodos de extração e cultivos e na medição dos conflitos entre colonizadores e populações nativas.

A região Nordeste apresenta-se, de modo geral<sup>44</sup>, como uma das mais pobres do país, e, por conseguinte, a agricultura praticada aí reflete, em grande medida, essa mesma situação. É onde se concentra, segundo o Censo Agropecuário de 2006, o maior número de estabelecimentos agropecuários (47,42%), de explorações da denominada agricultura familiar e também de pessoal (mão de obra). Esses, com grande potencial migratório.

Entretanto, apesar das dificuldades e desigualdades regionais, entre as safras 2013 e 2015 segundo dados do IBGE<sup>45</sup>, a região Nordeste passou do percentual na produção agrícola (grãos) nacional de 6,4% para 9,5%, ultrapassando neste último ano o Sudeste pela primeira vez na série histórica (a produção nordestina teve uma produção de 23,617 mil toneladas maior), em decorrência, fundamentalmente, de fatores climáticos. Destacamos que com o avanço do desenvolvimento capitalista, novas áreas vão sendo incorporadas a dinâmica produtiva, decorrentes não apenas dos interesses de agentes privados, mas também das intervenções do Estado e das conjunturas nacional e internacional nos planos político e econômico.

---

<sup>44</sup> Lembramos que há nesta região uma significativa produção, com características bastante moderna, principalmente nos setores de frutas, além da soja na Bahia e Maranhão.

<sup>45</sup> FONTES: <[saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2561](http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2561)>, Acesso em: fev. 2015; e <[economia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-de-graos-do-nordeste-ultrapassa-pela-primeira-vez-a-do-sudeste,164724](http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-de-graos-do-nordeste-ultrapassa-pela-primeira-vez-a-do-sudeste,164724)>. Acesso em mar. 2015.

Segundo Alves e Rocha (2010), a região Nordeste apresenta-se como um desafio para o Estado e a sociedade brasileira, já que, para este grande contingente (algo em torno de 8 milhões de pessoas), as políticas mais eficientes seriam as sociais e a previdenciária, ao lado de preparação para as ocupações e/ou empregos urbanos, sendo as políticas econômicas de auxílio às milhares de pequenas explorações em ruínas, um dispêndio considerável de recursos que muitas vezes não chegam a raiz dos problemas, na medida em que o mundo agrícola se insere cada vez mais na dinâmica do mercado mundial. Do ponto de vista das classes sociais no agro, a maioria dessas pequenas explorações podem ser caracterizadas como constituídas por semi-proletários ou proletários “com um pedaço de terra”, em processo de acelerada desintegração, na medida em que avança o desenvolvimento do capitalismo na agricultura nordestina. Corroborando nossa tese, Alves e Rocha (2010) mostram que 50,11% (2.014.567) dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, segundo o último censo, produziram 0,90% da renda bruta total, ou de uma outra forma, podem ser caracterizados como auferindo valor de produção menores que meio salário mínimo (para a época: 2006), a maioria dos quais encontram-se no Nordeste.

O Centro-Oeste é uma região de colonização agrícola sob padrões modernos relativamente recente (ocupação dos cerrados a partir da década de 1970<sup>46</sup>), sendo que ainda hoje tem sido muito visada pela expansão das atividades agrícolas, pecuária e agroindustrial. Tem se destacado como grande produtora de grãos, passando de 19% da produção nacional em 1990 para 31% no ano de 2002 (BUAINAIN; GARCIA, 2013) e finalmente na safra 2013, segundo IBGE, foi responsável por 41,7% da produção agrícola, com principal destaque na produção de soja. A estrutura agrária possui predomínio das médias e grandes propriedades, já que nesta região a média dos módulos rurais está entre as maiores do país, e principalmente, pela ação dos grandes grupos econômicos (complexo/cadeia da soja). A agricultura encontra-se em processo acelerado de desenvolvimento, embora, se comparada com o Sudeste e o Sul, apresenta ainda grande potencial de expansão e produtividade. Concentra apenas (6,1%) dos estabelecimentos agrícolas, embora sua área cultivada seja a maior: 103.797.329 ha (31,5%) (FGV, 2010).

A região Sul do país é uma das que apresenta os maiores índices de produção e produtividade agrícola, sobretudo nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, enquanto que

---

<sup>46</sup> Importantes programas são o POLOCENTRO (Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado) e o PROCEDER (Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado).

Santa Catarina se destaca pela produção de carnes (aves e suínos) e também pescado. Essa região, onde a constituição histórica da estrutura fundiária, fortemente baseada na pequena e média propriedade privada da terra, combinada com outros elementos (étnicos, planejamento governamental, migração, etc.), é a que apresenta altos índices de desenvolvimento, e, por conseguinte, fortes indicativos da produção capitalista na agricultura, alguns dos quais apresentamos a seguir.

Como já comentamos anteriormente, o Sul é uma das regiões onde o cooperativismo está bastante difundido e desenvolvido, tanto nos setores de produção ou comercialização agrícola/agropecuária, quanto no de crédito. Aliás, esse último é um dos segmentos mais fortes, com destaque para o Sistema Sicoob<sup>47</sup>, Sicredi e CRESOL. Ficando atrás apenas do Nordeste em números de estabelecimentos rurais, o Sul tem demandado grandes volumes de recursos (crédito) para a viabilização da produção, por isso o elemento cooperativização é fundamental para suprir as insuficiências das políticas estatais e da precariedade de seus associados, embora o crédito oficial seja a espinha dorsal no fomento à produção.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), a região Sul é a que possui a menor área cultivada (12,6%), está em segundo lugar em números de estabelecimentos (19,4%) e é a que responde por 28,8% do total do VBP da agropecuária brasileira, atrás apenas do Sudeste, sua importância produtiva a coloca em segundo lugar na produção nacional, sendo responsável, no ano de 2013, por 38,8% da produção agrícola<sup>48</sup>. Possui também grande uso de implementos e máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, etc.), e uso de adubos, fertilizantes e defensivos químicos, além de contar com uma produção agrícola expressiva, com destaque para os grãos (soja, milho, trigo, arroz), carnes (aves, suínos, pescado), leite e frutas (maçã, uvas). Um exemplo do expressivo crescimento na produtividade de algumas culturas está no estado do Paraná, onde numa comparação entre os anos 1980 e 2013 (poucos mais de três décadas), vemos que o crescimento no rendimento médio (kg/ha) do milho foi de 129% (passou de 2.535 (t) para 5.802 (t) por hectare); na soja o crescimento foi de 49% (passou de 2.240 (t) para 3.347 (t) por hectare) e no trigo o crescimento foi de 135% (passou de 938 (t) para 2.204 (t) por hectare)<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> Um estudo bastante importante sobre o Sicoob pode ser encontrado, entre outros, em Pinho e Palhares (2010).

<sup>48</sup> Fonte: <saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2561>, Acesso em: fev. 2015

<sup>49</sup> Fonte: Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: mar. 2015.

Desta forma, ainda que não devidamente aprofundada, podemos dizer que esta região possui, seguindo os elementos indicativos de Lênin (1980), uma agricultura bastante intensiva, modernizada e capitalizada (inserida na dinâmica do capital financeiro). O que nos leva também a concluir que, a região por excelência da “agricultura familiar”, é uma das que possui o maior grau de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e que caminha, tendencialmente, para um aprofundamento do mesmo, com suas inerentes contradições e consequências.

A última região que passamos a aludir, a Sudeste, é a detentora do maior desenvolvimento industrial, comercial, financeiro e agropecuário, sendo neste último segmento, bastante expressivo nos setores de grãos (café), algodão, cana de açúcar (álcool e açúcar), horticultura e silvicultura e frutas e verduras (laranjas).

O Sudeste, apesar do nível de urbanização (93%) está em terceiro lugar no número de estabelecimentos rurais (17,8%), detém a segunda menor área cultivada (16,4%), mas é responsável pelo maior VBP do agro (33,3%).

A pujança de sua agricultura reflete uso intenso dos fatores de produção, constituindo-se na região de capitalismo mais desenvolvido. Em várias culturas, sobretudo cana de açúcar, algodão, fruticultura e silvicultura, os produtores que não se enquadram nos critérios do PRONAF ou denominados de “agronegócio”, representando (41%) dos estabelecimentos desta região, são os responsáveis por volumes de produção acima de 60%. A área média do Sudeste é também bastante reduzida (cerca de 12,5 hectares em média), além do que, 50% dos estabelecimentos possuem áreas inferiores ao indicado acima, o que mostra que há nessa região, maior inversão de capital por unidade de área cultivada. A expressividade da pecuária também é marcante (31,8% do VBP nacional), pois essa, em determinados segmentos, não necessita de grandes extensões, o que garante alta rentabilidade aos produtores com áreas menores (FGV, 2010).

Essa breve caracterização regional, nos serve para, não só ficarmos atentos às particularidades, sem critérios de distinção diante de realidades por vezes completamente opostas, como por outro lado, ter uma dimensão de conjunto da agricultura nacional. Assim, tomamos como base o estudo da FGV (2010) sobre os dados do Censo Agropecuário de 2006, que dividiu em dois grandes grupos os produtores nacionais: os “enquadráveis” e os “não

enquadráveis” no PRONAF<sup>50</sup>, ou de um modo bastante corrente hoje, entre “agricultores familiares” e o “agronegócio” (a base é a classificação definida pela legislação – Lei 11.326 de 2006 – entre quem é o agricultor familiar e quem não é). Optaremos por classificá-los, na tentativa de fugir dos clichês e levar em conta o volume da produção e não apenas a área, de pequenas explorações para os “enquadráveis” e grandes explorações para os “não enquadráveis”. Nessa perspectiva, uma primeira caracterização do quadro geral da agropecuária nacional, baseados nos pressupostos acima, acabou-se delineando conforme a Tabela 04:

**TABELA 04 – Brasil – Classe de produtores, número de estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção (VBP) – 2006.**

<b>Classe de Produtores</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Valor Bruto da Produção (VBP) (em mil reais)</b>	<b>%</b>
Pequenas Explorações	3.330.667	64,4	59.455.956	18,0	32.869.579	22,9
Grandes Explorações	1.589.798	30,7	270.485.437	82,0	109.758.954	76,3

Fonte: FGV, 2010 / IBGE: Censo Agropecuário de 2006.

<sup>50</sup> Qualifiquemos os grupos do Pronaf, de acordo com os critérios de 2006: **GRUPO A**: assentados pelo Programa nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário e não detenham área superior a um módulo fiscal. **GRUPO B**: explorem terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base da exploração e obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00. **GRUPO AF**: repete os três primeiros critérios anteriores (condição do proprietário, localização e área); obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base, podendo utilizar, eventualmente, trabalho assalariado e também podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes; obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 6.000,00 até R\$ 110.000,00 (FGV, 2010, p. 26).

A classificação acima nos permite dimensionar como está dividido, em essência, o campo brasileiro no ano de 2006. As pequenas explorações representam quase 2/3 dos estabelecimentos, ocupam uma área menor que 1/5 do total e respondem por pouco mais de 1/5 do VBP. As grandes explorações, ao contrário, representam menos de 1/3 dos estabelecimentos, ocupam uma área de pouco mais de 4/5 e respondem por quase 4/5 do VBP nacional.

Apesar da grande concentração da terra, elemento fundamental na produção, o fator mais impactante no desempenho produtivo dos estabelecimentos rurais é o capital, ou seja, mesmo sendo a terra indispensável, a sua mera propriedade ou posse não garante a sua viabilidade (BUAINAIN, 2014). No capitalismo, ao contrário dos modos de produção anteriores, o motor central da produção é o capital, em sua incessante busca pela valorização (o fim último é o lucro)<sup>51</sup>, comandado hoje, sobretudo, pelo capital financeiro<sup>52</sup>.

## 2.2. – FALSAS DICOTOMIAS PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Na análise da agropecuária brasileira, entendemos que estão colocadas certas dicotomias que, aparentando ser verdadeiras, tendem em geral a escamotear a realidade. Nessa perspectiva, embora o combate de Lênin aos populistas russos esteja, em relação à situação agrária brasileira atual, bastante diversa nos aspectos espacial, temporal e conjuntural, nos parece que muitas daquelas teses têm ressuscitado nas vozes da intelectualidade ligada à classe dos chamados agricultores familiares. Entendemos que numa linha semelhante, embora mantendo relação, mas sem constituir o centro do nosso estudo, parece ter se encaminhado o estudo de Soares (1992), quando desmascara velhos equívocos

---

<sup>51</sup> “[...] a produção capitalista é movida pela busca incessante do lucro. Na realidade do capitalismo contemporâneo não há mais espaço para pensar na racionalidade da produção com base na concepção da reprodução simples do capital, na qual o objetivo do agricultor seria a mercadoria. Em qualquer atividade, o agricultor, enquanto capitalista, investe dinheiro na produção de mercadoria para obter mais dinheiro, ou seja, obter lucro. Em qualquer espaço da economia monetária de produção, a busca do lucro representa o motor da expansão produtiva, qualquer que seja o perfil da sua estrutura. Assim, o capitalista não faz agricultura para produzir comida pela comida, mas pelo lucro que a atividade possa oferecer como renda destinada à remuneração do investimento produtivo” (GONÇALVES, 2004, p. 42-43)

<sup>52</sup> Vale a pena, sobre este assunto, conferir a atualidade do estudo de Lênin sobre o imperialismo (Lênin, 2012) e o de Hilferding (1985).

nas propostas de reforma agrária para o país, algo pouco plausível na realidade de hoje (BUAINAIN; *et al*, 2014).

Nesse sentido, buscaremos analisar algumas dessas falsas dicotomias muito correntes nos estudos da agricultura brasileira contemporânea (inclusive a usada no estudo da FGV que tomamos por base). A primeira delas, muito difundida a partir do início dos anos 1990 e já tomada até como critério oficial (políticas públicas, denominações institucionais e/ou sindicais, etc.), é a da chamada agricultura familiar. Não nos estenderemos aqui sobre tal concepção, pois entendemos que já há uma enorme gama de autores discutindo-a, e que alguns deles (LÊNIN, 1980; GERMER, 2012; SOARES, 1992), dão conta de refutar tal mistificação. Contudo, buscamos apontar alguns problemas desse segmento social. Primeiramente, concordamos com Lênin (1980) de que tal expressão, longe de proporcionar um desvendamento do real, serve para mistificá-lo ainda mais. Na verdade, trata-se, a nosso ver, de um subterfúgio que busca, ao lado da mera agrupação segundo a área dos estabelecimentos, “[...] embelezar a situação de asfixia da pequena produção agrícola, do pequeno agricultor que não dispõe de terra nem de capital...” (LÊNIN, p. 51). A expressão “agricultura familiar” é ainda criticada pelo referido autor na seguinte passagem:

A expressão “fundada no trabalho familiar” não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque, em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor “trabalha”, seja a época em que ele vive caracterizada, pela escravidão, servidão ou capitalismo. A expressão “fundada no trabalho familiar” é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Esta expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado (LÊNIN, 1980, p. 21).

Portanto, além de encobrir ou mesmo negar a existência do assalariamento no campo, pois se apresenta como responsável por “empregar 74% da mão de obra” (ZIGER, 2013), embora se misture pessoal empregado com contratado, ou até mesmo de qualificar como “insuficientes”, os estudos clássicos marxistas<sup>53</sup> para o agro brasileiro atual, como Abramovay<sup>54</sup>, o fato é que a expressão “agricultura familiar” contribui, não para chegar à

---

<sup>53</sup> Trata-se aqui dos três principais estudos marxista sobre a agricultura: Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1985) e *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América* (1980); e Kautsky em *A Questão Agrária* (1986).

<sup>54</sup> Para compreender melhor a posição deste intelectual, considerado um dos maiores representantes desta corrente de pensamento, ver a excelente crítica contida no artigo de Soares (2012).

realidade, mas encobri-la, como veremos logo adiante. Na mesma corrente segue a expressão, tida como opositora, o chamado “agronegócio” que, por sua vez, serve para camuflar os níveis de concentração da produção agrícola e da riqueza, além de colocar a luta de classes num plano bastante medíocre.

O segmento majoritariamente constituinte da agricultura familiar está concentrado, segundo Alves e Rocha (2010), na região Nordeste e as condições da esmagadora maioria destes estabelecimentos são bastante precárias, servindo esses últimos mais como espaço de moradia do que de produção. Isso nos leva a classificá-los, mais acertadamente, como um grande contingente de semi-proletários ou “proletários com um pedaço de terra”, os quais têm como principais fontes de renda os trabalhos assalariados (permanentes ou temporários), os programas sociais do governo (Bolsa Família<sup>55</sup> e outros), aposentadorias e outros benefícios previdenciários, a ação de ONGs, etc., e a produção para o autoconsumo do seu lote individual. Essa situação é detalhada da seguinte forma pelos autores:

Dos 3.775.826 estabelecimentos desta classe, 579.024 não informaram nem autoconsumo, nem venda da produção (15,34% de 3.775.826). Na classe (0, 1/2), há 2.014.567 estabelecimentos (53,35%), com produção anual (incluindo-se o autoconsumo) de R\$ 643,64. A residência serve basicamente como moradia, sendo a atividade agrícola insignificante. A classe (1/2, 1) contém 611.775 estabelecimentos, com produção anual por estabelecimento de R\$ 2.574,84, equivalentes a 8,58 SM (*Salário Mínimo – para o ano de 2006*) no ano, ou seja, 0,72 por mês. Considerando-se três pessoas por estabelecimento, isto equivale, a 3 SM por pessoa, no ano. A agricultura, como está, tem pouca relevância. A função principal do estabelecimento é também a de moradia. Na classe (1, 2), há 570 mil estabelecimentos, com produção anual média de R\$ 5.142,65, equivalente a 17,14 SM, ou seja, 1,43 SM por mês, ou o equivalente a 0,48 por pessoa. Esta é uma situação melhor, é verdade; contudo, o estabelecimento ainda serve basicamente como moradia. (ALVES; ROCHA, p. 276-277, 2010 – *grifo meu*).

O que tem contribuído para “embelezar” o quadro de precariedade da maior parte dos agricultores familiares, seguindo a trilha das observações lenineanas, é que o uso da área/superfície como critério principal faz com que se coloquem na mesma categoria

<sup>55</sup> Segundo dados sobre o Programa Bolsa Família (PBF), em 2006, a região Nordeste tinha o número de 5.442.567 famílias atendidas pelo programa, significando 49,63% do total dos benefícios repassados no Brasil. Para o ano de 2013, este percentual aumentou para 50,62%, ou seja, um contingente de pouco mais de 7 milhões de famílias. Se fizéssemos um comparativo dos valores do PBF e do Pronaf nos mesmos períodos, respectivamente dos anos de 2006 e 2013, veríamos que no primeiro ano, os valores do PBF representaram em torno de 43,33% (3,9 bilhões) do Pronaf (9 bilhões); para o segundo ano, o PBF representou 42,86% (9,6 bilhões) do Pronaf 2013/14 (21 bilhões). Mais dados sobre o PBF de 2004 a 2013 ver: <http://ultimosegundo.ig.com.br/bolsa-familia/2013-10-17/bolsa-familia-em-numeros-confira-resultados-de-dez-anos-do-programa.html>

produtores tão distintos como os da região Sul e da região Nordeste. Nos primeiros, como já vimos, o grau de capitalização, produção e produtividade das lavouras é uma das mais intensivas, enquanto que os últimos, na maior parte do conjunto, se encontram em condições precárias. Obviamente que tal mistificação serve, essencialmente, aos setores da burguesia e aos defensores da “viabilidade ou resistência” dos pequenos camponeses. Podemos extrair dos dados citados acima que um total de 3.205.366 estabelecimentos rurais obtinham, na época do censo, uma renda de até 01 salário mínimo mensal, significando esse número que, praticamente 62% dos estabelecimentos brasileiros, obtinham ganhos da atividade agropecuária extremamente baixos. Embora saibamos que as condições, de uma forma geral, tenha melhorado nos últimos anos, isso não nos autoriza pensar que esse quadro tenha se alterado significativamente.

O que chamamos quadro de precariedade na agropecuária, também fica evidente a partir do estudo de Buainain e Garcia (2013), onde segundo estes, dos 4,6 milhões de estabelecimentos rurais que registraram VBP no Censo Agropecuário de 2006, aproximadamente 2,35 milhões (em torno de 50% deles) acusaram VBP anual menor que R\$ 2.500,00, ou seja, supondo que todos eles fossem enquadrados com esta renda, teríamos o equivalente a uma renda mensal de R\$ 208,33 ou 60% do valor do salário mínimo vigente no período. Ainda segundo os autores, que se propuseram a estudar a situação do pequeno estabelecimento rural (definido arbitrariamente como aqueles de até 10 hectares), constatou-se que dos 2,5 milhões (48% do total), 60% estavam no Nordeste e 16% em cada uma das regiões Sudeste e Sul. Deste segmento de pequenos estabelecimentos, verificou-se que 40% deles não fizeram uso da energia elétrica e menos de 1% recebeu assistência técnica e fez uso de adubação, além disso, dos 2,3 milhões estabelecimentos que não fizeram uso de nenhum tipo de força de tração para o conjunto do país, 40% eram deste grupo (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Outro ponto de crítica é o encobrimento dos aspectos do trabalho assalariado, que obviamente tem aumentado, seja ele no campo (advindo da especialização das atividades rurais) ou através mesmo da migração para o setor urbano, mas que, se colocados dentro do “parâmetro” da “mão de obra familiar”, ocultam a sua existência, sendo muito difícil detectar a quantidade de assalariados, gastos com mão de obra, se são permanentes ou temporários, trabalham em atividades rurais ou urbanas, quais são as formas das relações de trabalho, valor médio dos rendimentos ou remunerações, formais ou informais, etc. Tudo está baseado na

família e sob ela se encobrem todas essas nuances tão importantes para se entender o agro brasileiro atual, sua evolução e tendências de longo prazo. Um exemplo disso está no estado Paraná, onde se observou um crescimento na população ocupada nas atividades agropecuárias, entre os anos de 2000 a 2010, de 784.671 pessoas para 801.661, aumento de 2,2% na década<sup>56</sup>

Um fator bastante polêmico que é fortemente brandido pela pequena burguesia, e que é, como bem observou Gonçalves (2004; 2005), um falso problema ou oposição (agricultura familiar X agronegócio)<sup>57</sup>, trata da questão da produção de alimentos no país ou a produção de alimentos saudáveis e/ou sustentáveis. Novamente a crítica de Lênin (1980), mesmo após 100 anos, ainda é inteiramente válida: a maneira de classificar os estabelecimentos rurais apenas segundo a área/superfície acaba por diluir a diferença entre a pequena e a grande produção, o que se leva a creditar para a “pequena agricultura”, a maior parte na produção de alimentos. Tal tese não se sustentaria se olhássemos, mais criteriosamente, de onde vêm os produtos consumidos diariamente, pois a pequena agricultura não se encontra, certamente, em condições de competir com os grandes capitais existentes na agricultura brasileira. Praticamente toda a cadeia da produção, beneficiamento/transformação, armazenamento e distribuição, com pequenas exceções (geralmente os cultivos marginais ou de menor rentabilidade) encontra-se hoje e cada vez mais, majoritariamente, nas mãos de grandes produtores/empresários, conglomerados oligopolistas e monopolistas ou grandes complexos cooperativos<sup>58</sup>. Mas, lembramos que tal mistificação, a da produção da maioria dos alimentos pela chamada pequena produção, não surgiu do acaso, pois além das instituições nacionais (INCRA, IBGE, etc.), houve também a participação de instituições internacionais (FAO). Este esforço nos parece hoje, mais uma estratégia para a viabilização da significativa camada da pequena burguesia rural, que se encontra em progressiva ruína e/ou ameaça sob o capital. Aliás, esse tipo de estratégia não é nova e nem se restringe ao Brasil, mas está presente em

---

<sup>56</sup> Fonte: Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php](http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php)>. Acesso em: mar. 2015.

<sup>57</sup> “[...] se tenta mesmo opor a idéia de agricultura familiar à de agricultura empresarial, quando ambos são agronegócios, mas com configurações estruturais diferenciadas” (GONÇALVES, 2005, p. 21).

<sup>58</sup> Baseando-se em uma das ideias centrais de Marx (1996a), poderíamos nos perguntar o seguinte: considerando que o aumento da produtividade do trabalho e a consequente elevação na produção de bens advêm, principalmente, do aumento da mecanização, como a parcela de produtores que se ancora no “fator mão de obra” seria a mais produtiva e/ou maior produtora de mercadorias? Como a classe que dispõe (ou se apropria) dos principais e da maioria dos recursos e meios de produção pode ser menos produtiva em comparação com aqueles que não a detém?

várias partes do mundo, sobretudo nas mais pobres ou com elevados índices de disparidades socioeconômicas. A intervenção do governo brasileiro também é nítida, na tentativa de fomentar os pequenos empreendimentos, não só no meio rural, mas também no urbano (empreendedorismo do SEBRAE, por exemplo)<sup>59</sup>.

A Tabela 05 apresenta alguns dados sobre o percentual da participação na produção agrícola, entre as pequenas e grandes explorações, baseados, como anteriormente, no estudo da FGV (2010) sobre o Censo Agropecuário de 2006.

---

<sup>59</sup> Reproduzimos algumas observações no estudo de Kautsky que, em nosso ponto de vista, ainda guardam atualidade: “Não é às custas dos grandes estabelecimentos, mas é às custas dos trabalhadores que se pretende prolongar a vida dos pequenos estabelecimentos, seja por privilégios concedidos aos intermediários (às custas das cooperativas de consumo), ou por privilégios concedidos aos mestres das corporações (às custas dos aprendizes e dos oficiais), através de crédito barato, seguro barato e coisas semelhantes, às custas do contribuinte de impostos. Quanto mais a luta de classes se agrava [...], tanto mais os governos estarão propensos a permitir que, às custas da sociedade, os pequenos estabelecimentos supérfluos levam em frente uma existência mais ou menos parasitária. Seu processo de desaparecimento talvez possa ser desacelerado e é pelo menos essa a esperança que nasce das promessas e medidas governamentais, o que leva muitos a prosseguir em sua luta sem qualquer êxito, a luta que teriam abandonado normalmente há muito tempo” (KAUTSKY, 1986, p. 127-128).

**TABELA 05 – Brasil – Participação das pequenas e grandes explorações no valor bruto da produção (VBP) nas lavouras selecionadas e da silvicultura (em %).**

<b>Classes de Produtores</b>	<b>Grãos (%)</b>	<b>Horticultura (%)</b>	<b>Cana-De-Açúcar (%)</b>	<b>Mandioca (%)</b>	<b>Batata (%)</b>	<b>Algodão (%)</b>
Pequenas Explorações	20,5	36,1	4,6	48,6	19,5	0,5
Grandes Explorações	79,2	61,9	95,4	49,8	80,1	99,5
<b>Classes de Produtores</b>	<b>Café (%)</b>	<b>Laranja (%)</b>	<b>Fruticultura (%)</b>	<b>Fumo (%)</b>	<b>Silvicultura (%)</b>	<b>—</b>
Pequenas Explorações	22,5	8,0	15,5	74,0	8,5	—
Grandes Explorações	77,5	92,0	84,4	24,6	90,1	—

Fonte: FGV, 2010 / IBGE: Censo Agropecuário de 2006.

Observamos pelos números da tabela acima que, com exceção das produções de mandioca e fumo – na primeira, percentual bastante semelhante, e na segunda, expressividade majoritária –, as grandes explorações são as responsáveis pelos maiores volumes de produção. O destaque fica para as produções de cana de açúcar (açúcar, álcool), algodão (indústria têxtil), laranja (suco de laranja) e silvicultura, todos os índices acima de 90%.

Seguimos com dados, agora mais especificamente, referente a algumas culturas de grãos, boa parte das quais compõem, direta ou indiretamente, a base da alimentação da maioria da população de nosso país. Embora não nos esqueçamos que, principalmente no caso da soja, esta serve como produto de exportação, tanto *in natura* quanto seus derivados (farelo, óleo). Vejamos a tabela a seguir:

**TABELA 06 – Brasil – Participação das pequenas e grandes explorações no valor bruto da produção (VBP) desagregada de grãos (em %) – 2006.**

<b>Classe de Produtores</b>	<b>Arroz em Casca (%)</b>	<b>Feijão Preto (%)</b>	<b>Feijão de Cor (%)</b>	<b>Feijão Fradinho (%)</b>
Pequenas Explorações	24,2	55,8	35,8	61,3
Grandes Explorações	75,0	43,6	63,4	37,1
<b>Classe de Produtores</b>	<b>Milho (%)</b>	<b>Soja (%)</b>	<b>Sorgo (%)</b>	<b>Trigo (%)</b>
Pequenas Explorações	31,4	8,8	7,2	12,3
Grandes Explorações	68,2	91,2	92,7	87,7

Fonte: FGV, 2010 / IBGE: Censo Agropecuário de 2006.

De acordo com os dados, as exceções, nas quais predomina a pequena exploração, estão apenas no caso do feijão (preto e fradinho), sendo que nas demais culturas os maiores percentuais de produção são realizados pelas grandes explorações. Nesse caso, o destaque vai para o trigo, soja e o sorgo. Deste modo, o reiterado argumento de que a produção de alimentos no Brasil é feita pela pequena produção, ou seja, pela agricultura familiar, parece não se sustentar quando se observam os dados de outra forma. Ressaltamos novamente que o segmento constituinte da agricultura familiar é bastante heterogêneo, tendo um significativo grupo bem capitalizado, respondendo por parcela importante da produção rural, como apresenta o próprio estudo da FGV/CNA de 2010. Embora destaquemos que uma parte considerável da produção agrícola e pecuária tenham a participação das pequenas explorações mais viáveis, ou seja, daquelas que tem acesso ao crédito<sup>60</sup>, assistência técnica, máquinas e

<sup>60</sup> Lembrando que o Pronaf, que é a política de crédito rural para a agricultura familiar, a qual segundo o censo de 2006 representa 64,4% dos estabelecimentos (3.330.667), tem conseguido atingir apenas 57,44% destes (já que na safra 2005/06 foram realizados 1.913.043 contratos), maior número até então – comparação feita entre os anos de 1999/00 a 2009/10 –, embora venha crescendo em volumes de recursos e da perspectiva de inclusão de produtores nestes últimos anos (MDA, 2010).

tecnologias, principalmente através das cooperativas. Vejamos alguns números a respeito da produção pecuária:

**TABELA 07 – Brasil – Participação das pequenas e grandes explorações no valor da produção pecuária (em %) – 2006.**

<b>Classes de Produtores</b>	<b>Bovinos e Bubalinos (%)</b>	<b>Leite (%)</b>	<b>Suínos (%)</b>	<b>Aves (%)</b>	<b>Ovos (%)</b>
Pequenas Explorações	38,0	47,1	35,4	24,9	9,3
Grandes Explorações	61,3	52,5	63,7	73,3	89,8

Fonte: FGV, 2010 / IBGE: Censo Agropecuário de 2006.

Na produção pecuária, segundo os dados acima, as grandes explorações são as de maior expressividade de produção em todos os segmentos, embora tenhamos na produção leiteira, percentuais quase equivalentes, isto é, a produção desses dois grupos de produtores é bastante semelhante, ainda que com uma pequena vantagem das grandes explorações. Mais adiante trataremos sobre alguns índices da concentração da produção, entre os quais está a produção leiteira, e veremos com maior nitidez a grande diferença entre estes dois grupos de explorações.

A seguir, de acordo com o estudo de Alves e Rocha (2010) sobre o Censo de 2006, buscamos condensar as observações sobre as condições dos estabelecimentos rurais brasileiros. A ideia central é caracterizar os rendimentos obtidos por grupos de produtores (através do salário mínimo para a época) e suas respectivas contribuições para o VBP da agropecuária nacional, o que, por outro lado, escancara a enorme concentração da produção e a miséria reinante para a maioria dos pequenos produtores rurais. Vejamos a tabela:

**TABELA 08 – Brasil e Grandes Regiões – Número de estabelecimentos rurais por quantidade de salários mínimos mensais, seu percentual e valor de produção (%) – 2006**

(continua)

<b>Brasil / Grandes Regiões</b>	<b>0 a 2 S.M. (mensais). Nº de Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Valor da produção (%)</b>	<b>2 a 10 S.M. (mensais). Nº de Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Valor da produção (%)</b>
<b>Brasil</b>	3.775.826	72,96	4,04	975.974	18,86	11,08
<b>Norte</b>	360.190	9,54	11,07	92.799	1,79	21,79
<b>Nordeste</b>	2.149.279	56,92	9,64	228.076	4,41	12,19
<b>Centro Oeste</b>	216.215	5,73	1,79	71.287	1,38	5,56
<b>Sudeste</b>	572.859	15,17	1,99	226.625	4,38	7,83
<b>Sul</b>	477.283	12,64	2,60	357.187	6,90	15,12

Fonte: Alves; Rocha (2010); IBGE: Censo Agropecuário de 2006.

**TABELA 08 – Brasil e Grandes Regiões – Número de estabelecimentos rurais por quantidade de salários mínimos mensais, seu percentual e valor de produção (%) – 2006**

(conclusão)

<b>Brasil / Grandes Regiões</b>	<b>Acima de 10 S.M. (mensais). N° de estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Valor da Produção (%)</b>
<b>Brasil</b>	423.689	8,19	84,89
<b>Norte</b>	22.786	0,44	67,13
<b>Nordeste</b>	76.651	1,48	78,17
<b>Centro Oeste</b>	29.976	0,58	92,65
<b>Sudeste</b>	122.565	2,37	90,18
<b>Sul</b>	171.711	3,32	82,28

Fonte: Alves; Rocha (2010); IBGE: Censo Agropecuário de 2006.

Segundo os dados, a maioria dos estabelecimentos (mais de 72%) conseguiu obter rendimentos muito baixos (abaixo de dois salários mínimos), grande parte dos quais se encontram na região Nordeste. Apesar do enorme contingente, esse segmento tem uma contribuição irrisória para a produção nacional (4%), de modo que a caracterização anterior (semi-proletariado), nos parece a mais acertada.

Uma parcela considerável, algo em torno de 18% dos estabelecimentos, encontram-se na categoria dos agricultores “viáveis”, ou seja, segundo a ótica de Alves e Rocha (2010), políticas econômicas específicas para este segmento são necessárias para a manutenção de suas atividades, modernização, investimento e elevação da produtividade desses empreendimentos. Embora sejam quantitativamente expressivos – quase um milhão de produtores – sua contribuição para o VBP é de apenas pouco mais de 11%. Destacamos ainda que a maioria desse conjunto de produtores encontra-se na região Sul.

E por último, temos o grupo dos grandes produtores, que representa pouco mais de 8% dos estabelecimentos, mas que, em compensação, contribuem com mais de 84% do VBP. Este segmento de produtores, como se pode constatar, encontra-se também em sua maioria nas regiões Sudeste e Sul, ou seja, nas regiões de agricultura mais intensiva e/ou mais capitalizada do país.

### 2.3. – ESTRUTURA DE CLASSES, CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E O GRANDE CAPITAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Buscando identificar as características e os agentes principais na agricultura brasileira, faremos algumas considerações a respeito de como entendemos a estrutura de classes, alguns aspectos da concentração da produção agropecuária e a ação dos grandes capitais.

Em relação à estrutura de classes no campo, tentamos estabelecer certos parâmetros para seguir na análise da agricultura e dos caminhos para os quais apontam suas tendências. Nessa perspectiva, nos baseamos nos trabalho de Alves e Rocha (2010), para qualificar esse aspecto no agro. Vejamos a respectiva tabela a seguir, organizada com base nos dados dos autores citados, mas que não corresponde à perspectiva teórica deles, ou seja, o pressuposto da análise com base nas classes sociais é uma opção nossa, além do que essa estratificação arbitrária, nos serve para melhor compreender a realidade:

**TABELA 09 – Brasil – Classes sociais, número de estabelecimentos e valor bruto da produção (VBP) (em %) – 2006.**

<b>Classes Sociais da Agricultura</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>VBP (%)</b>
<i>Grande Burguesia</i>	423.689	8,19	84,89
<i>Média Burguesia</i>	975.974	18,86	11,08
<i>Pequena Burguesia + Semi-Proletariado</i>	3.775.826	72,96	4,04
<i>Força de trabalho ocupada na agricultura (em milhões)</i>	16,4	—	—

Fonte: Alves e Rocha (2010); IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

A Tabela 09, estruturada com base nas observações de Alves e Rocha (2010), nos oferece uma clara dimensão das classes fundamentais da agricultura, tendo como centro da análise a contribuição de cada uma delas no valor bruto da produção (VBP). Essa perspectiva centra-se no valor gerado pelas classes, sem referências ao fator terra, o que de certa forma camufla esse problema, já que se trata de um fator fundamental para a produção. Entretanto, concentra acertadamente seu olhar sobre a contribuição de cada classe na produção agropecuária, na geração do valor.

O que podemos perceber é que a grande burguesia rural, apesar da sua pequena quantidade numérica é a que apresenta o maior volume de produção, não apenas pela quantidade de terra que concentra, mas também e principalmente, pela monopolização do capital<sup>61</sup>. E realiza, como apontam os dados, o maior volume de produção. Em seguida vem à camada intermediária ou média burguesia, que é tanto quantitativa quanto produtivamente

<sup>61</sup> Apesar dessa grande concentração de capital na agropecuária (“porteira para dentro”), é importante lembrar que nos grandes conglomerados das agroindústrias e indústrias do ago ela é ainda maior. Verifica-se, ficando apenas no ramo cooperativo, que o volume das vendas líquidas das sete maiores agroindústrias cooperativas (em ordem decrescente: Comigo, Cocamar, Lar, C. Vale, Aurora, Coamo, Coopesucar), foram acima de US\$ 1 bilhão, sendo o maior volume foi da Coopesucar, com US\$ 4,5 bilhões (Fonte: Revista Exame, Melhores e Maiores, 2014).

importante, e por fim, a grande massa da pequena-burguesia somada ao semi-proletariado, que juntos agregam um enorme contingente de produtores, com volume produtivo pouco significativo no total e participação em trabalhos para além da sua própria propriedade, além de outras fontes de renda, como já levantado. Como veremos no próximo capítulo, o público com o qual trabalharemos mais especificamente (objeto de nossa pesquisa) encontra-se, majoritariamente, seja por uma ou por outra abordagem, na camada da pequena burguesia rural e do semi-proletariado. Aquela mais acertadamente, pois, como vimos anteriormente, a maioria do contingente de semi-proletariado, encontra-se na região Nordeste do país, embora apareça, em menor número, também nas demais regiões do país.

Estando a estrutura de classes no campo brasileiro caracterizada basicamente, tratamos agora sobre alguns indicadores que apontam para a enorme concentração da produção na agricultura brasileira. Um dos primeiros indicativos da concentração da produção nos é dado por Alves e Rocha (2010), onde segundo eles, apenas uma ínfima parcela de produtores (0,44%) ou, mais exatamente, 23.188 estabelecimentos são responsáveis por 51,1% do VBP nacional. Em outras palavras, menos de 1% dos produtores rurais é responsável por mais da metade da produção agropecuária; o que nos levaria a levantar a hipótese de que, se devidamente estruturados (infraestrutura, tecnologia, etc.), algo em torno de 1% ou mais dos estabelecimentos, dariam conta de responder pela produção agropecuária nos seus aspectos principais (exportações para mercado de *commodities*, por exemplo), restando a grande parcela dos produtores com disponibilidade para atender nichos de mercado (interno e externo) e outras áreas mais específicas e/ou especializadas ou dedicadas à chamada pluriatividade, entre outros negócios de menor porte, mas não menos importantes.

O setor leiteiro, muito importante para a manutenção de milhares de pequenos agricultores (muitos dos quais também ligados a CRESOL), também aponta para dados impressionantes de concentração produtiva. Ainda segundo Alves e Rocha (2010), o número de produtores de leite é de 1.349.326, embora exista, nos dois extremos (pequenos e grandes produtores), uma diferença enorme: mais de 80% dos produtores são responsáveis por apenas 26,7% da produção total, enquanto que apenas 1% de produtores responde por 20%. Se colocarmos junto os grandes e médios produtores (19,59%), veremos que sua contribuição é de 73,3% da produção leiteira total.

Na produção de milho, o mesmo se repete ainda mais intensamente: 1,57% dos estabelecimentos produzem pouco mais de 68% da produção do grão, enquanto que 90% do

restante dos produtores respondem por apenas 9,96% da produção total. Colocando juntos os médios e grandes produtores (9,01%), teremos a produção de 90% do total de milho por estes dois segmentos de agricultores.

A produção do arroz, por sua vez, também aparece com um grau de concentração bastante elevado. Vejamos: 1,77% dos produtores desse cereal são responsáveis por pouco mais de 73% da produção total, enquanto que 89,11%, na outra ponta, responde por apenas 4,62%, quadro ainda mais nítido se juntarmos grandes e médios produtores (10,88%), produzindo o equivalente a 95,38% da produção global de arroz.

Os dados sobre a concentração do café, produto historicamente importante para a economia brasileira, mas não essencial, como dizem os adeptos da chamada agricultura familiar, do ponto de vista da produção de alimentos, não serão discutidos nesse trabalho. Deste modo, passaremos aos dados sobre a concentração da produção de feijão, dos quais destacaremos apenas os “extremos”. Vejamos: na produção do feijão preto, apenas 1,23% dos produtores são responsáveis por pouco mais de 52% da produção, enquanto que do outro lado, quase 93% dos produtores, respondem por 21,22% da produção total. Para o feijão-cor, existem 1,38% dos estabelecimentos respondendo por quase 69% da produção, e no outro grupo, 94,79% dos produtores produzem 13,57% do total. Por fim, no caso do feijão fradinho, 0,88% dos produtores respondem por 47% da produção, e na outra ponta, 95,76% deles são responsáveis por 22,75% da produção global desse grão.

Verifica-se, portanto que, longe de estarmos sob o suprimento dos pequenos produtores, temos, sim, produtores gigantescos nas mais diversas culturas, o que coloca em xeque a tão propagada “produção familiar”. Tratemos a seguir, mesmo que genericamente, para adensar nossa argumentação, alguns dados sobre a ação dos grandes grupos capitalistas na agricultura brasileira.

O papel do grande capital na agricultura vem crescendo gradual e cotidianamente. Isso tem sido pontuado por vários autores, dentre os quais destacamos as análises de Delgado (1984) e Coradini e Fredericq (2009), mas, em geral, não tem recebido a devida importância. Como tratamos dos grandes capitais privados no agro, incluiremos alguns dados sobre os grandes grupos cooperativos (união de inúmeros capitais dispersos), já que é um terreno que nos interessa.

No primeiro grupo, o dos grandes grupos privados, não é surpresa haver grandes empresas<sup>62</sup> controlando determinados setores do mercado, como por exemplo, o de carnes de aves e suínos, comandados pela BRF (resultado da fusão, em 2012, da Perdigão S.A. e Sadia S.A.) e o de carnes bovinas, controlado, sobretudo, pelo grupo da empresa JBS-Friboi. No setor de grãos, temos o Grupo El Tejar, que controla sozinho, cerca de 300 mil hectares em produção de soja no estado de Mato Grosso. Outros grandes são o Grupo Bom Futuro, que tem plantado cerca de 14,5% dos mais de 614 mil hectares de algodão no estado do Mato Grosso, algo em torno de 95,2 mil hectares com esta cultura e também os grupos SLC Agrícola (possui cerca de 230 mil ha plantados com soja, milho e algodão), Los Grobos e Amaggi, todos com milhares de hectares em cultivos, sobretudo na região Centro-Oeste do país<sup>63</sup>.

Outro exemplo bastante elucidativo do modo como as cooperativas têm adotado as estratégias das *trading company* (grandes companhias comerciais para exportação) para manterem-se competitivas no mercado, devido aos imperativos do grande capital no agro brasileiro, é a CCAB (Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro). Esse grande conglomerado de cooperativas, que juntas formam a *holding* CCAB, são uma manifestação daquilo que Lênin (2012) chama a atenção para a fusão do capital (agro)industrial e do capital bancário/financeiro no capitalismo moderno, atuando em duas frentes: através da CCAB Agro S/A (ramo produtivo, armazenagem, logística e comercial) e a CCAB Projetos e Soluções Financeiras LTDA (comércio externo, tributos e contabilidade, crédito, sistema financeiro, câmbio, gestão, etc.). O complexo foi formado em 2006 por 17 cooperativas, com o objetivo de fortalecer-se no mercado e obter maiores ganhos através da exclusão dos intermediários fornecedores de insumos/defensivos agrícolas. Assim, entendemos que tal movimento significa uma segunda centralização do capital, já que antes eram várias cooperativas (centralização de capitais menores) que se fundem num grande grupo, potencializando, dessa forma, a acumulação interna do capital. Outro aspecto do grande fortalecimento da empresa

---

<sup>62</sup> As dez maiores empresas do agronegócio, para o ano de 2012, eram, respectivamente, as seguintes: Cargill, Bunge, JBS-Friboi, BRF, ADM, Copersucar Cooperativa, Louis Dreyfus, Unilever, Coamo e BASF. Ver mais em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/104402/noticias/as-15-maiores-do-agronegocio>

<sup>63</sup> O Grupo El Tejar é o maior produtor de soja do Brasil desde 2011. Na safra 2009/10, plantou entre 250 a 300 mil ha de soja, superando o Grupo Bom Futuro (com 180 mil ha), o produtor Blairo Maggi (com 135 mil ha), e o Grupo Los Grobos (com cerca de 82 mil ha). Ver mais em: <http://oglobo.globo.com/politica/grupo-argentino-el-tejar-lidera-em-producao-de-soja-no-brasil-2721688>

foi à entrada, como sócio e fornecedor de defensivos agrícolas, do grupo chinês Huapont, segundo informa a CCAB Agro:

Entrada da Huapont com investimento em capital, adquirindo 7,5% da CCAB Agro S/A por US\$ 20 milhões – holding de produtos químicos chinesa, com faturamento acima de US\$ 500 milhões e market cap acima de US\$ 1 bilhão. A Huapont, através de sua subsidiária integral Nutrichem, é um dos maiores exportadores independentes de ingredientes ativos para defensivos agrícolas da China, com forte capacidade de pesquisa e desenvolvimento. (Site: [www.ccab-agro.com.br/site/ccab-agro/historia](http://www.ccab-agro.com.br/site/ccab-agro/historia). 2014).

Assim, a CCAB Agro deixou a ideologia cooperativa para tornar-se um forte conglomerado dentro de um mercado cada vez mais oligopolizado, colocando-se como modelo para outros grupos e produtores diante das exigências modernas. Atuando, não apenas com o empresariado que a constitui, mas também com grandes grupos estrangeiros e com o capital financeiro. Para sintetizar, destacaremos alguns dados sobre esse complexo cooperativo: são 17 cooperativas filiadas; algo em torno de 55 mil produtores cooperados; atuando em 08 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Bahia); patrimônio líquido de R\$ 60 milhões; disponibilização de R\$ 270 milhões em linhas de crédito bancário; obteve sozinha o maior CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), no valor de US\$ 85 milhões; seu faturamento para 2014, foi de R\$ 200 milhões e lucro de R\$ 10 milhões; responde por 69% do algodão produzido no país; respondeu, na safra 2008/2009, por 18% da produção nacional de soja; o grupo que compõe a CCAB Agro possui 1,6 milhão de hectares de soja e 400 mil hectares de algodão; possui parceria com dois bancos, o Citibank e o Santander<sup>64</sup>. Portanto, como observou Lênin (2012) ainda no início das transformações do antigo capitalismo concorrencial para o monopolista, “[...] a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual num certo grau de seu desenvolvimento conduz ao monopólio” (LÊNIN, p. 42). Do mesmo modo parece encaminhar-se a estratégia de longo prazo desse complexo, já que junta os interesses do grande capital agroindustrial nacional (cooperativo), internacional e financeiro, apontando que a sobrevivência na atual conjuntura (mercado mundial) passa pela fusão dos grandes grupos, domínio da cadeia produtiva, capacidade de investimento financeiro e controle majoritário do seu setor/mercado de atuação.

---

<sup>64</sup> Fonte: <http://www.mundocoop.com.br/noticias/ccab-agro-um-modelo-de-negocio-vitorioso-criado-a-partir-do-cooperativismo> . Acesso: setembro de 2014.

Ainda no setor das cooperativas, apesar do nosso estudo recair sobre a classe da pequena burguesia, veremos como outros setores da burguesia rural também têm se utilizado desse recurso. Segundo dados reunidos pela OCB, extraídos da Revista Exame para o ano de 2014, dentre as 400 maiores empresas do agronegócio, em vendas, teríamos 51 cooperativas integrantes desse grupo<sup>65</sup>. Novamente, se aplicarmos o critério de localização geográfica, notar-se-á que a maioria destas grandes cooperativas está na região Sul – muitas das quais, em determinados setores (por exemplo: açúcar e álcool; algodão e grãos; aves e suínos; café; leite e derivados), estão entre as 10 maiores empresas do agronegócio brasileiro. Segundo o site do cooperativismo de crédito<sup>66</sup>, para o ano de 2010, das 1.367 cooperativas avaliadas pelo BACEN, os dados contábeis e/ou financeiros apontaram que apenas 98 delas (ou seja, 7,17%) administravam ativos superiores a R\$ 100 milhões, o que representava 42% dos ativos totais. Destas 98 cooperativas, 67 estavam localizadas, respectivamente, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, concentrando, por sua vez, 73% deste montante de ativos. Com relação aos volumes das carteiras de crédito, a concentração se aprofunda, com apenas 51 cooperativas (3,73%) controlando 40% do total, sendo que a localização regional das unidades se repete, com a exceção do acréscimo do estado do Mato Grosso na última posição.

De modo geral, o número de cooperativas de crédito no Brasil teve uma considerável queda, passando de 1.450 unidades em 2003 para 1.154 em 2013, uma redução de 20%. De acordo com o Banco Central (BACEN), dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN), as cooperativas vêm apresentando saldos positivos de crescimento, estando em sexto lugar entre as instituições financeiras, com um percentual de ativos de 2,53%. Embora esse percentual venha aumentando, colocando o conjunto das cooperativas de crédito num patamar mais favorável, acima mesmo de um banco importante como o HSBC (do inglês Hong Kong and Shanghai Banking Corporation), este volume de ativos ainda é muito pequeno para atender as

---

<sup>65</sup> Destacamos aqui apenas as 15 primeiras, por ordem crescente desse ranking: Coopersucar; Coamo; Aurora Alimentos; C. Vale; Lar; Cocamar; Comigo; Cooperativa Agrária; Copacol; Cooxupé; Cooperalfa; Integrada; Castrolanda; Frimesa e Coopavel. Ver mais em: Revista Exame, Melhores e Maiores, 2014.

<sup>66</sup> Ver mais em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2010/05/apenas-98-cooperativas-de-credito-administram-ativos-maiores-de-r-100-milhoes/>

demandas dos cooperados e manter-se competitivo no mercado financeiro, cabendo o controle aos maiores bancos<sup>67</sup>.

Devida à grande “concorrência” no mercado, as cooperativas se armam para a competição capitalista como outra empresa qualquer, passando a apresentar os mesmos sinais da concentração do seu capital, pois

Neste ambiente, preço e qualidade são ditados pelo mercado – a sobrevivência fica restrita às organizações que possuem competência para gerenciar seus custos operacionais nos níveis que o mercado exige. A corrida pela redução de custos com melhoria da qualidade, disponibilidade e facilidade de acesso aos produtos e serviços oferecidos aos clientes, levou as organizações a realizarem parcerias, fusões e incorporações, com objetivo de ganho de escala nos serviços comuns e aumento da capacidade de investimentos tecnológicos e negociais. As cooperativas não ficaram alheias a esse processo (PAGNUSSATT, 2004, p. 19).

Como observou Pagnussatt (2004), as cooperativas não estão imunes às vicissitudes do mercado, mas ao contrário, empurradas pelas empresas que atuam no setor, tendem, ao seu modo, unir forças pela sobrevivência econômica. Esse processo não se dá apenas pela redução de unidades cooperativas consideradas ineficientes e/ou da sua absorção pelas maiores, os saldos positivos apresentados em vários ramos não são estendidos para o conjunto das cooperativas, pois em geral um pequeno grupo de determinado ramo é que passa a beneficiar-se e expandir-se em detrimento da maioria. Embora o exposto acima possa ser estendido, guardadas as devidas especificidades (ramo, região, mercados, tempo de atuação, etc.), aos demais ramos, procuramos apontar alguns sinais da concentração do capital no setor crédito que, a nosso ver, diferencia-se apenas pelo segmento e/ou fração de classe que atende.

De acordo com o portal de informações das organizações do cooperativismo de crédito brasileiro ([www.cooperativismodecredito.coop.br](http://www.cooperativismodecredito.coop.br)), existiam em 2013, 1.191 cooperativas de crédito. Desse total, as 100 maiores (8,39%) administravam cerca de 60% de todo o montante financeiro. Desse seleto grupo, 81 delas faziam parte dos sistemas Sicredi e Sicoob. Destacamos ainda que apenas 28% das cooperativas de crédito administram ativos superiores a R\$ 50 milhões e somente 6%, no primeiro semestre de 2013, apresentaram resultado líquido (sobras) superiores a R\$ 5 milhões. Recuando alguns anos, especificamente em 2011, os dados só reforçam o que se mostrou em 2013. Naquele ano, das 20 maiores cooperativas de crédito, segundo o BACEN, 15 eram dos mesmos sistemas acima citados. Aliás, estes dois

---

<sup>67</sup> Os quatro maiores bancos (Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal e Bradesco), controlam juntos, pouco mais de 59% dos ativos totais do SFN, segundo dados do BACEN para dezembro de 2013.

sistemas cooperativos têm apresentado percentuais de crescimento surpreendentes nos seus volumes de ativos, depósitos e operações de crédito: em cada uma dessas “operações”, não se obteve crescimento inferior a 126% (resultado do crescimento dos depósitos do Sicredi entre 2009 e 2013), ou mesmo a impressionante marca de crescimento de 284% em depósitos, para o mesmo período, para o Bancoob (Sicoob)<sup>68</sup>. O Sicredi possui uma expressividade muito grande quando analisada a sua participação econômica na região Sul do país: entre as 500 maiores empresas dessa região, o Sicredi ocupa a 14ª posição, e especificamente no Rio Grande do Sul, aparece como a 4ª maior empresa. Em relação às cooperativas de crédito solidário, representadas pela CONFESOL, constatou-se em 2011 que do total dos ativos desta confederação (R\$ 2,046 bilhões), 43% deles eram da CRESOL Baser (R\$ 879,7 milhões) e 51% da CRESOL Central (R\$ 1,043 bilhão), ou seja, as duas juntas concentravam 94% dos ativos totais (R\$ 1,923 bilhões)<sup>69</sup>.

Na outra ponta do campo das cooperativas, temos as que apresentaram resultados pouco satisfatórios: das 1.191 cooperativas avaliadas, 54 estavam com o balanço deficitário. Além disso, no primeiro semestre de 2013, 193 cooperativas (17%) apresentaram perdas neste período, totalizando R\$ 43 milhões. Também temos, em situação nada favorável, 142 cooperativas (12%) possuindo reservas negativas, o que somava R\$ 85 milhões. Os anos anteriores confirmam a tendência atual: para o ano de 2009, do volume total das sobras (R\$ 1,082 bilhão), apenas 50 das 1.400 cooperativas de crédito no Brasil, apropriavam-se de 40% deste valor (algo em torno de R\$ 433 milhões).

No plano internacional, onde o cooperativismo de crédito se efetiva sob a égide do capitalismo monopolista, aquele vem adquirindo muito das características deste último, tendo como os exemplos mais emblemáticos na Europa, com destaque para a França, onde se encontram os maiores complexos bancários cooperativos, ou seja, são os maiores bancos mundiais nesse ramo (Crédit Agricole Group, Groupe Caisse d' Epargne e o Confederation Nationale du Credit Mutuel), os grandes complexos bancários da Holanda (Rabobank Group e SNS REAAL) e da Alemanha (DZ Bank Group, WGZ Bank, Volksbank e o

---

<sup>68</sup> Para conferir mais ver: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/05/bancos-cooperativos-crescem-e-figuram-entre-os-20-maiores/>

<sup>69</sup> O restante dos ativos estava assim dividido em 2011 entre os demais Sistemas: 4% para o CREHNOR Central; 2% para o ASCOOB Central, 1% para o CREDITAG e 0,1% para o ECOSOL. Disponível em: ([www.cooperativismodecredito.com.br/CONFESOL.php](http://www.cooperativismodecredito.com.br/CONFESOL.php)). Acesso: ago. 2014.

Raiffeisenbank)<sup>70</sup>. O movimento do capital financeiro tem forçado também o cooperativismo (e aqui cabe o destaque ao de crédito), a sua lógica de acumulação, situação essa que pode ser percebida através do Relatório da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) de 2008, onde se constatou que “As 300 maiores empresas cooperativas do mundo geraram mais de US\$ 1,6 trilhão em faturamento [...]. Este valor é comparável ao PIB da nona maior economia do mundo”<sup>71</sup>. Em outras palavras, a tônica é a do fortalecimento centralizador do capital, quando se coloca em jogo a permanência/sobrevivência no mercado mundial, e isto vale para todas as empresas sejam elas cooperativas ou não.

Há ainda no âmbito das organizações internacionais, explicitamente sob forte influência dos países imperialistas (principalmente EUA, Inglaterra, França e Alemanha), destacando-se aqui a FAO e a ONU, um forte apoio às cooperativas de crédito e também a agricultura familiar para os países do “terceiro mundo”, em geral ancorando-se no principal argumento de que é necessário aumentar a produção de alimentos para se combater a fome no mundo<sup>72</sup>. O que nos leva a indagar qual seriam seus objetivos e/ou estratégias, já que elas possuem no plano político, em determinada medida, o pensamento alinhado com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, em relação às cooperativas de pequenos poupadores e de crédito, afirmou que estas últimas desempenharam “[...] um papel importante na transição de uma situação de economia de subsistência para a economia de mercado, e que foram fundamentais nos países em transição da Europa central e oriental, assim como durante o ajuste estrutural nos países da África e da Ásia” (OIT, 2001, p. 44-45).

Os indicadores tratados anteriormente apontam para a tendência de que a concentração, no setor do cooperativismo de crédito, se amplie e precarize a situação das cooperativas menores, restando no mercado apenas os empreendimentos mais fortes. Isso não é novidade, pois, mesmo com os “princípios cooperativistas” e o discurso da solidariedade e sustentabilidade muito em voga, o que temos são grandes empresas sabendo utilizar-se muito bem das vantagens (jurídicas, fiscais, marketing, etc.) para consolidar-se economicamente, principalmente no setor do capital financeiro, um dos mais monopolistas atualmente.

---

<sup>70</sup> Fonte: <[www.cooperativismodecredito.com.br/2011/10/global-300-cooperative](http://www.cooperativismodecredito.com.br/2011/10/global-300-cooperative)>. Acesso: nov. 2014.

<sup>71</sup> Fonte: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2011/10/global-300-cooperative>>. Acesso em: nov. 2014.

<sup>72</sup> Esse argumento é em parte verdadeiro, já que se sabe que o problema da fome não é a produção ou a quantidade do que se produz (a era da Revolução Industrial trouxe a possibilidade da abundância), mas principalmente da falta de renda pelos segmentos mais pobres. Por outro lado, o aumento da produção, via maior integração dos pequenos produtores no mercado, auxilie no barateamento dos produtos pelo aumento da oferta.

## 2.4. – CRÉDITO RURAL, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao abordar um ponto muito importante que é o crédito rural, fator elementar para nosso estudo, tendo em vista a viabilização do cooperativismo “solidário” da CRESOL ter como espinha dorsal o crédito rural do PRONAF e outras políticas públicas de incentivo à pequena e média produção agropecuária, destacaremos algumas características gerais que consideramos mais relevantes sobre essa política de crédito.

Instituído oficialmente em 1996<sup>73</sup>, o PRONAF passou a ser o mais importante mecanismo de viabilização ou manutenção dos pequenos agricultores espalhados pelo país. Embora tenha tido efeitos modestos na década de 1990 devido ao aporte de recursos, passou na década seguinte, e principalmente com a entrada do PT na direção do Estado, a se consolidar como um dos mais eficientes instrumentos para a agricultura familiar. A partir deste período, e ao lado de outros importantes programas<sup>74</sup>, o crédito rural via PRONAF desempenha, a nosso ver, uma importantíssima medida de consolidação dos setores mais viáveis entre os pequenos agricultores, na medida em que lhes possibilita o acesso ao conjunto de avanços técnicos e científicos e a modernização dos empreendimentos rurais, como bem apontou Christophe de Lannoy: “[...] não se pode mais ver a agricultura familiar como sendo aquela dos pobres do campo, até por que para efeitos de Pronaf, o limite do valor da produção passou de R\$ 27.500,00 para R\$ 360.000,00 de renda bruta anual familiar” (LANNOY, 2015a).

Embora se pretenda atribuir uma falsa dicotomia ou dualidade, entre os recursos via MDA (PRONAF) e os via MAPA (plano safra para o agronegócio), o que existe efetivamente no conjunto é um crescente volume de recursos destinados ao financiamento da agropecuária brasileira. Vejamos o quadro abaixo que mostra a evolução entre essas duas políticas e como conjunto:

---

<sup>73</sup> O programa Pronaf surgiu de outro anterior, denominado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) do governo de Itamar Franco. O Pronaf foi instituído formalmente pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28/07/1996.

<sup>74</sup> Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar (PGPAF); seguro agrícola e flutuações de preços (PROAGRO), entre outros.

**TABELA 10 – Brasil – Evolução do crédito agrícola – (em bilhões de R\$) – 2003/04 a 2014/15.**

<b>ANO</b>	<b>MDA - PRONAF (agricultura familiar)</b>	<b>MAPA (agricultura empresarial)</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Percentual de crescimento do valor total em relação ao ano anterior</b>
<b>2003/04</b>	5,4	27,1	32,5	—
<b>2004/05</b>	7,0	39,4	46,4	42,8%
<b>2005/06</b>	9,0	44,3	53,3	14,9%
<b>2006/07</b>	10,0	50,0	60,0	12,6%
<b>2007/08</b>	12,0	58,0	70,0	16,7%
<b>2008/09</b>	13,0	65,0	78,0	11,4%
<b>2009/10</b>	15,0	93,0	108,0	38,5%
<b>2010/11</b>	16,0	100,0	116,0	7,4%
<b>2011/12</b>	16,0	107,2	123,2	6,2%
<b>2012/13</b>	18,0	115,2	133,2	8,1%
<b>2013/14</b>	21,0	136,0	157,0	17,9%
<b>2014/15</b>	24,1	156,1	180,2	14,8%

Fonte: MAPA / MDA – Obs: Consideramos os montantes de recursos programados ao financiamento rural 2014.

Conforme os dados é possível constatar o aumento considerável, desde o início da década, entre as duas políticas, dos recursos financeiros repassados, o que aponta para um crescimento médio durante o período de 15,9%. Fator esse essencial para que a camada da burguesia agrária brasileira venha, nestes últimos anos, obtendo muito sucesso no mercado interno e externo, e, sobretudo, neste último, garantindo peso positivo para a balança comercial (importação x exportação).

Ainda sobre a política de crédito do PRONAF – fundamental na consolidação do cooperativismo da CRESOL –, nos chama a atenção a sua base de sustentação (fontes de

recursos) quanto às tendências que os estudos mais recentes apontam. Em se tratando das fontes de recursos do programa, De Conti e Roitman (2011) nos informam que desde o início do programa em 1995/96 até muito recentemente, o PRONAF era financiado basicamente com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)<sup>75</sup>, cuja (principal fonte de arrecadação são as contribuições do PIS (*Programa de Integração Social – grifo meu*) e do PASEP (*Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – grifo meu*))” (p. 146). Na sua fonte de sustentação, e de tantos outros programas ou políticas, está a exploração do trabalho assalariado<sup>76</sup>, capaz de sustentar não só o enriquecimento das outras classes sociais (sobretudo a burguesia), mas de constituir riquezas para seus próprios programas de auxílio (seguro, auxílios diversos, abonos de fins de ano, entre outros). Assim, segundo os autores, os recursos advindos do FAT foram cruciais até o ano-safra de 2008/09, quando se têm uma tendência do programa a fundamentar-se na poupança rural, embora outras fontes como os recursos obrigatórios (percentual mínimo que as instituições bancárias devem destinar ao financiamento do crédito rural) e as Fontes Constitucionais (FC – recursos da União) tenham também importância considerável. Ainda segundo o estudo dos autores, veremos que a importância no financiamento do PRONAF através da poupança rural, apesar de uma fonte mais garantida de recursos, é também a mais cara, só possível na medida em que recursos públicos são direcionados para equalizar as taxas diferenciadas praticadas pelo programa, ou em outras palavras, como não é muito atrativo para os bancos comerciais lucrarem, o governo atua como agente que compensa não apenas os custos tributários, financeiros e administrativos, mas também a taxa média de lucro para que os bancos

---

<sup>75</sup> “O Fundo de Amparo ao Trabalhador é um fundo contábil-financeiro destinado ao custeio do programa do seguro-desemprego, do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. As contribuições para o PIS/PASEP são as principais fontes de recursos do Fundo, recolhidas segundo alíquotas, como as seguintes: 0,65% sobre o faturamento bruto das empresas; 1% sobre a folha de salários das entidades sem fins lucrativos; e 1,65% sobre a importação de bens e serviços” Disponível em: [www.brasil.gov.br/cidadania](http://www.brasil.gov.br/cidadania); Acesso em 15/01/2015.

<sup>76</sup> A teoria que nos baseamos para tratar nestes termos é a da economia marxista, a qual não será possível entrar em detalhes neste momento em razão da sua complexidade e da natureza da discussão, embora saibamos que ela é basilar na forma como compreendemos todo o movimento da sociedade moderna e recomendaremos, assim como Engels (1976) logo após uma citação que utilizaremos em seguida, a consulta ao livro *O Capital* de Marx. Segundo Engels, “[...] a pedra angular do modo de produção capitalista reside no fato de que a ordem social presente permite aos capitalistas comprar por seu valor a força de trabalho do operário e ao mesmo tempo extrair dela muito mais do que seu valor, fazendo o operário trabalhar mais tempo do que o necessário para a reprodução do preço pago pela força de trabalho. A mais-valia produzida dessa maneira é dividida entre todos os membros da classe capitalista e os proprietários territoriais, como entre os seus serviços pagos, desde o Papa e o Imperador até o guarda-noturno e outros” (ENGELS, 1976, p. 51).

executem a política, de modo que, ao invés de repassar via bancos estatais e cooperativas de menor custo, se opta em contribuir para a lucratividade geral do setor bancário.

É importante lembrar que quem mais ganha com esse tipo de funcionamento da política do PRONAF é o Banco do Brasil (BB), pois a maioria das operações fica a seu cargo, como destacaram De Conti e Roitman (2011). Para o ano-safra de 2009-2010, o BB encarregou-se de algo em torno de 70% no repasse do crédito, embora pelo estudo comparativo entre diferentes instituições financeiras, o BB era o que oferecia os maiores encargos aos cofres públicos. A tendência parece ser como destacam os autores, que “[...] entre as fontes equalizáveis, a poupança rural, operada pelo BB, é a que tem custo de equalização mais elevado. Apesar disso, foi a fonte mais utilizada no Pronaf nos dois últimos anos-safra 2008/09 e 2010/11 – grifo-meu)” (DE CONTI; ROITMAN, 2011, p. 166). O que nos cabe entender é que, inicialmente custeada majoritariamente com recursos do FAT, essa prática, em razão da crescente demanda do seguro-desemprego e outros programas, passou a ser substituída pelo financiamento via poupança rural, a mais cara para os cofres públicos (trabalhadores); no entanto, a mais lucrativa para o capital financeiro.

A política de crédito rural do PRONAF, central na contribuição da manutenção da agricultura familiar, vem apresentando ao longo de sua história um processo de evolução constante, destacando-se os valores totais liberados (conforme Tabela 09) tanto para custeio quanto investimento – embora este último seja menor –, bem como o número de contratos e valores médios de cada um deles. Evidenciando não apenas a importância da política na sustentação dos setores de agricultura mais precária, como também a possibilidade de auxiliar setores da agricultura familiar com maiores condições de viabilidade ou competitividade no mercado, contribuindo na sustentação de parte dos produtores, ao lado de outras políticas sociais e na modernização de parcela desses produtores que, anteriormente, estavam pouco inseridos no circuito financeiro. Embora o PRONAF tenha sido idealizado, segundo seus promotores, para atingir os setores da agropecuária mais carente, o fato é que isto está longe de acontecer, pois os mesmos vêm, cada vez mais, ficando com menos volumes dos recursos totais. Vários estudos (entre eles Alves e Rocha, 2010; FGV, 2010; Souza, *et al*, 2013; etc.) têm apontando que, de modo predominante, as regiões de agricultura menos desenvolvidas encontram-se nas regiões Nordeste e Norte. Esses locais vinham sendo priorizados pelo PRONAF em sua fase inicial até o ano de 2006, quando as regras foram alteradas (entre as quais se destaca a elevação nos valores financiados, incorporando produtores de maior rendimento). A partir de então, segundo Souza, *et al* (2013), a maior parte dos recursos vêm

concentrando-se nas regiões Sul e Sudeste, com significativa ênfase nos investimentos, que demandam maiores valores. Essas regiões mais dinâmicas, em razão das mudanças operadas, passaram a incluir produtores rurais mais capitalizados, o que, conseqüentemente, também levou estes últimos a se apropriarem de maiores parcelas. Ainda de acordo com os mesmos autores, haveria para o ano de 1999, uma destinação de 75% dos recursos do PRONAF para as regiões Sudeste e Sul; em 2006 uma pequena queda para 60% dos recursos, e em 2010, um novo crescimento, sendo 73% destinados para as duas regiões. Diante disso, entendemos que o estudo acima citado vem refletindo a lógica de ação do capitalismo, já que os empreendimentos mais capitalizados tendem a concentrar e/ou apropriar-se dos recursos, fortalecendo uma pequena parcela de produtores viáveis e inviabilizando ou marginalizando a parcela maior, que não tem condições de acompanhar o desenvolvimento do capital no agro; embora os autores trabalhados não coloquem nesses termos, utilizamo-nos das suas palavras para ilustrar o que compreendemos por essas particularidades:

[...] as mudanças nas normas do Programa [*PRONAF – grifo meu*] terminam por favorecer os agricultores mais capitalizados, agora também considerados familiares, que passam a absorver crescente parcela dos contratos e do valor dos recursos. Em última instância, essas mudanças também favorecem as regiões de agricultura familiar mais rica, em detrimento das regiões de agricultura familiar mais fragilizada, como é o caso do Nordeste (SOUZA, *et al.*, 2013, p. 251).

Tal cenário de avanço na liberação dos volumes de crédito (capital monetário), tanto para a chamada agricultura familiar ou empresarial, demonstram a importância desse mecanismo para sustentação da maioria dos produtores rurais, garantindo não apenas a produção agropecuária, mas também sua reprodução enquanto produtores individuais de mercadorias. Tal padrão atual da agricultura é muito bem apresentado por Gonçalves (2005) quando afirma que:

Neste momento, explicita-se a presença do crédito como elemento indispensável do processo de desenvolvimento capitalista e a solidez do padrão de financiamento como axioma da alavancagem do investimento para a realização e expansão da produção. Noutros termos, a reprodução ampliada do capital inseriu de forma plena a agricultura na lógica da financeirização da riqueza num universo globalizado (GONÇALVES, 2005, p. 8).

Deste modo, de acordo com as observações de Gonçalves (2005), pensamos que o papel crescente do crédito para a viabilização dos economicamente mais fortes está longe de representar uma alternativa para a maioria das pequenas propriedades precarizadas. A forte mobilização dos setores da pequena e média burguesia rural, iniciada na década de 1980 e início de 1990, aliada à crise da economia brasileira pós-abertura do mercado, fez surgir a

criação da linha específica de crédito rural a estes setores, fazendo com que uma ampla parcela de pequenos agricultores, abandonasse propostas mais ousadas (reforma e/ou revolução agrária) no que se refere à questão agrária.

Embora ainda haja elementos a serem discutidos a respeito do PRONAF, os deixaremos para o capítulo seguinte, quando abordaremos mais especificamente a relação da cooperativa CRESOL com esta política de crédito. Seguiremos, portanto, a partir deste momento e de forma breve, tratando sobre a caracterização entre as relações da chamada economia solidária e o cooperativismo solidário, pois o foco dessa pesquisa recai sobre este último<sup>77</sup>, de modo que, abordando a temática neste ponto, ao voltarmos novamente a nos referir a ela (ECOSOL) na sessão seguinte, já a teremos como pressuposta/trabalhada.

Embora a economia solidária tenha, principalmente nos fins dos anos 1980 e inícios dos 90, ganhado contornos mais nítidos em relação a públicos e objetivos, é a partir da ascensão do PT ao Estado que sua institucionalização se consolida, e que a difusão de sua ideologia ou projeto passa a ser mais marcante. Boa parte disso resulta, como veremos adiante, da incorporação de antigos militantes socialistas que passaram a compor a base intelectual desse projeto. O mais destacado deles, o ex-marxista Paul Singer, que parafraseando Lênin (1980b), não é o autor fortuito de uma obra fortuitamente publicada, mas um destacado economista brasileiro, que não apenas atua como representante máximo intelectual, como dirige ou é responsável pela parte institucional da economia solidária: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Poderíamos dizer que a economia solidária tem como gênese, uma série de acontecimentos internos e externos ao país, dentre os quais destacamos os mais importantes: crise mundial no sistema capitalista a partir da década de 1970; a derrota das experiências socialistas, sobretudo da União Soviética (URSS), capitulação ideológica e o refluxo das lutas dos trabalhadores; expansão das políticas neoliberais (tese do Estado mínimo) e das privatizações, com efeitos desastrosos nos países da periferia; a retração das políticas públicas

---

<sup>77</sup> A cooperativa de crédito CRESOL é participante do chamado movimento da economia solidária, amplo segmento que reúne várias instituições/associações, grupos, indivíduos e também correntes ideológicas. É também filiada e tem uma parceria muito articulada com as seguintes associações de âmbito nacional: Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

sociais, o aumento do desemprego e da pobreza e da precarização do trabalho (reestruturação produtiva); a abdicação das lutas de confronto direto e radical ao capitalismo, por partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc., para uma política de conciliação e/ou harmonização de classes e, por fim, a incapacidade dos partidos políticos mais progressistas, de implantar projetos alternativos ao modelo vigente. Resumindo todos estes pontos, pode-se observar que suas causas determinantes são, muito mais acertadamente, motivadas pelo avanço do capital na exploração dos trabalhadores, do que organização consciente e consequente destes últimos, em busca de um projeto alternativo, como apregoam os defensores da economia solidária.

Ao contrário de apresentar, segundo Wellen (2012), os empreendimentos de economia solidária como uma síntese superior das lutas trabalhistas, ou como portador de uma forma societária alternativa, tal projeto de alternativa ao desemprego em massa, parece servir muito mais aos interesses burgueses, notadamente de sua fração financeira, já que desvia o centro da luta da arena política colocando-a na econômica, onde certamente as vantagens são do capital<sup>78</sup>, algo já, muito antes, ressaltado por Lênin (1959<sup>79</sup>). Vejamos o que diz Germer sobre como se apresenta hoje, a surrada “bandeira” levantada pela economia solidária:

Ao contrário de representar a continuidade de um processo crescente de lutas dos trabalhadores, a tentativa de restabelecer o cooperativismo como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social (GERMER, 2006, p. 201).

Assim, a tentativa de ressuscitar o cooperativismo dentro da lógica mercantil vigente, para se constituir como principal mecanismo de enfrentamento ao sistema, considerando ainda que a esmagadora maioria dos empreendimentos “solidários” só não sucumbem devido às ações políticas do Estado burguês, trata-se, como afirma Lênin (1980a), de uma intenção ingênua (infantil) ou mal intencionada (reformista)<sup>80</sup>, e sobretudo, “originando e reforçando a

---

<sup>78</sup> “A partir do final do século XIX, com o capitalismo em fase monopolista e imperialista, as possibilidades das empresas cooperativas como via de transformação social, ficaram definitivamente eliminadas dentro do sistema capitalista. As mesmas são sistematicamente deslocadas para funções secundárias e complementares do processo de acumulação do capital” (MONTEIRO, 1993, p. 28).

<sup>79</sup> Sobre a centralidade da luta política (conquista do poder do Estado pelo proletariado) há vários escritos de Lênin, dentre os quais destacamos o artigo intitulado *Sobre la Cooperación*, cuja referência, ao final do nosso texto, está no ano de 1959.

<sup>80</sup> Para Menezes (2005), a “economia solidária” teria, basicamente, duas intenções ideopolíticas: a primeira, um gesto de humanidade por parte de uma camada de intelectuais, que acreditam nestas formas de economia “pré-capitalista” como forma de sobrevivência e aumento da democracia; a segunda seria de servir como um “braço auxiliar” ao sistema financeiro e privado, na medida em que coloca no crédito, empreendedorismo, e outros, a

ideologia das transformações sociais pela via pacífica, gradualista do consenso social” (MONTEIRO, 1993, p. 28). A intenção dos defensores da economia solidária, nos parece residir numa defesa romântica e utópica de uma ordem socioeconômica já ultrapassada (Idade Média), ou seja, a tentativa de retorno ao pequeno empreendimento, à comunidade e à família, ao solidarismo, à sociedade cooperativa, etc., algo bem ao gosto das fantasias religiosas, que já as incorporou à sua doutrinação (Cáritas, Missereor, CNBB – Campanha da Fraternidade, etc.).

Como interessa-nos as análises sobre o cooperativismo de crédito solidário, mais especificamente, destacamos de Wellen (2012) algumas considerações tecidas a um dos defensores<sup>81</sup> deste último, de modo a situar nossa perspectiva, a ser aprofundada no capítulo seguinte. Vejamos o que nos diz o autor acima citado:

As críticas se resumem a aspectos burocráticos, ao distanciamento para com os pequenos agricultores e a cobrança de taxas de juros mais elevadas. Nesse sentido, o problema central que diferenciaria a “economia solidária” de cooperativas de crédito desvirtuadas não seria a cobrança de juros, ou alguma outra terminologia, que expresse a apropriação de uma parte da mais-valia proveniente da exploração do trabalho. O problema essencial não estaria presente na *relação produtiva ou econômica, mas nos sentimentos envolvidos, pois se deveria preservar a ética e a solidariedade contra a ganância e o individualismo*, ainda que, para tanto, seja preciso cobrar juros dos pequenos agricultores. Aceitando como indiscutível essa regra do mercado capitalista, a “economia solidária” expressa seu diferencial de ética e igualdade, devendo ser um agente de desenvolvimento local e tratando todos os tomadores de empréstimos por igual, *desde que tenham condições para repassar parte do excedente de trabalho*. Outro diferencial dessas organizações se encontraria na *semântica*, pois não se trataria de lucro ou mais-valia, ainda que a fonte desse recurso financeiro seja o mesmo que de qualquer empresa capitalista, cooperativa ou não (WELLEN, 2012, p. 136 – *grifos meus*).

Diante das frágeis diferenciações apresentadas por Gilson Bittencourt, ideólogo e representante do cooperativismo solidário junto ao Estado, Wellen (2012) demonstra que as críticas aos outros sistemas bancários e cooperativos (Sicredi e Sicoob principalmente), vão mais no sentido das grandes rentabilidades, da verticalização e burocratização, da seletividade dos seus clientes e da necessidade de incorporação do “pacote” produtivo das grandes

---

solução do desemprego e precarização para o “auto-emprego”, ou seja, no campo dos monopólios econômicos nacionais e internacionais.

<sup>81</sup> Dentre os principais intelectuais, que consideramos representantes do cooperativismo solidário, destacamos os seguintes: Gilson Bittencourt, Ricardo Abramovay, Mônica Schröder e Fábio Búrigo.

(agro)indústrias. Suas críticas acabam por se resumir, naturalmente, apenas pela escala e objetivo das ações, fazendo de Bittencourt muito mais um defensor do pequeno empreendimento e/ou capital, do que em um proponente de algo inovador e diferente do que já existe.

Entendemos que a relação de competição e contradição, e, ao mesmo tempo, de complementaridade, que existe entre as instituições bancárias/financeiras (sejam elas grandes ou pequenas, cooperativas ou não) e aos segmentos altamente integrados ou pouco aos mercados, classificado de um lado como agronegócio e pelo outro o Sistema CRESOL e a vertente da chamada agricultura familiar, a nosso ver são manifestações dos confrontos de interesses entre classes na etapa atual do capitalismo contemporâneo. Sendo que é necessário também atentar que, por outro lado, não deixa o crédito solidário de se colocar, para uma parcela/fração de produtores, como um propulsor da acumulação e diferenciação entre os próprios agricultores cooperados (como varemos no capítulo seguinte) e concordamos com Lênin (2012) de que “em essência, trata-se das mesmas lamentações do pequeno capital com relação ao jugo do grande, com a diferença de, neste caso, a categoria de “pequeno” capital corresponder a todo um sindicato!” (LÊNIN, 2012, p. 72).

A chamada economia solidária tem-se apresentado como não só “antagônica” ao capitalismo, mas também, renegando a corrente do socialismo revolucionário<sup>82</sup>, como portadora do socialismo autogestionário, “síntese superior” das experiências socialistas. Tal pretensão parece não passar de uma reatualização do revisionismo reformista, contribuindo muito mais para a manutenção da ordem e para a confusão na luta política do movimento operário. Mesmo com suas fragilidades e incoerências, os pseudosocialistas da economia solidária se autoincluem como referência para o pensamento econômico e, bem ao gosto dos imperialistas, descartam a experiência soviética (e outras tantas) como se nada daí pudesse ser aproveitado. Nas suas palavras:

As duas maiores **escolas do pensamento econômico** da atualidade são o *neoliberalismo*, representada pelos movimentos do Fórum Econômico Mundial (Davos), e a *economia solidária*, ainda em fase de consolidação teórica, que tem se expressado nos Fóruns Sociais Mundiais, o que, do ponto de vista político, expõe com muita clareza para a sociedade a disputa entre *projetos societários* antagônicos, após o marasmo gerado com o fim das certezas do **falido modelo soviético**. (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 77 – **grifo meu**).

---

<sup>82</sup> Entendemos aqui por socialismo revolucionário, a teoria (e também prática) de Marx, Engels, Lênin, Stálin, Mao e Castro, entre outros.

Aliás, sobre o socialismo soviético, os arautos da economia solidária só veem pontos a serem renegados hoje, como a tomada do poder político e o uso da via “violência”, a planificação econômica, o excesso da intervenção estatal, entre outros. Seus pontos de referência seriam a “revolução social”, a democracia e a liberdade individual, o sufrágio universal e o parlamentarismo, o mercado e a livre iniciativa, a convivência do “socialismo” com outros modos de produção (leia-se capitalista), inclusão financeira (a lá Muhammad Yunus), sustentabilidade e autogestão, entre outros (MACHADO, 2003). Todo esse palavrório não é novo, muito pelo contrário, uma observação atenta nos levaria direto aos célebres reformistas mundiais, como Berstein, Kautsky (o renegado), Kruchov, dentre tantos outros. No meio de tantas teses fantasiosas da economia solidária, destacamos algumas, embora não nos propomos à tarefa de analisá-las detalhadamente. São elas: a substituição do conceito de *classe* pelo termo popular, um agregado indistinto que parece querer conciliar interesses inconciliáveis; a busca da suposta cooperação entre “Norte e Sul”, ou seja, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ignorando os apontamentos de Lênin (2012) sobre o imperialismo dos países capitalistas centrais<sup>83</sup>; a criação de uma economia sem dinheiro<sup>84</sup>; a construção de um Estado democrático, favorável aos interesses dos trabalhadores, embora seja importante lembrar que a perspectiva da tomada violenta do poder está, pela economia solidária, totalmente descartada<sup>85</sup>; a constituição de um “sistema financeiro solidário”, à parte do vigente; o estabelecimento do “comércio justo”, etc. (ARROYO; SCHUCH, 2006).

A economia solidária parece encaminhar-se cada vez mais aprofundadamente, para um caminho criticado por Marx e Engels ainda no *Manifesto Comunista* de 1848, dado o seu

---

<sup>83</sup> “Onde existem, a não ser na fantasia dos reformistas sentimentais, trustes capazes de se preocupar com a situação das massas, e não com a conquista de colônias?” (LÊNIN, 2012, p. 117).

<sup>84</sup> Diversos filósofos sociais e econômicos têm visto em nosso sistema monetário a raiz de muitos males. Tanto a qualidade das filosofias como a das reformas propostas são grandemente diversificadas. Vão desde as teorias e propostas superficiais e ingênuas até as mais profundas e práticas. [...] Aqueles que consideram o dinheiro como o responsável pelo grande poder que um grupo da sociedade pode exercer sobre outros grupos e, portanto, desejam “eliminar o dinheiro” parecem confundir a forma externa da riqueza com suas causas mais profundas (TINBERGEN, 1989, p. 215).

<sup>85</sup> “Sem uma guerra civil não houve ainda nenhuma revolução importante na história, sem uma guerra civil nenhum marxista sério imagina o trânsito do capitalismo ao socialismo” (Lênin apud NEMLM 2003, p. 354). “Quem creia que semelhante revolução (*socialista – grifo meu*) pode ser levada a cabo pacificamente, sem sair-se do marco da democracia burguesa, adaptada à dominação da burguesia, perdeu a cabeça e toda a noção do sentido comum, ou renega cínica e abertamente a revolução proletária” (Stálin apud NEMLM 2003, p. 354-55) *Fonte: NEMLM. A carta chinesa: a grande batalha ideológica que o Brasil não viu. Belo Horizonte/MG: Terra Editora Gráfica, 2003. (Núcleo de Estudos do Marxismo-Leninismo-Maoísmo – NEMLM / Rio de Janeiro).*

caráter de retomada de teses utópicas, já enterradas pela história. Vejamos então a atualidade da crítica, mesmo já passados mais de um século e meio, aos novos utopistas, pelos fundadores do socialismo científico:

A significação do socialismo e comunismo crítico-utópicos está na proporção inversa do seu desenvolvimento histórico. Na medida em que se desenvolve e configura a luta de classes, perde esta elevação fantástica acima dela, esta luta fantástica contra ela, todo o valor prático, toda a justificação teórica. Se, por isso, os autores destes sistemas foram, em muitos aspectos, revolucionários, os seus discípulos formaram sempre seitas reacionárias. Perante o desenvolvimento histórico continuado do proletariado ativeram-se às velhas intuições dos mestres. Por isso procuram conseqüentemente embotar de novo a luta de classes e mediar as oposições. Continuam ainda a sonhar com a realização, a título experimental, das suas utopias sociais, com a instituição de falanstérios isolados, com a fundação de colônias no país, com o estabelecimento de uma pequena Icária – edição de formato reduzido da nova Jerusalém –, e para a construção de todos estes castelos no ar têm de apelar à filantropia dos corações e bolsas burgueses. A pouco e pouco vão caindo na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores acima descritos, e deles se diferenciam apenas por um pedantismo mais sistemático, pela superstição fanática nos efeitos milagreiros da sua ciência social (MARX; ENGELS, 1997, p. 57-58).

Mesmo estando sujeita, decididamente, às mesmas condições da economia de mercado, a precariedade e instabilidade de seus empreendimentos, do número reduzido e disperso dessas iniciativas, da luta num terreno extremamente desfavorável e, sobretudo, dependente da apelação a “filantropia dos corações e bolsas burgueses”, a economia solidária se apresenta como portadora do “novo”, de elementos éticos e solidários que os tornam, nos interstícios do capitalismo, uma força capaz de forjar um “novo modo de produção” (SINGER, 2002). Desta forma, ancorado em preceitos subjetivistas, que não se diferenciam em nada das demais práticas econômicas, com exceção apenas de sua escala, vemos reproduzir-se insistentemente esse “canto de sereia<sup>86</sup>” ao conjunto dos trabalhadores, fabulário esse que tem surgido, parafraseando o velho Charles Bukowski, do grande delírio cotidiano de nossos dias.

---

<sup>86</sup> Esta citação nos chamou a atenção depois de vê-la reproduzida, no combate teórico a “economia solidária”, na argumentação de Germer (2006). “Quando Robert Owen, logo depois do primeiro decênio deste século, não só defendeu teoricamente a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, mas também introduziu realmente a jornada de 10 horas em sua fábrica em New-Lanark, isso foi ridicularizado como utopia comunista, assim como sua “união de trabalho produtivo com a educação de crianças”, como também as *empresas cooperativas dos trabalhadores*, fundadas por ele. Hoje em dia, a primeira utopia é Lei Fabril, a segunda figura como frase oficial em todas as Factory Acts e a terceira já serve até como manto de cobertura para embustes reacionários” (MARX, Nota de rodapé nº 559, 1996a, p. 412 – *grifos meus*).

## 2.5. – SÍNTESE DO CAPÍTULO II

Nesse capítulo, buscamos trabalhar os principais aspectos da agropecuária brasileira em termos regionais e nacionais, centrando-nos na importância do valor da produção (VBP), da área total das regiões e dos grupos. Também procuramos colocar os produtores agropecuários numa perspectiva de classe social, dividindo-os basicamente entre grande, média e pequena burguesia rural, além dos segmentos de assalariados rurais. Esses últimos, bastante importantes, embora a caracterização centrada na ocupação familiar, a nosso ver, não contribua para se compreender melhor esse heterogêneo grupo.

Também tentamos abordar criticamente algumas teses colocadas pelos defensores da agricultura familiar, como a produção de alimentos no país, o emprego da mão de obra rural, a homogeneização do segmento, em geral não distinguindo as diferentes situações deste grande grupo (mais de 60% segundo o estudo da FGV, 2010), entre outros. Seguindo nessa premissa, apresentamos a contribuição dos dois principais segmentos (grandes e pequenas explorações), em várias culturas da produção agropecuária, confrontando com as referidas teses anteriores. Também a questão da concentração da produção, tendendo cada vez mais ao aprofundamento, e por outro lado, a precariedade de grande parte de pequenos produtores, presentes em maior número nas regiões Nordeste e Norte do país, conforme Alves e Rocha (2010). O crédito rural, em especial o cooperativismo, nosso objeto, aparece também seguindo a tendência da concentração, onde as regras do mercado obrigam as cooperativas a adequar estratégias em linhas muito semelhantes às dos grandes complexos empresariais e bancários, fruto das imposições da racionalidade econômica capitalista moderna. A política de crédito do PRONAF foi trabalhada no sentido de desvendar sua base de sustentação, a evolução dos últimos anos e a tendência de concentrar-se também em alguns segmentos de produtores e regiões do país (destaque para a região Sul). Finalizando o capítulo, procuramos trazer criticamente para a discussão a economia solidária (movimento de ECOSOL), segmento que engloba diversas formas de organização socioeconômica, entre as quais a CRESOL. A abordagem focou na historicidade e expansão nos últimos anos e naquilo que consideramos suas principais insuficiências, ou seja, a perspectiva que coloca (proposições para além da sociedade vigente) e os modos e/ou caminhos de construí-la.

Esse percurso objetivou caracterizar, em linhas gerais, aspectos da agropecuária brasileira como as suas classes, situação econômica do setor e tendências, inclusive o surgimento de novos grupos (ECOSOL), além da luta de classe e a procura de sua

manutenção enquanto tal. São esses os fatores que consideramos fundamentais, pois, tendo, num primeiro momento, um entendimento da questão cooperativa e suas contribuições ao desenvolvimento socioeconômico em que estão inseridas, nessa parte exploramos a base material estruturante do cooperativismo de crédito da CRESOL, que será trabalhado em seguida.

### CAPÍTULO III

#### 3.1. – SISTEMA COOPERATIVISTA SOLIDÁRIO DA CRESOL

*[...] com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais (MARX, 1996b, p. 258 – Vol. II)*

*De que crédito precisa o operário além do crédito de uma semana para a outra ou do crédito da casa de penhores? Quer ele seja concedido sem encargos ou com juros, mesmo que juros usurários da casa de penhores, que diferença lhe faz? E se ele, considerado no geral, tirasse daí alguma vantagem, isto é, se os custos de produção da força de trabalho se tornassem mais baratos, não teria de baixar o preço da força de trabalho? Porém, para o burguês, e especialmente para o pequeno burguês, para eles, o crédito é uma questão importante e especialmente para o pequeno burguês seria uma bela coisa poder obter crédito a todo o momento e, além disso, sem pagamentos de juros (ENGELS, 1976, p. 66).*

Neste capítulo, faremos uma discussão sobre os aspectos de constituição histórica da CRESOL, ou seja, sua organização, abrangência, aspectos econômicos gerais, evolução no tempo e espaço e principais tendências do Sistema CRESOL Baser. A base para essa abordagem nos é dada pelos dos trabalhos teóricos, materiais de divulgação da cooperativa (revistas), relatórios e balanços dos anos de 2008 a 2013, entrevistas e dados disponíveis no site da instituição. Portanto, a análise se debruça sobre os dados coletados/sistematizados até o momento, buscando validar ou não nossas hipóteses e também as tentativas de desvendar a realidade da instituição.

O Sistema Cooperativista de Crédito da CRESOL é um empreendimento formado quase que exclusivamente<sup>87</sup> por agricultores familiares, que passaram a se organizar ainda na década de 1980 e que, com o aprofundamento da crise financeira no país e o avanço da liberalização econômica, desenvolveram pequenas experiências cooperativistas (crédito rotativo) financiadas pela cooperação internacional (MISEREOR), e administradas e assessoradas pela ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) em conjunto com outras organizações (conselho de entidades populares, movimentos sociais e sindicais). Christophe de Lannoy<sup>88</sup>, um dos fundadores da CRESOL, explica assim o seu surgimento:

[...] é preciso lembrar que o nascimento desse cooperativismo solidário deu-se a partir da Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), também sediada na Cango [*cidade de Francisco Beltrão/PR – grifo meu*] e criada ainda em 1966. O Sistema Cresol, por exemplo, nasceu da experiência de um pequeno Fundo de Crédito Rotativo administrado pela Assesoar e financiado pela Agência Alemã Misereor, que começou a operar no final dos anos oitenta, emprestando valores equivalentes a sacas de milho (tempos de inflação e juros altos) para financiar junto a grupos de agricultores (LANNNOY, 2014).

Desses primeiros passos, no início dos anos 1990, seguiu-se que em 1995 foram criadas as primeiras cooperativas da CRESOL e a partir do ano seguinte, elas vão se consolidando e ampliando também e principalmente com a criação, no mesmo ano, da política específica para a agricultura familiar, o PRONAF.

O sistema, nascido no Sudoeste e Centro-Oeste paranaense, hoje se espalha por mais sete estados e é dividido em três centrais<sup>89</sup>: CRESOL Baser – cooperativas do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, São Paulo e Rio de Janeiro / CRESOL

---

<sup>87</sup> Existe um pequeno percentual (em torno de no máximo 10%) de microempreendedores e de pessoas jurídicas que, mesmo não sendo diretamente agricultores familiares, possuem com estes últimos alguma forma de relação, como por exemplo, as lojas de insumos e equipamentos agropecuários, entre outras (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA CRESOL BASER, 2014).

<sup>88</sup> Christophe de Lannoy é engenheiro agrônomo e um dos fundadores/assessor do Sistema CRESOL, atualmente é vice-presidente da Cooperiguaçu (Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços).

<sup>89</sup> No ano de 2014, segundo a CONFESOL, se constituiu a terceira Central, chamada de Central CRESOL Sicoper, na cidade de Passo Fundo/RS.

Central – cooperativas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul / CRESOL Sicoper – cooperativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Cada uma das Centrais ainda se subdivide em Cooperativas Singulares, Bases Regionais de Serviços e Cooperativa Central. Segundo dados obtidos no site da CONFESOL<sup>90</sup>, que é a confederação das cooperativas solidárias, para o ano de 2015 o Sistema CRESOL em conjunto (contabilizando suas três centrais), estaria presente em 10 estados brasileiros e contando um total de mais de 300 mil cooperados.

Na missão da cooperativa está à inclusão social da agricultura familiar, por meio do acesso ao crédito rural e outras políticas públicas, promovendo, com a democratização do crédito, o desenvolvimento social, local e sustentável.

Segundo a CRESOL Baser, cerca de 79% das famílias associadas exploram áreas menores de 20 hectares, produzindo vários tipos de produtos agropecuários, embora predominem a produção de milho, soja e trigo (*commodities*) e também do leite nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e parte de Santa Catarina.

A cooperativa ainda se filia a outras organizações no chamado setor “solidárias” ou vinculadas à economia solidária, como por exemplo, a ANCOSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária), CONFESOL (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária) e a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

A divisão interna da CRESOL se constitui resumidamente da seguinte forma: as Cooperativas Centrais (CC), com a função principal de coordenação e gestão geral, além das atividades externas e de comunicação e marketing; as Bases Regionais (BR), que cuidam da gestão mais regionalizada, contabilidade e avaliações para concessão do crédito e as Cooperativas Singulares (CS), ou as unidades mais operacionais de cada município, com a tarefa de análises, oferta de serviços, formação educacional direta, entre outros.

O Sistema está localizado nos três estados do Sul, região de constituição, além de, recentemente, ter ampliado sua atuação para outros estados, como: Espírito Santo, Minas Gerais e Rondônia. Ele está dividido em três centrais, a CRESOL Baser, que estamos

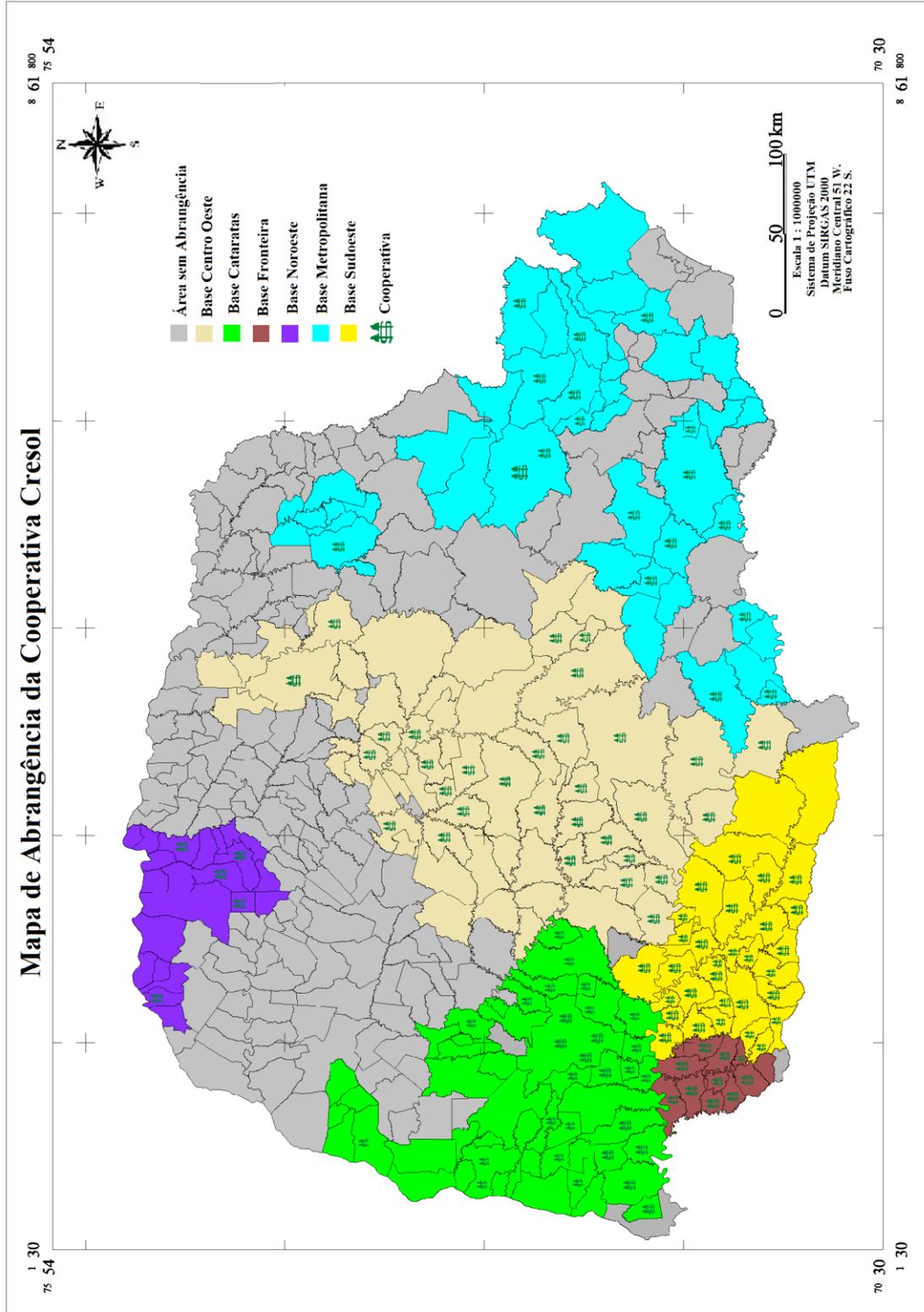
---

<sup>90</sup> Disponível em: <[www.confesol.com.br/nossascentrais.php](http://www.confesol.com.br/nossascentrais.php)>. Acesso em: mar. 2015.

estudando, a CRESOL Central e a CRESOL Sicooper. No estado do Paraná a CRESOL está dividida nas seguintes Bases Regionais (BR): Centro-Oeste, Cataratas, Fronteira, Metropolitana, Noroeste e Sudoeste. As demais são as Bases Litoral e Meio Oeste em Santa Catarina, a Base Espírito Santo e a Base Rondônia, nos seus respectivos municípios. Entre as Bases Regionais, destacamos as três maiores, na seguinte ordem: i) Base Sudoeste/PR; ii) Base Centro-Oeste/PR; iii) Base Litoral/SC. Ao todo, o Sistema CRESOL Baser possui uma área de abrangência que ultrapassa 430 municípios, a maioria dos quais se encontram no Paraná, sendo que na região Sudoeste, praticamente todos os municípios contam com uma unidade (cooperativa ou posto de atendimento cooperativo – os P.A.C. são estruturas simples de atendimentos aos cooperados, onde em geral acabam funcionando como um gérmen de criação de uma unidade cooperativa) da CRESOL.

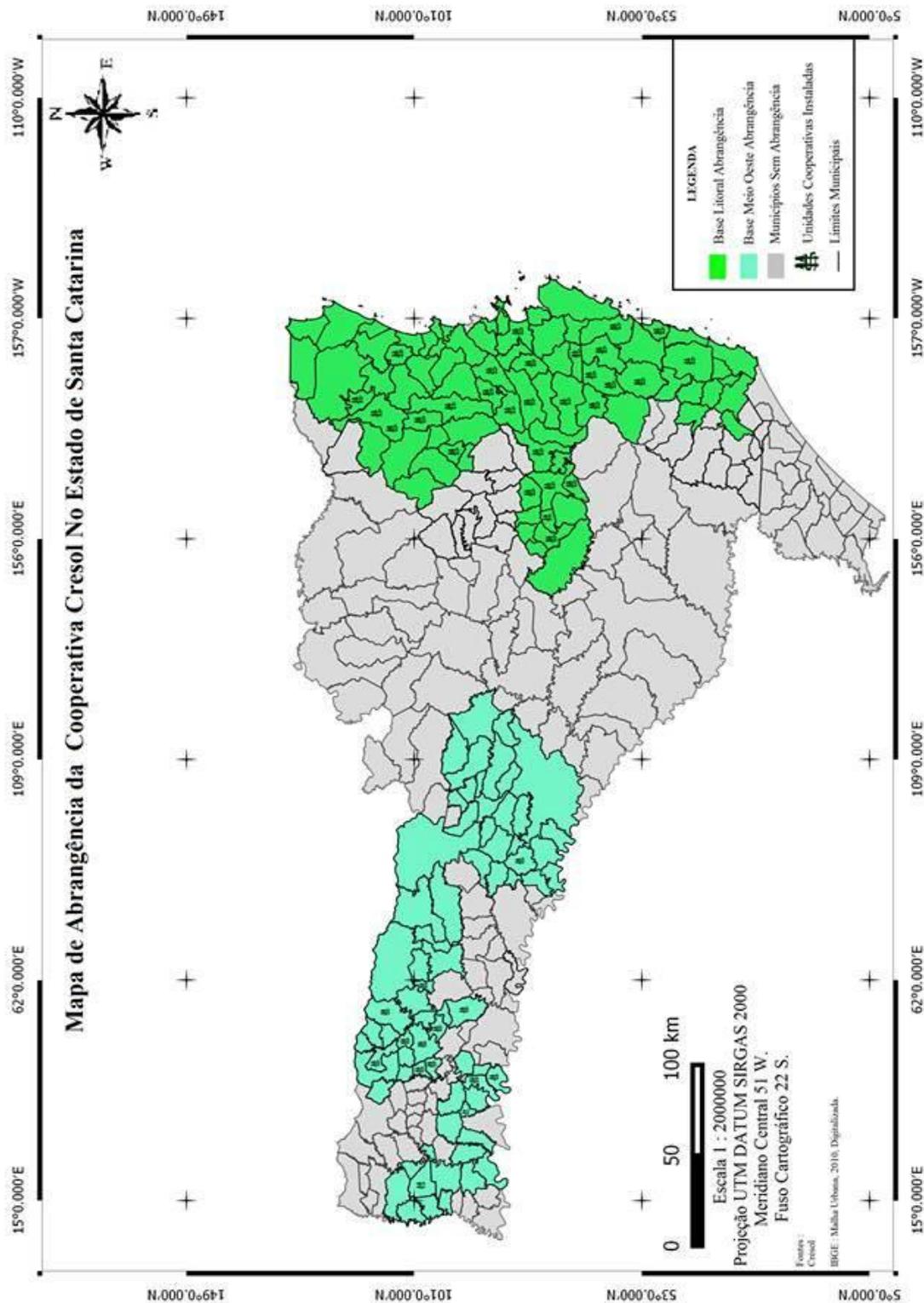
A seguir apresentamos os mapas que melhor ilustram a atuação do Sistema CRESOL, sob a coordenação da Central CRESOL Baser, nos estados do Paraná e Santa Catarina.

**MAPA 01 – Unidades e Abrangências das Cooperativas do Sistema CRESOL Baser no Estado do Paraná – 2013.**



Fonte: CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanços Social 2014.

**MAPA 02 – Unidades e Abrangências das Cooperativas do Sistema CRESOL Baser no Estado de Santa Catarina – 2013.**



Fonte: CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanços Social, 2014.

Como pode ser observado nos mapas 01 e 02, uma gama de municípios nas diversas regiões do Paraná e em parcela significativa do estado de Santa Catarina. Tal expressividade decorre da importância que o crédito assume no contexto da agropecuária brasileira e em especial da região Sul.

Além de trabalhar com o repasse do crédito via PRONAF aos agricultores, nas suas mais diferentes linhas (PRONAF Mulher, Agroindústria, Mais Alimentos, Floresta, Jovem, Eco e Agroecologia, etc.) e segmentos (Grupo A – beneficiários da reforma agrária ou do crédito fundiário / Grupo B – produtores de mais baixa renda, até R\$ 20.000,00 renda bruta anual / Grupo A/C – beneficiários do Grupo A e demais produtores<sup>91</sup>), a CRESOL disponibiliza para seus clientes e cooperados os seguintes serviços: aplicações financeiras, poupança, cartão de crédito, seguros diversos, planos de previdência, recebimento de títulos e contas, financiamento habitacional, conta corrente, cheques, custeio e investimento agrícola, microcrédito pessoal, pagamento de aposentados, recarga de celular, entre outros. É importante frisar que muitos desses produtos e serviços, fazem parte muito recentemente do rol ofertado pela cooperativa, principalmente devido às mudanças socioeconômicas no seu quadro social e também de mercado, sobre as quais trabalharemos mais detalhadamente, mostrando o crescimento que tiveram no período por nós estudado.

A importância e a expansão do cooperativismo da CRESOL se dão também pelas características da estrutura fundiária, muito forte no Sul do país<sup>92</sup>, das pequenas propriedades (em termos de área, um dos critérios para o acesso ao crédito do PRONAF). Podemos notar pela Tabela 11, que a maioria das propriedades não ultrapassa os 50 hectares, além do que, embora não seja foco deste estudo (já que a CRESOL Central é que atua no Rio Grande do Sul), no Rio Grande do Sul o índice de 85,8% de propriedades com até 50 hectares<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> Fonte: <[www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp#2](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2)>. Acesso em: mar. 2015.

<sup>92</sup> Segundo a pesquisa da CNA/FGV (2010), no Sul do Brasil, os estabelecimentos enquadráveis no Pronaf somam 705.179 (70,1%) e os não enquadráveis somam 281.191 (27,9%).

<sup>93</sup> Fonte: [www.scp.rs.gov.br/atlas](http://www.scp.rs.gov.br/atlas) - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEPLAN). Acesso: jan. 2015.

**TABELA 11 – Estrutura Fundiária dos Estabelecimentos Rurais no Paraná e Santa Catarina – 2006.**

<b>Ano</b>	<b>Classificação dos Estab. (em hectares)</b>	<b>Nº de Estab. Paraná (PR)</b>	<b>% de Estab.</b>	<b>Nº de Estab. Santa Catarina (SC)</b>	<b>% de Estab.</b>
<b>2006</b>	<b>0 – 50</b>	322.000	87,0	175.238	91,0
	<b>50 – 100</b>	22.000	6,0	10.723	5,0
	<b>Maior que 100</b>	26.000	7,0	7.707	4,0
	<b>Total</b>	371.000	100	193.668	100

Fonte: Dados organizados pelo autor, IBGE, Censo Agropecuário 2006; Consulta Site: Epagri/Cepa, 2015.

Desta maneira, a incidência de estabelecimentos de até 50 hectares é predominante (acima de 80%). Esse fator possibilita ainda, de acordo com as estratégias institucionais, um campo de expansão das atividades cooperativas. Analisamos a seguir, alguns condicionantes de natureza histórica na construção do cooperativismo solidário.

Na retrospectiva histórica do Sistema CRESOL, entendemos que os fatores de avanço e/ou aprofundamento do desenvolvimento capitalista na região<sup>94</sup> e a da *formação socioespacial* constituem a base fundamental para compreendê-la.

Sem adentrar detalhadamente nesta dinâmica regional, para não nos alongarmos demasiadamente e voltar a abordar temáticas já trabalhadas, destacando-se os estudos SANTOS (2008) e FLORES (2009), frisamos os pontos a seguir. É importante considerar, em primeiro lugar, que no processo chamado *modernização da agricultura*, que nada mais é que o aprofundamento do capitalismo no campo do Paranaense (e de outras tantas regiões), a

<sup>94</sup> Esta perspectiva de região baseia-se em Oliveira (1981), que trabalha de acordo com o desenvolvimento do capitalismo e da conseqüente luta de classes desencadeada por este processo.

maioria dos pequenos agricultores foi sendo expropriada<sup>95</sup> ou via, a olhos nus, seus empreendimentos rurais arruinarem-se<sup>96</sup>. Esse processo pode ser bem compreendido, com o estudo de Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, atentando sempre para as grandes diferenças entre as nossas características locais, regionais e nacionais e a da Rússia do período, que mostrava a precariedade da vida camponesa na medida em que o capitalismo ia ao mesmo tempo destruindo o atraso feudal russo e subordinando os trabalhadores sob novos moldes. Nessas condições, ao lado da região Sudoeste do Paraná e outras, também passavam por processos semelhantes às do Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. Foi exatamente nelas que surgiram importantes movimentos e organizações de luta pela causa do pequeno agricultor, podendo-se destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicalismo Rural (CUT/Fetraf-Sul) e as cooperativas agropecuárias e de crédito, entre outros.

Em segundo lugar, destacamos a *formação socioespacial* regional, que proporcionou, em nosso ponto de vista, as condições fundamentais para o surgimento de um movimento cooperativista forte: a propriedade privada da terra, assentada na pequena produção mercantil. Analisando o surgimento do cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul, Duarte (1986) chega ao mesmo fator de importância, ao germen de surgimento do cooperativismo: “Foi no contexto da evolução da pequena produção, em que o capitalismo penetrou de forma mais dinâmica que surgiram as cooperativas agrícolas no Estado” (1986, p. 35). Ao lado dele, a autora destaca ainda o objetivo dos pequenos produtores em eliminar a exploração do intermediário ou comerciante, o incentivo estatal ao associativismo objetivando a acumulação

---

<sup>95</sup> Segundo dados do IBGE, apenas no estado Paraná, entre 1970 a 2006, o número de estabelecimentos rurais menores que 10 hectares tiveram uma queda de 43,9% (passaram de 295.272 para 165.513) e os de 10 a menos que 100 hectares tiveram uma queda de 29,2% (passaram de 240.936 para 170.403). No caso do pessoal empregado na agropecuária na região Sul, a queda foi de 30,3%, saindo de 4,1 milhões de pessoas em 1970 para 2,9 em 2006. Fonte: disponível em: <seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\_tema.asp?op=0&no=1>. Acesso em: abr. 2015.

<sup>96</sup> “Mas vamos lembrar as origens, quando iniciou o Sistema cresol em 1995, 85% dos agricultores do Sudoeste eram classificados, pelas normas do Crédito Rural, como mini e pequenos produtores por possuírem renda bruta anual inferior a R\$ 22.000,00”. (<http://www.jornaldebetrato.com.br/colunista/coluna-do-christophe/fevereiro2015/1>). “Entre as famílias associadas, 79% exploram áreas menores de vinte hectares, a maioria com relevo acidentado e solos de baixa fertilidade. Para 71% desses agricultores a renda agrícola anual não supera R\$ 4.000,00. São agricultores historicamente excluídos do sistema financeiro tradicional, que até então não tinham acesso ao crédito rural. Dos associados do Sistema Cresol, mais de 60% nunca tinham tido conta corrente ou acesso a serviços como talão de cheques e cartão de crédito” ([www.cresol.com.br/site/](http://www.cresol.com.br/site/); acesso em jan. 2015).

e o fomento as iniciativas cooperativistas através da Igreja, imigrantes e agentes técnicos do governo (DUARTE, 1986).

Complementando o entendimento sobre essa concepção, aparecem os fatores destacados por Pinho (1966), no que diz respeito às condições, digamos desfavoráveis, ao surgimento de formas cooperativas diversas, no Brasil:

- a) baixo desenvolvimento industrial, pelo menos até os anos 1940;
- b) predomínio, na maior parte do país, do latifúndio e da figura do senhor oligárquico;
- c) baixa densidade demográfica, favorecendo o isolamento e o individualismo;
- d) deficiência em setores vitais como transporte e comunicação;
- e) baixa expressão do elemento “humano” (trabalho livre), pois a sociedade brasileira carregava ainda muitos traços do escravismo.

Diante dos fatores desfavoráveis apontados pela autora, veremos que tanto no Sudoeste, Centro-Oeste como no Oeste do Paraná ou mesmo no Oeste Catarinense, apenas coube o incipiente fator de desenvolvimento industrial, enquanto que os demais são de baixa incidência nestas regiões. Se por um lado existia uma incipiente industrialização, até a década de 1980<sup>97</sup>, por outro lado temos a intensa organização e fomento de iniciativas ligadas à agropecuária, como as cooperativas agrícolas e de crédito e as agroindústrias.

Entendemos que os fatores elencados acima deram suporte ao surgimento do cooperativismo da CRESOL, destacando-se o aprofundamento do capitalismo; a colonização baseada na pequena e média propriedade privada da terra; parte significativa dos migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a colonização do interior paranaense, já possuíam tradição e experiências cooperativas, tanto de crédito<sup>98</sup> quanto agropecuárias; produção mercantil para autoconsumo e mercado local e regional; ideologia do imigrante trabalhador e

---

<sup>97</sup> Embora também neste período, décadas de 1970 e 1980, há um significativo desenvolvimento da agroindustrialização nestas regiões (Sudoeste: agroindústrias; Oeste: grandes cooperativas, indústrias, obras de infra-estrutura, etc. – principalmente nas cidades de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu).

<sup>98</sup> Lembrando que o cooperativismo de crédito surge no Rio Grande do Sul no início do século XX. Ver mais em: Bittencourt (2001).

empreendedor; atuação forte da Igreja e ONGs da cooperação internacional; ação do Estado na perspectiva da colonização dirigida e voltada à acumulação, entre outros. O conjunto desses elementos, sociais e naturais (região propícia à produção agropecuária e avícola), aliado à conjuntura nacional (ascensão dos movimentos dos trabalhadores; ínfima política de crédito rural para os pequenos produtores; contexto da luta pela redemocratização do Brasil; crise, a partir dos anos 1990, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), etc.) e internacional (crise econômica e expansão das políticas neoliberais, etc.), proporcionam a base material para o entendimento do surgimento, desenvolvimento e função do cooperativismo de crédito no Sudoeste do Paraná.

Contribuindo para a gênese do cooperativismo de crédito no Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná, destacaram-se para além dos determinantes materiais, os elementos da superestrutura ou organizativos da sociedade, sendo os principais as alas progressistas da Igreja (destaque para as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs), cooperação internacional como MISEREOR (Alemanha) e a ACT (atualmente denominada TRIAS - Holanda); o sindicalismo rural militante e também a ASSESOAR. Desta última, pelo apoio fundamental ao cooperativismo solidário, detalharemos um pouco mais a seguir.

A ASSESOAR é uma ONG fundada em 1966, na cidade de Francisco Beltrão/PR e que tem por objetivo auxiliar os pequenos produtores da região por meio da assessoria técnica para a construção de projetos de desenvolvimento rural e urbano alternativo, apresentando-se claramente, logo em suas páginas iniciais, como “[...] uma associação de Pequenos Agricultores/as Familiares, situada na região sudoeste do Paraná, com sócios em 16 municípios e atividades em 20 municípios”. (ASSESOAR, 2006, p.3). Apresenta-se ainda como articuladora e apoiadora dos movimentos e organizações dos trabalhadores, da democracia popular e transformação social via processos educativos, da construção de referências sustentáveis e acesso pela população às políticas e direitos constituintes.

Desde a sua fundação, a ASSESOAR desenvolveu, através de um forte contato com a Igreja Católica (CNBB; CPT), processos organizativos junto aos pequenos agricultores da região Sudoeste e Oeste, entre outras; contribuiu para o surgimento, em articulação com a CUT, do sindicalismo rural opositor aos tradicionais grandes produtores; do MASTES e mais tarde do MST e seus assentamentos na década de 1980; fomentou, junto ao MISSEREOR, pequenas iniciativas de associativismo e cooperativismo com os agricultores, entre outras

importantes ações políticas, durante toda as décadas de 70 e 80, essas muito articuladas também ao PT<sup>99</sup>.

Por meio de experiências com o Fundo de Crédito Rotativo (FCR), os pequenos agricultores percebem que a forma mais eficiente de manterem-se na atividade agrícola, seria a constituição de cooperativas de crédito.

As primeiras unidades da CRESOL surgiram em 1995/1996 (Dois Vizinhos, Capanema, Marmeleiro, Pinhão e Laranjeiras do Sul), e com o passar dos anos, a sua expansão foi sempre ascendente, tanto no que respeita às unidades cooperativas e postos de atendimento cooperativo (PAC), quanto ao número de cooperados, unidades da federação, volume de recursos, ganhos patrimoniais, etc.

Quase no mesmo ano de fundação, devido em grande medida à pressão política exercida pelos setores da chamada agricultura familiar e outras organizações, nasce o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sem o qual a CRESOL talvez não tivesse a importância que têm, pois, ela faz, basicamente, com que essa política seja operacionalizada eficientemente para o pequeno agricultor, já que a cooperativa atua como um instrumento que faz com que o crédito chegue a ele, algo que os bancos convencionais não faziam (e em geral não fazem), pois atuam com outra lógica (a lógica do mercado monopolizado).

Para entender um pouco essa lógica retomamos a Kautsky (1986), o qual nos dá indicativos essenciais para compreender como a cooperativa, nesse caso, de crédito, facilita o acesso ao pequeno agricultor, como: redução dos custos operacionais e dos riscos; garantia de um significativo retorno de lucro pela disponibilização/repasso do crédito (para os bancos); capacidade de o cooperado quitar suas dívidas sem prejudicar seu empreendimento, entre outros. Nesse sentido, após tratarmos dos apoios via organização social (ONGs, movimentos, sindicatos, etc.) e dos determinantes da política de crédito, veremos alguns aspectos constituintes do cooperativismo da CRESOL.

---

<sup>99</sup> Sobre esse conjunto de atores políticos, iremos tratando ao longo do texto mais especificamente, embora seja inegável que, do nosso ponto de vista, mesmo naquela época, a concepção reformista e pequeno burguesa, era hegemônica, de tal modo que a atuação dos mesmos, de mérito reconhecido, passou a ser hoje claramente conservadora e retrógrada, e isso serve para todos: CNBB, CPT, CUT, MST e PT.

Um dos grandes motivadores para a constituição da CRESOL foi à dificuldade dos pequenos agricultores, individualmente, de terem acesso ao crédito rural. Assim, a capacidade coletiva, centralizada na forma cooperativa, faz com que o capitalista coletivo (cooperativa) alcance o que o pequeno capitalista individual (agricultor) dificilmente conseguiria.

Segundo Búrigo, *et al* (2006), as reclamações dos agricultores apresentam algo evidente e muito comum à maioria deles: “os bancos não se interessam em operar com os pobres e só emprestam para quem já tem dinheiro”, ou “os agricultores pobres não têm unidade rural estruturada e não têm garantias pra dar” (p. 17). Ainda segundo o mesmo autor, os bancos alegavam que os empreendimentos dos agricultores, eram, em geral, negócios frágeis e instáveis, com atividades de alto risco (instabilidade climática, sazonalidade, etc.), além de não se comportarem como típicos empreendedores. Por outro lado, estes tipos de financiamento para pequenos produtores apresentavam elevado custo operacional, pois além de milhares de contratos com pequenos valores (empréstimos), tinha-se também a desconfiança em relação à capacidade de pagamento dos tomadores de crédito, toda a demanda de recursos humanos para o atendimento, entre outros aspectos (BÚRIGO, *et al*, 2006).

Apresentando uma visão romantizada da situação, Búrigo, *et al* (2006) apontam que as organizações dos agricultores familiares de orientação solidária, entre as quais a CRESOL, possuem divergências quanto às perspectivas de desenvolvimento rural, ainda hegemônicas dentro do sistema bancário. Ainda segundo os autores, as organizações da ECOSOL lutam pela implantação de outro modelo de cooperação e sociedade, que não aquele colocado pelos bancos e à maioria dos aparelhos do governo e da classe dos grandes empresários (oposição entre os chamados cooperativismos solidários e os empresariais).

É fundamental lembrar que, apesar dos reiterados discursos, do nosso ponto de vista, o que está em questão não é uma transformação radical na estrutura do sistema (já que permanecem os pilares da propriedade privada da terra e outros meios de produção e da produção para o mercado, entre outros), mas sim, o acirramento da oposição/conflito entre as diferentes classes de produtores, a luta para permanecer no mercado e não ser expropriado pelos concorrentes. O que muitas vezes tende a cair num ideal de retroceder no desenvolvimento já alcançado pelo capitalismo, ou seja, para os pequenos empreendimentos individuais, “independentes”, com dependência mínima dos produtos e processos industriais, etc. (ARROYO; SHUCH, 2006), nos parecendo cabível a crítica feita por Lênin de que: “[...]”

a crítica pequeno-burguesa reacionária do imperialismo capitalista sonha em voltar atrás, à concorrência “livre”, “pacífica” e “honesto” (2012, p. 49).<sup>100</sup>

Atualmente, críticas de caráter pequeno-burguês são feitas ao sistema bancário, sendo a principal delas a de que “[...] os bancos dão [preferência] a especialização setorial e ao aumento de escala” (BÚRIGO, *et al*, 2006, p. 17), ou seja, o foco hegemônico do sistema financeiro se orienta para a maior industrialização, financeirização e modernização/especialização da produção agropecuária, lógica esta criticada porque a maioria dos pequenos agricultores, incluindo parte dos melhores estruturados, teria sérias dificuldades em acompanhá-la. Tal objetivo central não gera surpresa, pois se sabe que o capital financeiro é a fusão crescente entre o capital bancário e o capital industrial (LÊNIN, 2012), e não é do interesse dos bancos fomentar formas de iniciativas que se contraponham à sua lógica de reprodução ampliada<sup>100</sup>, pois cada vez mais encontramos uma estrutura agropecuária majoritariamente oligopolizada e integrada nos meandros do comércio mundial, sob forte influência de grandes complexos empresariais nacionais e estrangeiros.

Como tratamos sobre a oligopolização ou até mesmo monopolização no agro, e sendo este um elemento essencial para entender-se o amplo conjunto em que se encontra a cooperativa, destacaremos alguns dados sobre a concentração nos setores de produção e/ou comercialização de tratores e colheitadeiras, fertilizantes e dos defensivos agrícolas, variáveis essas, chaves quando pensa-se em atividades agropecuárias modernas dentro desse determinado modelo e atual contexto.

### 3.2. – ESTRUTURA AGROPECUÁRIA CAPITALISTA E A ATUAÇÃO DA CRESOL

Já há muito tempo nossa agropecuária se orienta pelo caráter capitalista de suas relações de produção, portanto, aqui destacaremos apenas seus traços mais fundamentais, como por exemplo, a produção de mercadorias, ou seja, a produção se destina a troca e não mais ao atendimento das necessidades familiares (produção simples). Por outro lado, essa

---

<sup>100</sup> “A reprodução simples implica o consumo improdutivo de toda a mais-valia pelos capitalistas (isto é, ela é totalmente gasta no campo de bens de consumo); a reprodução ampliada significa acumulação, ou seja, que uma determinada fração da mais-valia total é empregada para a aquisição de mais capital, variável e constante, de modo a aumentar a escala existente de produção” (BOTTOMORE, 2001, p. 321).

produção só é possível através do emprego de dinheiro (capital), tanto na aquisição das matérias primas (principais e auxiliares), meios de trabalho, quanto da mão de obra (se for o caso), e, além disso, ao final do ciclo produtivo, deve restar um *quantum* destinado às diversas necessidades individuais e de outras naturezas (LÊNIN, 1985). Em suma, a produção agrícola visa, acima do *slogan* de “produção de alimentos para o país”, o retorno financeiro de sua atividade individual. Nesse complexo circuito econômico, na medida em que se intensifica a divisão sociotécnica do trabalho (social e produtiva), mais se dinamiza a economia mercantil e conseqüentemente, a tendência é o aprofundamento da centralização e concentração do capital, tanto na indústria quanto na agricultura, sendo que as diversas medidas para seu progresso levam como disse Kautsky (1986), para o desenvolvimento do capitalismo<sup>101</sup>. Embora haja outros pontos importantes, não temos a pretensão de aqui aprofundar esses assuntos, e seguimos para as recentes caracterizações que vem assumindo alguns setores fundamentais na engrenagem da agropecuária.

Dada à importância do conjunto das máquinas na produção, analisamos o setor de produção e venda de máquinas agrícolas, sobretudo, tratores e colheitadeiras, onde há forte concentração. Segundo o estudo de Bragagnolo; Pitelli e Moraes (2010), em praticamente dois grupos principais, formados por quatro grandes empresas. Os movimentos de fusões são explicados pelos autores:

Recentemente, ocorreram dois movimentos de concentração significativos entre empresas fabricantes de tratores no Brasil. O primeiro foi a fusão entre New Holland e Case no ano de 1999 e o segundo a aquisição da marca Valtra, pertencente à empresa finlandesa Kone, pela AGCO, ocorrida durante o ano de 2004 (BRAGAGNOLO; PITELLI; MORAES, 2010, p. 429).

O que se tem após esses movimentos de fusão e incorporações é que o mercado de tratores, e em grande parte, também o de colheitadeiras, são dominados por dois grandes grupos: a) AGCO Massey Ferguson e Valtra; b) CNH New Holland e CNH Case. Nos dados organizados nas tabelas a seguir, é possível verificar a dimensão da concentração do setor:

---

<sup>101</sup> Embora a crítica de Lênin aos populistas russos seja de outro contexto socio-histórico, entendemos que a ideia central guarda semelhança com situações atuais do agro estudado; segundo ele: “[...] todas as medidas práticas progressistas entre os populistas são pelo seu conteúdo plenamente burguesas, isto é, favorecem precisamente o desenvolvimento capitalista e nenhum outro. Só pequenos burgueses podiam ter inventado a teoria de que a ampliação da propriedade camponesa da terra, a diminuição dos impostos, a migração interna, o crédito, o progresso da técnica, a regulação da venda, e outras medidas semelhantes, podem servir os interesses da chamada “produção popular” (LÊNIN, 1977, p. 8).

**TABELA 12 – Brasil – Vendas Totais de Tratores, Vendas por Grupo Econômico e Percentual em Relação ao Total – 1999 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Total de vendas internas de tratores</b>	<b>Total de vendas internas dos grupos AGCO Massey Ferguson + Valtra (a)</b>	<b>Total de vendas internas dos grupos CNH Case + CNH New Holland (b)</b>	<b>Total de vendas internas dos grupos a+b</b>	<b>Percentual da venda dos grupos a+b em relação ao total</b>
<b>1999</b>	18.788	11.187	4.777	15.964	84,9%
<b>2001</b>	28.090	16.252	7.476	23.728	84,5%
<b>2003</b>	29.405	16.505	7.638	24.143	82,1%
<b>2005</b>	17.543	11.250	2.937	14.187	80,9%
<b>2007</b>	30.691	17.987	7.056	25.043	81,6%
<b>2009</b>	44.206	23.593	11.667	35.260	79,8%
<b>2011</b>	50.966	26.208	12.284	38.492	75,5%
<b>2013</b>	63.786	29.948	17.205	47.153	73,9%

Fonte: ANFAVEA, Anuário da Indústria Automobilística Brasileira, 2014.

**TABELA 13 – Brasil – Vendas Totais de Colheitadeiras, Vendas por Grupo Econômico e Percentual em Relação ao Total – 1999 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Total de vendas internas de colheitadeiras</b>	<b>Total de vendas internas dos grupos AGCO Massey Ferguson + Valtra (a)</b>	<b>Total de vendas internas dos grupos CNH Case + CNH New Holland (b)</b>	<b>Total de vendas internas dos grupos a+b</b>	<b>Percentual da venda dos grupos a+b em relação ao total</b>
<b>1999</b>	2.850	400	1.325	1.725	60,5%
<b>2001</b>	4.054	826	1.819	2.645	65,2%
<b>2003</b>	5.434	1.207	2.592	3.799	69,9%
<b>2005</b>	1.533	332	653	985	64,2%
<b>2007</b>	2.347	500*	1.072	1.572	66,9%
<b>2009</b>	3.683	675	1.783	2.458	66,7%
<b>2011</b>	5.306	952	2.463	3.415	64,4%
<b>2013</b>	8.285	1.197	4.218	5.415	65,3%

Fonte: ANFAVEA, Anuário da Indústria Automobilística Brasileira, 2014. \*OBS: no período anterior a 2007, a Valtra não tinha pontuado no quesito vendas de colheitadeiras.

Entendemos que o controle oligopolista destes dois grandes grupos (quatro empresas), nos segmentos de máquinas agrícolas fundamentais, apesar da ligeira redução percentual da participação nas vendas dos últimos anos no caso dos tratores<sup>102</sup>, pode proporcionar a obtenção de lucros consideráveis. A aplicação de uma intensiva incorporação de tecnologias e inovações para se manterem praticamente absolutas no mercado brasileiro, tende a formar, a partir da sua posição estratégica, um determinado padrão tecnológico em que a imensa maioria dos estabelecimentos agropecuários do país não terá condições de acompanhar. Além do que, dados de organizações internacionais apontam o Brasil com um grande potencial de mercado, já que, em comparação com outros grandes produtores mundiais, a relação do uso

<sup>102</sup> A perda de espaço no mercado, no caso das vendas desses dois grandes grupos analisados, se deu em razão da expansão de outra grande empresa do setor, a John Deere. Entendemos essa situação não como desconcentração, mas uma manutenção do domínio oligopólico apenas sob outros moldes.

de máquinas (tratores) por hectare é ainda muito pequena (BRAGAGNOLO; PITELLI; MORAES, 2010).

Outro aspecto a destacar é que esse controle oligopolista é exercido por empresas estrangeiras, todas gigantes na produção e comercialização a nível mundial. Por outro lado, novamente atentando para a concentração da produção agropecuária brasileira, as principais fábricas de máquinas agrícolas, ainda segundo o mesmo estudo, estão nas regiões Sudeste e Sul, e a maior parte das vendas (74,17%) também vai para elas, sendo 24,27% para São Paulo, 15,84% para o Rio Grande do Sul, 15,49% para o Paraná, 10,57% para Minas Gerais e 8% para Santa Catarina.

Outro setor fundamental e também controlado por um pequeno grupo de empresas, e que com o acirramento da concorrência tendem a se fundirem, é o de defensivos agrícolas<sup>103</sup>. Considerando que os principais produtos agrícolas de exportação, mantenedores nos últimos anos dos saldos positivos da balança comercial, são culturas de grande necessidade de defensivos, o país tem figurado entre os primeiros no ranking do uso de defensivos e/ou agrotóxicos e atrelada a uma política de crédito relacionada diretamente ao seu uso.

Segundo Oliveira e Silva e Costa (2012), para o ano de 2010 no Brasil, as culturas de soja, algodão, cana-de-açúcar e milho, responderam por 73,6% em participação nas vendas de defensivos. Na lógica da concentração regional, os principais estados na venda de defensivos, também para o ano de 2010, foram Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, respondendo por 68,9%. Para o ano de 2013, atualizando as variáveis acima, temos as mesmas culturas, agora responsáveis por 80% nas vendas de defensivos e os mesmos estados, agora baixando ligeiramente o seu *ranking* para 68,2%<sup>104</sup>.

Nesse contexto, às empresas com domínio de mercado em 2010 foram a Syngenta, Bayer, BASF e Dow AgroSciences, detendo 57,2% do mercado mundial. No Brasil, as principais empresas em vendas, para o ano de 2010 foram a Syngenta, Bayer, BASF, FMC, Du Pont e Dow Química, com 67,3% do mercado (OLIVEIRA E SILVA; COSTA, 2012).

---

<sup>103</sup> “Os defensivos agrícolas, também conhecidos como agrotóxicos, é formado pelos grupos de pesticidas, herbicidas, acaricidas ou praguicidas, que são substâncias ou misturas de substâncias químicas utilizadas para prevenir, destruir, repelir ou inibir a ocorrência ou efeito de organismos vivos capazes de prejudicar as lavouras agrícolas” (OLIVEIRA E SILVA; COSTA, 2012, p. 237, IN: National Research Council 2000).

<sup>104</sup> Instituto de Economia Agrícola (IEA). **Defensivos agrícolas:** comercialização recorde em 2013 e expectativas de crescimento nas vendas em 2014. Disponível em: <[www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=13467](http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=13467)>. Acesso em fev. 2015.

Reiteramos que esse controle de mercado, assim como os outros, é exercido por empresas estrangeiras, no caso do mercado nacional de defensivos, são empresas americanas, alemãs e suíça. Também neste setor, o Brasil vem liderando o consumo de defensivos ao nível de América Latina, embora ainda se encontre abaixo desse *ranking* se comparado a países europeus e aos EUA. Apesar da perspectiva de crescimento do mercado mundial e brasileiro, Oliveira e Silva e Costa (2012), apontam que há outros fatores a serem levados em conta no caso dos defensivos agrícolas, como por exemplo: a crescente preocupação ambiental, os crescentes custos no desenvolvimento de produtos e suporte regulatório, a integração da indústria de sementes transgênicas e a indústria de defensivos, a crescente competição do segmento de produtos genéricos, além do desenvolvimento de alternativas para a gestão de pragas, entre outros. Dentre esses aspectos, destacamos o da situação atual com a qual vivemos, demonstrando a oligopólica estrutura de mercado, exercendo por sua vez, sobre o produtor, um grande domínio, já que os custos com defensivos, ao lado dos fertilizantes, nas culturas agrícolas predominantes atualmente no Brasil, respondem por parcela considerável no processo de produção.

Quanto ao setor dos fertilizantes, embora haja importantes empresas nacionais (grande parte delas possuem, como acionárias significativas, os grandes grupos estrangeiros), esse também é controlado pelos grandes *trustes* internacionais. Vale destacar que, intimamente ligado aos preços dos fertilizantes e seus derivados, estão às oscilações nos preços internacionais do petróleo<sup>105</sup>, gás natural e minérios. Como a economia nacional gravita, em grande medida, em torno da produção agropecuária/agroindustrial e suas cadeias derivadas, estes são aspectos fundamentais a considerar. Segundo Fernandes; Guimarães e Matheus (2009), o país vem mostrando índices de crescimento no consumo de fertilizantes (a centralidade está no NPK – Nitrogênio, Potássio e Fósforo/Fosfato), derivados de uma série de fatores, entre os quais a expansão de suas atividades e a necessidade crescente em áreas antigas. Em razão disso, o Brasil é, ao lado da Índia e China, “um mercado cobiçado pelos grandes players internacionais do setor, em virtude do potencial de expansão da atividade agrícola” (p. 222).

---

<sup>105</sup> No caso do petróleo, principalmente, o histórico dos grandes *trustes* é bastante antigo, remontando sua origem ao fim do século XIX. É interessante ver que Lênin (2012) já fazia referência a este controle monopolista em seu estudo a respeito do imperialismo, no qual trata do controle exercido por poucas empresas num dos recursos energéticos chave como o petróleo, o qual alcançou, durante todo século XX e início do XXI, índices de concentração ainda maiores. Além das disputas na geopolítica internacional e das guerras advindas pelo seu controle.

Ainda segundo os mesmos autores, em 2003, as empresas Bunge, Fertipar, Heringer, Ultrafertil (incorporada pela Fosfertil em 2007) e Trevo (adquirida pela Yara em 2006), respondiam por 81,7% do faturamento no setor dos fertilizantes no Brasil. Já no ano de 2007, com as incorporações e privatizações (os maiores movimentos de privatizações ocorreram no início da década de 1990, deixando a produção nacional passa ser incorporada por grupos estrangeiros), o grau de concentração no setor subiu para 84,1%, agora com as seguintes empresas dominando o mercado: Bunge, Mosaic<sup>106</sup>, Fosfertil, Heringer e Yara. Lembrando que desse conjunto de empresas, apenas a Fosfertil e Heringer são nacionais, as demais são americanas e norueguesa, estas últimas controlando sozinhas 57,8% do mercado.

Tal contexto, para um país centrado basicamente nas atividades agropecuárias e agroindustriais, como é o caso do Brasil, em nosso ponto de vista, não nos parece estratégico sob o aspecto econômico e geopolítico, considerando-se também, o acirramento da concorrência no mercado mundial e a crescente elevação dos custos (produção e, principalmente, importações de derivados). Um panorama global sobre o setor dos fertilizantes dá uma dimensão da situação brasileira nesta estratégia dos grandes grupos monopolistas:

Não obstante, destaca-se o avanço considerável de empresas estrangeiras sobre o setor. Bunge, Mosaic e Yara dominam a produção nacional e acirram a concorrência. Os movimentos realizados por essas três empresas configuram no Brasil uma réplica de disputas internacionais: entre a Cargill e a Bunge, sobretudo no setor de alimentos; entre a Cargill e a Yara, já que a primeira, ao se associar com a IMC Global, ganhou fôlego na disputa com a segunda, líder mundial de fertilizantes (FERNANDES; GUIMARÃES; MATHEUS, 2009, p. 223).

Assim, o que procuramos mostrar é o domínio dos grandes *trustes* internacionais na agricultura brasileira, sob a qual também se encontram, na grande maioria, os produtores associados a CRESOL, e que, fazendo parte deste ambiente mais geral, devem dar, na medida de suas possibilidades, respostas positivas às imposições do mercado. É importante lembrar que outros setores importantes não foram aqui explorados, em razão da impossibilidade de fazê-lo sem ir, talvez, demasiado longe na nossa abordagem, mas que, certamente influenciam na composição da situação atual de toda a agropecuária nacional.

---

<sup>106</sup> A Mosaic é a maior produtora mundial de fosfatos, resultou da união, em 2004, da IMC Global e a Cargill Fertilizantes, duas líderes em seus segmentos e ambas fortes em fertilizantes e fosfatados (FERNANDES; GUIMARÃES; MATHEUS, 2009).

Portanto, partindo dos pressupostos discutidos acima, pensamos que, dificilmente setores monopolistas (bancário/financeiro, comercial, industrial, etc.), possam ter uma postura diferente com pequenos agricultores, comerciantes, entre outros, que venham a gerar pequenos retornos ao grande capital. Considerando também a intensa concentração e centralização das cadeias produtivas, é muito comum que esses grupos hegemônicos exerçam domínio desde o fornecimento da matéria prima, passando pela dinâmica/manejo da produção, assistência técnica, comercialização, insumos, compra e beneficiamento da produção, armazenagem e até o ponto de revenda ou exportação. Exemplos desse gênero são as integradoras dos setores de fumo, aves e suínos no Sul do país (Brasil Foods – BRF, Souza Cruz, Cooperativa Aurora, entre outras). O processo de concentração da produção é cada dia mais intenso e ele se dá em praticamente todos os setores da atividade econômica, com maior ou menor intensidade, seja na agricultura, indústria, comércio, finanças – lembrando que as “maquinações” financeiras, segundo Lênin (2012), são as que têm propiciado os maiores lucros, em detrimento das atividades produtivas –, etc. E essa particularidade não é nova (ou de certo modo até seja no Brasil, dado o seu desenvolvimento tardio), tendo-se que ter cuidado no que respeita aos ideais de transformação, a despeito dos grandes monopólios e oligopólios. Sobre tal aspecto é importante recordar o que disse Lênin, há quase um século:

O mercado livre cada vez mais passa para o domínio da história, os sindicatos e trustes monopolistas o reduzem dia após dia [...]. Onde existem, a não ser na fantasia dos reformistas sentimentais, trustes capazes de se preocupar com a situação das massas, e não com a conquista de colônias? (LÊNIN, 2012, p. 117).

A movimentação de toda essa imensa cadeia, controlada em grande parte pelos grupos estrangeiros, perpassa desde o controle das sementes (Monsanto, Bayer), dos defensivos agrícolas (Syngenta, BASF), dos fertilizantes (Bunge, Yara), das máquinas agrícolas – tratores (ACGO Massey Ferguson, Valtra), e colheitadeiras (New Holland, CNH Case), da produção de agroquímicos (BASF, Bayer), da produção de energia para movimentar todo esse complexo e maquinaria (Petrobrás e outros trustes internacionais do setor petrolífero e/ou energético), além dos diversos segmentos que atuam na produção e comercialização de peças, pneus, manutenção de máquinas e implementos agropecuários, seguro agrícola, grandes transportadoras de carga, etc. Obviamente, essa integração entre o grande capital bancário tende a estabelecer uma relação de ganho e complementaridade com os complexos industriais e de comercialização do agro, que possuem pouco interesse em fomentar práticas/modelos agrícolas que não teriam condições de movimentar toda essa capacidade produtiva instalada.

Com isso, pensamos ser a CRESOL uma resposta de classe às ameaças das grandes corporações do agro moderno, onde a união cooperativa via mecanismos de mercado e associativo, vai buscando sua inserção (mesmo que às vezes periférica) nesse complexo meio agropecuário. Muito de seus princípios e/ou visão e objetivos (descentralização; sustentabilidade; preservação; democratização, etc.) decorrem, para além de posições ideais, da realidade concreta do agro que cada vez mais, como aponta Buainain, *et al*, (2014), vem deixando poucas opções para aqueles produtores que não conseguem acompanhar os padrões produtivos modernos, como muitos integrados/cooperados e a própria CRESOL já estão a reconhecer (PRETTO, 2003; VOLLES, *et al*, 2010; PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CRESOL 2010-2015).

Essa situação de ampliação da mercantilização no setor agropecuário (e consequentemente nos demais), imposta em grande medida pela conjuntura internacional e na qual o Brasil ocupa um papel importante, força o conjunto da produção nacional a enfrentar a concorrência. Considerando-se que a principal atuação territorial da CRESOL encontra-se atualmente na região Sul, a qual, por sua vez, dá uma significativa contribuição produtiva, seu suporte é de vital importância na garantia de manutenção e inserção de grande contingente de produtores. Cabendo salientar que, encarregado em grande medida do funcionamento dessa engrenagem produtiva, está o suporte do Estado<sup>107</sup>, que, através de diversas políticas públicas sociais, econômicas e creditícias, e outras ações (fiscais, comerciais, infraestrutura, monetária, etc.), propiciam os elementos fundamentais para a reprodução da produção capitalista, seja ela de grande ou pequeno porte.

Seguindo a ideia anterior, percebe-se que um dos pontos fundamentais da sustentação do cooperativismo da CRESOL está na importância do repasse governamental a essa classe de agricultores, ou seja, no volume sempre crescente do crédito rural (pelo menos na atual conjuntura) direcionado para a viabilização da produção dessas unidades produtivas. A CRESOL aparece nessa articulação, em nosso ponto de vista, como a organização de classe

---

<sup>107</sup> [...] o Sistema Cresol é um grande operador de política pública, a ponto de algumas de suas unidades dependerem desta política para sua sobrevivência. Este fator pesa negativamente na análise de rating, diante da dúvida sobre a continuidade desta política e com a mesma ênfase dada até agora pelos governos. O Sistema Cresol precisa fortalecer sua política de recursos próprios, como os programas de capitalização e captação, fazendo com que a política pública seja um item potencializador de suas ações, e não um fator de dependência (MICHELON, A.; DAL VESCO, D. G., 2010, p. 201).

(pequena burguesia rural<sup>108</sup>), que facilita o acesso ao capital monetário pelos pequenos produtores, proporcionando-lhes os meios de viabilização e/ou acumulação econômica. Processo esse bem explicitado por Gonçalves (1987) que, apesar de centrar sua análise num objeto e período específico, consegue extrair a centralidade da dinâmica cooperativa sob a hegemonia do mercado ao afirmar que:

[...] na agricultura atuam pequenos, médios e mesmo grandes empresários agrícolas que possuem os meios de produção. Como capitalistas, visam maximizar individualmente seus lucros e a cooperativa é um meio para consegui-lo.

A cooperativa de produtores agrícolas é uma forma inacabada de centralização de capitais; mesmo a terra sendo propriedade privada de cada associado e não estando todo seu capital colocado na cooperativa, é através dela que adquire máquinas, tecnologia, insumos, busca eficiência econômica na produção, logo a cooperativa organiza os capitais individuais centralizando-os para reproduzi-los (GONÇALVES, 1987, p. 10).

Entendemos o papel cumprido pela CRESOL como meio de viabilização e/ou manutenção da agricultura familiar (ou as frações mais dinâmicas dela), sua importância se faz fundamental porque, durante muito tempo (praticamente todo período modernizante, fundamentalmente as décadas de 1970 e 1980 e também boa parte da década seguinte), as classes dos pequenos e até médios agricultores não conseguia, principalmente em razão da sua atomização e carência de meios produtivos, acesso ao crédito rural, que ficava concentrado na classe dos grandes produtores rurais (grande burguesia agrária). Algo imprescindível para nossa análise, portanto, é compreender que o capital monetário disponibilizado para este mesmo pequeno agricultor o atrela cada vez mais, para sua manutenção no mercado, ao grande capital financeiro e aos grandes conglomerados que dominam determinados setores das cadeias produtivas.

---

<sup>108</sup> “No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num *pequeno-burguês*. *Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho*. Os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isto equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária; eles se tornam solidários com os proprietários fundiários contra o resto da sociedade. Por sua situação de classe, o pequeno agricultor torna-se, inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um pequeno agrarista” (LÊNIN, 1980, p. 59 – *grifos meus*).

### 3.2.1. – O PAPEL DA CRESOL NA DINÂMICA DA AGROPECUÁRIA

Aprofundamos, a seguir, os aspectos mais específicos da cooperativa, na tentativa de abordar suas mais diversas particularidades para que, ao final, possamos chegar uma definição mais precisa quanto à importância e função social desempenhada pelo empreendimento. A tarefa fundamental da cooperativa foi à dinamização do crédito rural (algo colocado em sua missão e objetivos), assegurando ao segmento de agricultores possibilidades de permanência no mercado, embora, segundo alguns pioneiros<sup>109</sup>, hoje em dia não mais com a ideologia que a engendrou.

Na Tabela 13, apresentamos a evolução do crédito via PRONAF repassado pela CRESOL aos seus cooperados, desde a sua fundação em 1996 até o ano de 2013, quase vinte anos após. É importante ver que esses montantes de repasse financeiros só aumentaram, assim como o próprio programa, durante esse tempo, saindo de um total de pouco mais de R\$ 1 (um) milhão para alcançar mais de R\$ 500 milhões em 2013. Este espetacular crescimento, se fossemos tomar ao volume total para o programa representaria, de acordo com o ano-safra 2012/13 (detalhado no cap. II), que disponibilizou um total de 18 bilhões, teríamos que o percentual repassado apenas pela CRESOL Baser foi de 2,8%. Além desse programa, é importante ainda destacar que uma série de outras políticas e programas complementares foram criados nos últimos anos e contribuíram decisivamente para este conjunto de produtores, entre os quais destacamos o seguro rural, alimentação escolar, garantia de preço, etc. Vejamos agora os dados.

---

<sup>109</sup> Para Christophe de Lannoy, colaborador na constituição do Sistema CRESOL, a avaliação é de que “[...] o crédito foi democratizado, surgiu o Pronaf para financiar a agricultura familiar e o cooperativismo de crédito teve um crescimento importante, mas em termos práticos o crédito rural continuou financiando basicamente as mesmas coisas, ainda que com mais agricultores financiados, mas sem mudar o modelo de produção [...] impulsionou a modernização da agricultura familiar, mas não viabilizou efetivamente um novo modelo de agricultura ou um novo mundo rural” (LANNNOY, 2014).

**TABELA 14 – Número de Contratos, Montantes de Custeio e Investimento do PRONAF Repassados pela CRESOL – 1996 a 2013**

<b>Ano</b>	<b>Nº de Contratos de Custeio</b>	<b>Nº de Contratos de Investimento</b>	<b>Valor Total de Custeio (R\$ milhões)</b>	<b>Valor Total de Investimentos (R\$ milhões)</b>	<b>Montante Total Liberado (R\$ milhões)</b>
<b>1996</b>	—	—	1,1	—	1,1
<b>1997</b>	—	—	2,6	0,650	3,2
<b>1998</b>	—	—	5,9	0,530	6,4
<b>1999</b>	—	—	13,4	0,996	14,3
<b>2000</b>	—	—	18,1	1,8	19,9
<b>2001</b>	—	—	21,6	9,8	31,5
<b>2002</b>	—	—	34,4	11,4	45,6
<b>2003</b>	—	—	71,0	27,5	98,5
<b>2004</b>	—	—	—	—	—
<b>2005</b>	—	—	—	—	—
<b>2006</b>	—	—	75,1	39,0	114,1
<b>2007</b>	—	—	113,4	49,6	163,0
<b>2008</b>	21.640	6.444	165,2	73,4	238,6
<b>2009</b>	20.322	6.693	159,8	138,7	298,5
<b>2010</b>	19.475	5.480	162,3	106,8	269,1
<b>2011</b>	19.564	5.638	194,7	115,4	310,1
<b>2012</b>	23.283	6.986	262,3	144,4	406,7
<b>2013</b>	24.367	8.605	328,3	178,1	506,4
<b>Total</b>	128.651	39.846	1.461,1	845,4	2.306,5

Fonte: Schröder (2005); CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanço Social de 2009 a 2014 – Dados organizados pelo autor.

Desses dados da tabela acima, vemos que a taxa de crescimento médio anual dos montantes totais liberados pela política do PRONAF é de 51,2%. Destacamos ainda dois aspectos que consideramos importantes: o primeiro é que, apesar da tendência de aumento no número de contratos e valores destinados aos investimentos, a maior parte dos recursos se destina ao custeio das atividades produtivas, ou seja, para a aquisição de insumos (sementes, fertilizantes, agroquímicos, preparo de solos, etc.) ou pagamento de despesas necessárias a cada novo ciclo produtivo. O segundo é que, sendo a maior parte do crédito destinado apenas a custear as despesas agropecuárias, o que ainda se têm é a dificuldade em modificar/modernizar a estrutura produtiva (melhoria em infraestrutura, armazéns, máquinas e equipamentos/implementos, etc.), servindo os recursos mais para manutenção da produção e de produtores, além das demais cadeias industriais e comerciais interligadas a agropecuária. Embora se deva levar em conta a natureza de cada segmento da política, ou seja, custeio e investimento: assim, o custeio é necessário uma reposição constante (capital variável e constante circulante) enquanto que o investimento é uma reposição mais de longo prazo (capital constante fixo), não é preciso adquirir a cada novo ciclo<sup>110</sup>.

A importância do repasse feito pela cooperativa aponta uma tendência a seguir aumentando sua participação, já que vem fortalecendo suas relações com os bancos oficiais (principalmente com o BNDES e BB) e tem expandido sua atuação, nos últimos anos, para outras regiões do país, estando presente em sete estados (Paraná, Santa Catarina, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), além de prestar assessoria para organizações dos estados de Goiás, Rio de Janeiro e Amazonas (CRESOL – RELATÓRIO CRESOL 2014). Nessa perspectiva, ao tornar-se, no ano de 2004, um agente financeiro do BNDES<sup>111</sup>, a CRESOL deu dois passos importantes: primeiro, passou a depender menos do

---

<sup>110</sup> Por capital constante circulante (KCC) entendemos as matérias primas que devem ser repostas a cada ciclo produtivo, como por exemplo, os fertilizantes, adubos, sementes, etc., enquanto que por capital constante fixo (KCF), seriam as instalações (galpões, aviários, estrebarias, etc.) e máquinas e implementos (trator, colheitadeira, tanque resfriador ou ordenhadeira de leite, etc.). Ver mais em: HARNECKER, M. *El capital: conceptos fundamentales*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1971.

<sup>111</sup> “No ano de 2004, a Central Cresol Baser tornou-se a primeira cooperativa de economia solidária credenciada como agente financeiro do BNDES, atuando com o Pronaf investimento e microcrédito. Com o passar dos anos foram incorporadas as linhas de Procapred, e a partir de 2006 o Pronaf custeio e Pronamp” (CRESOL – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E BALANÇO SOCIAL DE 2014, p. 12).

BB como intermediário financeiro, ficando com o *spread*<sup>112</sup> bancário que contribuiu na consolidação do Sistema; e o segundo, foi fortalecer as relações com o BNDES, passando de um volume de acesso a recursos de 7 milhões em 2004 para 1,3 bilhão no ano de 2014. Na entrevista com dirigente do Sistema isso fica mais bem explicado:

A partir de 2004 nós nos tornamos agentes financeiros do BNDES e ai facilitou o acesso nosso junto ao BNDES e inclusive numa melhor remuneração, com o *spread* que a gente chama, e ai a gente não conseguiu mais avançar da forma que a gente avançava com o BB (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA CRESOL BASER, dez., 2014).

Embora a relação da CRESOL com o BB ainda seja expressiva, não é mais na proporção anterior no que trata do repasse do crédito do PRONAF, pois este diminuiu consideravelmente como explicado anteriormente, mas outros produtos e serviços entre duas instituições, entre as quais destacou o dirigente do Sistema, que são as aplicações financeiras (oriundas da centralização financeira de recursos que não são do quadro social) da cooperativa, que estão num fundo (Fundo BB/CRESOL) especial que o BB disponibilizou, além da cooperação para compensações e correspondentes bancários, fundo de aplicações e previdência privada, entre outros produtos e serviços.

Essa diminuição de intermediação com o BB levou por outras vias, a estreitar inevitavelmente, relações com outros bancos e agentes públicos, já que a espinha dorsal do Sistema é o crédito via Estado, ou em outras palavras, o cordão umbilical é a fonte pública dos recursos para fomento de setores específicos. Nestes termos, as cooperativas (e também os sindicatos rurais) desempenham para o capital financeiro um papel fundamental, como nos explica Búrigo, *et al* (2006):

Na maioria dos casos, é o sindicato [*e as cooperativas*] que divulga o Pronaf, organiza grupos de produtores, discute as possibilidades de financiamento, prepara as propostas para os bancos, recolhe, encaminha a documentação exigida, faz o trabalho operativo de análise de risco e tomada de decisão sobre a concessão e, em alguma medida, controla e negocia os casos de inadimplência (BÚRIGO, *et al*, 2006, p. 19 – *grifo meu*).

Essa tarefa é realizada, com outros componentes e diferenciais, mas, essencialmente a mesma, por cada unidade cooperativa, que cumprem um papel de promotoras do denominado desenvolvimento local através do crédito solidário, na economia agropecuária de cada

---

<sup>112</sup> “SPREAD: Taxa adicional de risco cobrada sobretudo (mas não exclusivamente) no mercado financeiro internacional. É variável conforme a liquidez e as garantias do tomador do empréstimo e o prazo de resgate” (SANDRONI, 1999, p. 575).

pequeno município abrangido pela CRESOL. Essa ação se dá, fundamentalmente, em razão de que

A política de crédito rural acompanha o dinamismo da economia atendendo o grande capital, não sendo permitido ao pequeno capital isoladamente captar recursos necessários ao seu empreendimento. A centralização do capital em cooperativas de crédito dá essas condições ao pequeno capitalista. Para o capital financeiro há redução do risco de inadimplência, menor tempo da operação aumentando a produtividade do trabalho bancário com o aumento do tamanho médio dos empréstimos. A cooperativa descentraliza o crédito rural e associa-o à assistência técnica e fornecimento de insumos, tornando-o instrumento eficaz para o progresso tecnológico do setor agrícola (GONÇALVES, 1987, p. 14)

Essa importante ação da política pública via cooperativa, ao contrário do propagado pela Central Baser e instituições como o Sistema ASCOOP<sup>113</sup> (inclusive as que se definem como defensoras do operariado, como a CUT, por exemplo, através da ADS<sup>114</sup>), não é algo inclusivo para todos os agricultores familiares na sua ampla heterogeneidade, como bem notou Alves e Rocha (2010) no estudo da agricultura brasileira, mas sim àquela parcela dos mesmos capazes de responder, dentro de certas condições gerais, à capacidade de acumulação e outras exigências do sistema econômico estabelecido<sup>115</sup>.

Segundo Maia, *et al* (2011), o BNDES vem, nos últimos anos, aumentando sua participação no PRONAF, saindo de pouco mais de 5% no ano-safra de 2005/06 para quase 35% no ano-safra de 2009/10. Ainda segundo os autores, o BNDES passa por um novo direcionamento que:

[...] se iniciou em 2008, quando foram autorizadas as Linhas de financiamento de custeio, promovendo assim um crescimento expressivo na

<sup>113</sup>Visão do Sistema ASCOOP: “Ter uma sociedade justa, solidária, humana e auto-sustentável, através das praticas cooperativistas”. Ideal muito ligado à concepção do cooperativista liberal Charles Gide, que objetivava construir a “república cooperativista”. Ver mais em Sandroni (1999).

<sup>114</sup> A ADS surgiu do debate do sindicalismo da CUT com a sociedade civil, sobre as transformações no mundo do trabalho e da organização da classe trabalhadora para enfrentar a flexibilização e as desigualdades nos anos 1990 pelo neoliberalismo. Entre os objetivos institucionais da ADS/CUT está: “Apoiar a criação e a viabilização (incubação) de empreendimentos solidários”. “Ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas e mercado”. “Facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito”; etc. ([www.desenvolvimentosolidario.org.br/#!institucional/galleryPage](http://www.desenvolvimentosolidario.org.br/#!institucional/galleryPage)>. Acesso em fev. 2015.

<sup>115</sup> Sobre o Pronaf: “O programa tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, de forma a *integrá-lo à cadeia de agronegócios*, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a *modernização do sistema produtivo*, valorização do produtor rural e a *profissionalização dos produtores familiares*” (Revista CRESOL 15 anos. pg. 14 – *grifos meus*).

participação das Cooperativas de Crédito Rural Cresol Baser e Cresol Central SC/RS. *Dessa forma, o Sistema Cresol em conjunto despontou, no subperíodo mais recente, como o principal agente repassador de recursos do BNDES para o Pronaf.* Consolidou-se, assim, um quadro que reflete, em parte, a concentração regional da destinação dos recursos, mostrada acima. Além do Sistema Cresol, outras instituições financeiras com atuação exclusiva na região Sul do país aparecem entre as principais repassadoras desse crédito, como é o caso do BRDE e do Banrisul (MAIA, G. B. S.; *et al*, 2011, p. 12 – *grifo meu*).

Desta forma, a CRESOL vem se consolidando como um importante agente na implementação da modernização da agropecuária brasileira, e de certo modo, também das estratégias de desenvolvimento pensadas pelo Estado no âmbito desse setor econômico. Como mostra o estudo, a concentração dos recursos ainda está na região Sul, onde se constatou que, de 1996 a 2010, esta região recebeu 77% dos recursos agropecuários do BNDES. O sistema CRESOL Baser saiu de uma participação de 0,54% como agente financeiro do BNDES no período de 1996 a 2001, para 14,92% no período de 2002 a 2007 e alcança 18,77% de participação no período de 2008 a 2010. A CRESOL Central (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) passou a ter participação no período 2002 a 2007, de 5,69% e alcançou no período 2008 a 2010, 15,50% (MAIA.G. B. S.; *et al*, 2011, p. 13). Apesar da crescente participação do BNDES na viabilização do PRONAF, em termos aqui de volumes de recursos, é importante lembrar que o total desses repasses não chega a 1% dos investimentos totais do banco e que “Dentre as famílias potencialmente beneficiárias do Pronaf, o BNDES atinge aquelas com maiores rendas anuais, não sendo operador das linhas destinadas aos grupos A e B, de mais baixa renda” (MAIA, G. B. S.; *et al*, 2011, p. 10).

A expansão do Sistema CRESOL, observada nos últimos anos, para além de sua região de origem, como exposto no início deste trabalho, tem sido vital também para a sua sustentação e perspectiva de crescimento de longo prazo.

Seguimos tratando agora de algumas particularidades nas exigências (que chamaremos de “seletivizações”) da tomada do crédito pelos produtores cooperados.

Um elemento que se verifica dentro da racionalidade solidária é a da viabilidade econômica dos empreendimentos individuais para que possam acessar os recursos do crédito rural visto que, “Qualquer que seja a atividade de produção, o lucro é uma decorrência de realizá-la sob a égide do capitalismo, não buscá-lo seria excluir-se do processo para o empresário capitalista, por menor que seja o capital que tenha acumulado” (GONÇALVES, 1987, p. 10). Isso pode ser considerado como avaliações, ou também os crivos seletivos para

detectar-se a possibilidade de êxito da atividade de cada produtor ou microempreendedor, pois, necessariamente, deve-se assegurar o retorno dos empréstimos.

Em linhas gerais, sabemos que o significado da viabilidade econômica dentro do capitalismo está em sua capacidade de obter, ao final do ciclo de investimento produtivo, uma rentabilidade superior à que foi despendida no início do processo. Em outras palavras, seria a capacidade do empreendimento de gerar lucro, e esse, de acordo com a análise de Marx (1996a), só é possível através do sobretrabalho extraído da força de trabalho no circuito de reprodução do capital.

Quando abordamos aquilo que chamamos de seletivização, veremos que um dos primeiros processos a atuar é o do ponto de vista institucional do Estado, na medida em que só libera recursos financeiros àqueles com capacidade de retorno, que, no caso dos agricultores vinculados a CRESOL, possuem a garantia coletiva, ou seja, da cooperativização. Essa seletividade é apresentada por Búrigo, *et al* (2006), segundo o qual:

[...] os interessados precisam enviar previamente ao BC (*Banco Central*) um plano de viabilidade, contendo um detalhamento de como será a gestão da futura cooperativa e as projeções em termos de crescimento (BÚRIGO, *et al*, 2006, p. 12-13 – *grifo meu*).

Nestes termos, a possibilidade de viabilização é o elemento central a ser perseguido, tanto o início da atividade que vai demandar recursos para a estruturação, passando pelas características dos mercados regionais até a sustentação econômica do empreendimento em longo prazo. É importante frisar que tais procedimentos cumprem a função de detectar empreendimentos cooperativos evidentemente mal estruturados, que provavelmente não teriam sustentação até àqueles que apresentam intencionalidades fraudulentas.

Outro processo de seletivização seria aquele realizado pela própria cooperativa, através de um estudo/avaliação de viabilidade mais pormenorizada<sup>116</sup>, além da proximidade entre os agricultores associados, já que em grande medida, a relação de confiança se dá pela vizinhança ou localização produtiva próxima. A possibilidade de acesso ao crédito depende,

---

<sup>116</sup> O produtor passa por vários tramites até o acesso ao crédito, como por exemplo, deve de certo modo ter o aval de outros produtores já associados, também deve possuir indispensáveis meios produtivos, enquadrar-se nas regras do crédito solidário (critérios do PRONAF) e passar por avaliações da equipe da cooperativa nos aspectos socioeconômicos, como as tradicionais consultas ao crédito (SPC e SERASA), idoneidade (bom pagador de contas), viabilidade da atividade produtiva, avalistas pessoais ou grupais/coletivos (aval solidário), correspondência entre suas benfeitorias e capital integralizado, entre outras. As liberações de crédito de valores pequenos se dão nas cooperativas singulares, enquanto que os valores maiores requerem a análise mais pormenorizada (e de outras instâncias, como as bases regionais) e a capacidade de pagamento (e de bens) do tomador do crédito (CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanços Sociais; VOLLES, *et al*, 2010).

de certo modo, também pelas relações de vizinhança, ou mais precisamente, pela capacidade do agricultor em obter sucesso na sua atividade produtiva. Sendo muito importante nessa relação, a figura dos agentes de crédito (cooperados que se dispõem, voluntariamente, a desenvolver as tarefas, de certo modo, estratégicas, de interesse da cooperativa nas suas comunidades locais) da CRESOL que, além da tarefa de fomentar os debates nas suas comunidades rurais, procuram também “Motivar e viabilizar condições para a participação dos associados na gestão (política, administrativa e operacional) das cooperativas e das entidades e potencializar a formação de lideranças comunitárias” (VOLLES, *et al*, 2009, p. 54). Essa relação de proximidade realça o papel de controle sobre os agricultores individualmente, já que para obter lucro deve despende trabalho e é através dele que pode honrar seus compromissos financeiros, garantindo assim crédito para as próximas safras e a reprodução de produtor enquanto tal.

Essa lógica, denominada também de solidária pela cooperativa, possui como pano de fundo o objetivo individual de cada produtor ou, como muito bem destacou Araújo (1982, p. 90), “[...] a cooperação não se dá ao longo de todo o processo de produção. [...] os agricultores não trabalham juntos, mas têm um objetivo final individual, cuja satisfação coletiva delegam à entidade cooperativa”. A cooperação na CRESOL, embora inclua obviamente outros objetivos importantes, tem como centralidade a cooperação para a obtenção de capital para investimento na produção isolada de cada agricultor, ficando as demais fases, em especial a da comercialização, a cargo de cada um.

Embora dotada de um ideal altruísta, o elementar nesse processo é a realização econômica, sem a qual os demais aspectos não se concretizam. Os resultados alcançados pela CRESOL e seu discurso de sustentabilidade e desenvolvimento com justiça social<sup>117</sup> segue, na essência, a mesma ideia central do discurso liberal de que, na medida em que cada um prospera individualmente, avança também os demais, esquecendo-se de que, para a prosperidade de um, há o empobrecimento do outro. Em nosso ponto de vista, as conclusões a que chegou Araújo (1982) ao analisar a cooperação capitalista dentro da ideologia do cooperativismo, podem também ser identificadas na atuação da CRESOL. Algumas

---

<sup>117</sup> “Baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, as cooperativas CRESOL Baser buscam o fortalecimento dos seus associados através da aplicação de um crédito justo, fortalecendo os agricultores familiares e contribuindo para o desenvolvimento local através do aumento na produção de alimentos e a descentralização das riquezas, combatendo o êxodo rural e promovendo a erradicação da pobreza no país com a responsabilidade de preservação do planeta para as futuras gerações” (Fonte: [www.confesol.com.br/cenindividual.php?id=MQ==](http://www.confesol.com.br/cenindividual.php?id=MQ==). *Grifo meu*). Acesso em: fev. 2015.

colocações da autora, guardadas as particularidades, aplicam-se também, do nosso ponto de vista, ao cooperativismo solidário de crédito:

Enquanto a cooperação no sentido objetivo destaca o meio, o plano que a orienta, colocando o resultado último no capital que se multiplica, com o patrimônio institucional que cresce. Neste caso ela se identifica com a própria lógica do sistema capitalista (p. 92).

[...] a ação cooperativa apresenta-se como um instrumental dotado de racionalidade, acionado pelo modo de produção, tendo em vista a realização do capital (p. 91).

Esta perspectiva, a de identificação da racionalidade estabelecida, com sua lógica própria, deixa pouca margem para o idealismo. O imperativo que se coloca, antes de qualquer outro é a da visualização da realização econômica<sup>118</sup>, sem, contudo, restringir-se a ela. Tratemos de outro ponto sensível, que é a do emprego de mão de obra assalariada que, neste caso em específico, são os contratados pela CRESOL.

A respeito do quadro funcional ocupado, percebemos que a questão do aumento do número de funcionários e, conseqüentemente, do acréscimo dos gastos com o pagamento de seus salários, constitui um indicador relevante da expansão do Sistema. Salientamos que nos gastos referentes aos empregados, este montante geral divide-se entre despesas com encargos previdenciários, benefícios e capacitação profissional. Lembramos ainda que os funcionários são trabalhadores (em geral técnicos e administrativos) assalariados, como os de qualquer outra empresa, regidos pelo arcabouço jurídico das relações de trabalho no país (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). A cooperativa também tem optado, seguindo as tendências gerais, pela racionalização/padronização da totalidade do seu quadro funcional. Entre fins de 2009 e início de 2010 estabeleceu-se o chamado sistema de Plano de Cargos e Salários (PCS), que objetiva definir não apenas critérios de seleção e remuneração como desempenho e atendimento das metas e resultados estabelecidos. Isso tudo muito semelhante à lógica de grandes complexos empresariais, aliás, a lição parece ter sido bem aprendida, pois até a denominação de funcionário foi substituída por colaboradores.

Vejamos na Tabela 15 a seguir, como vem crescendo o número de funcionários contratados pelo Sistema CRESOL, na medida em que suas atividades se expandem e se complexificam, tanto as administrativas, de atendimento quanto as de viabilização das

---

<sup>118</sup> “Não deveriam pairar dúvidas que o sistema Cresol serve para promover o desenvolvimento dos pequenos agricultores. Na prática, porém, a lógica da rentabilidade econômica acaba se impondo e vai minando a lógica do desenvolvimento, bem como a força dos pequenos” (LANNON, 2015b).

diferentes modalidades de crédito, contabilidade, tecnologia da informação, etc. Embora não disponhamos de dados relativos aos períodos anteriores, pressupomos que a demanda por profissionais de diferentes áreas venha sendo continuamente necessária, acompanhando a cooperativa como um todo.

**TABELA 15 – Número de Funcionários, Valor dos Gastos com os Empregados do Sistema CRESOL entre 2008 a 2013.**

<b>ANO</b>	<b>Nº de funcionários</b>	<b>% Em relação ao ano anterior</b>	<b>Valor dos gastos com empregados (R\$ milhões)</b>	<b>% Em relação ao ano anterior</b>
<b>2008</b>	452	—	13,0	—
<b>2009</b>	677	49,77	18,4	41,53
<b>2010</b>	762	12,55	20,4	10,86
<b>2011</b>	756	-0,78	23,4	14,70
<b>2012</b>	841	11,24	36,2	54,70
<b>2013</b>	1014	20,57	38,6	6,62

Fonte: CRESOL – Relatórios de atividades e balanço social de 2009 a 2014.

Pelos dados do quadro funcional e os gastos dele decorrentes, percebemos que ele teve um significativo aumento, sendo que no período de 2008 a 2013, cresceu 124% em termos de pessoal e 196% em gastos financeiros, enquanto que o número de cooperados no mesmo período teve um crescimento de 94% e o de contratos de 17% apenas. Isso pode significar tanto uma estratégia de melhor atendimento e agilização com o cliente (cooperado), já que se enfatiza a relação personalizada/próxima como um diferencial das cooperativas em comparação com os bancos tradicionais (INFOCOS, 2013a), quanto uma necessidade inerente a complexificação das atividades técnicas e financeiras do Sistema, na medida em que se expande e se diversifica.

A discussão do aspecto do quadro funcional do Sistema, que tendencialmente segue aumentando, tem a ver com a concepção de gestão do mesmo, apresentado como sendo realizado pelos seus cooperados em geral. Isso pode ser discutível, pois, considerando-se que a grande maioria do quadro social é composta por agricultores familiares, ou ligados às atividades produtivas agropecuárias, estes exercem suas atividades nesta respectiva área e muito dificilmente conseguiriam conciliar a atividade produtiva no campo com a gestão de

um sistema cooperativo financeiro. Frente a essa realidade, Castro; Oliveira (2010) apontam que as mudanças trazidas pela Lei Complementar nº 130/2009 (lei complementar que regula o art. 192 da Constituição Federal, e que trata sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC), podem contribuir com a cooperativa pois:

No sistema Cresol os membros do Conselho de Administração são sócios das cooperativas, e como estas são formadas por agricultores familiares, muitas vezes não são eleitos dirigentes com qualificação técnica suficiente para administrar uma instituição financeira. Os diretores executivos não precisam ser sócios da cooperativa, motivo pelo qual poderão ser escolhidos profissionais qualificados para proceder a gestão da singular (CASTRO; OLIVEIRA, 2010, p. 166).

Nesse sentido, a contratação de pessoal especializado (ou treinado para tal – realizado pelo INFOCOS ou pelas parcerias com universidades, como veremos mais adiante) é uma necessidade intransponível, acarretando que na essência da questão, quem faz a gestão do complexo cooperativo é a direção executiva e gerentes empresariais (que podem ser contratados ou prestadores de assessoria), embora haja possibilidades do quadro social ratificar ou não as decisões/diretrizes centrais e estratégicas definidas. Isso demonstra que quanto maior a inserção no mercado, maior a demanda pela especialização e divisão do trabalho e conseqüentemente, maior é o risco da base ver-se dissociada do processo decisório, como alerta Christophe de Lannoy (2015c) ao apontar que “[...] com o rápido crescimento, como acontece com o Sistema Cresol, a tendência é de se firmar um cooperativismo de cúpula e não de base”.

Na questão tratada anteriormente, sobre a gestão efetiva da cooperativa, alguns aspectos dos rumos tomados pelo quadro dirigente podem ser observados na própria característica do seu quadro social – quadro cooperado com uma carga de atividades produtivas agropecuárias; a maioria dos quais possui pouca escolaridade ou qualificação técnica (INFOCOS, 2013); entre outros –, e considerando-se também a complexidade cada vez maior que adquire a CRESOL, no que diz respeito às suas relações com diferentes instituições financeiras, órgãos do governo municipal, estadual e federal, instituições parceiras (ONGs nacionais e internacionais, universidades, sindicatos, empresas, etc.), sistemas de organização cooperativa, meios de comunicação, entre tantos outros.

Deste modo, apesar dos esforços do Sistema em promover a participação – como evidenciado em documentos e entrevistas realizadas –, a direção principal da cooperativa se dá por um número restrito de pessoas. Tal situação pode ser minimizada pelo poder decisório

do quadro social que detém o poder de voto, embora também possa se pensar na gama de conhecimento e liderança que determinados indivíduos vão desenvolvendo, o entendimento de questões que requerem decisões rápidas, quando para pessoas iniciantes pode-se levar tempo<sup>119</sup>. Isso é evidenciado, no que trata, por exemplo, no caso do cargo da contabilidade geral da CRESOL, no ano de 2015, que pelos documentos disponibilizados (Relatório de Atividades e Revistas do Sistema), onde vemos que a mesma pessoa pode estar do início até os dias atuais a frente desse setor. Nos cargos principais, ligados às funções diretivas, vemos os seguintes nomes de acordo com o quadro a seguir:

---

<sup>119</sup> Entendemos que as observações de Gonçalves (1987), embora relacionadas a outro contexto cooperativo, ilustram bem uma tendência que parece operar-se também dentro do Sistema CRESOL: “A eficiência do capital centralizado submerge a autonomia do capital individual e da necessidade de ordenação nasce à burocracia no meio cooperativo como uma necessidade da produção, controlando a informação no processo característico da separação entre os homens do planejamento e da execução, pois nessa forma específica de cooperação do trabalho, dissocia-se o trabalho operacional do intelectual. Aí completa-se o quadro da grande empresa capitalista também para o cooperativismo... [...]” (GONÇALVES, 1987, p. 40).

**QUADRO 01 – Dirigentes, Funções, Períodos e Instituições Ligados ao Cooperativismo de Crédito Solidário – 1996 a 2015.**

<b>Nomes</b>	<b>Cargo / Função</b>	<b>Período</b>	<b>Instituição</b>
<b>Assis M. Couto</b>	Direção	1996 a 2002	CRESOL
<b>Vanderley Ziger</b>	Direção	2004 a 2012	
<b>Luiz A. Possamai</b>	Vice-Diretor	2008 a 2009	
	Presidente	2011 a 2014	UNICAFES
<b>Luiz A. Panzer</b>	Diretor Secretário	2008 a 2012	CRESOL
	Vice-Diretor	2013 a 2015	
<b>Flávio M. da Silva</b>	Diretor Financeiro	2004 a 2009	
	Vice-Diretor	2010 a 2012	
<b>Edson Vieira</b>	Primeiro Secretário	2010 a 2012	
	Diretor Financeiro	2013 a 2015	
<b>Alzemiro Thomé</b>	Conselho Administrativo	2008 a 2009	
	Diretor Financeiro	2010 a 2012	
	Direção	2013 a 2015	

Fonte: CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanço Social de 2009 a 2014; Revista CRESOL, 2007; dados organizados pelo autor.

Continuamos nosso estudo tratando da evolução geral do Sistema CRESOL, quantificando o aumento do número de cooperativas, Postos de Atendimento Cooperativo (P.A.C), cooperados e o seu Patrimônio Líquido Ajustado (P.L.A), números que mostram o salto significativo, principalmente, em relação ao seu patrimônio, evidenciando o sucesso do Sistema em operar seus recursos financeiros no mercado.

**TABELA 16 – Cooperativas, Cooperados e Patrimônio da CRESOL – 1996 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Nº de cooperativas</b>	<b>% em relação ao ano anterior</b>	<b>Nº de P.A.C</b>	<b>Nº de cooperados</b>	<b>%</b>	<b>Patrimônio Líquido Ajustado (em R\$ milhões)</b>	<b>%</b>
<b>1996</b>	05	—	—	1.639	—	0,101	—
<b>1997</b>	07	40	—	2.674	63,1	0,308	204,9
<b>1998</b>	15	114,3	—	5.898	120,6	0,682	121,4
<b>1999</b>	28	86,7	—	11.316	91,9	1,8	163,9
<b>2000</b>	31	10,7	—	15.175	34,1	3,1	72,2
<b>2001</b>	46	48,4	—	20.540	35,3	6,1	96,8
<b>2002</b>	71	54,3	—	29.990	46,0	10,8	77,0
<b>2003</b>	75	5,6	—	42.375	41,3	21,5	99,1
<b>2004</b>	80	6,7	—	50.540	19,3	33,0	53,5
<b>2005</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>2006</b>	65	—	—	41.040	—	48,1	—
<b>2007</b>	73	12,3	—	50.885	23,9	63,8	32,6
<b>2008</b>	75	2,7	—	62.474	22,8	82,4	29,1
<b>2009</b>	76	1,3	—	76.374	22,2	115,4	40,0
<b>2010</b>	79	3,9	162	80.732	5,7	118,9	3,0
<b>2011</b>	78	-1,3	164	90.936	12,6	143,8	20,9
<b>2012</b>	—	—	177	101.527	11,6	194,4	35,2
<b>2013</b>	81	3,8	200	121.352	19,5	264,3	35,9

Fonte: Schoröder (2005); Relatórios de Atividades e Balanço Social da CRESOL de 2009 a 2014; Revista CRESOL, 2005./ \*OBS: a partir do ano 2012, a Cresol passou a somar o nº de cooperativas e postos de atendimento (PA), de modo que temos para o ano de 2010 e 2011 tanto o nº de cooperativas quanto a soma entre cooperativas + PAs, e para o anos de 2012 temos apenas as somas.

Como se pode perceber, o crescimento se realizou em praticamente todos os segmentos, embora haja alguns anos cujos dados não estão disponíveis, os quais podem parecer divergentes, já que de 1996 a 2003 temos a pesquisa de Schröder e a partir de 2006, fazemos a nossa própria investigação com base nos Relatórios e Balanços disponibilizados. Também há o agravante de nem sempre a mesma metodologia é seguida ao longo dos anos apresentados (caso do número de cooperativas), além de que, também temos em 2004 o desmembramento da CRESOL Baser (Paraná) e da CRESOL Central (Santa Catarina), que pode esclarecer a diferença que se encontra entre 2003 e o período 2006/07. Entretanto, no conjunto dos dados, vemos que a evolução é impressionante, principalmente no patrimônio da cooperativa, que saltou de pouco mais de R\$ 100 mil para mais de R\$ 260 milhões. Este aumento se deve a vários produtos e serviços que a CRESOL implementou, tais como: o cartão de crédito, o estímulo à poupança, o aumento da capitalização, seguros diversos,

campanha de prêmios, entre outros; além de que, ao se tornar agente financeiro direto (sem intermediários na relação com o BNDES), as remunerações do *spread* bancário para se fazer os repasses das políticas de crédito, passaram a ficar para a cooperativa. Por outro lado, também existe a hipótese de que seu quadro social vem gradualmente se fortalecendo economicamente, como veremos adiante em relação ao aumento no número de depósitos/poupança. Além disso, temos um fator inédito que é a criação, a partir de 2012, pela CRESOL, de uma remuneração ao capital dos cooperados integralizados na cooperativa. Vejamos maiores detalhes apresentados nos relatórios da cooperativa:

[...] olhando os aspectos econômicos obtivemos avanços relevantes, alcançando um crescimento considerável no volume de recursos administrados, gerando sobras relevantes que são revertidas em benefício do quadro social e iniciamos um projeto que a curto prazo será de ordem sistêmica que é o pagamento de juros sobre o capital próprio dos cooperados (CRESOL – RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2013, p. 39)

O sistema implementou a maneira de retornar esse capital social em forma de juros aos cooperados. No ano anterior [2012 – *grifo meu*] tivemos uma iniciativa tímida de quatro cooperativas remunerando esse capital, onde aquele dinheiro que o cooperado tem integralizado em cota capital foi remunerado em taxas próximas ao que a poupança remunerou as aplicações em 2013 (CRESOL – RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2014, p. 09)

Começando timidamente em 2012 com a adesão de apenas quatro cooperativas, no ano seguinte os números já eram bastante expressivos, sendo que o pagamento de juros ao capital social alcançou 26 cooperativas, que creditaram aos cooperados R\$ 2,606 milhões. Assim, com a entrada em vigência desta nova regra, que estimulou a capitalização/investimento na cooperativa (o que antes estava a se destinar para outras instituições financeiras), agora se retém e potencializa a expansão financeira da CRESOL<sup>120</sup>. Essa estratégia de não perder associados, chamada de “fidelização dos cooperados”, deriva

---

<sup>120</sup> Processo semelhante no processo de acumulação, já destacava Gonçalves (1994), quando investigava a Cooperativa Agrícola Cotia: “Os defensores de uma mudança interna ao sistema cooperativista de maneira a tornar as cooperativas mais adaptadas ao capitalismo, argumentando que isso é condição para aumentar a eficiência dos negócios, pretendem três modificações básicas nos princípios: a) em lugar do atual axioma de cada homem um voto, independentemente de quantas quotas-partes tenha na cooperativa como ocorre hoje, quem tem mais capital investido (quotas-partes) passaria a ter algum poder de voto maior; b) o capital (quotas-partes) passaria a ser remunerado e dessa maneira a participação em uma cooperativa como “especulador” apenas para valorizar o capital seria estimulada; c) a distribuição das sobras líquidas passaria a ser proporcional não somente ao movimento comercial do associado, mas também ao volume das quotas-partes, ou seja, uma forma de remunerar o capital. Qualquer que seja a alternativa adotada não há como negar que a procura é por aproximar-se das sociedades anônimas, o que poderia aumentar a crise de identidade, reafirmando a cooperativa como fim em si mesma e não instrumento a serviço dos cooperados” (GONÇALVES, 1994, p. 80-81 – *grifo meu*).

em grande medida, de que, antes ignorados pelos bancos convencionais em razão de suas ínfimas relações financeiras, os cooperados tornam-se agora, na medida em que crescem economicamente, atrativos para essas instituições<sup>121</sup>, tendo a CRESOL que criar mecanismos para atender as novas demandas; o que por outro lado, tende a levar a cooperativa a assemelhar-se aos bancos convencionais, diferindo talvez pelo fato de que é ainda fortemente corporativo (apenas 10% do quadro social é composto por não agricultores familiares). Isso fica bem claro nas seguintes observações de Lannoy em sua coluna de fevereiro de 2015 no Jornal de Beltrão (JB): “[...] a cooperativa de crédito começa a se preocupar com quem lhe garante rentabilidade, quem tem mais garantias, melhores avalistas, que mais gira dinheiro, mas que são também os mais disputados pela concorrência dos bancos”.

Tratando dos volumes financeiros viabilizados pela CRESOL, expostos na Tabela 16, centraremos a análise no montante de recursos disponibilizados aos produtores rurais, tanto em consideração aos valores repassados via instituições financeiras (BB, BNDES, BRDE, etc.), quanto os recursos próprios de sua acumulação interna. Todos os números demonstram, com exceção do ano de 2010, o crescente aumento no valor dos repasses, os quais ainda é importante destacar, não são aplicados na sua totalidade, restando, em geral, cerca de 10% decorrentes das exigibilidades (fundos, sobras, etc.), além do que também temos uma concentração dos mesmos majoritariamente, nos empreendimentos da região Sul (Paraná e Santa Catarina, essencialmente).

---

<sup>121</sup> Situação semelhante parece ter enfrentado o SisClaf (Sistema Cooperativo de Leite da Agricultura Familiar), na medida em que não conseguia segurar no quadro social aqueles produtores que iam melhorando de condição, parecendo a cooperativa, para muitos ligados ao sistema, como um mecanismo de alavancar produtores quase arruinados e depois disso, ser por eles deixados pois para os mesmos, as possibilidades de rentabilidade seriam mais atrativas fora da cooperação. O sistema era encarado, para muitos integrados, como outra empresa qualquer (IBASE/EMATER, 2006).

**TABELA 17 – Carteira de Repasse, Recursos Próprios e Total do Crédito Liberado pela CRESOL – 2006 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Carteira de Repasse (em R\$ milhões)</b>	<b>Carteira de Recursos Próprios (em R\$ milhões)</b>	<b>Carteira Total (em R\$ milhões)</b>	<b>Total de Crédito Liberado (em R\$ milhões)</b>	<b>% de recursos liberados e em relação a carteira total</b>
<b>2006</b>	203,74	44,79	248,54	198,01	79
<b>2007</b>	272,81	81,34	354,16	320,95	90
<b>2008</b>	371,18	131,53	502,71	498,01	99
<b>2009</b>	490,26	185,02	675,46	654,08	97
<b>2010</b>	479,2	189,0	668,09	602,06	90
<b>2011</b>	592,9	233,7	826,72	739,02	89
<b>2012</b>	792,7	302,5	1.095,2	1.008,32	92
<b>2013</b>	976,8	424,4	1.401,16	1.264,96	90

Fonte: CRESOL - Relatórios de Atividades e Balanço Social de 2009 a 2014.

As carteiras de repasse, apenas nestes oito anos, cresceram significativamente tanto em termos de repasses externos quanto as de recursos próprios, o que fez saltar de um montante total de crédito liberado na ordem de R\$ 198 milhões em 2006, para R\$ 1,2 bilhão no ano de 2013. Os dados nos mostram ainda que, no caso da carteira de repasse (CR), o crescimento foi de mais de três vezes (379,5%), na carteira de recursos próprios (CRP) o salto foi de mais de oito vezes (849,4%) e na carteira total (CT), o crescimento foi de mais de quatro vezes (463,7%). Vemos aqui também que, a expressividade nos volumes de recursos de créditos disponibilizados e/ou repassados, cresce muito mais aceleradamente que os números de contratos (tanto de custeio quanto investimento – vide crescimento modesto descrito na Tabela 13 da pg. 112), o que pode evidenciar concentração financeira quando consideramos o conjunto desses últimos anos.

Esta situação nos permite analisar que esteja, gradualmente, ocorrendo uma concentração de recursos semelhantes ou interligados com o que vem acontecendo com o

PRONAF em geral, e na região Sul mais especificamente. Outro forte aspecto que nos leva a pensar deste modo, são algumas sintetizações que fizemos com os dados disponíveis (não conseguimos obter mais dados junto ao setor responsável da CRESOL), reunidos a respeito da tese da concentração financeira. Outros indicativos são dados por pessoas pesquisadoras e/ou conhecedoras da CRESOL, como por exemplo, Cazella; Berriet-Sollic (2010), quando fala da “elitização das ações formais de desenvolvimento” (p. 98), e também Christophe de Lannoy. Vejamos as críticas deste último:

O Sistema Cresol cresceu juntamente com o Pronaf-crédito, mas agora passa a depender cada vez mais do movimento financeiro dos seus cooperados, da venda de serviços como seguros e cartões de crédito, bem como de uma estratégia para vencer a concorrência. Neste momento se coloca o dilema para o Sistema Cresol entre se definir cada vez mais por uma lógica de desenvolvimento que parta de um projeto comum dos seus cooperados, ou então cuidar de poucos e grandes agricultores familiares (emprestar para ricos!) e do público urbano, tentando vencer a concorrência oferecendo “as melhores taxas do mercado” (LANNNOY, 2015b).

O sistema Cresol, como normalmente acontece com todas as cooperativas, nasceu a partir de uma posição defensiva, ou seja, para defender seus cooperados da usura e da exclusão dos pequenos agricultores dos bancos inclusive oficiais. Sim, uma posição defensiva, mas na perspectiva de evoluir para uma posição desenvolvimentista e este é agora seu grande desafio. O Sistema Cresol cresceu muito, são bilhões de reais em ativos, mas precisa agora saber dar um salto mais qualitativo que quantitativo. Centralizou demais, agora precisa saber descentralizar. A central Cresol-Baser sediada em Francisco Beltrão que não deveria atender mais que o estado do Paraná, hoje atende oito estados... e promete mais! E pensar que o Sistema Cresol nasceu criticando o gigantismo e a centralização financeira dos sistemas cooperativos de crédito então existentes. O que seria se não tivesse sido assim? O problema da centralização é que ela empurra para uma lógica administrativa, seus agentes se preocupam mais com o respeito às normas e aos regulamentos do que com a realidade dos cooperados (LANNNOY, 2015d).

A seguir, reunimos na Tabela 18 os dados disponíveis para os anos 2006, 2008 e 2009, visto que nos demais anos os Relatórios e Balanços da cooperativa são agregados indistintamente, impossibilitando distinguir para quais camadas de produtores seguem os recursos e se a tendência permanece.

**TABELA 18 – Percentual de Contratos e Valores Apropriados por Grupos Financiados – 2006, 2008 e 2009.**

<b>Ano</b>	<b>Valores</b>	<b>Nº Contratos</b>	<b>%</b>	<b>Valor Liberado em milhões de R\$</b>	<b>%</b>
<b>2006</b>	Entre 0 a 1.000	20.012	30	13,9	6,6
	Entre 1.000 a 5.000	35.518	53	90,8	43,0
	Entre 5.000 a 10.000	9.146	14	65,1	30,7
	Acima de 10.000	2.246	3	41,6	19,7
<b>TOTAL</b>	—	<b>66.922</b>	<b>100</b>	<b>211,4</b>	<b>100</b>
<b>2008</b>	Entre 0 a 1.000	16.899	18	11,2	2,2
	Entre 1.000 a 5.000	46.938	51	131,7	26,4
	Entre 5.000 a 10.000	18.957	20	142,1	28,6
	Acima de 10.000	10.353	11	212,8	42,8
<b>TOTAL</b>	—	<b>93.147</b>	<b>100</b>	<b>498,0</b>	<b>100</b>
<b>2009</b>	Entre 0 a 1.000	20.259	18	13,6	2,1
	Entre 1.000 a 5.000	54.790	50	149,3	22,8
	Entre 5.000 a 10.000	20.687	19	152,7	23,4
	Acima de 10.000	13.883	13	338,2	51,7
<b>TOTAL</b>	—	<b>109.619</b>	<b>100</b>	<b>653,8</b>	<b>100</b>

Fonte: CRESOL – Relatórios de atividades e balanços sociais para os anos de 2009 e 2010; Revista CRESOL, 2007, dados organizados pelo autor.

Segundo os dados da tabela, nestes quatro anos, o número de contratos de menor valor (entre R\$ 0 a 1.000) apresenta uma queda significativa nos contratos e depois mantém seu

percentual quantitativo, já a respeito do montante total apropriado, há queda de 6,6% para 2,1%. Já os contratos, também pequenos, de R\$ 1.000 a 5.000, caem ligeiramente em contratos e significativamente, no percentual do montante apropriado (queda de 43,0% para 22,8%). Nos contratos intermediários (entre R\$ 5.000 a 10.000), há um movimento de aumento de 14% para 19% no conjunto dos anos e queda significativa no montante apropriado (de 30,7% para 23,4%). Já para os contratos de maior valor (acima de R\$ 10.000,00), e que representam a menor parcela em quantidade, mas que cresceu bastante, saindo de 3% para 13%, foram os únicos a elevarem sua apropriação no montante total, saindo de 19,7% para 42,8% e daí no último ano 51,7%, crescimento de mais de 162%!. Como muitas coisas neste país, aqui também uma pequena parcela se apropria da maior parte dos recursos disponíveis, embora nossa análise fique limitada pela falta de mais dados.

A seguir, especificaremos nossa análise para a ação da CRESOL na mesorregião Sudoeste do Paraná, caracterizando sua evolução nos últimos cinco anos, em termos de quadro social, saldo de repasses, recursos próprios e patrimônio acumulado neste período. É importante lembrar que a Base Sudoeste da CRESOL Baser, é a maior dentre todas as demais (ao todo são dez bases regionais). Sua importância também se apoia pela expressividade da economia agropecuária para essa mesorregião, de colonização histórica bastante recente. Também temos nela os menores índices de concentração da terra para o estado (IBASE/EMATER, 2006).

**TABELA 19 – Base CRESOL Sudoeste/PR. Quadro Social e Patrimônio Líquido Ajustado (P.L.A) – 2009 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Quadro Social</b>	<b>% em relação ao ano anterior</b>	<b>P. L. A. (R\$ milhões)</b>	<b>% em relação ao ano anterior</b>
<b>2009</b>	19.377	—	32,8	—
<b>2010</b>	19.998	3,20	36,8	12,19
<b>2011</b>	20.965	4,83	42,0	14,13
<b>2012</b>	22.740	8,46	55,0	30,95
<b>2013</b>	24.111	6,02	72,3	31,45

Fonte: CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanços Sociais de 2010 a 2014.

A seguir, complementando o panorama da Base Sudoeste (abrangendo municípios da mesorregião Sudoeste do Paraná), os dados sobre o saldo de empréstimos com recursos próprios e o saldo de repasses totais no período analisado.

**TABELA 20 – Base CRESOL Sudoeste/PR. Saldo de Recursos Próprios e Saldo de Repasse Total – 2009 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Saldo de Emp. Com Recursos Próprios (R\$ milhões)</b>	<b>% em relação ao ano anterior</b>	<b>Saldo Total de Repasses (R\$ milhões)</b>	<b>% em relação ao ano anterior</b>
<b>2009</b>	46,1	—	90,9	—
<b>2010</b>	48,1	4,33	147,3	62,04
<b>2011</b>	50,5	4,98	189,1	28,37
<b>2012</b>	72,7	43,96	243,3	28,66
<b>2013</b>	102,5	40,99	294,6	21,08

Fonte: CRESOL – Relatórios de Atividades e Balanços Sociais de 2010 a 2014.

Os percentuais de crescimento econômico/financeiro são bastante expressivos, enquanto que o do quadro social é relativamente pequeno, pois este último, nestes cinco anos observados, teve um crescimento de 24%. No aspecto financeiro observamos um crescimento de 120% no Patrimônio Líquido Ajustado (P.L.A.), no saldo de repasses com recursos próprios das cooperativas o aumento foi de 122% e no saldo total de recursos (próprios e de outras instituições bancárias) o aumento foi de 224%. Isso aponta que a exigência por mais capital e a sua reprodução seguem em ritmo acelerado, já que a crescente demanda por recursos decorre de maior capitalização (capitalização aqui entendida como aumento da composição orgânica do capital<sup>122</sup>, ou seja, diferença entre capital variável e constante, este último tendendo sempre a aumentar, podendo ser caracterizado basicamente como os meios de produção: máquinas, implementos, insumos, infraestrutura, entre outros) nesta e nas demais mesorregiões de atuação da CRESOL. Esses são os determinantes da lógica

<sup>122</sup> Para maiores detalhes ver Sandroni (1999, p. 114-115) e Bottomore (2001, p. 69-70).

econômica, que quanto mais se investe nos fatores produtivos, também se tende a aumentar os retornos e conseqüentemente, novos investimentos, em geral de maior envergadura, num crescente círculo de investimento, ou seja, a acumulação gera necessidade de nova acumulação em patamar superior. Esses indicadores positivos da mesorregião, superiores a média do estado, são méritos do cooperativismo, que soube, segundo Christophe de Lannoy (2014), “[...] combinar organização social com objetivos econômicos, permitindo distribuir renda e amenizar as crises do capitalismo”. Esqueceu-se o Sr. Lannoy de dizer que as crises são frutos do processo de acumulação e que no capitalismo não há crescimento sem crises, o que nos pode levar a pensar nos limites da dinâmica cooperativa em ascensão (acumulação crescente).

Neste ponto, analisamos o processo da evolução do número de poupadores e dos montantes disponibilizados com esse mecanismo, proporcionando uma receita extra a disposição do Sistema CRESOL. A via de análise segue a hipótese de que, esse seria uma forma do processo de acumulação, já que o aumento dos depósitos demonstra a realização do lucro (um *quantum* ou valor a mais no momento da venda das suas mercadorias no mercado) pelos cooperados, que já tendo atendido suas necessidades mais elementares, estão conseguindo, gradualmente, reter parte deste rendimento para poupança. Embora se observe também que, menos da metade do total de cooperados, consiga alcançar este objetivo, ou seja, a maioria consegue apenas manter-se.

**TABELA 21 – Total de Depósitos, Número de Poupadores e Percentual em Relação ao Total de Cooperados da CRESOL – 1996 a 2013.**

<b>Ano</b>	<b>Depósitos Total (em R\$ milhões)</b>	<b>Percentual em relação ao ano anterior</b>	<b>Nº de Poupadores</b>	<b>Percentual em relação ao total de cooperados</b>
<b>1996</b>	0,697	—	—	—
<b>1997</b>	1,2	72,2%	—	—
<b>1998</b>	2,9	141,7%	—	—
<b>1999</b>	6,9	137,9%	—	—
<b>2000</b>	9,8	42,0%	—	—
<b>2001</b>	15,6	59,2%	—	—
<b>2002</b>	27,6	76,9%	—	—
<b>2003</b>	41,0	48,5%	11.218	26,5%
<b>2004</b>	—	—	—	—
<b>2005</b>	—	—	—	—
<b>2006</b>	56,1	—	12.679	30,89%
<b>2007</b>	92,5	64,9%	16.057	31,55%
<b>2008</b>	137,7	48,9%	20.544	32,88%
<b>2009</b>	208,1	51,1%	28.993	37,96%
<b>2010</b>	228,0	9,6%	32.878	40,72%
<b>2011</b>	298,5	30,9%	37.352	41,07%
<b>2012</b>	398,9	33,6%	42.889	42,24%
<b>2013</b>	477,2	19,6%	48.146	39,67%

Fonte: Schröder (2005); Búrigo (2006); CRESOL – Relatórios de atividades e balanços sociais de 2009 a 2014.

É interessante observar que, ao longo da evolução da cooperativa, o crescimento do número de cooperados que passaram a ser poupadores e, conseqüentemente, do montante dos depósitos, foi expressivo. Por mais que não tenhamos os dados do número de poupadores

antes do ano de 2003, o que provavelmente mostraria um crescimento maior, é possível ver que neste período de apenas dez anos, salta-se de 26,5% para 39,6%, um crescimento de mais de 13% no período (alcançando-se o maior índice no ano de 2012 com 42,24%). Também percebemos que os depósitos, no mesmo período (2003 a 2013), cresceram mais de dez vezes, saindo de R\$ 41 milhões para mais de R\$ 477 milhões. O número de poupadores também avançou, saindo de pouco mais de 11 mil cooperados para mais de 48 mil, um crescimento percentual de mais de três vezes (329%). Outro aspecto importante, é que o valor médio por cooperado também cresceu significativamente, tendo em vista o intervalo de tempo de 2006 a 2013, o valor médio por associado saiu de R\$ 4.424,63 para R\$ 9.911,51<sup>123</sup>, um crescimento de 124%. Esses percentuais mostram que o cooperado, de uma forma ou de outra, conseguiu acumular algum ganho e o depositou/integralizou (aumento da sua cota-capital) na cooperativa. Essa prática é estimulada, pois, além de evidenciar a melhoria de cada produtor, possibilita que, com os recursos depositados, possa-se expandir ainda mais as operações de crédito, nesse caso com menor dependência de recursos externos. Também se pode caminhar no sentido de estimular apenas o investimento financeiro, em detrimento do produtivo, na medida em que as taxas de retorno passem a ser atrativas.

Essa situação de gradual evolução na rentabilidade da cooperativa é também evidenciada pelo diretor geral do Sistema, Vanderley Ziger (2013), quando destaca a importância do crescimento no repasse de recursos (via PRONAF) para a agricultura familiar, segundo o autor, “Nestes dez anos [*de 2003 a 2013 – grifo meu*], a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média” (ZIGER, 2013, p. 6).

Um ponto importante que contribui no entendimento do crescimento da CRESOL, seriam as diferenças entre cooperativas e bancos comerciais, no que se refere às taxas e outros valores cobrados por cada um deles. Isso coloca a cooperativa como mais vantajosa, pela economia propiciada aos seus membros, fortalecendo não apenas no aspecto do empreendimento individual, mas enquanto conglomerado. Vejamos alguns dados comparativos entre as diferenças de taxas e tarifas praticadas por bancos e cooperativas, além do montante financeiro retido/não despendido pelo cooperado ao comerciar com a cooperativa.

---

<sup>123</sup> Esses valores foram obtidos dividindo-se o valor total dos depósitos pelo número de cooperados de determinado ano, nesse caso, os valores e anos analisados vão de 2006 a 2013.

**TABELA 22 – Diferenças Entre as Taxas de Juros e Tarifas de Bancos e a Cooperativa e Valores Economizados Pelos Cooperados – 2010 a 2013.**

Ano	Tarifas (diferença entre custos cobrados em milhões de R\$)		Taxa de juros p/ empréstimos (média das taxas cobradas ao ano)		Valor economizado pelos cooperados (milhões de R\$)
	bancos	cooperativa	bancos	cooperativa	
<b>2010</b>	31,5	4,6	55,75%	27,60%	85,5
<b>2011</b>	14,9	7,5	93,93%	33,93%	92,3
<b>2012</b>	15,8	12,0	66,48%	25,34%	114,8
<b>2013</b>	—	—	69,54%	32,46%	150,8
<b>TOTAL</b>	<b>62,2</b>	<b>24,1</b>	—	—	<b>443,4</b>

Fonte: CRESOL – Relatórios de Atividades e balanços sociais de 2011 a 2014.

Nesse sentido, vemos que as diferenças entre as taxas e os valores economizados pelos cooperados, em transações bancárias/financeiras com a cooperativa são muito vantajosas (notadamente no que se refere aos contratos de crédito rural/pessoal e outros financiamentos e serviços), o que propicia um crescimento institucional significativo. O atrativo da cooperativa, possível graças à peculiaridade do empreendimento econômico (taxas diferenciadas, subsídios, isenções e incentivos do Estado, natureza corporativa, finalidade em teoria não voltada ao lucro, entre outras), fica nítido na comparação apresentada. Para o ano de 2013, a cooperativa apenas apresentou os valores por pacotes de serviço, diferentemente daquilo que temos na tabela acima, ou seja, ela apresenta, ao contrário de antes, o custo digamos unitário dos serviços, e nesses apresenta-se a diferença de custos entre bancos e cooperativa da seguinte maneira: o valor cobrado pelos bancos, por pacote de serviços, é de R\$ 17,29, enquanto que o mesmo é realizado pela cooperativa por R\$ 7,42, ou seja, menos da metade do preço cobrado pelos bancos comerciais.

### 3.3. – CRESOL, COOPERADOS E AGROPECUÁRIA: ALGUMAS TENDÊNCIAS

Neste item, trataremos sobre alguns aspectos que, do nosso ponto de vista, refletem algumas contradições presentes dentro do Sistema CRESOL e com as quais dialogaremos procurando compreendê-las.

A respeito da produção realizada pelo quadro cooperado da CRESOL, temos, não apenas nos documentos internos da cooperativa, mas em outros trabalhos de pesquisadores (Búrigo, 2006; Schröder, 2005), a afirmação que este tipo de produção é diferenciada (não degradante ao meio ambiente, sustentável, voltada para a alimentação, diversificada, não monocultora, etc.), ou quando essa ainda não acontece, tem-se uma forte tendência de que se torne oposta a produção convencional, com ênfase na produção orgânica ou agroecológica. No entanto, o que temos na realidade, é que apenas uma pequena parcela dos cooperados<sup>124</sup> dedicando-se a tipos de cultivos orgânicos ou agroecológicos; predominando nas atividades agrícolas, uma forma de cultivo semelhante à convencional. Pontos que evidenciam isto são: o maior percentual do acesso ao crédito de custeio, que em geral cobre os custos com fertilizantes e agrotóxicos; a descrição, no Relatório de Atividades 2008 (p. 32), de que os maiores itens produzidos eram, na seguinte ordem quantitativa, o milho, o soja, a produção de leite, a de trigo e a de feijão.

No estudo de Souza e Fonseca (2010), verificou-se que, dos cooperados pesquisados, 83% usavam agrotóxicos e 95% desenvolviam produção tradicional, com sementes híbridas e transgênicas, devido a sua maior rentabilidade. Já no estudo de caso de Moschen e Fonseca (2010), feito na região Oeste do Paraná, os pesquisadores consideram significativo o percentual de 10,8% com produção orgânica, frente o predomínio convencional. Ainda sobre este aspecto, segundo o estudo de Melão (2010), a produção orgânica no Brasil está presente, tendo como base o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, em 90.497 estabelecimentos (1,9%

---

<sup>124</sup> “O fortalecimento de um novo padrão tecnológico para a agricultura é também um desafio de natureza externa, mas, muitas vezes, as cooperativas de crédito funcionam como correias de transmissão de um modelo produtivo inviável em termos ecológicos. Essas críticas advêm, principalmente, de ONGs parceiras da Cresol e que atuam com a difusão da agroecologia. Elas tecem restrições quanto ao destino dos recursos liberados pelas cooperativas de crédito. Afirmam que essas organizações acabam reproduzindo o modelo tecnológico produtivista, baseado no uso intensivo de insumos agroquímicos, o que pode inviabilizar a sustentabilidade e a reprodução da produção familiar e prejudicar o meio ambiente. Os dirigentes do Sistema reconhecem o problema, mas rebatem afirmando que jamais deixaram de apoiar projetos agroecológicos consistentes que chegaram às cooperativas. Reafirmam também que entre os técnicos do Cresol existe uma preocupação permanente com a *reconversão da base produtiva, em direção ao uso de práticas agrícolas mais sustentáveis e com o aumento dos cultivos orgânicos, embora isso ainda represente uma minoria*” (BÚRIGO, 2006, p. 191 – *grifos meus*).

do total) e no estado do Paraná, os orgânicos estão em 4.751 estabelecimentos (1,3% do total), ocupando uma área de 12.821 hectares (0,1% do total).

No estudo de Pagnonceli (2009), a respeito do perfil do produtor e produção cooperada no município de Verê/PR, o mesmo aponta que os produtos principais são exatamente os mesmos que destacamos acima. Embora se enumere ainda muitos outros produtos, comprovando uma diversidade de importância indiscutível, o grosso da produção recai sobre produtos agropecuários convencionais, cultivados nos mesmos moldes e dentro das possibilidades de cada produtor individual da chamada produção do agronegócio, daí decorre o fato de muitas lideranças cooperadas (VOLLES, *et al*, 2010; REVISTA CRESOL 10 ANOS, 2006) proporem alternativas ao modelo agropecuário tradicional, objetivando redução dos custos produtivos.

Destacamos, por outro lado, que com a expansão do Sistema CRESOL nestes últimos anos para outras regiões do país, a diversificação da produção de seus associados tem se ampliado ainda mais, conforme relato do dirigente da CRESOL:

Hoje é por região, a região sudoeste do Paraná, nós podemos dizer que 70% a 80% dos itens financiados é na atividade de leite. A região cataratas também. Agora você pega a região metropolitana de Curitiba, então é hortifrutigranjeiro, frutas, legumes e hortaliças. Hoje tá muito diferenciado, porque a gente saiu da região do sudoeste; pegamos o litoral de Santa Catarina, lá não é grãos, não é leite, lá é pescado, olerícolas e frutas. Na região de Chapecó, no meio oeste de Santa Catarina, é mais grãos, aves e leite. Como nós estamos em Rondônia, é café e cacau e também um pouco de leite; no Espírito Santo é 100% café; Minas Gerais também leite e café; agora nós vamos estar no Rio de Janeiro, na região serrana, é somente verduras, legumes e frutas. Se for olhar baixou muito, de 70% no leite, continuamos com uns 40% ou 45% (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA CRESOL BASER, dez., 2014).

Embora esta situação ocorra, predominam atividades agropecuárias tradicionais, como produção de soja, milho e atividade leiteira, esta última apesar de muito importante para os produtores do Sul, representando, segundo Búrigo, *et al* (2006, p. 22), em torno de “60% a 70% da carteira de crédito” no ano de 2006, baixou seu percentual no conjunto, conforme exposto acima, para algo em torno de 40% atualmente, sendo que muitos também estão ligados a cooperativas leiteiras de toda a região Sul. A produção diversificada produzida pelo quadro cooperado pode levar a um importante diferencial competitivo se auxiliada corretamente pela cooperativa, explorando nichos de mercado em que faça uso das suas vantagens específicas.

É importante destacar ainda que, a discussão sobre produção alternativa<sup>125</sup> (orgânica ou agroecológica), sustentável, no seio da CRESOL e de outras instituições parceiras (ASSESOAR, sindicatos rurais, movimentos sociais), não é nova, já se apresentava desde a gênese dos movimentos de agricultores e suas organizações nas décadas de 1980 e 1990. Entendemos que, embora a CRESOL ainda mantenha um discurso (e uma pequena prática) em relação a este tipo de produção, o fato é que uma parcela ínfima (assim como os recursos da cooperativa e do Estado destinadas a tais políticas) dos produtores cooperados dedica-se a ela. O predomínio são as culturas convencionais, demandadas pelo mercado, e nela participam da concorrência, grandes e pequenos produtores, submetendo-se às mesmas regras de um mercado mundializado, controlado pelos grandes monopólios e oligopólios do agro e das cadeias/ramificações interligadas (energética, química, farmacêutica, mecânica/motorizada, tecnológica, etc.).

A chamada produção alternativa vem, ao longo dos anos, perdendo a disputa dentro da CRESOL, pelo fato de que existem diversos elementos socioeconômicos que a inviabilizam, tanto internos quanto, principalmente, externos. Inclusive a ASSESOAR, uma das principais articuladoras na gênese do Sistema Baser, defende um modelo bastante distinto do hegemônico na cooperativa. Aliás, a perspectiva teórica do Sistema CRESOL parece contradizer-se com a prática, já que se pressupõe uma mudança de paradigma no sistema solidário<sup>126</sup>, no entanto, nas falas dos dirigentes, a atuação da cooperativa de crédito solidário parece complementar ao modelo produtivo e bancário/financeiro, ou como diz o *slogan* da Revista CRESOL: “completa como um banco com as vantagens de uma cooperativa”. Vejamos outros aspectos:

Primeira coisa tem a política do agronegócio e da agricultura familiar, então nós temos muito claro que o campo da agricultura familiar é muito aberto para a gente expandir e a gente inclusive não temos expertise de negócio para estar atendendo um grande produtor e não é esse o nosso objetivo [...], nenhum grande produtor é sócio hoje da CRESOL ou acessa o nosso

---

<sup>125</sup> Segundo Schröder (2005), “Por produção alternativa entende-se o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que se traduz na menor utilização de insumos industriais e que potencializa o uso dos recursos internos da propriedade (p. 153, IN: BRANDENBURG, 1999)”. A autora menciona ainda a ênfase a produtos orgânicos, uso de sementes crioulas, adubação verde e de esterco animal, uso de calcário e fosfato natural, biofertilizantes, cultivo mínimo do solo, entre outros.

<sup>126</sup> Como destaca Pinho (2004), a economia solidária “[...] tem sido considerada uma alternativa ao capitalismo ou uma alternativa econômica à globalização e à lógica do capital” (p. 173-174). E mais adiante destaca novamente que “alguns autores da Economia Solidária procuram um *modelo econômico alternativo* do ponto de vista do *financiamento* solidário, *produção* solidária e *consumo* solidário” (p. 174-175 – *grifo meu*)

recurso, a gente sempre foi na lógica de que, pegar um volume grande de recurso e diluir ele pelo número maior do quadro social, então nós potencializamos nesse sentido e a gente não vai querer concorrer com o agronegócio, avaliamos que o agronegócio também é um setor muito importante e tem a política deles bem definida [...], nessa linha ainda tem muito campo para nós trabalhar [...]” (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA CRESOL BASER, dez., 2014).

Temos, portanto, uma parte da agricultura familiar bem capitalizada e dinâmica que se inclui no setor mais privilegiado do campo. Por isso, não se pode mais ficar na ideia de que a agricultura familiar representa a união dos pobres com proteção dos governos para enfrentar o chamado agronegócio (LANNON, 2015a).

Essas experiências [via crédito] vêm contribuindo para substituir uma visão de concorrência que existe atualmente entre os bancos e as cooperativas de crédito (BÚRIGO; *et al.*, 2006, p. 20, *grifo meu*).

O padrão produtivo que se mantém hegemônico dentro do Sistema CRESOL não decorre da opção individual de cada produtor ou mesmo da cooperativa, mas de uma lógica de acumulação que cada vez mais se financeiriza, apertando o cerco aos que não se enquadram (e também aos que se enquadram) a ela. Apesar da possibilidade de surgirem propostas de contraposição, de um lado, há por outro também o perigo de que elas venham a ser incorporadas pela lógica predominante, permanecendo dessa forma, a essência do sistema, porém com um verniz diferenciado: mais ecológico ou verde, mais humanizado, mais justo, etc.

Aliás, um ponto interessante nesta discussão, e que se mantém na nebulosidade e envolveu, em certa medida, os aspectos produtivos dos cooperados, foi a divisão que no âmbito da CRESOL e deu origem às duas centrais. Nesse terreno, tanto Búrigo (2006) e Schoröder (2005), principais estudiosos do Sistema, passam por alto, apresentando apenas que a incompatibilidade ideopolítica interna, para muito além da necessidade de uma divisão geográfica e gerencial em debate, fez com que houvesse a necessidade de um rompimento, que se fez da forma mais ponderada possível, através da formação das duas centrais (BÚRIGO, 2006). Esse ponto é realmente complexo<sup>127</sup>, pois envolvem, além da cooperativa, as principais organizações ligadas a ela, como os sindicatos, movimentos sociais e ambientais,

<sup>127</sup> [...] a constituição de formas inter-institucionais de fazer a luta política da agricultura familiar é *descontinuado* a partir da criação da FETRAF-Sul, já no início do século XXI, no contexto da *disputa da hegemonia com o sistema Cresol*. Esta disputa se fundamentava no questionamento feito pelo sistema Cresol à tradicional representatividade do sindicalismo, por considerá-lo incapaz de expressar um *projeto viável* para a agricultura familiar, na medida em que as cooperativas de crédito tinham uma maior inserção de base, enquanto o sindicalismo, com suas *propostas de reivindicação*, não mais motivava a população do campo no sentido de torná-la uma força capaz de *construir políticas públicas*. Tratava-se de mudar quem fala em nome da agricultura familiar perante a Sociedade e o Estado (ASSESOAR, pg. 9 -10, 2006 – *grifo meu*).

ONGs (Assesoar, principalmente), partidos políticos e governos, entre outros grupos, com suas particulares visões de mundo e estratégica e atuação política. Do ocorrido, parece que a parte liderada pela Central Baser demonstrou, muito mais que o grupo “radicalizante” vinculada à ala dos movimentos e sindicatos, uma capacidade adaptativa ao *modus operandi* vigente inigualável<sup>128</sup>.

Outro ponto relevante é a vinculação do Sistema CRESOL com a economia solidária (a qual chamamos de ECOSOL), sobre a qual já tecemos algumas considerações gerais no final do capítulo anterior, que se fortaleceu nos últimos anos (essencialmente depois do governo do PT em 2003), e vem se apresentando como uma alternativa ao atual modo de produção capitalista. Como não é objetivo deste estudo aprofundar questões mais controversas, como por exemplo, comércio justo, troca de mercadorias, moeda solidária, entre outros, nos dedicamos apenas a apresentar alguns posicionamentos centrais do movimento em geral, consubstanciado nos Fóruns Nacionais de Economia Solidária (FNES) e nas posições ideo-políticas de um dos seus intelectuais, o economista Paul Singer, que se tornou referência no debate da economia solidária no Brasil.

Sobre os encontros nacionais, quando verificamos os posicionamentos, fica clara a posição da ECOSOL como uma contraposição ao capitalismo, como demonstra os princípios e estratégias contidas na III Plenária Nacional de Economia Solidária, realizadas no ano de 2003:

A economia solidária busca reverter à lógica da espiral capitalista... [...]. A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista... [...]. A economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual. [...] a economia solidária constitui-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal [...]. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas ([WWW.FBES.ORG.BR](http://WWW.FBES.ORG.BR) – Acesso em jan. 2015).

No documento final do 5º encontro nacional de ECOSOL, do qual, assim como os anteriores, a CRESOL também se fez presente, lê-se no relatório final aprovado pelos participantes como bandeiras de luta, o seguinte:

---

<sup>128</sup> “A centralidade alcançada pelo Sistema Cresol na região o coloca no foco das atenções em relação às discussões sobre política de concessão de crédito. Para muitos dos agentes entrevistados, que se reconhecem como parte do sistema, o Cresol estaria se afastando dos objetivos para os quais foi criado ao reproduzir, em boa medida, a lógica do Banco do Brasil de preocupação com a sustentabilidade e rentabilidade financeira” (IBASE/EMATER, 2006, p. 94)

Na nossa V Plenária afirmamos que a Economia Solidária é um contraponto ao capitalismo. [...]. A discussão sobre o bem viver aos poucos se vai embrenhando no horizonte da economia solidária e remete à proposta de um projeto político alternativo ao capitalismo (RELATÓRIO da V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, pp. 28 e 37).

Apesar de não encontrarmos nos documentos da CRESOL ou nas falas de dirigentes, uma referência clara de posicionamento anticapitalista, isso pode ser deduzido dos movimentos e organizações de que faz parte<sup>129</sup>. Aliás, não verificamos que a cooperativa se coloque explicitamente dessa forma, mas como potencializador de projetos mais modestos e com potencial de efetivação, como apresenta em seus desafios que “O cooperativismo não é apenas um modelo empresarial interessante para as pessoas ganharem mais espaço no mercado capitalista, mas uma forma eficiente de incluir pessoas de menor poder aquisitivo em redes de convívio econômico e social” (INFOCOS, 2013b, p. 19).

A posição fundamental do Sistema CRESOL e seus objetivos seriam a inclusão social via inclusão financeira, fortalecimento da agricultura familiar, justiça social, e outras generalidades como desenvolvimento local/territorial e sustentável, democratização do crédito, emancipação de populações de baixa renda, combate a pobreza e transformação social, etc. (BÚRIGO, *et al*, 2006; INFOCOS, 2013b). O fundamental nesse envolvimento ou relação é que a economia solidária da cooperativa vem servindo para a manutenção e desenvolvimento dos produtores cooperados, não parecendo estar em seu horizonte, alterações no seu modo de produção e apropriação privada<sup>130</sup> nem de ampliação da união cooperativista.

Em contraste com a posição da CRESOL, o principal teórico e articulador/fundador da SENAES, Paul Singer (s/d), não vê nenhum problema em suas propostas de ECOSOL como construção de um “socialismo mais humano”, distinto tanto do capitalismo quanto, principalmente, do que chama “socialismo real”. Como um dos fundadores e militantes do

---

<sup>129</sup> “Singer (2009) classifica o sistema financeiro em três partes sendo, uma capitalista, outra estatal que também visa lucros e a última que pode ser chamada de social ou solidária, que não visa lucros, mas sim o atendimento das necessidades de um grupo excluído dos serviços financeiros pelas outras partes. Para o atendimento a essa massa excluída surge o Sistema Cresol” (SINGER, 2009 *apud* INFOCOS, 2013a, p. 73).

<sup>130</sup> Com base nos resultados referentes à participação dos cooperados nas assembleias, conhecimento do Regimento e do Estatuto da Cresol e principalmente sobre a maior importância que os cooperados atribuem à cooperativa, pode-se afirmar que estes vinculam-se à Cresol, fundamentalmente, para garantir sua reprodução enquanto agricultor e pelos resultados que esta proporciona. Ou seja, o que leva os associados a se vincularem à Cresol *Verê não é o interesse coletivo, mas a obtenção de ganhos e vantagens individuais* (PAGNONCELLI, IN: VOLLES, *et al*, 2010, p. 324 – *grifo meu*).

PT, partido que colocou a ECOSOL liderada por Singer em evidência, o mesmo é claro ao dizer que:

[...] o Partido dos Trabalhadores (PT), o maior partido do país e que é a matriz, juntamente com ONGs e movimentos sociais, deste processo de construção ideológica e política da economia solidária como alternativa viável ao capitalismo em sua atual fase neo-liberal (SINGER, s/d, p. 18).

Também vemos que Singer reúne na construção da sua concepção de alternativa via ECOSOL, com instituições que são explicitamente contrárias a algo que se possa denominar socialismo, como a Igreja Católica (baluarte de defesa da ordem vigente) e da Cáritas Brasileira. Além desse inestimável apoio, conta também com a atuação da CUT (através da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, criada em 1999), de militantes petistas dentro e fora do governo, incubadoras de cooperativas solidárias de universidades, ONGs, intelectuais e/ou pesquisadores, entre outros. Singer (s/d) vai ainda mais longe, renegando toda a experiência do socialismo, não vendo nela nada mais que ações desastrosas, tirando como lições para a construção da sua nova sociedade, de que é preciso manter os mesmos pilares do capitalismo (mercado, propriedade, democracia, etc.) no socialismo. Em suma, sua perspectiva de análise sugere um capitalismo sem os problemas que este apresenta, embora insista classificá-lo como distinto. Não é demais recordar os clássicos e ver que a ideia não é nova, a tônica do autor parece uma mescla daquilo que Marx e Engels (1997) chamaram de socialismo burguês e pequeno-burguês, que no fundo se propõe a “remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa” (MARX; ENGELS, 1997, p. 58).

Também é importante recordar que, o mesmo partido político do qual participa Singer (PT), promotor da expansão do movimento ECOSOL como um todo, é uma corrente forte dentro da CRESOL e de instituições (sindicatos rurais e movimentos sociais) parceiras, aliás, no ano de 2011, a Presidente da República Dilma Rousseff, fez o lançamento do Plano Safra 2011/2012 da agricultura familiar na cidade de Francisco Beltrão/PR, um dos berços do cooperativismo solidário da CRESOL. Relacionado a isso, importantes parlamentares petistas apoiadores do Sistema, como o Deputado Federal paranaense Assis M. do Couto (quatro vezes eleito – 2002, 2006, 2010 e 2014) e a Deputada Estadual (PR) Luciana G. Rafagnin (eleita em 2002, 2006 e 2010), contribuiram e apoiam na consolidação deste sistema cooperativo. Inclusive no ano de 2014, o ex-diretor da CRESOL, Vanderley Ziger<sup>131</sup>, também

---

<sup>131</sup> Vanderley Ziger foi vice-prefeito de Coronel Vivida/PR de 2001 a 2004. Diretor do Sistema CRESOL e presidente da ANCOSOL por três mandatos (06 anos). Em 2014, Ziger foi candidato a Deputado Estadual pelo

participou da disputa eleitoral pelo PT, recebendo expressiva votação, conquanto não tenha sido eleito, demonstrando a força do quadro social da cooperativa, quando a estratégia parece ser a de ocupar cada vez mais, representatividade dentro do parlamento, embora estejam ainda longe de constituir uma “bancada ruralista”, semelhante à constituída pelos produtores do agronegócio.

Com o crescimento da CRESOL, vários outros produtos, serviços, políticas, programas, etc. foram e vem sendo desenvolvidos para atender às novas exigências do quadro social. Trataremos brevemente sobre esses aspectos que, embora não sejam centrais, constituem um significativo rol de atividades que acabam agregando ao Sistema.

O primeiro deles é o cartão de crédito próprio<sup>132</sup> da CRESOL, que foi criado em 2006, para dinamizar ainda mais as relações de compra e venda no comércio em geral pelos associados, com rede credenciada e bandeira própria. Seu crescimento foi significativo, partindo de 950 usuários do cartão em 2006 para mais de 30 mil no ano de 2013. As vendas também apresentam significativas cifras, saindo de R\$ 0,40 milhão em 2006 para R\$ 74,3 milhões em 2013. Neste último ano, houve integração no sistema de cartões entre as duas centrais (CRESOL Baser – Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Rio de Janeiro e CRESOL Central – Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o que promoveu um aumento de mais de 10 mil estabelecimentos comerciais conveniados. Esse e outros tipos de iniciativas vêm gerando significativos retornos ao Sistema, como no ano de 2012, que reverteu às cooperativas, R\$ 1,3 milhão em receitas, e em 2013, mais de R\$ 2 milhões. O objetivo em médio prazo é o de aumentar ainda mais o número de cooperados usuários de cartões, facilitando o intercâmbio de mercadorias e gerando receitas.

De acordo com Relatórios de Atividades de 2008 e 2013, criou-se em 2008 o serviço de seguros da cooperativa, chamado CRESOL Seguros, que vem registrando números expressivos, como o salto de 3 mil para quase 10 mil apólices vendidas entre 2008 e 2010. Quanto ao volume de vendas (volume de vendas líquidas vendidas), saltou de R\$ 9,5 milhões para R\$ 23,9 milhões em 2013. Nos últimos anos também se criou a Campanha de Prêmios da

---

PT, recebendo um total de 28.064 votos, ficando na 69ª posição no estado e também como suplente ([www.eleicoes2014.com.br/vanderley-ziger/](http://www.eleicoes2014.com.br/vanderley-ziger/)). Acesso em jan. 2015.

<sup>132</sup> “O cartão Cresol surgiu em 2006 tornando a Cresol uma das únicas instituições brasileiras emissoras de cartões de crédito com uma rede de credenciadas e bandeira própria, sendo somente o serviço de processamento terceirizado. O cartão de crédito Cresol possui entre outras vantagens ter até 40 dias para pagar as compras, opções de parcelamento, e sem custo de anuidade para o cooperado” (GITTLER; CERETTA, 2013a, p. 266).

CRESOL, uma forma de premiar o aumento da relação entre cooperado e cooperativa, por meio da intensificação do uso dos produtos da cooperativa, do estímulo à poupança, à capitalização, ao uso do cartão de crédito e seguros, entre outros. O fomento através dessas campanhas proporciona ótimos retornos ao Sistema, visto que desperta no associado o interesse intensificar as relações comerciais para obter mais chances de ganho. Além de inúmeros eletrodomésticos e eletrônicos, os prêmios contam com motos, carros e tratores; a campanha de prêmios conta ainda com os seguintes parceiros: Liberty Seguros S.A. (subsidiária da marca internacional da companhia de seguros americana, o Grupo Liberty Mutual, entre as maiores seguradoras mundiais) MAPFRE Seguros (conglomerado multinacional de seguros espanhol) e a fabricante de máquinas e implementos agrícolas CNH – New Holland<sup>133</sup>.

Houve também a viabilização de importante programa habitacional para o qual “O Sistema conseguiu ter acesso aos recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), uma ação conjunta entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Fazenda, para o financiamento de moradias no meio rural” (SCHRÖDER, 2005, p. 141). Iniciando de maneira pequena, aos poucos foi se ampliando, chegando recentemente ao HABITASOL, vinculado ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (e também ao Programa Minha Casa, Minha Vida), que auxilia grandemente na construção de novas moradias entre os cooperados. Pelos seus últimos dados, temos o subsídio no valor de R\$ 28.500,00 aos beneficiários, retornando deste valor apenas 4% ou um total de R\$ 1.140,00 (pagos em 4 parcelas anuais de R\$ 285,00 cada)<sup>134</sup>. Os principais requisitos são que a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf – a função da DAP é atestar o enquadramento do beneficiário no Pronaf e no respectivo grupo) esteja atualizada e que a renda bruta anual familiar seja de no máximo de R\$ 15.000,00. Segundo Relatório de Atividades da CRESOL de 2012, a meta era alcançar em 2013, o financiamento de 8 mil unidades habitacionais.

Em relação aos programas implementados, temos o de *Gênero e Geração*, que por meio de várias atividades (cursos de geração de renda; produção de alimentos, artesanatos; lazer, gênero, saúde e educação) e também concessão de linhas específicas de acesso ao crédito, tem por objetivo estimular o maior envolvimento, principalmente de mulheres e jovens, nas atividades gerais da cooperativa, pois em geral são monopolizadas por homens. A

---

<sup>133</sup> Fonte: <[www.cresol.com.br/site/notindividual.php?id=NTM4](http://www.cresol.com.br/site/notindividual.php?id=NTM4)>. Acesso em jan. 2015.

<sup>134</sup> Fonte: <[www.cresol.com.br/site/upload/downloads/155.pdf](http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/155.pdf)>. Acesso em jan. 2015.

ideia central, além de elevar a participação desses dois segmentos, é de procurar meios para a continuidade da agricultura familiar, ou em outras palavras, estimular, principalmente nos jovens, a permanência na atividade agropecuária, garantir a sucessão da propriedade privada e conter a migração.

Outro programa é o chamado *Um Olhar Para o Futuro*, que criou através de parcerias com os governos municipais, o trabalho de fomento em alunos de 4º e 5º séries da rede pública da perspectiva do cooperativismo, sendo além deste último, trabalhadas temáticas como cooperação, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, etc. Segundo o Relatório de Atividades CRESOL, para o ano de 2013, existia a atuação do programa com um total de 6.638 alunos, em 217 escolas.

A cooperativa também desenvolve o programa dos *Agentes de Desenvolvimento e Crédito*, onde são os próprios cooperados (e não funcionários remunerados) que percorrem e se reúnem em suas comunidades para discutir questões do cooperativismo de crédito em geral e pela sua “proximidade geográfica e social, conseguem fiscalizar a utilização dos empréstimos, o que diminui sensivelmente o perigo moral” (ABRAMOVAY; RODRIGUEZ, s/d, p. 14) . Através dos agentes de crédito, se dá a viabilização do crédito, pois a eles cabem à confirmação do cadastro, o levantamento socioeconômico, a análise de dados, parecer etc., que se encaminha ao Comitê de Crédito<sup>135</sup>. Pode-se dizer que dessa forma, a CRESOL consegue atingir uma capilaridade muito grande (em 2013, eram 786 agentes trabalhando), não apenas reduzindo custos operacionais e levando informações, orientações e demandas da Central para cada cooperado, mas recebendo deste as dúvidas e necessidades. É também por meio desse programa, que a possibilidade (ainda que discutível) da participação, nas decisões e demandas e nas assembleias gerais, seja possível de efetivação conforme princípio cooperativo.

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é também de fundamental importância, visto ser um complemento indispensável para se alavancar a produtividade e levar conhecimento técnico ao produtor agropecuário. Na maioria das situações, o serviço de orientação e acompanhamento da assistência técnica é um dos critérios de concessão e/ou

---

<sup>135</sup>“A concessão de crédito é feita por um comitê, formado pela diretoria e conselho, e este comitê analisa o risco de crédito dos tomadores, com base nas informações fornecidas por agentes comunitários, agricultores escolhidos pela comunidade rural que têm como tarefa participar do processo de cadastramento dos cooperados, levantar as demandas e fazer a análise dos projetos encaminhados para as cooperativas” (ABRAMOVAY; RODRIGUEZ, s/d, p. 5).

manutenção do crédito (o acompanhamento técnico é obrigatório para se ter acesso ao seguro agrícola). O papel desenvolvido pela ATER também é majoritariamente reconhecido pelos agricultores, como fica evidenciado na percepção dos cooperados:

[...] com a visita do técnico é bem diferente, sentimos aumento na produção e na comercialização de cada variedade que plantamos em época certa, e o dinheiro da Cresol acaba rendendo mais, porque sabemos onde estamos investindo (CRESOL – RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2012, p. 40).

A assistência técnica é importantíssima para um bom trabalho no campo, a visão do técnico e a experiência do agricultor traz uma maior lucratividade na produção (CRESOL – RELATÓRIO DE ATIVIDADES. 2011, p. 40).

Deste modo, o sucesso produtivo está ancorado, em boa medida, a uma orientação técnica adequada aos cooperados que, antes da associação cooperativa, dificilmente teriam condições de tê-la, o que torna esse, mais um aspecto da vantagem para a atividade agropecuária em geral e para o produtor individual. Atualmente existem mais de 80 técnicos realizando o serviço de ATER na CRESOL, que se constitui, majoritariamente, de trabalho *in loco* (visitas/acompanhamento as propriedades dos cooperados), e de outros trabalhos internos. Segundo o Planejamento Estratégico Participativo (PEP) 2010-2015, consta que “A proposta futura é que a Cresol realize a liberação de recursos somente através de um projeto de aplicação do crédito e de acompanhamento técnico” (2010, p. 12).

A CRESOL, sabendo da importância da formação/educação cooperativista, e buscando reforçar seus pressupostos, criou em 2005 o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), destinado a formar, orientar e qualificar, sob diferentes modalidades, seu quadro social, funcional e gerencial. Ainda na perspectiva da formação profissional, ela constituiu, nos últimos anos, importantes relações de intercâmbio com universidades, promovendo a qualificação de diferentes segmentos, com diferentes objetivos dentro da cooperativa. Destacamos a parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão/PR), na implementação do curso de qualificação em *Gestão do Cooperativismo Solidário*, iniciado a partir de 2008. Outra parceria importante foi com a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), no ano de 2014, implementando o curso EAD em *Cooperativismo Solidário e Crédito Rural*, com duração de 24 meses. Para o ano de 2011, contava-se com 1.782 pessoas participando de algum curso ou programa de qualificação na CRESOL, nos mais diferentes níveis e funções, como por exemplo, conselheiros fiscais, conselhos de administração, pós-graduação, agentes comunitários de crédito, agentes jovens, entre outros (CRESOL –

RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2012). Esse contexto nos faz perceber, pelas temáticas tratadas, que a educação cooperativa (pós-graduação, principalmente da Unioeste, Unicentro e Unipar – curso de contabilidade cooperativa), está focada na perspectiva da competitividade, racionalização empresarial, modernos processos administrativos e contábeis, planejamento estratégico do mercado, entre outros aspectos que trabalham sob o fim último da competição e manutenção no mercado globalizado. Tais imperativos da realidade já levaram seus estudantes a compreender que, diante da inserção na desenfreada competição global, é possível haver “[...] uma transição ideológica das cooperativas, do conceito de gestão social, para o conceito de gestão estratégica, tornando-as mais funcionais, dentro de uma lógica imposta principalmente pelas regras atuais do mercado” (INFOCOS, 2013a, p. 342).

Um fator muito presente nas discussões, principalmente nos últimos anos, não só no âmbito da CRESOL, mas de várias outras organizações ligadas a chamada agricultura familiar, é o da migração rural, aliada à falta de perspectiva na sucessão familiar da propriedade. Como a maioria do quadro social é composta por pessoas acima dos 30 anos de idade, tal situação é vista como uma ameaça à continuidade do empreendimento (CRESOL – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2015).

Propondo-se a frear esse processo migratório e realizar a “permanência do agricultor no campo” (INFOCOS, 2013b, p. 28) ou como diz Pagnonceli (2009), sobre a unidade da CRESOL Verê/PR da qual faz parte, onde “através do repasse de créditos de custeio e de investimentos, está fornecendo condições para que os agricultores familiares associados permaneçam no meio rural” (p. 06). Até mesmo no estatuto desta unidade, está o compromisso em frear o êxodo rural, embora não seja por meio de papéis escritos que se resolva a questão. O fato é que nem o Sistema CRESOL ou mesmo o PRONAF parecem ter conseguido puxar a alavanca do freio migratório, pois os dados demonstram uma diminuição contínua da população rural, embora num ritmo mais lento que em períodos anteriores.

A partir da listagem dos municípios atendidos pela CRESOL, disponibilizada pelo site da instituição, os organizamos para saber quantos são, em que estados estão e qual o percentual correspondente a cada um deles. A maioria desses municípios é de pequeno porte, ou seja, com uma quantidade populacional até 20 mil habitantes ou entre 20 a 50 mil (BÚRIGO, 2006). Sistematizamos de acordo com a tabela a seguir:

**TABELA 23 – Municípios Abrangidos pela CRESOL, por Estado (UF) e Percentual em Relação ao Total – 2015.**

<b>ESTADO</b>	<b>Nº DE MUNICÍPIOS</b>	<b>PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL</b>
Paraná	121	58,7%
Santa Catarina	49	23,8%
Minas Gerais	14	6,8%
Espírito Santo	11	5,3%
Rondônia	08	3,9%
Rio de Janeiro	02	1,0%
São Paulo	01	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados organizados pelo autor em consulta no site da CRESOL, jan. 2015.

Para o estado do Paraná, realizamos um levantamento da evolução da população rural nos 121 municípios abrangidos pela CRESOL, para os anos de 1996, 2007 e 2010<sup>136</sup>. Deste modo, temos as seguintes situações verificadas:

- a) 90 municípios perderam população em todos os anos verificados (1996, 2007 e 2010), ou seja, 74,4% deles;
- b) 16 municípios, no conjunto dos anos (aqui pode ter havido pequena manutenção ou ligeiro crescimento em pelo menos um dos anos), perderam população, ou seja, 13,2% deles;
- c) 15 municípios tiveram aumento da população rural nos anos considerados, ou seja, 12,4% deles;

No conjunto total verificamos que a maioria dos municípios perderam, pelo menos em algum dos anos considerados (embora a grande maioria perdeu em todos), pessoas no meio

<sup>136</sup> Os dados foram extraídos através da Base de Dados do Estado do Paraná (BDE WEB), disponíveis no site: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em jan. 2015.

rural, ou seja, um total de 106 municípios ou 87,6% deles<sup>137</sup>. Essa migração representou a saída de mais de 276 mil pessoas do campo no período que vai de 1996 a 2010, número bastante expressivo, pois a maioria das cidades é de pequeno porte. São os estados do Paraná e Santa Catarina, possuidores do maior número de unidades da cooperativa (chegando-se ao percentual de 82,5% das referidas unidades), quando realizado a pesquisa da evolução populacional, veremos que os mesmos passaram a apresentaram queda na população rural a partir da década de 1980. No Paraná, saltou-se de um grau de urbanização de 73,3% em 1991, para 85,3% no ano de 2010; enquanto que no estado catarinense, o mesmo processo foi um salto de 70,6% para 83,9% no mesmo período, os dois estados com percentuais de crescimento acima de 10%<sup>138</sup>.

Estes dados se opõem à tese de Pagnonceli (2009) e à propaganda da CRESOL, pois mesmo tendo um papel importante, o crédito rural, por si só, não foi ou será suficiente para manter as pessoas no campo (se for este o objetivo), principalmente quando se trata da parcela jovem dessa população. A tendência é para que o grau de urbanização continue a crescer, na maioria dos municípios, enquanto que em poucos deles, em geral onde há maiores oportunidades de empregos industriais, comerciais, serviços ou ofertas de educação (principalmente técnico e superior), vá se concentrando população.

### 3.4. – SÍNTESE DO CAPÍTULO III

Como síntese deste capítulo, é importante extrairmos os principais elementos dinamizadores da gênese do Sistema CRESOL, como a forma de ocupação regional, a conjuntura local e nacional (avanço da produção capitalista no agro; crise geral do Estado e sua incapacidade em continuar financiando o setor agrícola; abertura comercial e competição com grandes grupos, entre outros). Além disso, existe uma atuação regional forte das organizações ligadas aos pequenos produtores rurais, o fomento de experiências de auxílio mútuo (crédito rotativo) e possibilidades de dinamização dessa produção. Embora houvesse a proposta/projeto muito incisivos de um modelo agrícola e agrário diferente, defendidos

---

<sup>137</sup> Os cinco municípios que mais perderam população rural foram os seguintes: Canta Galo (-14.332); Pitanga (-13.738); Guarapuava (-8.643); Ivaiporã (-8.189) e Nova Laranjeiras (-7.927). Os cinco municípios que mais aumentaram sua população rural foram os seguintes: Rebouças (+2.219); Cascavel (+1.896); São João do Triunfo (+882); Tamarana (+855) e Rio Branco do Sul (+794).

<sup>138</sup> Fonte: <[www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse)>. Acesso em: jan. 2015.

principalmente pela ASSESOAR e outros movimentos, o que prevaleceu foi a lógica do pequeno capital.

Procuramos destacar que, nesse terreno em que atua o cooperado CRESOL, também estão presente os grandes trustes nacionais e internacionais, controlando, majoritariamente, os setores mais importantes e dinâmicos da cadeia produtiva e comercial do agro. Além de tudo, a ênfase recai sobre a dependência dessa classe de produtores, do capital financeiro, que cada vez mais o atrela em cada novo ciclo reprodutivo. Vinculada a isso está à dependência da intervenção do Estado – assim como de outros setores da produção capitalista (grandes ou pequenos) – via uma série de políticas (fiscais, créditos, tributárias, etc.) e medidas (subsídios, doações, isenções, etc.), na garantia dos seus interesses. Como a sustentação do aparelho de Estado vem da classe trabalhadora (do ponto de vista produtivo), entendemos que surge aí um complicador quando se apresenta a manutenção de qualquer política de classe (produção capitalista – geração de mais-valia) como do interesse geral.

Outro ponto que vai se delineando ao longo deste capítulo, é que os diversos aspectos em que a CRESOL apresenta crescimento (repasse de crédito, poupança, quadro social, vendas, patrimônio, novos produtos e serviços, etc.) decorrem de sua capacidade de adaptação ao modo de produção vigente, que certamente tem proporcionado índices positivos no desenvolvimento regional através do seu crédito solidário. No entanto, longe de fomentar “uma outra lógica de produção”, o que percebemos é o aprofundamento do mesmo padrão. Padrão esse que, como lembra Kautsky (1986), não pode ser a tábua de salvação para todos os pequenos produtores, que cada vez mais devem aprofundar seu padrão de acumulação, essa é a insistência de Buainain (2014) e Cechin (2014). O que vem se colocando como desafio e daí decorre a contradição, é combinar capacidade de fomentar os pequenos agricultores familiares diante da dinâmica monopolista do mercado global e de ter um suporte permanente da política de Estado. A crítica de setores da agricultura familiar ao agronegócio fica cada vez mais difícil, já que quanto mais tenta permanecer no mercado mais se assemelha ao “adversário”, quanto mais se insere no capital financeiro mais adota suas estratégias, a contestação sede lugar ao complemento, aos espaços, função e lugar de cada setor capitalista na produção de mercadorias. Isso nos leva a questionar a chamada economia solidária, que nos parece, no caso da CRESOL, ser muito mais uma forma de marca ou *slogan* com que se apresenta socialmente. A prudência institucional em não ligar-se muito com a ala “radical” desse movimento decorre justamente da percepção de que ambas, realidade e discurso, acabam por se contradizer. Deste modo, tal conceito é um tanto resignificado no âmbito da cooperativa,

mas apresentado quando convém, pois ao mesmo tempo em que reivindica interesses corporativos, vende a imagem de algo diferenciado, pequeno, justo, sustentável, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição central desse trabalho foi a de realizar uma crítica ao chamado cooperativismo de crédito solidário (CRESOL), procurando demonstrar que o mesmo não se diferencia, em essência, da atuação dos demais bancos e complexos cooperativos “não solidários” e/ou até mesmo dos grandes segmentos empresariais. A atuação de viés solidário procura focar-se num nicho/fatia específico(a) de mercado, ou seja, a agricultura familiar, que nada mais é que uma fração da pequena burguesia rural. Sobre ação cooperativa, destacamos os aspectos desempenhados pela mesma na agropecuária, de maneira a apontar sua importante contribuição a segmentos de produtores rurais que de outro modo, ou seja, pelo seu isolamento frente às condições atuais do capitalismo no agro (majoritariamente oligopolista e financeirizado, principalmente a partir da década de 1970), provavelmente não teriam possibilidades de permanecer na atividade. Apesar da sua importância econômica e social, o maior poder do cooperativismo de crédito é o de como corretivo das distorções do sistema capitalista e atuar como mecanismo privilegiado no processo de aprofundamento da centralização econômica na concorrência dos grandes complexos do *agrobusiness*.

Dos aspectos que consideramos fundamentais da CRESOL, está a sua contribuição para o desenvolvimento dos agricultores familiares e conseqüentemente do conjunto da agropecuária (com destaque para o Sul, região de origem e de maior consolidação até o momento) e dos municípios onde atuam, pois os municípios de cooperação apresentam em geral, melhores índices de desenvolvimento que os não cooperados (Cechin, 2014). Isso se dá na medida em que possibilitam que os produtores cooperados adquiram tecnologias, diversos produtos agropecuários, serviços de orientação, etc. que antes isoladamente não teriam condições de conseguir, em razão do grande dispêndio de dinheiro e pelo não cumprimento das exigências bancárias e financeiras, neste ponto além da melhoria das condições de vida (habitação, seguros, transporte, etc.) e trabalho (insumos, equipamentos e máquinas, etc.), destacamos também a elevação na produção e produtividade geral dos fatores (terra, trabalho e capital).

De certo modo, a cooperativização também auxilia no acesso dos cooperados, e indiretamente outros produtores, as demais políticas públicas, voltadas não só para o rural e a dinamização da produção, mas para a educação, transporte, comunicação e informatização, agroindustrialização e agregação de valor a produção e geração de renda e empregos, lazer e

esporte, entre outros. Outro ponto também é o fomento dos empreendimentos que ofertam uma variedade maior de produtos agrícolas, silvícolas e hortifrutigranjeiros, principalmente para as escolas e outras instituições públicas, através de programas específicos (PNAE, por exemplo); também a tentativa de envolvimento maior de segmentos do meio rural, em geral marginalizados, como as mulheres e os jovens. Além disso, consideramos que as parcerias com outras instituições, ONGs e movimentos (sociais e sindicais) levam, de uma maneira ou de outra, a uma participação sociopolítica maior da população cooperada, seja nas assembleias, discussões e debates, fóruns e também de qualificação profissional e educacional.

Na ideia inicial da pesquisa, ao adentrar na temática do cooperativismo no sistema capitalista e socialista, não procurávamos apenas ressaltar as diferenças que acabaram adquirindo a cooperação em cada um dos sistemas socioeconômicos, fator importante e que tende em geral a se escamotear a experiência socialista, mas também poder abordar as principais mudanças que o mesmo veio sofrendo ao longo do tempo. Dessa última perspectiva, é fundamental destacar que é preciso, para se compreender melhor o objeto, investigar as cooperativas e seus movimentos ao longo dos tempos, de acordo com o contexto ou a conjuntura em que estavam (e estão) inseridas, além dos diferentes sujeitos (classes ou suas frações) e interesses que perpassaram aquele período histórico. Poderíamos dividir, mesmo que arbitrariamente, essa historicidade em quatro grandes momentos.

O primeiro remete ao contexto e a função social que objetivava cumprir a cooperativização sob o capitalismo concorrencial (primeiras iniciativas dos socialistas utópicos; pioneiros de Rochdale; iniciativas entre pequenos produtores alemães, entre outras experiências europeias e americanas), as discussões, disputas e dissensões com o movimento sindical, a política revolucionária e também com o reformismo social. O segundo contexto, seria o que inaugura a URSS e mais tarde também a China e outros países, configurando a associação cooperativa como instrumento mais apropriado para a elevação inicial da situação social geral e produtiva, e, ao mesmo tempo, mecanismo de transição ao socialismo. O terceiro momento contempla a cooperação sob o capitalismo monopolista (sob os quais ainda permanece), com seus aspectos centrais dominados pelos grandes conglomerados, empresariais e cooperativos. O quarto momento seria o amplo e diverso contexto brasileiro, onde o cooperativismo incorporou as condições do desenvolvimento tardio e dependente do próprio país. Dentro deste último, é preciso considerar as diferentes regiões e contextos, com o destaque para o incipiente desenvolvimento nacional antes de 1940, o período ditatorial,

crises na década de 1990 e a abertura econômica neoliberal, e mais recentemente, com o governo do PT, ciclo de crescimento econômico, entre outros.

Temos como hipótese fundamental, a ideia de que o desenvolvimento proporcionado pela CRESOL aprofunda o padrão capitalista para a classe que representa, e que sua atuação, ao contrário do propagado, segue na direção do fortalecimento da economia privada. Embora vejamos que este modelo, dentro de seus limites, proporcione também certa socialização, algo semelhante ao apontado por Marx (1996) no caso das sociedades anônimas, além do que a cooperativização signifique um fator de progresso dentro do capitalismo (DMITRENKO; MOROZOV; POGUDINE, 1983). Nesse sentido, a discussão de diferentes organizações cooperativas, em seus respectivos contextos socioeconômicos e espaciais, insiste em vir à tona também pelo fato de que, direta ou indiretamente, o cooperativismo da CRESOL vem se expandindo dentro das condições estabelecidas, buscando, além de se fortalecer enquanto classe (pequena burguesia), apresentar seu projeto societário como de interesse geral. Sua vinculação, quer seja por estratégia ou por engajamento político, num movimento que em geral aspira à transformação do sistema capitalista e se coloca como “alternativa” e ferramenta de inclusão social via mecanismo financeiro, avalizado pelo Estado burguês, nos obriga a tentar capturar a essência das experiências socialistas (principalmente as da URSS e China, desdenhadas pela ECOSOL) e comparar com as atuais, guardando suas diversas especificidades.

Identificamos como linhas e contradições centrais da CRESOL, o parco enfrentamento institucional e de classe, o respeito às regras estabelecidas pelo mercado e a busca por maior espaço e fortalecimento enquanto classe social. Exemplos disso são críticas ao individualismo e a competição, embora haja próprio interior da cooperativa a propriedade privada e a produção individualizada, e por outro lado, a competição como *contidio sine qua non* para a sobrevivência no mercado, ou seja, competição tanto com grandes produtores quanto com seus iguais (agricultores familiares), cooperados ou não. Há fortes críticas à legislação cooperativa existente e proposição de uma nova, pois segundo a CRESOL, a legislação em vigor (Lei nº 5.764 de 1971 e outras) só reforçaria os preceitos do cooperativismo empresarial, além da luta pelo acesso aos recursos do cooperativismo tradicional, como por exemplo, o SESCOOP – (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) e o DENACOOP – (Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural). Reivindica-se autonomia da gestão através de novos mecanismos de capitalização, ou seja, ampliação dos clientes e oferta de produtos e serviços que extrapolem o âmbito do seu público alvo mais

imediatamente. Fim da chamada tutela do Estado e maior autonomia, embora a todo o momento cobrem maior incentivo, recursos, regulações legislativas e de mercado (financeiro, produção, comercialização, etc.), políticas públicas específicas, e assim desta forma, nos mesmos moldes de qualquer empresariado, aspiram redução e simplificação tributária, contábil e fiscal (excesso de tributos), solicitam também a desoneração tributária das cooperativas, transferindo-as aos cooperados ou aos consumidores. Além disso, em nosso ponto de vista, a expansão estratégica da cooperativa (presente no Planejamento Estratégico Participativo 2010-2015 da CRESOL) para municípios pequenos e com predomínio de economia agropecuária, com percentual significativo de pequenos agricultores, se dá como um mecanismo de garantia de fatias/nichos dos mercados agropecuário e financeiro.

No comando dessa lógica econômica, em que se encontra emaranhado também o associado da CRESOL, está o capital financeiro se apropria da forma cooperativa, fazendo com que o produtor quebre o seu isolamento e constitua cada vez mais a socialização da produção, via divisão social do trabalho, ou seja, a produção do cooperado/agricultor não depende mais apenas de si, como talvez dependesse tempos atrás, hoje, além da necessidade do financiamento (capital-dinheiro) que ele consegue via cooperativa, necessita dos produtos da grande indústria monopolizada, da ATER, dos canais de comercialização, das vias de transporte e comunicação, da interface política com instituições e Estado, do conhecimento do mercado (mercado futuro, preços, juros, etc.) e das especificidades da agropecuária, das outras políticas e programas complementares, acesso as tecnologias e conhecimento, entre tantas outras questões. E neste complexo todo, depende de um conjunto articulado e múltiplo de trabalhadores e gestores para poder permanecer no mercado, desta maneira, não existem mais possibilidades de isolamento, independência ou autonomia, etc., mas uma socialização da produção e divisão do trabalho cada vez maior, além da necessidade de aumento da produção e produtividade dos fatores e da integração nas complexas cadeias produtivas e circuitos financeiros. Essa situação de avanço dos grandes grupos forçou, mais do que em outro período no país, a que a organização da pequena burguesia rural encontrasse meios de permanecer sobrevivendo economicamente e esta se processou, essencialmente, pela centralização econômica via cooperativização.

Seguindo nesse raciocínio, entendemos a organização cooperativa da CRESOL, como uma organização que centraliza o pequeno capital disperso de milhares de produtores rurais, e lhes possibilita, na medida em que não é a “falta da confiança” (ou talvez essa decorra justamente da falta ou pequena garantia que dispõe o pequeno produtor), mas sim a

carência de capital ou meios de produção que em geral, inviabiliza ou restringe o acesso dos mesmos aos recursos do sistema bancário. O predominante no quadro social cooperado, é de produtores rurais que objetivam sua reprodução ampliada, ou em outras palavras, objetivam da sua produção agropecuária obter mais dinheiro do que a quantidade que adquiriram através do crédito (podemos usar o esquema elaborado por Marx (1996a):  $D - M - D'$  – Dinheiro - Mercadoria - + Dinheiro), já que é necessário não apenas quitar o financiamento, mas adquirir outras mercadorias com o excedente (apesar de poder existir outras atividades, em geral predomina uma que lhe dá maior retorno nas vendas), remunerar o trabalho, adquirir equipamentos, pagar impostos, acesso a lazer, etc. A reprodução simples dos produtores, a qual se pode exemplificar através da fórmula  $M - D - M'$  (Mercadoria – Dinheiro - Mercadoria), que pressupõe o objetivo geral da produção na troca de mercadorias tendo o dinheiro como simples intermediário ou não mais existe ou é marginal, a centralidade da produção de mercadorias é a obtenção de mais dinheiro/lucro (GONÇALVES, 2004). Essa lógica, centrada no apoio do Estado, proporciona não apenas um retorno aos produtores privados rurais, como também aos demais setores da cadeia produtiva (a montante e a jusante). A cooperativa viabiliza o crédito como uma forma de adiantamento ao produtor para que efetue o ciclo produtivo, é uma forma de concessão a prazo, pois se sabe que o tomador do empréstimo irá quitar a sua dívida (aval solidário ou conjunto dos cooperados), já que tendo o pequeno tomador individual pouco acesso ao sistema bancário tradicional, a cooperativa se coloca como uma forma de avalista para que o agricultor produza, e assim, realizado o ciclo da sua produção, ele irá quitar sua dívida junto à cooperativa, possibilitando não apenas nova produção futura, mas a dos outros associados.

Outro aspecto fundamental a se levar em conta é o de conceber, qual é o papel do país na divisão internacional do trabalho, ou em que medida essa dinâmica do cooperativismo de crédito, se relaciona com a dinâmica socioeconômica mais geral na contemporaneidade e com a posição do país internacionalmente. Atualmente, se destaca o protagonismo do Brasil na produção agropecuária e o papel dessa produção como estratégia de crescimento no mercado mundial, na perspectiva de aumento da demanda, que pode ser fortalecida, como se vem tentando, através da aliança entre blocos econômicos (como por exemplo, os BRICS – bloco econômico formado atualmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). No entanto, o fato de se colocar numa posição importante no que trata da produção agropecuária, não quer dizer que já não haja fortes concorrentes a nível mundial, mas muito pelo contrário e um outro ponto, seria o de não naturalizar essa posição. Considerações como esta última são

necessárias, pois, recentemente diversas organizações vêm pautando essa questão, exemplos disso são a posição do Brasil na FAO, além da ONU eleger ou homenagear, nada despretensiosamente, o ano de 2012 como o ano do cooperativismo e o ano de 2014 como o da agricultura familiar. Tais posicionamentos de organismos internacionais, que são em grande medida controladas pelos países capitalistas centrais, parecem intencionar um reforço/aprofundamento tanto do padrão de desenvolvimento quanto a posição e/ou papel dos demais países, ou mesmo, a de desqualificar o que vem dando certo (produção agropecuária nacional, por exemplo), como forma de exercer domínio hegemônico/imperialista neste setor.

Entendemos que há uma tendência de expansão da CRESOL, já que existe na agropecuária brasileira um grande contingente de produtores não incorporados nem nas políticas de crédito oficial nem em organizações cooperativas, localizadas principalmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Essa mudança pode ocorrer devido ao fortalecimento da CRESOL junto ao BNDES, ou mesmo de sua capacidade enquanto complexo cooperativo, se isto for de interesse do investimento capitalista ou da estratégia da política brasileira. Talvez os principais obstáculos à expansão e fortalecimento do cooperativismo, em nosso ponto de vista, sejam em relação à inserção brasileira na economia mundial e suas vicissitudes (externa) e as de ordem da política nacional, em especial na luta de classes e no controle do aparelho de Estado (interna). Enquanto a posição brasileira na divisão mundial do trabalho permanecer, centrada na produção agropecuária (produtor de alimentos, matérias primas, etc.), o estudo e a análise do desenvolvimento do capitalismo no agro, da questão agrária e das lutas de classes no campo, permanecerão também de fundamental importância, um tema sempre em atualização.

Outro ponto importante neste estudo cooperativo está na tentativa de identificar as diversas relações que ela (CRESOL) mantém com as várias organizações e sujeitos, com a infraestrutura (economia, relações e modo de produção, etc.) e a superestrutura (política, direito, ideologia, etc.), não só a nível nacional quanto internacional, além da contextualização espacial e conjuntural. De todo esse complexo de situações, contextos, interesses e sujeitos envolvidos, acreditamos que é imprescindível se levar em conta, necessariamente, além de outros, os seguintes aspectos: **a)** considerar as classes sociais fundamentais em movimento e conflito (burguesia, operariado, e, neste caso, a pequena burguesia rural); **b)** identificar qual a função social que o cooperativismo desempenha neste contexto e também nos demais (anteriores e de outros lugares); **c)** o movimento e/ou a mudança dialética deste tipo de iniciativa e não apenas em suas variáveis políticas e econômicas; **d)** a conjuntura sociopolítica

e as relações sociais; **e**) a formação social e demais componentes gerais que compõem um dado espaço (país, região, etc.); **f**) a divisão internacional do trabalho e o grau de desenvolvimento das forças produtivas; **g**) o espaço, competição e a estrutura do mercado, a produção de mercadorias e a lógica geral do sistema econômico vigente.

Por fim, compreendemos que o cooperativismo solidário da CRESOL, é claro em relação a classe social que representa, ou seja, a pequena burguesia rural e dentro dela um segmento de produtores mais dinâmicos que, em razão de diversas políticas públicas (principalmente crédito rural e políticas de comercialização), vem conseguindo manter-se no mercado com suas características produtivas específicas. Isso nos leva a compreender que, das diversas classes e suas frações presentes no agro brasileiro, a CRESOL se consolida e avança em um delas, construindo também um nicho específico de mercado que, pelo menos neste momento, não parece se contrapor nem ao modo de estruturação do sistema nem aos demais bancos. E se apresenta cumprindo sua função social, no que diz respeito principalmente aos segmentos de produtores mais consolidados das regiões Sul e Sudeste, na constituição do novo padrão de acumulação no agro (BUAINAIN, 2014), ou em outras palavras, ajuda a consolidar um segmento de produtores com relativa inserção no mercado e que tendem a demandar cada vez mais investimentos em capital. Estes segmentos melhor atendidos pela CRESOL, na medida em que se aprofunda a racionalização, concentração e financeirização da produção e o poder dos grandes conglomerados/produtores (nacionais e internacionais), terão também que seguir na sua consolidação enquanto grande associação empresarial, fortalecendo a cooperação/intercooperação para sobreviverem economicamente na atividade agropecuária.

O discurso de inclusão social via inserção financeira, tão propagandeada pela cooperativa, serve muito mais, a nosso ver, para reforçar a necessidade do subsídio a este segmento de produtores, residindo à importância da chamada agricultura familiar muito mais no seu peso social do que produtivo (CAMPOS; NAVARRO, 2013; SANDRONI, 1980). A encruzilhada que se coloca ao segmento da agricultura familiar está em seu papel político, nos conflitos de classes dentro e fora do agro e no aprofundamento da relação com o grande capital, em especial com o financeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; BITTENCOURT, G. A. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar**: o Sistema Cresol. Uberlândia: Economia Ensaios, v. 16, n. 1, pp. 179-207, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. IN: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- ABRAMOVAY, R.; RODRIGUEZ, R. A. **Cooperativismo de crédito para a agricultura familiar**: o caso do sistema cresol. s/d.
- ALVES, E.; ROCHA, D. de. P. **Ganhar tempo é possível?** IN: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. pp. 275-290.
- ARAÚJO, S. M. P. de. **Eles**: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba/PR: Projeto, 1982. 215 p.
- ARBAGE, A. P. **Economia rural**: conceitos básicos e aplicações. Chapecó/SC: Argos, 2003. 303 p.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 111 p.
- ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Assesoar**: referências e impactos: um olhar sobre a década de 90 do século XX. Francisco Beltrão/PR: ASSESOAR, 2006.
- BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 263 p. (Os Economistas).
- BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. (Org.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul (1957- 84)**. 2. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 297 p.
- BENETTI, M. D. **As relações entre estado e cooperativismo**: análise do período 1933-37. IN: BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. (Org.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul (1957- 84)**. 2. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 297 p.
- BETTELHEIM, C. **A luta de classes na união soviética**: primeiro período (1917-1923). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 480 p.
- BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de crédito solidário**: constituição e funcionamento. Brasília: MDA/NEAD, 2001.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente), Unicamp, Campinas, 2003.

BRAGAGNOLO, C.; PITELLI, M. M.; MORAES, M. A. F. D. **Concentração e poder de mercado na indústria brasileira de tratores.** São Paulo: Revista de Economia e Administração, v. 9, n. 4, p. 427-455, out./dez. 2010.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?** IN: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. 264 p.

BUAINAIN, A. M.; *et al*, (Org.). **O mundo rural do Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília/DF: EMBRAPA, 2014. 1182 p.

BULGARELLI, W. **Tratado geral de crédito cooperativo.** Vol. I. Instituto Superior de Pesquisas e Estudos de Cooperativismo. 1962.

BULGARELLI, W. **Tratado geral de crédito cooperativo.** Vol. II. Instituto Superior de Pesquisas e Estudos de Cooperativismo. 1965.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** Tese (Doutorado em Sociologia Política). UFSC, Florianópolis/SC, 2006.

BÚRIGO, F. L. *et al*. **O processo de constituição de cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil.** Brasília: MDA/SDT, 2006.

CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. 264 p.

CASTRO, L. H. **Cooperativa de crédito.** Brasília: SEBRAE, 2009. 48 p. (Série Empreendimentos Coletivos).

CASTRO, A.; OLIVEIRA, I. C. **Lei complementar nº 130/2009: inovações e benefícios ao segmento do cooperativismo de crédito.** IN: VOLLES, A. *et. al*. (Org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário.** Francisco Beltrão/PR: INFOCOS / CRESOL Baser, 2010.

CAZELLA, A. A.; BERRIET-SOLLIEC, M. **O papel das cooperativas de crédito na territorialização das políticas de apoio à agricultura familiar: o caso do movimento cooperativo no estado de Santa Catarina – SC.** Florianópolis/SC: Revista Geosul, v. 25, n. 50, p. 83-106, jul./dez. 2010.

CECHIN, A. **Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos: limites e perspectivas.** IN: BUAINAIN, A. M.; *et al*, (Org.). **O mundo rural do Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília/DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

COGGIOLA, O. **Os inícios das organizações dos trabalhadores.** Marília/SP: Aurora, Ano IV, n. 6, ago. 2010.

CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

CRESOL. **Revista Cresol.** Cascavel/PR: Gráfica Tuicial, mar. 2005.

CRESOL. **Revista 10 anos de Cresol.** Cascavel/PR: Gráfica Tuicial, mar. 2006.

CRESOL. **Revista Cresol.** Erechim/RS: Gráfica Carpe Dien, mar. 2007.

CRESOL. **Relatório de atividades e balanço social 2008.** Francisco Beltrão/PR: CRESOL Baser, 2009.

CRESOL. **Relatório de atividades e balanço social 2009.** Francisco Beltrão/PR: CRESOL Baser, 2010.

CRESOL. **Relatório de atividades e balanço social 2010.** Francisco Beltrão/PR: CRESOL Baser, 2011.

CRESOL. **Relatório de atividades e balanço social 2011.** Francisco Beltrão/PR: CRESOL Baser, 2012.

CRESOL. **Relatório de atividades e balanço social 2012.** Francisco Beltrão/PR: CRESOL Baser, 2013.

CRESOL. **Relatório de atividades e balanço social 2013.** Francisco Beltrão/PR: CRESOL Baser, 2014.

CRESOL/UNICAFES. **Encontro do cooperativismo solidário e da agricultura familiar.** Documento Síntese do Encontro. Francisco Beltrão/PR: 2010.

CRESOL. **Revista Cresol 15 anos.** Francisco Beltrão/PR: Gráfica Grafisul, ago./set. 2010.

CRESOL. **Planejamento estratégico participativo 2010 – 2015.** Francisco Beltrão: CRESOL Baser, 2010.

DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. **PRONAF:** uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. Rio de Janeiro: Revista BNDES, n. 35, p. 131-168, jun. 2011.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira.** 320 f. Tese (Doutorado em Economia e Planejamento). UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1984.

DEMOUSTIER, D. **A economia social e solidária:** um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DMITRENKO, V. P.; MOROZOV, L. F.; POGUDINE, V. I. **O partido e o cooperativismo: política dos comunistas e do estado soviético no movimento cooperativista.** Moscovo: Edições Progresso, 1983. 180 p.

DUARTE, L. M. G. **Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: L&PM / ANPOCS, 1986. 96 p.

ENGELS, F. **Contribuição ao problema da habitação.** IN: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos – Vol. II.** São Paulo: Edições Sociais, 1976.

ENGELS, F. **La situación de la clase obrera en Inglaterra.** Moscu: Progreso, 1980a.

ENGELS, F. **Del socialismo utópico al socialismo científico.** IN: MARX, C.; ENGELS, F. **Obras escogidas.** Tomo III. Moscú: Edición Progreso, 1980b.

ENGELS, F. **A questão camponesa em França e na Alemanha.** Lisboa: Editorial Avante! – Moscovo: Edições Progresso, 1982.

ENGELS, F. **A marca.** São Paulo: Revista Crítica Marxista, pp. 147-163, 2006.

FERNANDES, E.; GUIMARÃES, B. de A.; MATHEUS, R. R. **Principais empresas e grupos brasileiros do setor de fertilizantes.** Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 29, p. 203-228, mar. 2009.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 1983. 152 p.

FLORES, E. L. **Industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Unioeste, Francisco Beltrão/PR, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Quem produz o que no campo: quanto e onde.** Brasília: CNA / FGV, 2004. 164 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Quem produz o que no campo: quanto e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões.** Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2010.

GERMER, C. M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito: o dinheiro segundo Marx.** Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP, Campinas, 1995.

GERMER, C. M. **Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90.** IN: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a. 322 p.

GERMER, C. M. **A “economia solidária”:** uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Revista Outubro, nº 14, pp. 193-214, 2006.

GERMER, C. M. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social.** Campinas/Unicamp: Revista Crítica Marxista, n. 29, p. 75-95, 2009.

GERMER, C. M. **O capital bancário e a relação indústria-bancos na teoria de Marx.** Porto Alegre/RS: Análise Econômica, Ano 28, n. 53, p. 129-158, mar. 2010.

GERMER, C. M. **A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola.** IN: **Revista Geografia Econômica – Dossiê Questão Agrária e Agricultura.** n° 4, p. 107-131, Florianópolis, 2012.

GITTLER, A.; CERETTA, G. F. **Motivos de resistência no uso do cartão de crédito pelos cooperados da Cresol Francisco Beltrão – PR.** IN: INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Cooperativismo solidário: análise das experiências do Sistema Cresol como ferramenta de inclusão social.** INFOCOS – Francisco Beltrão: Grafisul, 2013a. 546 p.

GÓLIKOV, V. A. **A cooperativização da agricultura na URSS.** Moscovo: Edições Progresso, 1976.184 p.

GOMES, I. Z. **1957: A revolta dos posseiros.** Curitiba/PR: Criar Edições, 1987. 121 p.

GONÇALVES, J. S. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura.** São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1987.

GONÇALVES, J. S.; VEGRO, C. L. R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC).** São Paulo: *Agricultura em São Paulo*, pp. 57-87, 1994.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira.** São Paulo: CSPA/SAA, 1999. 373 p.

GONÇALVES, J. S. **Crise agrária no desenvolvimento capitalista: fugindo da aparência na busca da essência.** São Paulo: *Informações Econômicas*, v. 33, n. 11, pp. 61-87, 2003.

GONÇALVES, J. S. **Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas.** São Paulo: *Informações Econômicas*, v. 34, n. 7, 2004.

GONÇALVES, J. S. **Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios.** São Paulo: *Informações Econômicas*, v. 35, n. 4, pp. 07-36, abr. 2005.

GÚROV, P.; GONCHAROV, A. **La política agraria leninista.** Moscu: Editorial Progreso, 1977. 212 p.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346 p. (Os Economistas).

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 1984. 432 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório Pronaf: resultados da etapa Paraná.** Rio de Janeiro: IBASE/ Paraná: EMATER, 2006.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Cooperativismo solidário**: análise das experiências do Sistema Cresol como ferramenta de inclusão social. INFOCOS – Francisco Beltrão: Grafisul, 2013a. 546 p.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Cooperativa escola**: integração para novos colaboradores. INFOCOS – Francisco Beltrão: Grafisul, 2013b.

JABBOUR, E. M. K. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 401 p. (Os Economistas).

LANNOY, C. de. **Bairro Congo**: um centro cooperativista. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, nov. 2014. Disponível em: <[www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/novembro/2014/1](http://www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/novembro/2014/1)>. Acesso em: fev. 2015.

LANNOY, C. de. **Da agricultura familiar para o desenvolvimento rural**. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, jan. 2015a. Disponível em: <[www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/janeiro/2015/1](http://www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/janeiro/2015/1)>. Acesso em: fev. 2015

LANNOY, C. de. **Dilemas do sistema Cresol**. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, fev. 2015b. Disponível em: <[www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/fevereiro/2015/2](http://www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/fevereiro/2015/2)>. Acesso em: fev. 2015

LANNOY, C. de. **Dilemas e desafios do sistema Cresol (2)**. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, fev. 2015c. Disponível em: <[www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/fevereiro/2015/1](http://www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/fevereiro/2015/1)>. Acesso em: fev. 2015

LANNOY, C. de. **Dilemas e desafios do sistema Cresol (7)**. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, jun. 2015d. Disponível em: <[www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/junho/2015/1](http://www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-christophe/junho/2015/1)>. Acesso em: jun. 2015

LÊNIN, V. I. **La alianza de la clase obrera y del campesinado**. Moscu: Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1959. 767 p.

LÊNIN, V. I. **Quienes son los “amigos del pueblo” y como luchan contra los socialdemócratas**. IN: LÊNIN, V. I. **Obras escogidas**. Tomo I (1894-1901). Moscu: Edición Progreso, 1973. Disponível em: <<http://bolchetvo.blogspot.com/>>.

LÊNIN, V. I. **A que herança renunciaremos?** Lisboa: Editorial Avante!, Tomo I, pp. 47-78, 1977.

LÊNIN, V. I. **Problema agrário II**. Belo Horizonte/MG: Aldeia Global Editora, 1979a.

LÊNIN, V. I. **Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1980a. 55 p.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980b. 63 p. (Coleção Alicerces).

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 171 p.

LORENZO, H. M. **Cooperativismo y autogestión en las visiones de Marx, Engels y Lenin**. IN: HARNECKER, C. P. **Cooperativas y socialismo**: una mirada desde Cuba. La Habana: Editorial Caminos, 2011. 420 p.

LOSURDO, D. **Fuga da história?** A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004. 208 p.

LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981. 155 p.

LUNIAKOV, P.; GONTCHAROV, A. **Lénine e os camponeses**. Lisboa: Edições Avante!, 1975. 140 p.

LUXEMBURGO, R. **Revolución o reforma**. IN: LUXEMBURGO, R. **Obras Escogidas**. Madrid: Ayuso, 1978. Disponível em: <<http://bolchetvo.blogspot.com>>.

MACHADO, J. **Cooperativas e socialismo**. IN: SOUZA, A. R. de.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. 318 p.

MAGRI, C. A.; *et al* (Org.). **Cooperativismo de crédito solidário**: reflexões e boas práticas. Passo Fundo/RS: IFIBE, 2010. 326 p.

MAIA, G. B. S.; *et al*. **PRONAF**: evolução do programa e participação do BNDES. Rio de Janeiro: SEAGRI, Informativo Técnico, n. 2, abr. 2011.

MAMIGONIAN, A. **As bases naturais e sociais da civilização chinesa**. IN: MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. (Org.). Revista de Geografia Econômica – Dossiê Ásia/China. Florianópolis/SC: UFSC, nº 1, jul. 2008. 349 p.

MARX, C. **Crítica del programa de gotha**. Moscou: Editorial Progreso, 1977.

MARX, C.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Tomo II. Moscou: Edición Progreso, 1980.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. 473 p. (Os Economistas).

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol. II. São Paulo, Nova Cultural, 1996b. 381 p. (Os Economistas).
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2. Ed. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.
- MELÃO, I. B. **Desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia e da agricultura orgânica: o caso do Paraná**. Curitiba/PR: IPARDES, Nota Técnica, n. 8, 2010.
- MENEZES, M. T. C. G. **Economia solidária: elementos para uma crítica marxista**. Tese (Doutorado em Serviço Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- MICHELON, A.; DAL VESCO, D. G. **Rating do Sistema Cresol junto ao BNDES: análise quantitativa e qualitativa**. IN: VOLLES, A. *et. al.* (Org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão/PR: INFOCOS / CRESOL Baser, 2010.
- MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Editora Confedbras, 2003. 272 p.
- MONTEIRO, S. T.; KEIL, I. M. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo/RS: ago. 1982.
- MONTEIRO, S. T. **As cooperativas nos marxistas clássicos**. Erechim/RS: Revista Perspectiva (URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões), ano 17, n. 59, p. 67-92, set. 1993.
- MONTEIRO, S. T. **Reflexões sobre a autogestão em cooperativas**. Cuiabá/MT: COOTRADE, 2001. 19 p.
- MONZÓN CAMPOS, J. L. **El cooperativismo en la historia de la literatura económica**. España: CIRIEC – España. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 44, p. 9-32, abr. 2003.
- MOSCHEN, V.; FONSECA, M. W. **Caracterização das unidades produtivas que fazem uso do Pronaf Investimento nas famílias agricultoras associadas à Cresol Lindoeste**. IN: VOLLES, A. *et. al.* (Org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão/PR: INFOCOS / CRESOL Baser, 2010.
- NINAUT, E. S.; MATOS, M. A. **Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento**. São Paulo: Informações Econômicas, v. 38, n. 8, ago. 2008.
- NUNES, S. P. **O processo de concentração da produção no setor agroalimentar brasileiro**. Pato Branco/PR: Synergismus Scientifica UTFPR, 2011.
- OLIVEIRA E SILVA, M. F. de.; COSTA, L. M. da. **A indústria de defensivos agrícolas**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 35, p. 233-276, 2012.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, M. A. de. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo:** do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. Tese (Doutorado em Educação), UFPR, Curitiba, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Cooperativas:** mudanças, oportunidades e desafios. Brasília: OIT, 2001. 196 p.

PAGNONCELLI, V. **Cresol Verê:** o crédito de custeio e investimento como instrumento para a permanência do homem no campo. Monografia (Especialização em Gestão do Cooperativismo Solidário). Francisco Beltrão/PR, Unioeste, 2009.

PAGNUSSATT, A. **Guia do cooperativismo de crédito:** organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004. 194 p.

PAULI, J. **Os desafios da CRESOL na gestão do desenvolvimento rural e do cooperativismo de crédito.** IN: RISSON, C.; JÚNIOR, E. G.; PAULI, J. (Org.). **Desenvolvimento, democracia e gestão do crédito:** a agricultura familiar em debate. Passo Fundo/RS: IMED, 2009.

PEREIRA, J. F. **Elos & correntes:** história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930). Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012. 187 p.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista:** suas modificações e sua utilidade. 2. Ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

PINHO, D. B.; PALHARES, V. M. A. **O cooperativismo de crédito no Brasil:** do século XX ao século XXI. Brasília: Editora Confedbras/Gráfica Coronário, 2010. 592 p.

PRETTO, J. M. (Org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÊGO, E. E. do.; MOREIRA, E. **Cooperativismo:** uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. João Pessoa/PB: Revista Okara: Geografia em Debate, v. 7, n. 1, p. 63-80, 2013.

RISSON, C.; JÚNIOR, E. G.; PAULI, J. (Org.). **Desenvolvimento, democracia e gestão do crédito:** a agricultura familiar em debate. Passo Fundo/RS: IMED, 2009.

ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição:** dilemas e perspectivas. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Campinas, 1999.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 2001. 624 p.

- SAMPAIO, F. S.; BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. **Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho.** Florianópolis: Imprensa Universitária, *Cadernos Geográficos*, nº 11, mai. 2005a.
- SAMPAIO, F. S.; MEDEIROS, M. C. **Questão agrária e o desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Revista Princípios, nº 78, pp. 74-78, abr./mai. 2005b.
- SANDRONI, P. **Questão agrária e campesinato:** a “funcionalidade” da pequena produção mercantil. São Paulo: Editora Polis, 1980. 104 p.
- SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999. 650 p.
- SANDRONI, P. **A questão agrária e o socialismo:** notas sobre problemas econômicos e políticos. IN: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 322 p.
- SANTOS, M. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia/AGB, nº 54, jun. 1977.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo (Edusp), 2004.
- SANTOS, R. A. dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente/SP, 2008.
- SAN VICENTE, I. G. de. **Cooperativismo obrero, consejismo y autogestión socialista:** algunas lecciones para euskal herria. s/d. Disponível em: <[www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)>. Acesso em: 19 dez. 2013.
- SAN VICENTE, I. G. de. **Cooperativismo socialista y emancipación humana. El legado de Lenin.** IN: HARNECKER, C. P. **Cooperativas y socialismo:** una mirada desde Cuba. La Habana: Editorial Caminos, 2011. 420 p.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003. 240 p.
- SCHRÖDER, M. **Finanças, comunidades e inovações:** organizações financeiras da agricultura familiar – o sistema Cresol (1995-2003). Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). UNICAMP, Campinas/SP, 2005.
- SERRA, E. **Algumas contradições entre a teoria e a prática cooperativista.** Maringá/PR: Boletim de Geografia, UEM, Ano 05, n. 1, p. 53-69, mar. 1987.
- SERRA, E. **Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná.** Maringá/PR: Boletim de Geografia, UEM, Ano 13, n. 13, p. 55-62, out. 1995.
- SERRA, E. **O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná.** São Paulo: Revista Agrária, n. 8, p. 4-22, 2008.

SERRA, E. **As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná.** Londrina/PR: Geografia, UEL, v. 18, n. 1, p. 139-153, jan./jun. 2009.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192 p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SINGER, P. **A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo.** s/d. Disponível em: <[www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm](http://www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm)>. Acesso: 10 jan. 2015.

SOARES, P. de T. P. L. **Um estudo sobre Lênin e as defesas da reforma agrária no Brasil.** Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SOARES, P. de T. P. L. **Questionando o questionamento aos clássicos do marxismo sobre a agricultura.** IN: **Revista Geografia Econômica – Dossiê Questão Agrária e Agricultura.** nº 4, p. 69-107, Florianópolis, 2012.

SOUZA, I. B.; FONSECA, M. W. **O impacto do crédito na propriedade dos agricultores familiares associados ao sistema Cresol:** estudo de caso da comunidade Rio Tuna. IN: VOLLES, A. *et. al.* (Org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário.** Francisco Beltrão/PR: INFOCOS / CRESOL Baser, 2010.

SOUZA, P. M.; *et al.* **Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Crédito (1999 a 2010):** número, valor médio e localização geográfica dos contratos. Piracicaba/SP: RESF, vol. 51, n. 2, p. 237-254, abr./jun. 2013.

STALIN, J. V. **La cuestión agraria.** IN: STALIN, J. V. **Obras, Tomo I (1901-1907).** Moscú: Edición en Lenguas Extranjeras, 1953a.

STALIN, J. V. **Los fundamentos del leninismo.** IN: STALIN, J. V. **Obras, Tomo VI (1924).** Moscú: Edición en Lenguas Extranjeras, 1953b.

STALIN, J. V. **Acerca de las tres consignas fundamentales del partido sobre la cuestión campesina.** IN: STALIN, J. V. **Obras, Tomo IX (1926-1927).** Moscú: Edición en Lenguas Extranjeras, 1953c.

STALIN, J. V. **El año del gran viraje.** IN: STALIN, J. V. **Obras, Tomo XII (1929 -1930).** Moscú: Edición en Lenguas Extranjeras, 1953d.

STALIN, J. V. **En torno a las cuestiones de la política agraria de la URSS.** IN: STALIN, J. V. **Obras escogidas.** Tirana: Nentori, 1979. 344 p.

TINBERGEN, J. **Política econômica:** princípios e planejamento. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Economistas).

TRAPEZNIKOV, S. **El leninismo y el problema agrario campesino**. Tomo I e II. Moscú: Editorial Progreso, 1979. 1153 p.

TSE-TUNG, M. **Dos charlas sobre la ayuda mutua y la cooperación en la agricultura**. IN: TSE-TUNG, M. **Obras escogidas – Tomo V**. Pekín: Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1972a. 291 p.

TSE-TUNG, M. **Sobre el problema de la cooperativización agrícola**. IN: TSE-TUNG, M. **Obras escogidas – Tomo V**. Pekín: Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1972b. 291 p.

TSE-TUNG, M. **Un debate en torno a la cooperativización agrícola y la actual lucha de clases**. IN: TSE-TUNG, M. **Obras escogidas – Tomo V**. Pekín: Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1972c. 291 p.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001. 112 p. (Economia Solidária).

VOLLES, A. *et al.* (Org.). **Cooperativa escola: gestão política**. Cadernos INFOCOS VIII. Francisco Beltrão/PR: INFOCOS, 2009. 82 p.

VOLLES, A. *et al.* (Org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão/PR: INFOCOS / CRESOL Baser, 2010.

ZIGER, V. **O crédito rural e a agricultura familiar: desafios, estratégias e perspectivas**. SEBRAE – Serviços Financeiros VI, 2013. Disponível em: <[www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf](http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf)>. Acesso em: jan. 2015.

ZYLBERSZTAJN, D. **Organização de cooperativas: desafios e tendências**. São Paulo: Revista de Administração, v. 29, n. 3, pp. 23-32, jul./set. 1994.

WELLEN, H. **Para a crítica da “economia solidária”**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 440 p.

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: *Cooperativismo de crédito solidário: o papel da CRESOL na produção agropecuária*

Pesquisadores: *Roseli Alves dos Santos (46) 99788809 e Vosnei da Silva (46) 84031989*

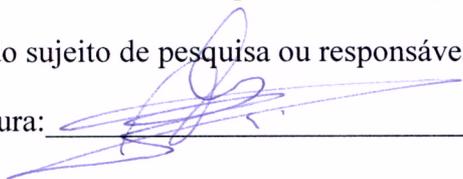
Você está convidado a participar da nossa pesquisa, onde propomos investigar o papel e a importância do cooperativismo de crédito rural do sistema CRESOL para o desenvolvimento da produção agropecuária da agricultura familiar. Durante a pesquisa vamos analisar as experiências cooperativistas de vários países, procurando identificar as causas e objetivos específicos de cada um deles, tanto na perspectiva do seu desenvolvimento histórico quanto articulado as diferenças conjunturais e contextos locais, nacionais e internacionais. Também as características mais relevantes da agricultura brasileira, das políticas de crédito rural (PRONAF), dos diversos sujeitos envolvidos no agro, como por exemplo, Estado, cooperativas, grandes complexos empresariais, setor bancário, movimentos sindicais e sociais, entre outros. Por fim, o histórico do Sistema CRESOL, sua lógica de funcionamento, cooperados, relações de mercado agropecuário, processo de expansão, planejamento estratégico de longo prazo, possibilidades, limites e os principais desafios colocados pela conjuntura em que nos encontramos.

A presente pesquisa não possui remuneração, a participação é espontânea, os dados serão utilizados apenas para fins científicos, sendo que seu nome não será identificado na apresentação dos resultados. O senhor (a) poderá cancelar sua participação a qualquer momento, desde que comunique aos pesquisadores, para maiores informações o telefone do comitê de ética é (46) 3220-3272. Este termo será impresso em duas vias, uma ficando de posse do entrevistado (a) e outro com os responsáveis pela pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e **desejo participar** da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

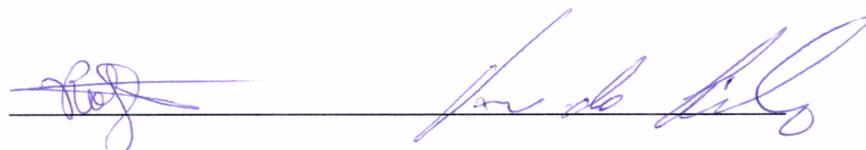


---

Eu, Roseli Alves dos Santos e Vosnei da Silva declaramos que fornecemos todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Francisco Beltrão, 21 de DEZEMBRO de 2014

Assinaturas:



---